

MAGNO SANTOS

O PREFÁCIO DOS TEMPOS:

CAMINHOS DA ROMARIA
DO SENHOR DOS PASSOS
EM SÃO CRISTÓVÃO



Criação Editora

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS

O PREFÁCIO DOS TEMPOS:

CAMINHOS DA ROMARIA
DO SENHOR DOS PASSOS
EM SÃO CRISTÓVÃO



Criação Editora
Aracaju, 2024

Copyright©2024 by Magno Francisco de Jesus Santos

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência.

Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

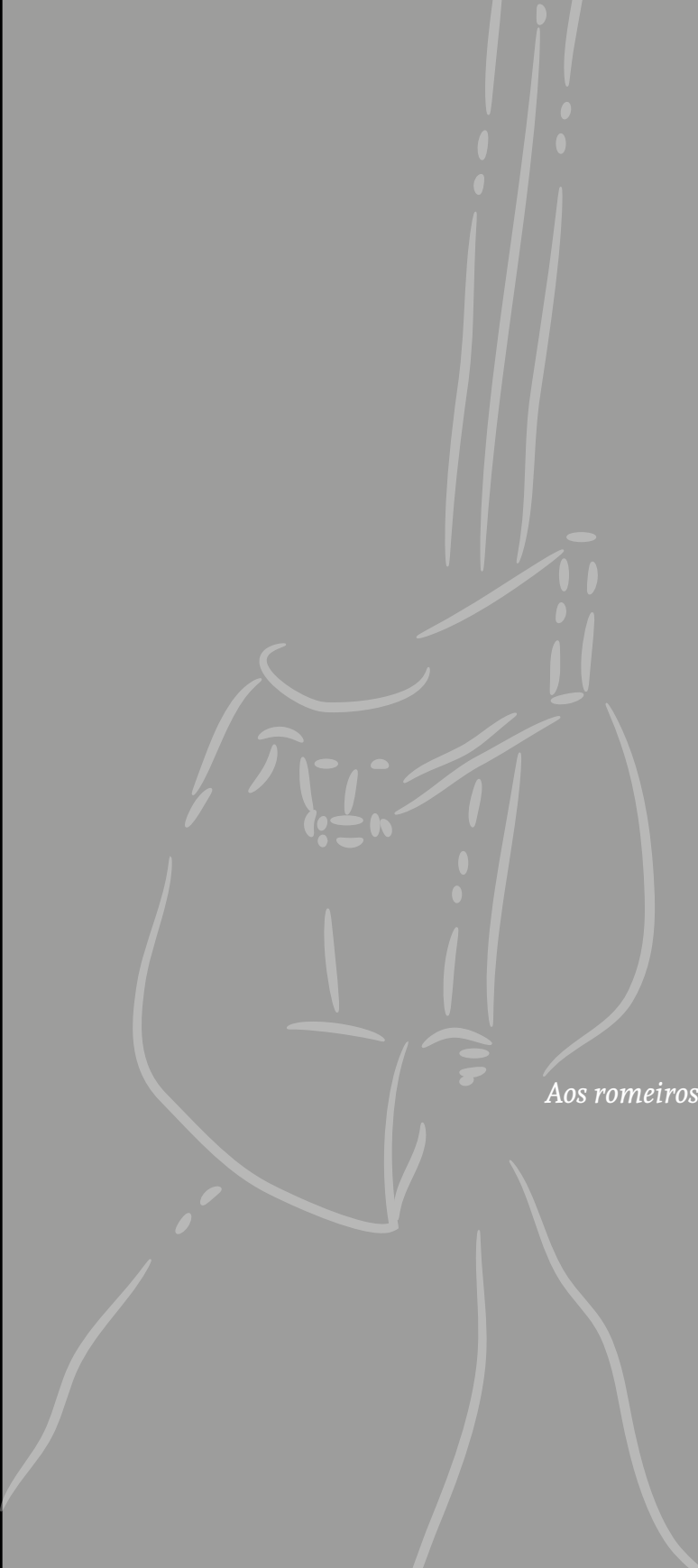
Editoração eletrônica
Adilma Menezes

Capa
luyse costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

S237p	Santos, Magno Francisco de Jesus. O Prefácio dos Tempos: caminhos da Romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão / Magno Francisco de Jesus Santos; Prefácio de Beatriz Góis Dantas. – 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2024. 430 p 23cm Inclui bibliografia ISBN. 978-85-8413-497-7 (impresso) ISBN. 978-85-8413-516-5 (online) 1. História. 2. Romaria. 3. São Cristóvão. 4. Senhor dos Passos. I. Título. II. Assunto. III. Autor. CDD 282.981.41 CDU 282(813.7)
-------	---

A obra foi publicada via “Edital N. 06/2022 – Produtividade em Pesquisa”



Aos romeiros do Senhor dos Passos





AGRADECIMENTOS

Deve existir no Céu um protetor dos pesquisadores em geral e dos pesquisadores de História em particular. Ignoro seu santo nome, mas posso dar testemunho público de sua generosa proteção aos mariscadores das coisas do passado. Nas investigações que venho fazendo, (...) o anônimo patrono da pesquisa não me tem abandonado. De quando em vez, inesperadamente, dele recebo um régio documento, de cuja existência jamais suspeitei (CALASANS, 1963, p. 1)

O historiador sergipano José Calasans Brandão da Silva, nos idos de 1963, confessou acreditar na existência de um santo protetor dos pesquisadores em História. Não sei se o estudioso de Canudos estava certo, mas de qualquer modo, rendo-lhe meus agradecimentos ao anônimo santo dos bastidores da pesquisa, pelo auxílio nessa caminhada investigativa de longos anos. De modo especial, agradeço ao Senhor dos Passos e à Virgem da Soledade, por simplesmente guiarem os meus passos nas tortuosas estradas da vida.

Nesses caminhos, o santo protetor da pesquisa histórica não atuou sozinho. Ao longo do tempo, ele indicou anjos da terra para acompanhar, orientar e estimular esse pesquisador das “coisas antigas” a seguir as trilhas de Clio. São a esses anjos, tingidos de humanidade e de afeto que agradeço.

Primeiramente, aos meus pais. Com escassos recursos e muita determinação os senhores fizeram um verdadeiro milagre social. Acreditaram no poder transformador da educação, lutaram com garra, suor e lágrimas para manter os filhos na escola. O sacrifício dessas duas vidas de trabalhadores rurais da pequenina Cajuíba resultou em dois filhos doutores. Josefa e Manoel, os senhores deixam a lição: a pobreza pode ser superada quando se acredita na educação. Esse título que poderei receber é um prêmio à saga de um casal que sonhou, ousou, lutou e acreditou em seus filhos.

Esse poder de acreditar também é uma virtude de minha esposa, Ane Mecnas Santos. Nos momentos de fraqueza, lá estava a jovem de voz doce, de olhar aguçado e de palavras certeiras. Sinceramente, não tenho como falar de minhas aventuras acadêmicas sem mencionar seu nome. Tudo que fiz, foi com você, para você e por você. Cada sonho foi alimentado e agigantado por seu estímulo. Cada vitória foi resultante de seu sacrifício e de sua determinação no assessoramento dos bastidores. Você brincou me dizendo que não teria como agradecer e estava completamente certa. Nesta pesquisa, Ane, você foi onipresente. Acompanhou-me na seleção, no levantamento de fontes, nas leituras, nos registros fotográficos e nas incontáveis viagens em busca das imagens do Senhor dos Passos por igrejas espalhadas pelo Brasil e Europa. Com isso, meu amor, não lhe agradeço, mas sim a Deus, por

ter me dado a oportunidade de encontrar a mulher que torna todo momento uma ocasião especial.

Ressalto também o papel apaziguador de Salete. Desde os primeiros momentos da escrita do livro ela esteve ao meu lado, com seu olhar singelo e confiante. Ela foi um instrumento de luta contra o sono, o desânimo e a tristeza. Essa pesquisa não seria a mesma sem a presença dessa menina que alegrou meus dias e minhas noites de escrita. Obrigado. Da mesma forma, agradeço o carinho de Nero, o rapaz atrapalhado que encanta meus dias e as presenças recentes de Bamby, Natalino e Bela.

No âmbito familiar, agradeço aos meus irmãos, Marcondes e Márcia, pelo apoio e pelas brincadeiras de uma longa vida. Aos meus tios, José e Anilde (*in memoriam*), pela companhia, pelo afeto e pelo cuidado ao acompanhar o velado Senhor dos Passos. Aos meus sobrinhos, Mayk e Maria Eduarda, pela distração. Às minhas avós, Marieta (*in memoriam*) e Alice (*in memoriam*), pelas histórias do “tempo antigo”. Aos meus sogros, Luiz e Joana (*in memoriam*), pelo carinho e zelo por me acolherem como a um filho.

No doutorado, tive a felicidade de ser orientado por uma pessoa duplamente fantástica. Profissionalmente, preza pela competência com rigor e suavidade, com as pertinentes sugestões no trato com as fontes e na problematização dos argumentos. A cada encontro, aula ou leitura das anotações tive uma lição de amor à docência e perspicácia metodológica. Tudo isso, acompanhado de um carisma cativante. Por meio do doutorado, conheci a cidade maravilhosa. Por meio da professora Martha Abreu conheci o estado de espírito do ser carioca. Não tenho como agradecer a sua dedicação e sacrifício em continuar ministrando as aulas, mesmo com problemas de saúde, para que eu não perdesse as passagens. Gratidão! A sua leveza em ver a vida e a universidade tem sido uma inspiração.

Também agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Nas disciplinas cursadas, tive a oportunidade de vislumbrar outros universos da pesquisa. O “rapaz das festas” perpassou pelas guerras e pelo cinema e des-

cobriu instigantes leituras e pessoas encantadoras. Assim, agradeço as contribuições e o apoio das professoras Samantha Viz Quadrat, pelas excelentes discussões na disciplina sobre construção da memória em situação limite; de Rachel Soihet e Alcilene Cavalcante com o cinema de autoria feminina e de Martha Abreu com os conflitos e negociações na diáspora atlântica. Além disso, devo ressaltar as inestimáveis contribuições dos professores Paulo Knauss de Mendonça pelas leituras dos textos sobre escrita da História em Sergipe e das professoras Ângela de Castro Gomes e Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus, pelas indicações, problematizações e questionamentos nos eventos de história. Nesse grupo destaco as professoras Juliana Beatriz de Souza e Larissa Viana, pela leitura atenta, pelas relevantes indicações e pelo estímulo no avanço da pesquisa no momento da qualificação da tese. Também agradeço às contribuições da banca de defesa: Márcia Chuva, Carolina Viana Dantas, Juliana Beatriz de Souza e Larissa Viana, pelas pertinentes observações e sugestões.

Fora do âmbito da UFF, também contei com a interlocução de importantes intelectuais, que acompanharam o avanço da pesquisa e apontaram para novas perspectivas a serem vislumbradas. Destaco os professores Mauro Passos, Mara Regina Nascimento, José Pinto e María Teresa Arcila, pelas longas conversas e comparações das solenidades religiosas quaresmeiras dos diferentes estados brasileiros, especialmente Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e as experiências devocionais em Portugal e em Santa Fé de Antioquia na Colômbia. Por meio dessas trocas de experiências, pude abrir horizontes e entender distanciamentos e aproximações das devoções penitenciais na América Latina. Esse grupo de interlocutores também é constituído por professores que usaram da palavra para apoiar e estimular na caminhada. Na seleção do doutorado, a professora Serioja Mariano, na aconchegante “Terra do Sol”, contribuiu com o empréstimo de livros.

Diante da afinidade temática, emergiram conversas instigantes. Destaco o interesse dos meus amigos professores, Jorge Carvalho do Nascimento e Miguel André Berger, sempre atentos e curiosos com o desenrolar da pesquisa. Do mesmo modo, ressalto os inestimáveis

conselhos de Péricles Andrade, Luís Eduardo Pina Lima, Antônio Lindvaldo Sousa, Claudefranklin Monteiro e Verônica Nunes, primeira orientadora nos “caminhos da penitência”. Agradeço a Livia, colega da UFF, pelo apoio e disponibilidade na resolução das questões burocráticas da bolsa. Muito obrigado!

Na minha convivência com os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe redescobri a historiografia sergipana, com seus encantos, seus cantos e seus silêncios. Além de possuir fontes reveladoras e ainda pouco exploradas, o acervo do IHGSE apresenta verdadeiros tesouros da historiografia local. Além disso, na Casa de Sergipe tive a oportunidade de conviver e de aprender com alguns dos principais nomes da historiografia sergipana, em reuniões que se tornaram aula sobre o passado local. Agradeço aos amigos Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, José Ibarê Costa Dantas, Igor Leonardo Moraes Albuquerque, José Rivadálvio Lima, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Lenalda Andrade Santos, Terezinha Alves de Oliva, Saumínio da Silva Nascimento, Claudefranklin Monteiro Santos e João Paulo Gama Oliveira. Ainda em relação à Casa de Sergipe, destaco à generosidade dos professores Ibarê Dantas e Beatriz Góes Dantas, que leram e comentaram as primeiras versões do trabalho. Agradeço ao casal pelas prazerosas tardes de conversas e de aprendizado.

Iniciei os meus agradecimentos com a corte celestial. Todavia, lembro que a atuação desses anjos da pesquisa se torna mais presente nos bastidores. Agradeço aos funcionários das inúmeras instituições de pesquisa visitadas nos últimos dez anos pela disponibilização do acervo. Ressalto a atenção desprendida por seu Gustavo (*in memoriam*), dona Ângela, Aline, Nayara e Beatriz Pedras, respectivamente no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e no Arquivo Carmelitano de Belo Horizonte. Destaco também o auxílio de alunos, bolsistas e ex-alunos, especialmente Edvânia Fontes, Gildevan Pereira, Ivo Rangel e Bruna Ribeiro. Um agradecimento especial para Janaína Couvo Teixeira Maia de Aguiar e Isabella Chizollini, pelo acesso ao acervo fotográfico sobre os Passos. Além disso, sou grato pela generosidade da professora Ana Conceição Sobral de Carvalho, do Conselho Estadual

de Cultura de Sergipe, pela disponibilização dos documentos sobre o registro da procissão do Senhor dos Passos como patrimônio imaterial de Sergipe. A Superintendência do IPHAN em Sergipe, com a professora Terezinha Oliva e Kleckstane Farias, pelo apoio na difusão dos primeiros resultados da pesquisa na comunidade. A Maria Lúcia Pereira, pelas pistas acerca de obras raras e Vinícius, do IBGE, pelas fontes acerca dos recenseamentos em Sergipe. A Karla Daniela Tavares, pela inestimável revisão ortográfica.

Agradeço aos amigos, aos colegas e aos alunos das instituições de ensino nas quais atuei. Vocês foram o amparo nos momentos difíceis e a alegria do cotidiano. Obrigado Silvânia Santana Costa, Sônia Azevedo, Maria Antônia Arimateia, Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos Anjos, Maria José Dantas, Jamily Fehlberg e Solyane Silveira Lima. Ao professor José Sebastião dos Santos (*in memoriam*) e, em nome dele, toda a equipe diretiva da Faculdade Pio Décimo. Também registro o meu agradecimento às prefeituras municipais de Itaporanga d’Ajuda e Laranjeiras, pelas licenças para a realização do doutorado, assim como a CAPES, pela disponibilização da bolsa. Sem o apoio financeiro dessas três instituições a pesquisa seria praticamente inviável. Faço um registro especial para os funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, pelo atendimento delineado por gentileza e por afeto. Desse grupo, retribuo o abraço fraterno que recebi de Silvana em dezembro de 2010. Muitas vezes descobrimos a força do humano sem o uso de palavras, mas com simples gestos.

Ainda no âmbito institucional, exponho os meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que desde 2016 se tornou o abrigo de meus fazeres profissionais em História. Nesta instituição, que tanto preza pela qualidade da pesquisa, encontrei o afeto dos discentes e orientandos/as da graduação e pós-graduação, além das condições basilares para ampliar o leque investigativo. Assim, agradeço aos colegas do Departamento de História do CCHLA pelas parcerias. Destaco também o apoio institucional, por meio do “Edital N° 06/2022 – Produtividade em Pesquisa”, que financiou essa publicação.

Por fim, retorno ao espaço da experiência, da pesquisa de campo e agradeço aos vizinhos do Senhor dos Passos, ao povo de São Cristóvão. Nesses longos anos de pesquisa recebi o carinho dessa população que se orgulha do seu passado e abriga os romeiros. A cada visita, um sorriso, um aceno, um caloroso abraço. Na velha São Cristóvão contei com a generosidade do prestimoso amigo Thiago Fragatta, sempre indicando novas fontes de pesquisa. Como também com a torcida de Denize Santiago e Vânia Correia; com os convites para os saborosos lanches da família de seu Manoel Ferreira (*in memoriam*); com o entusiasmo e a força dos entrevistados; com a disponibilização de dona Eunice, Maria José, Jaci, Avani, seu Jorge, Rildo Siqueira, Erundino Prado, Alex, Marcos e Maxsuel Oliveira. À generosidade dos frades carmelitas (Severino, Sormani, Rosenildo e Pedro Rangel), ao abrirem as portas da Casa do Senhor dos Passos para a pesquisa. Por fim, ao Frei Leandro Alencar, pela divulgação da tese em suas homilias destinadas aos romeiros e acreditar na possibilidade de publicação.





UM PREFÁCIO PARA O PREFÁCIO DOS TEMPOS

A relação entre religião e ciência nem sempre foi tranquila. Durante décadas, a religião, como objeto de interesse científico, foi praticamente marginalizada pelos círculos universitários, chegando-se a anunciar o seu fim na sociedade secularizada. No início da década de 70 do século XX, apenas as religiões afro-brasileiras, cuja tradição de estudos vinha dos anos 40, conseguiam certo destaque nos levantamentos bibliográficos sobre o tema. Aspectos do catolicismo figuravam como itens dos estudos de comunidades ou integravam a pauta dos estudos de folclore, também estes menosprezados pela academia.

O revigoramento das religiões, ou pelo menos de algumas das suas formas, ao lado de outros fatores, como a expansão dos cursos de pós-graduação, levaram pesquisadores a orientarem os seus esforços para esta área, de modo que, atualmente, no espaço acadêmico, proliferaram grupos de estudos e cursos inclusive de graduação em Ciências da Religião. Isso ocorre não apenas em universidades particulares confessionais, mas também nas públicas.

Magno Francisco de Jesus Santos é um jovem e muito produtivo pesquisador fruto dessa efervescência de estudos sobre as religiões, tema que o atraiu ainda como estudante da graduação em História na Universidade Federal de Sergipe e o acompanhou ao longo de sua trajetória de pós-graduação, entremeada por outros assuntos de interesse mais específico sobre educação. Nessa caminhada, os passos do jovem pesquisador cruzaram com os do Senhor dos Passos, cultuado pelo Brasil afora com rituais marcados por intensa dramaticidade.

A ocorrência dessa expressão religiosa na antiga capital de Sergipe – a cidade de São Cristóvão, hoje reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO – constitui o objeto de *O Prefácio dos tempos, caminhos da romaria de Senhor do Passos*, o mais novo livro do jovem escritor.

Com registros de mais de dois séculos, o empenho do autor não é tanto entender a continuidade, mas as transformações por que tem passado a romaria no entrelaço de várias forças sociais e protagonistas diversos. Carmelitas, franciscanos e suas respectivas Ordens Terceiras, membros do clero regular, presidentes de província e seu corpo de auxiliares, devotos distribuídos por diversos segmentos da sociedade, intelectuais, dentre outros são atores que entram na composição e organização da secular romaria que já foi tida como cerimônia oficial do governo e se transformou em evento marcado por forte carga simbólica que medeia entre o popular e o bem imaterial, legalmente reconhecido como patrimônio cultural do estado de Sergipe.

A questão central do livro é desvendar como uma cidade e uma romaria do período imperial foram apropriadas e reinventadas por diferentes segmentos e atores sociais do período republicano, tendo

como pano de fundo os processos de reforma devocional do catolicismo brasileiro nos séculos XIX e XX.

Ao longo do percurso, um rosário de encontros e desencontros e de muitos conflitos habilmente debulhados pelo autor com base em uma impressionante quantidade de fontes, que chama atenção não só pelo volume mas, sobretudo, pela diversidade. Elas refletem as visões e interesses dos diferentes atores que tomam parte na organização e realização das procissões, missas e outros ritos que conformam o evento ao longo do tempo. No rico repertório documental do autor incluem-se depoimentos orais, textos escritos, fotografias, registros de época, muitos desses dispersos e de difícil acesso, alguns dos quais literalmente emparedados. Relata o autor, a descoberta e consulta, em 2012, de documentos da Ordem Terceira do Carmo, historicamente a promotora da romaria de Passos e dissolvida nos anos 70 do século XX, escondidos atrás de uma parede do convento dos franciscanos. As fontes, ao que parece, também participam do jogo resultante das lutas pelo controle do grande ciclo ritual que movimenta uma imensa massa de fiéis que anualmente se desloca para a cidade de São Cristóvão, movida pela devoção ao Senhor dos Passos, protótipo da dor e do sofrimento que aproxima o humano do divino.

Resultado de uma de uma bem fundamentada pesquisa que alia uma grande quantidade fontes reunidas com a paciência de um monge, a uma sofisticada análise conduzida com rigor metodológico e adequado suporte teórico *O Prefácio dos tempos, caminhos da romaria de Senhor do Passos*, é escrito em linguagem fluente, às vezes poética sem descuidar-se, contudo, de seu compromisso com a escrita acadêmica.,


Prefaciando o mais novo livro de Magno Francisco de Jesus Santos é uma distinção com que o autor honra uma velha mestra que, nos idos de 1970, debruçou-se sobre expressões de religiosidade em Sergipe e, com grande alegria e interesse acompanhou, nos anos subsequentes, o florescimento dos estudos específicos sobre as diversas religiões dos brasileiros.

Beatriz Góis Dantas

Aracaju, 27/11/2019.



APRESENTAÇÃO



Se os historiadores possuem santos protetores para guiá-los no encontro de novos documentos e descobertas, como o autor deste livro sugere logo na sua abertura, as forças celestes certamente são mais eficazes com aqueles que mais se dedicam e que mais apuram seu olhar, tornando-os grandes historiadores.

Conheci Magno Francisco de Jesus Santos só depois que foi aprovado no prestigiado curso de doutorado em História da Universidade Federal Fluminense, em 2011, com seu belo projeto sobre a Romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão. Jovem que vinha de longe e que já tinha na bagagem muitos desafios vencidos, Magno sensibilizou a todos com sua história e com as histórias da Romaria.

Com a riqueza de documentos que já conhecia, não deu muito trabalho para os santos protetores – nem para a orientadora, embora tenha buscado mais, muito mais. Magno marcou sua trajetória de pesquisa com a investigação em diferentes acervos e o levantamento de variadas fontes, como jornais, obras de memorialistas, registros de intelectuais, documentos das ordens religiosas e documentos oficiais, experimentando inclusive os atraentes depoimentos orais e os difíceis caminhos da memória.

Mas um grande historiador ainda precisa da historiografia, da discussão conceitual e metodológica, ainda mais no caso dos historiadores das festas e das romarias, que precisam vencer todas as tentações oferecidas por memorialistas e folcloristas, os guardiões dos discursos da tradição e da autenticidade. Enfrentando a memória cristalizada e a tradição pretensamente imutável, Magno conseguiu nos mostrar, com solidez e criatividade, uma romaria que se move no tempo e dialoga com diversas conjunturas, forças sociais e atores políticos.

Nesse livro, encontramos muitas romarias: A romaria dos tempos do Império, a romaria da crise republicana, a romaria das disputas entre leigos e ordens reformadoras do catolicismo popular, a romaria da modernidade, a romaria da tradição, a romaria do patrimônio, a romaria dos poderosos, dos comerciantes, das elites, dos intelectuais e dos trabalhadores, populares e romeiros. Ao final do livro o leitor terá conhecido muitas romarias, com suas diversas cores, formas, cheiros e forças.

A história das festas e das romarias é algo recente na historiografia brasileira. Por muito tempo não atraía a atenção dos historiadores talvez exatamente porque eles entendiam que festas e religiosidade eram lugares menos importantes para se observar a mudança do tempo, as transformações da história. Costumavam ser vistas como válvulas de escape dos setores populares e locais do conservadorismo, ou mesmo como sinais da presença de uma pretensa alma popular na formação de Sergipe. Por que estudar festas e romarias se já sabíamos tudo o que iríamos encontrar?

É no desafio da pergunta acima que podemos encontrar uma das valiosas contribuições de Magno Santos. O autor nos mostra o quanto através da Romaria do Senhor dos Passos se fez história, se faz história e se transforma a história. Mais ainda, como é possível, através das romarias festivas, estudar a história de Sergipe, seus conflitos, suas lutas políticas, suas identidades, as lutas dos trabalhadores e dos romeiros populares e as estratégias de dominação dos poderosos.

Mais ainda, o livro nos faz pensar que Romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão poderia não ter chegado aos nossos tempos, como tantas outras que desapareceram pelo longo caminho. Por que chegou? Que formas de repressão, controle, intervenção e regulação sofreram? Foi possível negociar, burlar e vencer as restrições? Como seus organizadores e romeiros lidaram com críticos e opositores, com tempos de crise econômica, política, doenças, conflitos e dificuldades financeiras?

Nunca é pouco dizer e frisar que as festas e as romarias pertencem à história, mesmo que deem a impressão de serem imutáveis e de pertencerem a uma tradição colonial, quase imemorial, a do “prefácio dos tempos”. Como demonstra Magno Santos, as romarias nunca deixaram de ser uma opção, uma opção política e um exercício de um direito de fazer a romaria, manifestado por romeiros, festeiros, seus organizadores, seguidores e participantes. Até mesmo tornaram-se um caminho de encontro entre o passado e o presente, sempre atualizado em tantas novas modernidades.

Vida longa às Romarias do Senhor dos Passos e seus romeiros!

Martha Abreu

Professora titular do Instituto de História UFF

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Um prefácio para o prefácio dos tempos	15
Apresentação	19
Introdução	25

Primeira Parte: A Jerusalém de Sergipe

1 O Encontro dos Tempos do Império e da República.....	57
2 A Cidade do Passado.....	105
3 Os Tempos da Cidade	133
4 Um Cirineu Pensando a História: Serafim Santiago e as Memórias da Romaria.....	149

Segunda parte: Impasses da Reforma Devocional Católica em Sergipe

5 “As ciladas dos frades franciscanos”: a reforma devocional católica e a luta pelas alfaias	225
6 “A Quadrilha de Irmãos”: a reforma devocional católica e os bastidores da romaria.....	257

Terceira parte: a memória da tragédia: patrimonialização da romaria


7 As ruas das Amarguras: o patrimônio de pedra e cal.....	333
8 “A Formosa Filha de Sião e seu Unigênito Filho”: as imagens da Virgem da Soledade e do Senhor dos Passos.....	351
9 “A rememoração da tragédia”: a imaterialidade do patrimônio	373

CONSIDERAÇÕES FINAIS	391
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	403
------------------	-----



INTRODUÇÃO



Quem relê neste dia os evangelistas, por mais que os traga no coração ou de memória, acha uma comoção nova na tragédia do Calvário. A tragédia é velha; os lances que a compõem passaram, desde a prisão de Jesus até a condenação judaica e a sanção romana; as horas daquele dia acabaram com a noite de sexta-feira, mas a comoção fica sempre nova; por mais que os séculos se tenham acumulado sobre tais livros (...). Tal foi a última nota humana, docemente humana, que completou o drama da estreita Jerusalém. Ela, e o mais que se passou entre a noite de um dia e a tarde de outro completaram o prefácio dos tempos. A doutrina produzirá os seus efeitos, a história será deduzida de uma lei, superior ao conselho dos homens. Quando nada houvesse ou nenhuma fosse, a simples crise da Paixão era de sobra para dar uma comoção nova aos que lêem neste dia os evangelistas (MACHADO DE ASSIS, 1904, p. 3).

Na epígrafe acima, um dos principais escritores da língua portuguesa discute a relevância das lembranças do drama da Semana Santa, especialmente as que envolvem a Sexta-Feira da Paixão. “A tragédia do Calvário” foi apresentada pelo intelectual como uma fonte de novidades, que a cada leitura, a cada revisitação ou a cada celebração fazia florescer novas emoções. Na assertiva do “Bruxo do Cosme Velho”, a tragédia não se encerrou com a crucificação no Monte Gólgota,¹ pois os sentimentos extrapolaram o tempo, renovam a cada momento. Apesar de todos conhecerem o enredo, sua lembrança sempre traz algo novo, uma comoção individual ou coletiva que ritualiza a memória e reatualiza o sofrimento e o sacrifício. Vinte séculos depois, a Paixão de Cristo permanecia como uma temática proeminente na busca pelas emoções da humanidade.

A reflexão de Machado de Assis a respeito das emoções despertadas pela Semana Santa elucida a relevância que tais celebrações possuíam no alvorecer do século XX. A devoção ao Cristo sofredor estava presente em praticamente todo território nacional, com a realização de grandes romarias² ou com a presença das imagens em tamanho natural nos altares laterais. É difícil imaginar uma cidade brasileira que não abrigue em algum de seus templos católicos a imagem do Senhor dos Passos.³ Certamente, essa foi uma das principais devoções do povo

¹ Gólgota é o nome em aramaico do Monte Calvário onde teria ocorrido a crucificação de Jesus. O termo significa Lugar da Caveira.

² Entre as principais romarias brasileiras em torno da devoção ao Bom Jesus ou Cristo sofredor destacam-se: Bom Jesus de Pirapora (em Pirapora do Bom Jesus, São Paulo), Bom Jesus do Iguape (Iguape, São Paulo), Bom Jesus de Tremembé (Tremembé, São Paulo), Bom Jesus da Lapa (cidade homônima da Bahia), Senhor do Bonfim (Salvador, Bahia), Bom Jesus dos Passos (São Cristóvão, Sergipe; Oeiras, Piauí e Florianópolis, Santa Catarina). Sobre essas romarias podem ser consultadas: FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982. SALLES, Alexandre Nascimento. *Pirapora do Bom Jesus: dicotomia de símbolos: o sagrado e o profano como elementos representativos da cidade*. São Paulo, 188f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). USP, 2009. FERNANDES, Rubem César. *Romarias da Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. LIMA, Ariane dos Santos. *Por entre rezas e procissões: as celebrações em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Passos de Oeiras – PI (1859/2012)*. Teresina, 160f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2013.

³ Nas cidades mais antigas do Brasil é comum encontrarmos altares devocionais ao Senhor Bom Jesus dos Passos. Nas cidades de menor porte as imagens encontram-se na igreja matriz. Nos grandes centros urbanos do século XIX, as mesmas geralmente estão nas igrejas da

brasileiro no oitocentos, porém, no século seguinte, passou a perder espaço diante da emergência de novas devoções.

Essa perda de espaço devocional não ocorreu em São Cristóvão, primeira capital de Sergipe.⁴ Ao longo do século XX, a procissão do Senhor dos Passos continuou como uma das principais solenidades e envolve romeiros de praticamente todos os municípios do estado. No segundo final de semana da Quaresma, a população católica se desloca à velha cidade para participar das celebrações de forte caráter penitencial e cria pelas ruas estreitas um enredo de dor e sofrimento. Assim, em dois dias o povo sergipano celebra em São Cristóvão o Cristo sofredor e reconstitui “o prefácio dos tempos”,⁵ promove o encontro do tempo histórico e social, com o tempo mítico da Paixão; o encontro do tempo moderno com o tempo da tradição, do tempo civilizado com o tempo da barbárie. Importantes capítulos da história de Sergipe tiveram como enredo a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão e essa história é foco deste livro. Os diferentes atores sociais serão discutidos a partir de sua inserção conflituosa na romaria do Bom Jesus.

No mesmo período sobre o qual Machado de Assis tratava as emoções envoltas nas celebrações da Semana Santa; em Sergipe, no Nordeste brasileiro, a cidade de São Cristóvão passou a ser reinventada a partir de sua romaria, tendo como ponto central os últimos passos do Cristo sofredor. Antes mesmo da Sexta-Feira da Paixão, parte considerável da população sergipana se reunia para celebrar o Senhor dos Passos e revivia os dramas finais do caminho de Jesus com o madeiro sobre seus ombros em direção ao Calvário. Na localidade, os sofrimen-

Ordem Terceira do Carmo. Ao longo da pesquisa foram visitadas para observação as igrejas de terceiros carmelitas das seguintes cidades: Goiana, Olinda e Recife (Pernambuco); Marechal Deodoro (Alagoas), João Pessoa (Paraíba), Salvador e Cachoeira (Bahia), Rio de Janeiro e Angra dos Reis (Rio de Janeiro), Sabará, Mariana, Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina (Minas Gerais), Pirenópolis e Cidade de Goiás (Goiás).

⁴ São Cristóvão foi capital da província de Sergipe até 1855, ano em que a sede foi transferida para Aracaju, por decreto do presidente Inácio Barbosa.

⁵ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A Paixão de Jesus. Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994, p. 3.

tos de Cristo eram celebrados intensamente e constituíam um enredo penitencial marcado pela presença de diferentes segmentos sociais.

Ao longo da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, nas primeiras semanas da Quaresma centenas de romeiros deslocavam-se dos mais variados recônditos sergipanos para São Cristóvão, antiga capital de Sergipe. Esse fato tornou a cidade um dos principais cenários da histórica política local.

Nesse sentido, a trajetória da cidade de São Cristóvão é, em parte, confundida com a história administrativa de Sergipe. As tramas do poder, os impasses da política estadual e a construção da autonomia político-administrativa frente à Bahia são alguns dos episódios estudados pela historiografia sergipana e tiveram como palco central os palácios cristovenses. Prova disso são os marcos temporais da historiografia sergipana, consolidada pela escrita de Felisbelo Freire no último decênio do século XIX, por meio de sua principal obra, a “História de Sergipe”, publicada em 1891. De acordo com o historiador, os quatro principais episódios do passado local teriam sido a conquista de Sergipe pela União Ibérica em primeiro de janeiro de 1590, efetivada a partir da fundação de São Cristóvão com foro de cidade; a invasão holandesa na primeira metade do século XVII, com a destruição da cidade (1639); a emancipação política em relação à Bahia em oito de julho de 1820 e, por fim, a mudança da capital de São Cristóvão para a recém-criada cidade de Aracaju, no dia dezesete de março de 1855.⁶

Desse modo, podemos entender as transformações ocorridas na cidade a partir das descrições presentes nos estudos sobre Sergipe. O primeiro registro de teor histórico foi produzido ainda no alvorecer do século XIX, pelo presbítero Marcos Antônio de Souza. Ao se referir a única cidade existente em Sergipe nos idos de 1808, o religioso informa: “pequena cidade há um magnífico templo de N. S. da Vitória, o qual foi edificado por ordem dos Felipes de Espanha com o destino

⁶ FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891].

de elevarem à Sé Episcopal. (...) O vigário de Sergipe é vigário geral de toda a capitania”.⁷

É importante ressaltar como a cidade foi descrita pelo religioso. A Cidade de Sergipe, forma pela qual a velha urbes era conhecida até meados do século XIX, era tida como uma capital religiosa, pois apesar de não possuir uma diocese, o pároco da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão geralmente era o indicado para o cargo de vigário geral de Sergipe. Isso implica afirmar que se tratava do mais alto cargo religioso em Sergipe, até 1910, ano da criação da Diocese de Aracaju, delimitadora da emancipação religiosa de Sergipe em relação à Bahia.

Em 1845, dez anos antes da mudança da capital, Milliet de Saint-Adolphe descreve a situação da cidade. Nessa época, além de preservar o mesmo quantitativo de templos de outrora, “a população desta antiga cidade não passa de 2.000 indivíduos”.⁸ Saint-Adolphe também descreve os aspectos dos edifícios da capital: “Seus edifícios públicos são de pedra, e todas as casas chãs e sem sobrado”.⁹ De fato, São Cristóvão apresentava um cenário pouco condizente com seu pomposo título de capital de província. Observe a localização da cidade de São Cristóvão, conhecida então por Sergipe, nos Mapas I:¹⁰

⁷ SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 24.

⁸ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. Dicionário Descritivo do Império do Brasil. In: ALVES, Francisco José; FREITAS, Itamar (orgs). *Dicionário da Província de Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001 [1845], p. 79.

⁹ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. Dicionário Descritivo do Império do Brasil. In: ALVES, Francisco José; FREITAS, Itamar (orgs). *Dicionário da Província de Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001 [1845], p. 78.

¹⁰ No mapa a cidade de São Cristóvão aparece com a denominação “Sergipe”, termo usual, até meados do século XIX, para designar a cidade, pois até 1848 São Cristóvão era a única cidade na província. Com a elevação da vila da Estância e da povoação de Laranjeiras à categoria de cidade o termo “Cidade de Sergipe” praticamente deixou de ser utilizado. Mapa I. Província de Sergipe em 1848. Fonte: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. *Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe* [Cartográfico] : Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde de. J. de Villiers de L'le Adam. Rio de Janeiro, 1848. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_6.jpg . Consultado em : 20 de abril de 2014.

Em 1859, apenas quatro anos após a mudança da capital sergipana, o viajante alemão Robert Avé-Lallemant visitou a jovem Aracaju. Nessa rápida passagem o europeu destacou a predominância das edificações improvisadas e da presença da população pobre nos arrabaldes, onde “a gente das classes baixas, fixadas aos poucos em Aracaju” construía habitações sob coqueiros e formavam “uma horrível aglomeração de casas cinzentas”.¹¹ Mesmo sem passar por São Cristóvão, o viajante justificou os motivos da transferência da sede administrativa de Sergipe: “Dantes, a capital da Província distava cerca de oito milhas ao sul, e chamava-se São Cristóvão; mas a navegação para lá era mais difícil do que o desejável para o ponto central duma província”.¹²

Esse cenário pouco propício ao desenvolvimento e relativamente avesso à modernidade passou por transformações significativas ao longo dos primeiros decênios do século XX. Nesse período dois importantes episódios fizeram emergir esperanças de modernização para a cidade: eram as fábricas de tecidos e a construção da ferrovia. Esses dois elementos permearam os discursos sobre São Cristóvão na primeira metade do século XX.

Outro elemento que permanecia presente nesses discursos era a romaria do Senhor dos Passos. No início do século XX, essa solenidade era a festa do povo pobre, dos pagamentos de promessas e dos sacrifícios públicos. A procissão também reunia importantes nomes da elite política sergipana. Do alto das sacadas dos velhos casarões, os políticos contemplavam o espetáculo devocional dos humildes, ao mesmo tempo, reafirmavam-se simbolicamente. Na imprensa, ao longo da semana que antecipava o evento religioso, praticamente todos os jornais de Aracaju e do interior sergipano anunciavam o deslocamento de romeiros e as expectativas das celebrações, sempre consideradas como tradicionais, grandiosas e “mais animadas do que nos anos

¹¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, p. 335.

¹² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, p. 331.

anteriores”.¹³ De algum modo, os Passos de São Cristóvão tornaram-se lócus dos tempos pretéritos, de um apogeu imaginado. Era o evento religioso tido como símbolo da continuidade das práticas devocionais populares em tempos de modernidade.

A romaria dos Passos em certa medida passou a delinear a memória do povo sergipano. Em obras memorialísticas e de sergipanos migrados é comum encontrarmos trechos marcados pela expressão dos sentimentos de saudade da terra natal e em tais lembranças emergem imagens da procissão do Senhor dos Passos. Um exemplo disso é o artista plástico Jordão de Oliveira. Nascido em Aracaju, no ano de 1900, migrou-se para o Rio de Janeiro em 1921, cidade na qual estudou e ensinou na Escola Nacional de Belas Artes, lá viveu até o seu falecimento em 1980. No seu livro de memórias destaca a saudade das festas religiosas do seu estado natal:

Jamais esqueceria as novenas de Santo Antônio e São João; as Santas Missões; a procissão de Bom Jesus dos Navegantes, no rio verde e transbordante, salpicos de branco, velas de ouro deslizando na tarde esplendorosa; a do Senhor dos Passos, em São Cristóvão, para onde seguíamos, ao romper d'alva, pisando a areia chiante da praia imensa; as festas de Reis, em Laranjeiras, e quando ali me banhei no Bom-Gosto enluarado e vi as mocinhas nuas.¹⁴

¹³ Ao longo da primeira metade do século XX, foram recorrentes na imprensa sergipana os convites e as descrições da romaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão. Em praticamente todos os anos os jornais descreviam as solenidades como mais animadas do que os anos anteriores ou com uma participação maior dos romeiros. Um exemplo disso foi a notícia divulgada no jornal católico “A Cruzada” em 1926: “Realiza-se hoje na legendária cidade de São Cristóvão a mais falada e tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos. Para isso, já se anima a nossa população”. A CRUZADA. Festa dos Passos em São Cristóvão. *A Cruzada*. Nº 38. Aracaju, 23 de março de 1926, p. 2, col. 3 e 4. OBS: Nas citações realizei a atualização da grafia e mantive a mesma pontuação. Ressalto também que nas referências das mesmas citações mantive a grafia original para facilitar a consulta aos documentos, pois em alguns acervos digitalizados a busca necessita ser realizada por meio de termos com a grafia de época.

¹⁴ OLIVEIRA, Jordão de. *Caminhos Perdidos*. Rio de Janeiro: Gráfica do Ouvidor, 1975, p. 219.

Na escrita mnemônica destacam-se os elementos sensoriais, como as cores das vestimentas e os ruídos do pisar nas areias das estradas entre Aracaju e São Cristóvão. Também elucida como diferentes famílias sergipanas moradoras da capital deslocavam-se na semana da romaria para o mais antigo centro urbano de Sergipe. Esse caminhar era repetido anualmente como uma obrigação. Os deslocamentos de romeiros em direção ao templo do Senhor dos Passos estão presentes em textos de memórias, nos jornais e nas entrevistas com moradores da cidade e com romeiros dos municípios do agreste sergipano.

Já os estudos recentes da historiografia sergipana têm registrado a solenidade dos Passos como a mais longeva celebração religiosa realizada em Sergipe.¹⁵ É provável que a devoção ao Senhor Bom Jesus dos Passos na primeira capital de Sergipe remonte ao alvorecer do século XVIII.¹⁶ Segundo a tradição oral dos moradores da cidade, um anônimo pescador teria encontrado a imagem do Cristo ajoelhado com a cruz sobre os ombros em tamanho natural em uma caixa às margens do Rio Paramopama¹⁷ e nessa caixa constava a inscrição “Para a cidade de São Cristóvão d’El Rey”.¹⁸ A imagem teria sido transportada para a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, onde se difundiu a devoção ao Senhor dos Passos com a celebração da romaria sempre no segundo final de semana da Quaresma. Desde então essa procissão é realizada

¹⁵ SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção do Senhor dos Passos de São Cristóvão. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Vol. 2, 2005, p. 97-110. Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n2-2005/artigo_7.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2010.

¹⁶ O acervo do Arquivo do Carmo de Belo Horizonte apresenta alguns documentos que evidenciam a realização da Procissão de Bom Jesus dos Passos em 1712, com a presença de frades carmelitas.

¹⁷ O Paramopama é o rio que banha a cidade de São Cristóvão. Ele integra a bacia do Rio Vaza Barris. No estuário do Paramopama na sede municipal de São Cristóvão existiam até o início do século XX importantes portos como o São Francisco, dos Ferros e da Banca, local onde os pescadores teriam encontrado a caixa com a imagem do Senhor dos Passos. Além disso, a bacia do Vaza Barris foi até os primeiros decênios do século XIX um dos principais eixos de escoamento da produção açucareira em Sergipe. Sobre o Rio Paramopama podem ser consultados os seguintes textos. ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. De São Cristóvão ao Rio Comprido X. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 18 e 19 de agosto de 2013. Caderno B, p. 6.

¹⁸ Essa narrativa foi repetida por praticamente todos os entrevistados da cidade, evidenciando a difusão de uma memória coletiva da solenidade que muitas vezes se confunde com a memória da própria cidade

e transforma a referida igreja no principal centro de romaria e de ex-votos em Sergipe.

Ao longo de três centúrias, a solenidade do Senhor dos Passos de São Cristóvão não sofreu grandes modificações no traçado dos cortejos e no calendário. Provavelmente a data das celebrações e o itinerário das procissões se constituem os dois principais elos de permanência da romaria. Esse fato levou muitos dos moradores da cidade e estudiosos do tema a afirmarem que nada mudou. Em muitos casos, a romaria do Senhor dos Passos é vista como uma celebração atemporal, imóvel, ou até mesmo como uma expressão do catolicismo colonial cristalizado no tempo presente. Nesses casos, em busca de uma historicidade pautada na longevidade, a romaria perde o seu teor histórico, tornando-se amorfo e descontextualizado.

Na última década, a procissão do Senhor dos Passos de São Cristóvão tornou-se foco de inúmeros estudos acadêmicos em diferentes áreas. Todavia, praticamente todos esses trabalhos explicitam uma perspectiva problemática e recorrente entre os estudos a respeito da festa: é o fato de não observar as transformações que ocorrem na celebração ao longo do tempo. Ela é descrita e analisada com pauta na ideia uniforme de continuidade e sua interpretação no tempo presente, sem base documental, se dá a partir da bibliografia sobre as festas coloniais.¹⁹ Fazer uma história da festa passa a ser descrito como um retorno inócuo à colônia.

Partindo dessa constatação, torna-se necessário descrever brevemente o que é a solenidade do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão. Ela envolve duas procissões. A primeira, denominada Pro-

¹⁹ Cf. ARAGÃO, Ivan Rêgo. “*Vinde, todas as pessoas, e vede a minha dor*”: a Festa/Procissão ao Nosso Senhor dos Passos como atrativo potencial turístico em São Cristóvão -Sergipe-Brasil. Ilheus-Bahia, 198 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual Santa Cruz, 2012. PEREIRA, Lúcia Maria. Ícones de cura e fé: as promessas da Igreja Senhor dos Passos em São Cristóvão, um discurso sobre a doença. São Cristóvão, 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFS, 2012. BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A Procissão dos Penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular, no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). UFRJ, 2003.

cissão do Depósito, realizada no sábado à noite, entre as igrejas da Ordem Terceira do Carmo e a igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, com a imagem do Senhor dos Passos velada e com fortes traços penitenciais. Trata-se de um cortejo curto e no momento central da prática da desobriga,²⁰ na qual a maior parte dos romeiros acompanha com círios acesos, vestidos em mortalhas roxas e coroas de espinhos.²¹ A segunda, Procissão do Encontro, ocorre na tarde do dia seguinte, com a saída simultânea de dois cortejos. Da igreja Matriz sai o andor do Senhor dos Passos e da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, o de Nossa Senhora da Soledade. Os dois cortejos seguem para a Praça São Francisco,²² local onde ocorre o sermão do Encontro e o canto da Verônica. Após o sermão, as duas imagens são trasladadas em procissão para a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, onde ocorre a despedida dos fiéis e o encerramento das celebrações. Até meados da década de 70 do século XX a celebração era realizada pela Ordem Terceira do Carmo, considerada a mais importante e poderosa associação religiosa de leigos de Sergipe entre os séculos XVIII e XIX.²³ Contudo, em 1977,

²⁰ Entre meados do século XIX e início do século XX, a desobriga estava relacionada à prática de ex-votos nas festas e procissões católicas. Em 1831, Luiz Maria da Silva Pinto, em seu Dicionário da Língua Brasileira, definiu a desobriga como “Livrar, absolver da obrigação” ou “cumprir com a sua obrigação. Desencarregar-se de algum cargo.” PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goiás. Na Tipografia de Silva, 1832, p. 45. Nesse caso, a desobriga pode ser entendida como o momento no qual o promesseiro cumpre com a sua obrigação em relação ao santo, com a entrega do ex-voto ou prática sacrificial.

²¹ As desobrigas na romaria do Senhor dos Passos variaram bastante ao longo do tempo. No século XIX, prevaleciam os sacrifícios públicos, com as chamadas “disciplinas”, carregamento de pedras. Na primeira metade do século XX, prevaleceram os feixes de lenha sobre as cabeças dos romeiros e os círios acesos. A partir de 1950, com a implantação da rede elétrica na cidade e as críticas às fogueiras acesas pelos romeiros, intensificou-se o uso de mortalhas roxas, velas e coroas de espinhos.

²² A Praça São Francisco da cidade de São Cristóvão, em agosto de 2010, foi chancelada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

²³ Maria Thétis Nunes afirma que a Ordem Terceira do Carmo no século XVIII reunia os principais nomes da aristocracia açucareira de Sergipe. Segundo a historiadora, a prova disso foi o embargo envolvendo os frades franciscanos contra os carmelitas em 1756, no tocante a posse da capela Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba, pois “demonstrando o prestígio dos Carmelitas na comunidade local, os Franciscanos não encontraram advogado para encaminhar o embargo, desculpando-se os consultados de terem impedimento porque pertenciam à Ordem Terceira do Carmo”. Cf. NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 237.

a partir dos conflitos internos e da intervenção do arcebispo metropolitano de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, a Ordem Terceira do Carmo foi extinta e substituída pela Associação Nossa Senhora do Carmo, dirigida pelos frades franciscanos.

Além das procissões votivas, o calendário da romaria também é integrado pelos ofícios do Senhor dos Passos ou “Ofício da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”. São orações realizadas ao longo de sete semanas pela comunidade na Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Os ofícios eram em preparação para a grande solenidade penitencial e tinha como principais protagonistas mulheres devotas. O ciclo de celebrações do Senhor dos Passos, até 1945, era encerrado no dia 14 de setembro, com a Festa do Senhor dos Passos, na qual constavam foguetórios, procissões, missas cantadas, desfiles cívicos e era antecedida por um setenário. Em decorrência da existência de duas celebrações em períodos distintos e com aspectos diversificados, nesse estudo trataremos com designações diferenciadas. As celebrações da quaresma serão apresentadas como romaria, pela evidência dada a participação popular e apelo ao deslocamento como forma de expressar a penitência. A segunda, será tratada como Festa de Passos, pelo tom festivo, pela menor participação de devotos de outras cidades e pelo financiamento das elites. Essas designações respeitam os termos utilizados na documentação do século XIX e início do século XX, assim como a ênfase dada nas entrevistas pelos moradores da cidade.

O calendário de São Cristóvão até o terceiro quartel do século XIX era regido por procissões, festas, ofícios, novenas, trezenas e tríduos de oragos das irmandades ou santos de devoção secundária das mesmas. O transcorrer do tempo era alinhavado pela sucessão de festividades religiosas. Além disso, esse calendário, até meados do século XIX, era disposto de acordo com os preceitos da Igreja católica. Em Sergipe oitocentista, as procissões quaresmeiras eram celebradas seguindo os cânones das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, pois as três principais procissões desse período litúrgico eram realizadas pelas associações de leigos. Até meados do século XIX, na quarta-feira de Cinzas, a Ordem Terceira de São Francisco realizava

a Procissão das Cinzas, com mais de dez andores pelas ruas da cidade e revelava os valores da penitência.²⁴ No segundo final de semana da Quaresma, assim como ainda hoje, ocorria a Procissão dos Passos com a Ordem Terceira do Carmo e, na Quinta-feira de Endoenças, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia realizava a Procissão do Fogaréu.²⁵ Desse modo, as mais importantes associações de leigos da cidade demarcavam o calendário quaresmeiro a partir da realização de imponentes procissões.

Todavia, ao longo do século XIX, as festas religiosas de São Cristóvão transformaram-se e muitas das procissões deixaram de ser realizadas. Em geral, atribuem-se diferentes motivações para explicar essas mudanças. Intelectuais do final do século XIX associaram o desaparecimento das procissões a um possível declínio da cidade após a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. De acordo com Severiano Cardoso, São Cristóvão, “em decadência progressiva, após a retirada da sede governamental, está hoje quase arruinada”.²⁶ Para os intelectuais sergipanos da segunda metade do século XIX e início do século XX, a cidade de São Cristóvão era um espaço urbano decadente e com práticas culturais festivas arcaicas. A primeira capital de Sergipe era representada em obras como a *Corografia de Sergipe* de Severiano Cardoso como uma relíquia condenada ao desaparecimento:

São Cristóvão ainda é uma relíquia, uma saudade, um soluço de alma dóida e patriota; e dentro em pouco será, apenas, uma tradição, uma lembrança, que ir-se-á desvanecendo ao passo que se forem sucedendo as gerações. Mas não será inaudita crueldade

²⁴ Essa procissão foi realizada desde o século XVII. Todavia, no século XIX, a permanência da celebração passou a ser questionada, em decorrência dos elevados gastos na ornamentação dos andores, contratação do clero e de músicos. A procissão foi executada pela última vez em 1855, graças a doação de um fazendeiro do Vaza Barris.

²⁵ Trata-se de uma procissão noturna, em que somente homens poderiam participar. O cortejo simboliza a caminhada dos soldados romanos para a prisão de Jesus no Monte das Oliveiras e por esse motivo a procissão é efetuada com passos apressados e com tocheiros acesos.

²⁶ CARDOSO, Severiano. *Corografia de Sergipe*. Arquivo do IHGSE, Fundo IHGS, caixa n. 15, documento n° 036, p. 21. Agradeço a funcionária do IHGSE Maria Fernanda Santos por ter disponibilizado a sua transcrição do manuscrito para leitura.

consentir que sepulte-se aquela tão boa, tão saudável e tão gloriosa terra nos escombros do infortúnio?! Porque por meio do estabelecimento de qualquer indústria progressiva não se procura garantir a continuação de tão estimável núcleo popular no mapa sergipano?²⁷

Nesse cenário de transformações sociais, muitas solenidades desapareceram do calendário católico, como foi o caso das procissões das Cinzas e do Fogaréu.²⁸ Provavelmente, ainda o oitocentos representou o esvaziamento do calendário das celebrações católicas, com a redução drástica das procissões e de irmandades, em parte como resultante da ação do clero tido como romanizado por meio do processo de reforma devocional.²⁹ Paulatinamente, as maiores celebrações passaram a vivenciar a perda de espaço na sociedade, com escassez de recursos e críticas na imprensa a respeito dos gastos onerosos.³⁰ As motivações para esse declínio das irmandades e de suas respectivas procissões são inúmeras, com destaque para a secularização dos cemitérios e a dita decadência do regime monárquico. No primeiro caso, houve uma redução da arrecadação das irmandades, confrarias e ordens terceiras pelo fato

²⁷ CARDOSO, Severiano. *Corografia de Sergipe*. Arquivo do IHGSE, Fundo IHGS, caixa n. 15, documento n° 036, p. 22.

²⁸ No caso da Procissão do Fogaréu encontramos registros escassos de sua realização esporádica ao longo da segunda metade do século XIX. Possivelmente, com a aludida dificuldade financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão, a realização da solenidade de Endoenças ficou comprometida. Todavia, na segunda metade do século XX, já com a presença dos frades franciscanos vindos da Alemanha a procissão voltou a ser realizada, mas com traços teatrais, pois o cortejo passou a ser antecedido por uma encenação da Paixão de Cristo.

²⁹ A Paróquia Nossa Senhora da Vitória possuía o status de Vigaria Geral de Sergipe, ou seja, geralmente o pároco era o representante de todo o clero no estado e atuava como representante do arcebispo da Bahia. No final do século XIX, os párocos passaram a pressionar os membros das irmandades para aumentar o papel do clero nas organizações das festividades. Ainda no início do século XX, foi decretado pelo Arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé da Silva, a extinção de todas as irmandades de Sergipe. Cf. SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

³⁰ Cf. Ainda na primeira metade do século XIX, é possível encontrar artigos publicados na imprensa local criticando as músicas e os exageros na festas religiosas de São Cristóvão. Um exemplo disso é o artigo publicado no *Correio Sergipe* do dia 18 de março de 1840, quando “o inimigo dos abusos”, denuncia “o escândalo das musicas indecentes” na Procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos”. *CORREIO SERGIPENSE*. Correspondências. *Correio Sergipense*. N° 164. São Cristóvão, 18 de março de 1840, p. 6.

do ritual de sepultamentos nas igrejas serem uma das principais fontes de renda dessas instituições.³¹ No segundo, já no período republicano, as irmandades teriam perdido a proteção estatal, pois não eram mais aprovadas pela Mesa de Consciência e Ordens³² e tornaram-se mais vulneráveis às ações reformadoras promovidas pela Igreja.³³

Nesse mesmo período, a Procissão dos Passos se consolidou como a mais importante da província e reunia romeiros de diferentes vilas e povoações, além da marcante presença da elite local, detentora do monopólio do transporte dos andores sobre seus ombros. Tratava-se de uma procissão oficial da província de Sergipe,³⁴

³¹ Deve-se ressaltar que além dos funerais havia também as esmoladas deixadas pelos irmãos em testamentos destinadas as irmandades. No caso da Ordem Terceira do Carmo, ainda no início do século XX, é possível localizar testamentos com doações para a imagem do Senhor dos Passos. Cf. AGPJS. *Testamento do Barão da Estância, Antônio Dias Coelho e Mello*. São Cristóvão. 1904. Sobre as preocupações da sociedade brasileira oitocentista em relação a morte pode ser consultado o livro de João José Reis, “A morte é uma festa”. Cf. REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil — Império: a corte e a modernidade*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141. REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Sobre o Barão da Estância podem ser consultados: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil oitocentista*. Salvador, 196 f. Tese (Doutorado em História). UFBA, 2013. SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. Os últimos passos de uma devoção: indícios da religiosidade de um nobre sergipano oitocentista. *Revista Historien*. Ano 1. Nº 2. Petrolina, 2010. Disponível em: http://revistahistorien.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html. Consultado em 07-10-2014.

³² No Arquivo Nacional podem ser consultados inúmeros processos de aprovação dos compromissos de irmandades sergipanas do século XIX, incluindo algumas de São Cristóvão, como a de São Miguel Arcanjo e de Nossa Senhora da Vitória.

³³ Em São Cristóvão, a crise das irmandades acentuou-se no início do período republicano, ocasião na qual acentuaram-se as ações do processo de reforma devocional católica. Ao discutir a crise da festa do Divino Espírito Santo e das irmandades do Rio de Janeiro, Martha Abreu associa com a falta de proteção do estado ao catolicismo leigo, que durante o período imperial também era oficial. Cf. ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 328.

³⁴ No período imperial, a Procissão do Senhor dos Passos de São Cristóvão era uma solenidade oficial da província de Sergipe, pois contava com a presença de todo o aparato do governo, por meio das honrarias da guarda nacional e do corpo de música da polícia, além do presidente da província, dos deputados e senhores de engenho transportando os andores. Essa constatação está presente nos anúncios das viagens das comitivas do governo provincial, reproduzidas anualmente no jornal *Correio Sergipense*. Apesar do regime republicano ter proclamado a separação entre a Igreja e o Estado, a Procissão dos Passos de São Cristóvão permaneceu, ao longo dos dois primeiros decênios do século XX, recebendo as comitivas oficiais do governo estadual, como pode ser observado nos anúncios de jornais publicados anualmente até o início dos anos 20.

contando com a participação da elite açucareira da região do Vaza Barris, de deputados e ainda do presidente da província que transportavam a charola na procissão do Depósito,³⁵ realizada no sábado, à noite. É provável que no período imperial a Procissão dos Passos de São Cristóvão fosse o evento de maior visibilidade na menor província do Brasil e reconstituía em terras sergipanas o teatro do poder celebrado no mesmo dia na Corte do Rio de Janeiro, com a participação do imperador e no Convento da Graça em Lisboa, com a família real lusitana.³⁶

Contudo, o que mais desperta a atenção a respeito da solenidade sergipana é a presença de práticas penitenciais. Tanto no século XIX como na primeira metade do século XX, as camadas populares de Sergipe tornaram a celebração um palco privilegiado para expressar a devoção por meio de sacrifícios públicos nas principais ruas de São Cristóvão. Nesse sentido, a romaria do Senhor dos Passos representava um momento de encontro entre diferentes grupos sociais, que compartilhavam de uma mesma devoção e expressavam a diversidade cultural por meio de práticas divergentes e muitas vezes conflituosas. Esses conflitos se perduraram por longas décadas e revelam o confronto de interesses a respeito da romaria. Por esse motivo, tais conflitos constituem os fios que tecem esse livro.

A romaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão constitui o foco dessa pesquisa. Ao longo da primeira metade do século XX, a inteligência sergipana, constituída por estudiosos como Manoel dos Passos de Oliveira Telles, Clodomir Silva, Severiano Cardoso, Severino

³⁵ Procissão realizada no segundo sábado da Quaresma, na qual o andor do Senhor dos Passos é transportado coberto pelo encerro, ou seja, um baldaquim de tecido roxo. Luiz Maria da Silva Pinto definia Depósito como “obrigação de entregar o depositário a cousa, que se deo a guardar. A cousa depositada. O lugar ou casa onde se depositão as cousas”. Nesse caso, a Procissão do Depósito possivelmente tinha essa denominação porque realizava a transladação da imagem do Senhor dos Passos entre o Carmo e a Matriz, onde iria pernoitar. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, p. 41.

³⁶ Cf. . Cf. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage Pittoresque au Brésil*. Vol. 3. Paris: L’Institut de France, 1839, p. 19. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530#page/1/mode/1up>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014.

Uchoa e Serafim Santiago, passou a descrever a Festa de Passos de São Cristóvão como a mais significativa solenidade religiosa de Sergipe, capaz de envolver devotos de praticamente todas as regiões do estado. No momento no qual os intelectuais e políticos construía uma imagem de modernização da sociedade sergipana, os elementos tidos por tradicionais foram evocados para elucidar os tempos pretéritos e a historicidade local, ou seja, revelou um esforço em se constituir uma dicotomia entre passado e futuro, atraso e progresso, tradição e modernidade, barbárie e civilização. Partindo dessa assertiva, o problema central do livro é como uma cidade e uma romaria do período imperial foram apropriadas e reinventadas por diferentes segmentos sociais do período republicano brasileiro. Afinal, como foi possível a romaria ter persistido no século XX como a principal devoção da população sergipana em meio aos conflitos pela posse da imagem e ao processo de reforma devocional católica?

Os primeiros decênios do século XX revelam que a transformação da romaria do Senhor dos Passos na principal celebração religiosa e política de Sergipe não foi tranquila ou sem conflitos. A festa tornou-se palco do choque de interesses entre diferentes grupos sociais, na tentativa de promover a reafirmação do poder, reinserir-se no espaço festivo ou até mesmo promover reformas devocionais. Novos atores sociais emergiram no cenário da romaria e promoveram inquietações. Em 1903, os frades franciscanos vindos da Alemanha chegaram à cidade, no intuito de manter o Convento Santa Cruz de portas abertas. Mas a chegada de novos frades provocou mudanças bem mais significativas do que a manutenção de um convento em atividade. Os mesmos se tornaram protagonistas no processo de reforma devocional do catolicismo brasileiro em Sergipe, com ações voltadas para a reorganização da hierarquia religiosa na cidade e a destituição das irmandades e confrarias. Isso se tornou mais explícito no momento em que os frades assumiram o comando da paróquia, em 1906, e passaram a organizar a procissão do Senhor dos Passos. Esse fato provocou uma longa querela com a Ordem Terceira do Carmo e perdurou até meados da década de 70 do século XX.

Os impasses em torno do controle da romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão podem ser vistos como um dos principais capítulos do processo de reforma devocional em Sergipe. Assim, a atuação dos frades franciscanos pode ser entendida como uma nova perspectiva da reforma devocional no Brasil, no qual a presença do clero estrangeiro por meio de ordens religiosas foi estrategicamente dividida em duas frentes de atuação: os padres redentoristas atuaram, a partir do final do século XIX, nos santuários paulistas e goianos, enquanto os frades franciscanos atuaram em estados como Ceará, Pernambuco e Sergipe. Desse modo, é provável que o projeto de reforma devocional no Brasil não fosse uníssono e linear como evidenciam alguns estudos a respeito da temática.³⁷

A procissão do Império do Brasil de cunho penitencial foi reinventada, ao longo da primeira metade do século XX, e expressava um desgastante e árduo processo permeado por conflitos e negociações entre os diferentes atores sociais envolvidos na trama. Com a proclamação da República, a procissão deixou de ser uma celebração oficial. O presidente da província não era mais designado para transportar o andor e havia a ausência do corpo policial para guarnecer a charola e da guarda nacional para curvar-se diante das imagens. Mesmo assim, a elite política não deixou de participar. Ao longo dos primeiros decênios do século XX, a imprensa local descrevia as viagens do presidente do estado para a primeira capital no intuito de participar da “tradicional festa de penitência”.³⁸

A relação entre Igreja e Estado na “Era republicana” também pode ser problematizada por meio da romaria dos Passos. Os lugares sociais foram redefinidos e a romaria recriada sob as lentes republicanas como expressão legítima das camadas populares. Esse segmento

³⁷ FERNANDES, Rubem César. *Os Cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução as religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982. HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994. JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto: História da Romaria de Trindade*. Trindade - GO: IPEHBC/UCG, 2003. STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa, Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

³⁸ Expressão usual na imprensa local, ao longo da primeira metade do século XX, para designar a romaria dos Passos.

social também redefiniu o seu papel, ao assumir o controle simbólico das charolas e ao recriar as hierarquias políticas e religiosas. Eis que a romaria também revela frestas das devoções populares e a partir do momento no qual se busca o olhar dos romeiros, a experiência “dos de baixo” a respeito de suas práticas devocionais são elucidadas as fragilidades conceituais dos estudos sobre o universo das romarias, especialmente no que tange ao polêmico “catolicismo popular.”

Problematizar tais conceitos só se torna possível a partir do momento em que se busca a experiência das camadas populares, ou seja, “reexaminar o velho material já recolhido e fazer novas perguntas, procurando recuperar os costumes perdidos e as crenças que os embasavam.”³⁹ Nesse sentido, ao partir da experiência dos grupos socialmente marginalizados, vale repensar o processo de edificação da dicotomia entre o catolicismo clerical, das elites e das camadas populares. Isso propicia o entendimento das práticas penitenciais na romaria dos Passos não como meras sobrevivências dos tempos pretéritos ou continuidade do pensamento medieval,⁴⁰ mas sim como uma expressão própria de um grupo social que revela um significado dentro do seu contexto social e simbólico.

Com isso, torna-se necessário identificar quais são os protagonistas desse enredo plural e polissêmico. A romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão, ao longo da primeira metade do século XX, tornou-se alvo das atenções de diversos grupos sociais, com propósitos distintos. Esses atores sociais contribuíram para tecer um conjunto de fontes variadas e que desnudam uma realidade complexa, escorregadia e pautada no confronto.

Desse modo, a pesquisa desenvolveu-se a partir do levantamento documental produzido pelos mais variados grupos sociais participantes da solenidade ou que a descreveram. O olhar dos intelectuais sergipanos sobre a Procissão dos Passos foi discutido a partir da produção de

³⁹ THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas-SP:Unicamp, 2007, p. 234.

⁴⁰ AZZI, Riolando. Elementos para a História do catolicismo popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 26, fasc. 141, 1976, p. 96-109.

duas tipologias documentais. A primeira, os textos produzidos na imprensa local, fossem eles convites, descrições, comentários ou até mesmo breves análises. Tratam-se de narrativas que elucidam a celebração no calor dos acontecimentos, com a preocupação em registrar a festa da “tradição”. Esses textos elucidam tentativas de explicar a solenidade por meio da busca das origens, atrelando-a a um passado ibero-americano imaginado. Além disso, as ações da *intelligentzia* sergipana na primeira metade do século XX revelam a construção de uma identidade local pautada na busca da tradição e do patrimônio cultural. Tais textos foram consultados em acervos de diferentes instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), o Arquivo Público Estadual (APES), o Instituto de Pesquisa Tobias Barreto e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN).

Já o segundo grupo de fontes produzidas pelos intelectuais refere-se aos registros manuscritos e textos de memórias, os quais elucidam a procissão como o ícone da identidade da cidade e até mesmo do povo sergipano. Essa identidade é tecida por meio de uma construção simbólica pautada na participação popular, na longevidade e no caráter penitencial. Dois memorialistas se sobressaíram por suas narrativas mnemônicas, Serafim Santiago com seu anuário manuscrito e Manuel dos Passos de Oliveira Telles com sua monografia histórica.

Serafim Santiago (1859-1932) destaca-se pela riqueza de detalhes e complexidade de sua escrita. Autodidata e funcionário público, Santiago foi um homem que circulou entre as camadas populares de São Cristóvão e Aracaju, além de ter se aproximado de alguns intelectuais renomados no Estado. Na segunda década do século XX, escreveu um livro manuscrito destinado aos seus filhos e netos, no qual narra as tradições de sua terra natal e reescrevia história de Sergipe sob a perspectiva de São Cristóvão. Certamente é o caso de um ator social enigmático, com preocupações similares as dos folcloristas e antiquários brasileiros da época.⁴¹

⁴¹ ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), nasceu na Vila do Socorro, mas viveu na velha cidade de São Cristóvão entre o final do século XIX e início do século XX.⁴² Foi um dos mais atuantes sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e publicou inúmeros textos nos jornais de Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro. Muitas dessas obras apresentavam peculiaridades do cotidiano e das tradições de São Cristóvão.

Outro grupo social relevante na pesquisa é a elite política sergipana. O marco temporal da pesquisa elucida um momento crucial para os políticos locais. Após a Proclamação da República, essas lideranças políticas precisaram se reinventar, reconstituir os seus posicionamentos e no campo da religiosidade, precisaram rever o lugar social na Procissão dos Passos, que deixara de ser uma celebração oficial do Estado imperial. As descrições da atuação desse grupo na romaria do Senhor dos Passos demonstra a emergência de novas culturas políticas e de políticas culturais acerca da esfera religiosa em Sergipe. A participação dos políticos sergipanos foi analisada a partir dos textos publicados nos jornais e na documentação oficial do Estado, presentes nos acervos do IHGSE e do APES.

A romaria do Senhor dos Passos está atrelada ao universo carmelitano. A procissão era organizada pela Ordem Terceira do Carmo e durante séculos contou com a efetiva participação dos frades carmelitas. Todavia, a localização dos registros documentais a respeito dessa ordem em Sergipe tornou-se uma tarefa árdua, pois praticamente toda a documentação desapareceu com a saída dos frades de Sergipe. A situação tornou-se mais drástica devido ao fechamento do Convento do Carmo da Bahia, que provocou a incerteza em relação ao destino dos registros documentais da ordem. Os mesmos foram localizados no Arquivo do Convento do Carmo de Belo Horizonte, mas mesmo assim se restringia praticamente às ações dos frades, com escassas ações dos terceiros. A localização dos documentos mais valiosos no

⁴² GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 408.

entendimento da Ordem Terceira do Carmo ocorreu em 2012, ano no qual foi realizado um reparo no Convento São Francisco e foram localizados alguns dos livros pertencentes aos terceiros do Carmo escondidos atrás de uma parede do convento. A referida documentação permaneceu um longo período fora do alcance de pesquisadores e de religiosos.⁴³ O que teria motivado a velada guarda perpétua dessa documentação? Certamente a motivação está atrelada aos impasses a respeito da solenidade e constituem frestas acerca das querelas dos frades franciscanos com a Ordem Terceira do Carmo.

Também dispersa estavam as fontes sobre os frades franciscanos. A atuação do clero reformador em Sergipe ocorreu em diferentes frentes e isso provocou a fragmentação do acervo em inúmeras instituições. A documentação produzida pelos franciscanos da Saxônia demonstra o desconforto dos frades diante das práticas do catolicismo das camadas populares, além de confirmar severas críticas à conduta moral e religiosa dos irmãos terceiros do Carmo. A atuação dos religiosos foi registrada pela própria ordem, como também por meio das visitas pastorais pelos bispos da Diocese de Aracaju, criada em 1910. Assim o levantamento ocorreu nos acervos dos seguintes arquivos: Cúria Arquidiocesana de Aracaju, Paróquia Santo Antônio do Aracaju, Cúria Arquidiocesana da Bahia e Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão.

Todavia, apesar da relevante ação de leigos e religiosos nos impasses acerca do controle da romaria do Senhor dos Passos, a solenidade tem como atores centrais os romeiros, personagens anônimos, grupo historicamente marginalizado, que ao longo do tempo imprimiram uma feição peculiar ao modo de celebrar o “santo dos pobres”.⁴⁴ Os romeiros eram vistos pelos demais segmentos sociais do enredo como

⁴³ Essa documentação foi disponibilizada para consulta pelo Prior do Convento do Carmo de São Cristóvão, frei Severino. São os livros de entrada e de registro de bens da Ordem Terceira do Carmo. Como a documentação foi localizada no Convento São Francisco, é possível que os frades tenham guardado os registros apreendidos após a extinção da ordem dos terceiros carmelitas em meados da década de 70 do século XX.

⁴⁴ É recorrente entre os romeiros afirmarem que a festa do Senhor dos Passos não tem luxo, somente penitência e fé. Seria a solenidade religiosa dos pobres, na qual prevalece a presença de romeiros vestidos com mortalhas de cor roxa.

alvo das reformas, do controle sociopolítico, das ações civilizatórias. Políticos, intelectuais, clero e irmãos leigos viam os romeiros como personagens que simbolizavam o passado do estado de Sergipe pelas ruas da velha capital; eram considerados como uma população amorfa, desregrada e ingênua. Na historiografia sergipana, os romeiros do Senhor dos Passos aparecem como os seguidores do catolicismo colonial e piedoso, por vezes inserido num leque devocional do medievo.⁴⁵ Em suma, uma grande massa anônima, sem voz e desprovida de sentido histórico, pois suas práticas cunham o catolicismo que foi e não existe mais. De qualquer forma, os romeiros foram vistos como um grupo a-histórico, sem movimento, incapazes de mudar os sentidos de suas práticas.

Na compreensão dos romeiros do Senhor dos Passos foram utilizadas como fontes os registros de memorialistas e folcloristas, que em decorrência de motivações variadas registraram as “práticas exóticas” do catolicismo das camadas populares em Sergipe no alvorecer do novo século. Tais registros foram localizados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH-DHI/UFS), da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Epifânio Dória.

O percurso investigativo sobre os moradores da cidade de São Cristóvão inseridos na grande romaria penitencial foi pautado em fontes orais. A experiência dos vizinhos do centro de romaria, assim como a memória sobre as práticas devocionais no tempo presente e de seus ancestrais em relação ao Senhor dos Passos foram alvo das entrevistas. O uso de tais fontes foi necessário para tentar compreender o cotidiano da cidade nos períodos entre romarias, assim como uma tentativa de elucidar as manifestações religiosas inseridas no calendário devocional ao Senhor dos Passos.

⁴⁵ Essa perspectiva aparece nas obras de Antônio Bittencourt Júnior e de Ivan Rêgo Aragão. Cf. ARAGÃO, Ivan Rêgo. *“Vinde, todas as pessoas, e vede a minha dor”*: a Festa/Procissão ao Nosso Senhor dos Passos como atrativo potencial turístico em São Cristóvão-Sergipe-Brasil. Ilhéus-Bahia, 198 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual Santa Cruz, 2012. BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A Procissão dos Penitentes do Senhor dos Passos*: um estudo de comunicação na religiosidade popular, no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe. Rio de Janeiro, 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). UFRJ, 2003.

Percebe-se que nesse livro não há apenas um protagonista, nem um cenário uniforme, nem mesmo uma trajetória linear da festa. Temos pela frente caminhos tortuosos e enladeirados, expressão de uma trama complexa, polissêmica e inconstante. Na discussão a respeito das fontes ficou evidente que cada segmento social buscou, ao longo do século XX, construir uma representação própria atinente a romaria em questão. Querelas emergiam no mesmo compasso em que novos atores sociais tentavam se inserir no enredo festivo sob a égide da reforma, com a reinvenção da romaria e com a construção de novas hierarquias.

Diante disso, o livro foi pensado como uma procissão e assim como a Procissão do Senhor dos Passos, está permeada pelo deslocamento de diferentes atores sociais em disputa por espaço, pelo protagonismo do enredo. A partir dos atores sociais envoltos na solenidade, das fontes elencadas e dos conflitos tecidos no contexto da romaria, os capítulos expressam uma tentativa de problematizar as inúmeras leituras tecidas a seu respeito na primeira metade do século XX. O texto foi dividido em três partes, no intuito de discutir a romaria do Senhor dos Passos a partir de uso de fontes documentais específicas.

Na primeira parte, “A Jerusalém de Sergipe”, tem como fio condutor a presença dos intelectuais e as interpretações sobre a romaria dos Passos. No capítulo “O encontro dos tempos do Império e da República”, a partir dos jornais sergipanos, apresento uma descrição da romaria do Senhor dos Passos entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. No segundo, “A Cidade do Passado”, são discutidas as representações construídas pelos pensadores da história em Sergipe acerca da cidade de São Cristóvão entre os séculos XIX e XX. Desse modo, tenho como foco as dissonâncias das representações sobre decadência e modernidade entre os homens de letras em Sergipe. No terceiro capítulo, “Os tempos da Cidade”, discuto as reinvenções do calendário religioso da cidade sob a ótica do intelectual cristovense Serafim Santiago. Essa primeira parte é encerrada com o capítulo “Um cirineu pensando a história: Serafim Santiago e as memórias da romaria”, no qual realizo uma discussão sobre a trajetória intelectual de Serafim Santiago e de seu “Anuário Cristovense”.

Com isso, são debatidas as memórias sobre a romaria, a trajetória do autor, as leituras e os diálogos com intelectuais sergipanos do início do século XX, assim como a trajetória de seus manuscritos nos acervos particulares e de instituições culturais.

Na segunda parte, intitulada “Impasses da reforma devocional em Sergipe”, o enredo tem como protagonistas os frades franciscanos e os irmãos terceiros do Carmo. No quinto capítulo, “As ciladas dos frades franciscanos’: a reforma devocional e a luta pelas alfaias”, discuto os conflitos entre os herdeiros das antigas irmandades e os religiosos franciscanos oriundos da Saxônia no processo de implementação da reforma devocional católica em São Cristóvão no início do século XX. No capítulo “A quadrilha de irmãos’: a reforma devocional e os bastidores da romaria”, apresento como fio investigativo as tensões e os conflitos entre os atores sociais no enredo da romaria do Senhor dos Passos. Respalçado no uso da documentação eclesiástica, são analisados os conflitos entre os frades franciscanos de origem alemã e os leigos da Ordem Terceira do Carmo pelo controle da solenidade.

Na terceira parte do livro, “Memórias da tragédia: a patrimonialização da romaria”, o foco é a questão do patrimônio cultural de São Cristóvão e seus detentores. No capítulo “As ruas das Amarguras: o patrimônio de pedra e cal”, discuto o processo de tombamento dos monumentos históricos da cidade, iniciado nos idos de 1942. Em “A formosa filha de Sião e seu Unigênito Filho’: as imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade”, analiso as narrativas dos detentores do patrimônio sobre os bens móveis integrados à romaria. Por fim, no último capítulo “A rememoração da tragédia: a imaterialidade do patrimônio”, a partir das memórias orais, são discutidas as conflituosas representações acerca da romaria difundidas pelos moradores da cidade e pelas instituições responsáveis pela gestão patrimonial.



PRIMEIRA PARTE



A JERUSALÉM DE SERGIPE



FIGURA I: Cruzeiro da Praça São Francisco. Década de 1950. Acervo Erundino Prado Júnior.



SÁBADO DE PASSOS

Não há brutalidade, ò criatura louca
Nessa prece de dor que alguém vedes fazer
Quão bela e majestosa é! Silêncio! Vossa boca
Fecha-se para sempre – e dar-vos-ei a crer

Nessa difusão sublime de pertinaz querer
Que Deus inflama às almas... à alma frágil, louca!
Tendes à via Sacra, de rastro, um magro ser
Ao céu salmos cantando, em voz tremente, rouca.

Um êxtase supremo! Pensando em tal martírio
Magna, sentires vãs, do coração a dor
Refletindo-se à vossa alma, em transes de agonia.

Quem de joelhos passa lembrando seu martírio
Fá-lo sinceramente seguindo o Redentor,
Ferido e torturado, do seu calvário à via.*



* CARMELO, Elyseu. Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. Aracaju. Sabbado de Passos, de Elyseu Carmelo, de 19/2/1940. Livros manuscritos de Elyseu Carmelo.



Segunda semana da Quaresma. Para grande parte da população sergipana da segunda metade do século XIX era um tempo sagrado, diferenciado, de ritmo acelerado, pois “tal como espaço, o tempo não é, para o homem religioso, nem homogêneo nem contínuo”.¹ Era a sagrada semana de Passos, ou seja, tempo propício para se deslocar à cidade de São Cristóvão, ver a imagem do Senhor dos Passos e participar da mais importante romaria da província. A velha cidade foi a capital sergipana até o ano de 1855, quando o então presidente provincial, Inácio Joaquim Barbosa, por meio da Lei Provincial Nº 413 de 17 de março de 1855, mudou a sede para a então povoação de Santo Antônio do Aracaju. Nos dias de romaria, em certa me-

¹ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63.

dida, a velha cidade de São Cristóvão voltava a ser vista como capital, pois reunia em suas estreitas ruas, autoridades políticas, homens e mulheres de diferentes segmentos sociais. Na segunda semana da Quaresma, quase todos os caminhos levavam à antiga capital, que se transformava na Jerusalém sergipana.

Após a quarta-feira de Cinzas, as estradas em direção a São Cristóvão apresentavam um movimento descomunal, com romeiros deslocando-se a pé, carros de bois com famílias abastadas das regiões açucareiras ou com comitivas de políticos da nova capital. Essa movimentação de membros da elite e das camadas populares pode ser entendida como uma permanência simbólica da cidade de São Cristóvão como capital no âmbito religioso. Aracaju de fato passou a exercer o papel de centralização político-administrativa e paulatinamente consolidou-se economicamente (expressamente a partir do início do século XX). Todavia, na esfera da religiosidade católica, São Cristóvão permaneceu com o status de centro aglutinador de romeiros, com a celebração de procissões imponentes e guarnecidas pela guarda nacional e mandatários da política provincial.


Nessa perspectiva, é imprescindível discutir as transformações da participação da elite política sergipana nas solenidades religiosas da cidade de São Cristóvão no período entre a segunda metade do século XIX e primeira metade da centúria subseqüente. Nesse período, ocorreram importantes transformações não somente no cenário político, administrativo e social, como também na esfera populacional, cultural e religiosa. E, apesar de tais transformações, a romaria do Senhor dos Passos, ao contrário de outras celebrações, permaneceu como uma importante solenidade religiosa, agregadora da diversidade social sergipana e reveladora das desigualdades sociais, com a reafirmação da posição social dos devotos do Senhor dos Passos.

Essa Jerusalém, centro de romaria da população católica de Sergipe é foco desse primeiro capítulo. Ao longo da primeira metade do século XX, ainda era vigente a difusão de um discurso no qual explicitava o contraponto simbólico a nova e a velha capital de Sergipe. Aracaju, a nova capital do estado era apresentada na imprensa como pos-

suidora dos elementos representativos da modernidade, do progresso e da civilidade. São Cristóvão, a antiga capital, era representada pelo atraso, pela decadência e pela associação à tradição e às reminiscências do passado sergipano. A romaria do Senhor dos Passos se tornou um dos pilares dessas representações, pois em pleno período republicano apresentava os elementos desejados pela elite intelectual local na constituição de uma leitura na qual São Cristóvão se tornava lócus dos tempos pretéritos.



O ENCONTRO DOS TEMPOS DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA



Sábado de Passos. Segunda semana da Quaresma. Últimos anos do Império. Ao longo do dia o movimento das ruas da velha cidade de São Cristóvão era descomunal, com romeiros de diferentes proveniências desfilando entre as igrejas seculares e as casas de moradores que os recebiam e os abrigavam durante os dias de penitência. No entardecer, a elite política sergipana chegava ao centro urbano. No segundo final de semana da Quaresma, aquele espaço se tornava a capital católica de Sergipe. Nele ocorria um espetáculo no qual os moradores da cidade, de suas calçadas, assistiam ao retorno de políticos para a cidade que, até meados do século XIX, ostentava o honroso título de capital provincial. Serafim Santiago, entusiasta com as tradições de São Cristóvão, em 1920, descreve a chegada da elite política na cidade nos anos 80 do século XIX:

No correr da primeira semana da quaresma, principiavam a chegar muitas famílias de todos os pontos da ex-Província, principalmente da nova Capital de Aracaju, d'onde a maior parte da pequena população era natural de São Cristóvão. Chegava finalmente no sábado à tarde o Ex^{mo} Senhor Presidente da Província e seu estado-maior, assim como um grande número de funcionários públicos gerais e provinciais e a música do Corpo de Polícia. Grande era a concorrência de carros conduzindo famílias a entrarem dia e noite na velha cidade. Imaginem o prazer das pessoas residentes em São Cristóvão nestes dias, vendo juntos a si seus parentes e amigos que a força da necessidade moravam na nova e insalubre Capital de Aracaju, sujeitos a moléstias, devido aos grandes pântanos da praia selvagem!¹

Segundo Santiago, o entusiasmo com a chegada de romeiros, políticos e familiares para a romaria do Senhor dos Passos era motivado também pela condição na qual a solenidade elevava a cidade de São Cristóvão, com a ideia de retorno simbólico do título de capital. O pensador da história constata os elementos distintivos entre as duas cidades, usando do discurso do higienismo e ressaltando as condições de insalubridade da pantanosa Aracaju.

Nesse caso, a romaria do Senhor dos Passos apresenta uma perspectiva que extrapola o universo sociorreligioso e cultural e mostra-se como um importante palco das decisões políticas em Sergipe, como também das reafirmações identitárias e de reivindicação do passado. Lembrar da nova capital estadual como um espaço de proliferação epidêmica e de suas praias como desertas, expressa muito mais do que um tom jocoso da rivalidade entre os municípios; revela frestas de uma disputa política. Michel Pollak, ao problematizar a questão das memórias subterrâneas enfatiza como os diferentes agrupamentos sociais são interligados ao universo político-social. No seu entender, “essas

¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 181.

memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”.²

Nesse ínterim, no alvorecer do século XX, Santiago tenta usar de suas memórias para produzir um discurso de louvação ao passado festivo de sua terra e, conseqüentemente, criticar o desaparecimento de festejos tradicionais em seu tempo de escrita, ou seja, em 1920. Trata-se de uma reinvenção do passado com a finalidade de exigir maior atenção para as irmandades, profissionais organizadores de andores e festas, assim como o catolicismo tido como rústico e ultrapassado. É um processo de usos do passado.

Diante disso, busquei compreender as festas e as procissões da cidade de São Cristóvão na segunda metade do século XIX. Foi um momento no qual muitas das solenidades deixaram de ser realizadas, enquanto outras foram criadas. Além disso, algumas irmandades apresentavam dificuldades na arrecadação de fundos. Mesmo assim, a velha capital possuía um calendário religioso permeado de celebrações alusivas aos patronos dos oragos de confrarias, irmandades e ordens terceiras; nichos de igrejas e devoções penitenciais do período quaresmal.

Aliás, a Quaresma de São Cristóvão era o momento de maior aglutinação de devotos oriundos do interior sergipano, especialmente os grupos sociais instalados nas imediações da região açucareira, com maior ênfase para os vales do Vaza Barris e da Cotinguiba. Na década de 50 do século XIX, em tempos marcados pelo catolicismo como religião oficial do Império do Brasil, as solenidades de caráter penitencial eram anunciadas com entusiasmo na imprensa oficial da província de Sergipe. Prova disso é o anúncio da Quarta-feira de Cinzas de 1847, primeiro dia de Quaresma e de reflexão penitencial do calendário litúrgico.

² POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, p. 4.

É chegado o tempo quaresmal, e que belos que são os atos religiosos que ao mesmo passo que nos apresentam a idéia e lealdade do pecado que nos enegrece pela culpa, ao mesmo tempo nos chama a penitência e a primeira graça de que, por legado de nossos primeiros pais, havia nos perdido a herança! Hoje vão os católicos exercer um ato religioso no qual a igreja lhes dá lições bem importantes. Não se diga que a função da cinza é vazia de interesse a respeito da alma. Sabemos que não é preciso explicação a quem deve saber a sua Religião, mas como alguém o possa ignorar; da mesma sorte que alguns ignoram o Padre Nosso, e o que há de mais sabido na doutrina, daremos uma explicação não Teológica do ato da cinza, mas ao menos filha legítima do boa [sic] razão.³

O texto apresenta uma defesa acerca da relevância das tradições religiosas do catolicismo no Império, especialmente em Sergipe. É interessante a estratégia usada para reconhecer a proeminência das solenidades e a ênfase dada ao fato de que todos deveriam conhecer os princípios básicos do cristianismo, também reconhece a ignorância de muitos acerca das questões religiosas. O *Correio Sergipense* era um órgão da imprensa oficial da Província de Sergipe, ao longo da segunda metade do século XX, e suas edições nesse período eram permeadas de notícias referentes ao universo católico, com destaque para os anúncios das festas, defesa da fé, prestações de contas e compromissos de irmandades, leis nacionais e provinciais sobre as questões devocionais.

Entre as notícias acerca das festas religiosas da cidade veiculadas em “O *Correio Sergipense*”, destacavam-se as notícias sobre a romaria do Senhor dos Passos. No final da década de quarenta do século XIX, ocorreu uma campanha em defesa da ornamentação da charola do Senhor dos Passos com elementos artísticos em prata. A campanha teve como principal entusiasta Joaquim Fernandes Barboza. Nos anos 40 do

³ CORREIO SERGIPENSE. Religião In: *O Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e literária. Ano X, nº 25, 31 de março de 1847. (texto escrito em 17 de fevereiro de 1847), p. 4, col. 1.

século XIX, ele era um ator social reconhecido na cidade, pois atuava como procurador da Ordem Terceira de São Francisco e tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, ou seja, era o responsável pela organização da Procissão do Senhor dos Passos. Na sessão da Assembleia Provincial do dia 7 de junho de 1847, foi lida e aprovada a seguinte petição:

Sessão do dia 7 de Junho de 1847. Presidência do Sr. Cônego Sobral. As 11 horas e 1/4 abriu-se a sessão. Lida a ata do dia 5 foi aprovada. O senhor secretário dando conta do expediente leu: (...) Uma petição de Joaquim Fernandes Barboza, tesoureiro da Ordem 3^a do Carmo pedindo a consignação de 1.000 \$ 000 para revestir-se de prata o andor do Senhor dos Passos (A comissão de justiça civil e eclesiástica).⁴

O investimento estatal no revestimento do andor do Senhor dos Passos não soa estranho, pois além do catolicismo ser a religião oficial do Império do Brasil, a solene Procissão dos Passos era uma das celebrações com participação das comitivas oficiais do Estado brasileiro. Na província de Sergipe, tanto a romaria do Senhor dos Passos no período quaresmal, como a festa de Bom Jesus dos Passos em setembro contavam com a participação do presidente provincial. Os jornais oitocentistas apresentam inúmeros convites direcionados ao presidente, deputados gerais e provinciais, guarda nacional e músicos. No *Correio Sergipense* de 17 de setembro de 1857, o “Noticiário” apresenta:

O Setenário do Senhor dos Passos na Cidade de São Cristóvão tem-se feito este ano com muita pompa e decência para o culto. A festa que terá lugar do domingo (20) não será menos aparatosa havido sido para ela convidado o Excelentíssimo Senhor Presidente.⁵

⁴ CORREIO SERGIPENSE. Suplemento ao *Correio Sergipense*. In: *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno X, n^o 49, 03 de julho de 1847, p. 9, col. 4.

⁵ CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XX, n^o 42, 17 de setembro de 1857, p. 3, col. 1.

É perceptível como a organização da Procissão de Passos contava com investimento oriundo da Assembleia Legislativa Provincial e com a participação da elite política tanto na solenidade quaresmal, como na festa de setembro. Tais procissões eram tão relevantes, que até mesmo após a mudança da capital para Aracaju ainda era perceptível a sua continuidade como locus dos embates políticos e da negociação entre as lideranças locais na construção de alianças. Em 1861, no dia 13 de março, o deputado provincial e vigário geral de Sergipe, José Gonçalves Barroso discursou na Assembleia Legislativa Provincial.

O Sr. Rego: - É bom dizer que o Presidente esteve na casa do nobre deputado.

O Sr. vigário Barroso: - S. Ex. honrou-me muito hospedando-se em minha casa. Senhores, sabia de muito tempo que, o ilustre Presidente da província pretendia acompanhar em São Cristovão a Procissão do Senhor dos Passos. Para isso apareceu naquela Cidade e nada falou-me sobre a apuração.⁶

Por se tratar de uma celebração que reunia praticamente toda a elite política e econômica de Sergipe oitocentista, a romaria do Senhor dos Passos era um importante momento de redefinição dos conchaves políticos. Nos dias de solenidades, os sobrados e casarões nas ruas da cidade alta estavam repletos de famílias oriundas dos engenhos e não era raro ocorrerem reuniões para discussões acerca da política na província.

A procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos era cercada de aparato de Estado, com guarnição oficial e presença da música do corpo policial. As honrarias demonstram como a referida procissão era detentora de elementos formais. Às vésperas das procissões, eram publicadas notas de comandantes da guarda nacional com a designação dos grupos que deveriam guarnecer os andores, assim como os músicos a se fazerem presentes.

⁶ CORREIO SERGIPENSE. Discurso de Sr. Vigário Barroso. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XIV, n° 24, 03 de março de 1861, p. 1, col. 4.

Do comandante da guarda nacional desta Capital. - Dê v. m. com a conveniente antecipação as precisas ordens para que no dia 26 do corrente se apresente em forma com o possível luzimento e asseio todo o batalhão de seu comando a fim de acompanhar a procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos que nesse dia tem de sair da Ordem 3^a do Carmo, por ocasião de comemorar a Igreja a Exaltação da Santa Cruz. Espero que v. m. se mostrará pontual e diligente na observância da presente ordem o que muito se lhe recomenda.⁷

Um fato que desperta a atenção nessa convocação da guarda nacional é a preocupação com asseio e pontualidade. A Festa de Passos estava entre as maiores e mais animadas celebrações religiosas do segundo semestre em São Cristóvão oitocentista. Era uma festividade com aspecto mais alegre, sem as marcas das práticas penitenciais como ocorria na romaria do período quaresmal. A banda de música entoava cânticos alegres, exaltando a devoção cristã. O foguetório estabelecia os ruídos comprovadores do poderio da Ordem Terceira do Carmo. Também era comum a ornamentação das ruas com bandeirolas e a presença dos alunos das escolas isoladas e do ensino secundário para acompanharem o cortejo. Contudo, a presença da guarda nacional atendia a uma prerrogativa imperial. Nos idos de 1843, o imperador Dom Pedro II estabeleceu uma tabela na qual definia as continências e honras militares da guarda nacional diante da passagem de procissões. De acordo com o imperador:

Dom Pedro por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Faço saber aos que esta minha precisão ver, subindo a minha augusta presença a consulta do conselho supremo militar a que mandei proceder para a organização de uma tabela das continências e

⁷ CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XV, nº 78, 09 de outubro de 1852, p. 21, col. 2.

honras militares estabelecidas pelas leis gerais existentes, tanto nos corpos dos guardas como fora delas, compreendendo as guardas de honra e as salvas de mar e terra.⁸

A legislação imperial definia quais eram as solenidades mais importantes e reafirmava a hierarquia na corte celestial. Até certo ponto, essa hierarquia seguia os parâmetros das Constituições Primeiras da Arquidiocese da Bahia. No ápice estavam o Santíssimo Sacramento, o viático e a relíquia do Santo Lenho. De acordo com a normativa, as honrarias deveriam ocorrer do seguinte modo:

Das continências, guardas de honra e salvas que se devem observar no exército.

De dia ou de noite.

Ao Santíssimo Sacramento levado em procissão, Sagrado Viático, ou à relíquia do Santo Lenho.

§ 1º As guardas e as tropas em parada deverão tirar as barretinas e por joelhos em terra; prostrar-se-ão as bandeiras, estandartes, espadas e armas; e as músicas cornetas e tambores baterão a marcha.⁹

De acordo com a determinação imperial, a presença da guarda nacional e da música eram obrigatórias em solenidades como a Procissão do Senhor dos Passos. No caso da solene Procissão do Encontro, realizada no segundo domingo da Quaresma, as honrarias eram as máximas estabelecidas pelo quadro imperial, em decorrência da presença da relíquia do Santo Lenho levado sob o pálio a frente do andor do Bom Jesus dos Passos. Certamente essa constituía na principal referência militar em solenidade religiosa na Província de Sergipe, pois era o momento no qual saíam pelas ruas a imagem de Cristo e a relíquia do Santo Lenho. Nas convocações era expressa a exigência da

⁸ CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, nº 471, 07 de junho de 1843, p. 2, col. 2.

⁹ CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, nº 471, 07 de junho de 1843, p. 3, col. 1.

permanência dos guardas na Praça da Matriz para aguardar a saída da procissão.

Ao comandante do Batalhão da Guarda Nacional da capital. Expeça v. m com urgência as convenientes ordens para que o Batalhão da Guarda Nacional do seu interino comando acompanhe a Procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, formando para este fim no largo da Matriz desta Cidade na tarde do dia 12 do corrente.¹⁰

A Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos do século XIX tornou-se alvo de críticas na imprensa sergipana. Essas querelas entre grupos com interesses divergentes foi comum nas irmandades dos Passos e ordens terceiras do Carmo no Brasil Império.¹¹ No caso de São Cristóvão, era alvo das críticas o modelo considerado pela elite letrada de Sergipe como arcaico e incivilizado. Do mesmo modo que ocorria um aumento do afluxo de romeiros para as procissões de penitência, ocorria a emergência de discursos incisivos acerca das práticas penitenciais das camadas populares, assim como havia combates aos abusos cometidos por políticos e até mesmo pelo clero.

As inquietações denunciadas nas páginas do “Correio Sergipense”, jornal oficial do governo provincial, revelam uma preocupação em constituir práticas religiosas atinentes ao momento reformista vivenciado pela sociedade sergipana, respaldado na civilização e nas normativas publicadas pelo arcebispo da Bahia. Era explícito o intento na promoção de novas formas de devoção, hora respaldado na tradição das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, hora nas pastorais arquidiocesanas. Uma dessas denúncias revelava:

¹⁰ CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Official, política e litteraria. Anno I, nº 20, 15 de março de 1854, p. 1, col. 1.

¹¹ Um exemplo disso foram os conflitos na irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos da Cidade de Goiás no século XIX. Cf. MORAIS, Cristina de Cássia Pereira. Os Passos dos Irmãos: uma análise das irmandades do Senhor dos Passos na Capitania de Goiás no setecentos. In: ROSA, Rafael Lino; BRITTO, Clóvis Carvalho. *Nos Passos da Paixão: a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos em Goiás*. Goiânia: Kelps/PUC-GO, 2011, p. 23-53.

Sr. Redator.

Coisas há que cada vez mais admiro. A pouco tempo, vi e ouvi o nosso Reverendo Vigário, o Sr. Luiz Antônio Esteves, publicar em a missa Conventual da Matriz, uma Pastoral, em que o Excelentíssimo Metropolitano mandava, que nas festividades e atos Religiosos, se extirpasse de uma vez o intolerável e imoral abuso de se tocarem hinos Nacionais, e quaisquer outros toques profanos: isto posto, admirei sumamente que o Senhor comandante interino dos Permanentes, consentisse em um dos Atos que se devia guardar todo o critério Religioso, submissão e respeito que cumpre a todo que professa a Sagrada Religião do Império, qual o da Procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, a música de seu corpo que acompanhou a dita Procissão escolhesse, como de prevenção, para tocar hinos profanos, e outras músicas indecentes que a modéstia por não dar mais escândalo, privando até se cantassem os Motetos junto aos Passos com toda a reverência religiosa, como se costuma. Quem tal diria Senhor Redator, que assim se profanasse o respeito que devemos guardar a nossa Santa Religião. Sirva-se Senhor Redator dar publicidade a estas mal traçadas linhas, a fim de que o Senhor Major Antônio Pedro Machado, corrija o seu Mestre de Música de semelhante procedimento anti Religioso e imoral. Seu Patrício e Amigo.
O Inimigo dos abusos.¹²

O texto elucida como as festas eram palco de tensões. As críticas acerca da Procissão do Senhor dos Passos nos anos anteriores a mudança da capital eram em decorrência da falta de respeito e das denúncias contra a imoralidade. Essa denúncia perpassa pelo conflito entre a elite sergipana, pois critica o comandante interino da guarda nacional em Sergipe por ter permitido seus músicos executarem hinos patrióticos no decorrer da Procissão do Encontro, pois tais hinos executados pela

¹² CORREIO SERGIPENSE. Complemento ao Correio Sergipense. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, nº 174, 18 de março de 1840, p. 6, col. 1 e 2.

banda de música teriam prejudicado o canto dos Motetos dos Passos,¹³ considerado um dos momentos centrais de piedade na procissão.

Infelizmente o denunciante não informou quais foram as músicas profanas tocadas durante a procissão, mas o autor deixa algumas pistas. A principal é o fato de terem sido hinos patrióticos. Como o Hino de Sergipe foi aprovado pela Assembleia Provincial no dia cinco de junho de 1836,¹⁴ é pertinente afirmar sobre a possibilidade dele ter sido um dos hinos entoados na referida procissão.

O uso de hinos patrióticos nas procissões católicas foi prática recorrente em Sergipe oitocentista. Na próspera cidade de Laranjeiras, já no último decênio do período imperial repetiu-se uma cena similar a descrita pelo “Inimigo dos abusos”. Na procissão do Mês Doloroso, organizada pelo vigário Eliziário a banda de música da sociedade “Amphiom” tocou inúmeras marchas cívicas, entre as quais “Tiradentes, obra do professor Manoel Bahiense”.¹⁵

Todavia, a questão de indecência não estava circunscrita ao universo dos leigos nas festas religiosas, mas acobertava até mesmo o clero. Também no mês de março de 1840, foi publicado um texto com outra denúncia, dessa vez voltada para a procissão da outra ordem terceira cristovense, a de São Francisco:

Estando eu na Ordem Terceira de São Francisco ocasião em que estava para sair a procissão de Cinza, vi entrar certo figurino de sobrecasaca verde (corroído) de veludo, calças brancas, chapéu branco, inha na mão: e como a minha avançada idade tinha tirado parte da vista, movido da curiosidade de conhecer quem era o tal gamenho, lanço a minha luneta, e deitando-a para o tal casquinho que conheço ser o Sr. Pa-

¹³ De acordo com as notas publicadas na imprensa sergipana oitocentista e com o texto biográfico de Bitencourt, é plausível a possibilidade dos Motetos do senhor dos Passos terem sido composição de José d’Anunciação Pereira Leite. Cf. BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil - sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Gomes Pereira, 1913, p. 144-145.

¹⁴ A música é do professor Manoel Joaquim de Oliveira Campos e a letra é uma poesia do Frei José de Santa Cecília.

¹⁵ SERGIPE. Festa em Laranjeiras. *Sergipe*. Anno 2, n° 3, 07 de outubro de 1881, p. 3, col. 3.

dre João José Pires, que com toda a sem cerimônia se dirige a conversar assim com os seus colegas!! Ah! Senhor Redator, qual não seria a minha admiração e espanto contando eu já os meus 72 para 73 anos de idade, e que alcancei o século da estupidez, ver no presente século das luzes um sacerdote assim trajado em primeiro dia de quaresma? A caso não chegaria aos ouvidos do Sr. Padre João a publicação da Pastoral do nosso Arcebispado? ou ignorará ele a constituição do seu Ministério? Este procedimento todo repreensível do Sr. Padre João, rogo-lhe Sr. Redator, queira fazer público por meio de sua Folha, a fim de ver se o mesmo Sr. toma alguma correção, e se abstem para o futuro de calçar assim aos pés as Leis canônicas, que respeitosa e deve observar.

Sou Sr. Redator de V. m.

Atento venerador e obrigado

Um Católico ofendido.¹⁶

É muito provável que os dois textos de denúncia tenham sido produzidos pela mesma pessoa, que de fato era conhecedora das pastorais provenientes da Arquidiocese da Bahia e com as proibições condizentes ao universo das festas católicas. Não seria surpresa se o texto tivesse como autor um religioso, integrante de alguma das ordens religiosas instaladas na cidade. Além disso, as denúncias apresentam frestas elucidativas acerca do desregramento vigente nas procissões e no clero de Sergipe oitocentista. O distanciamento do clero sergipano em relação às diretrizes estabelecidas pela hierarquia católica corrobora com os dados analisados recentemente pela historiografia local.¹⁷

¹⁶ CORREIO SERGIPENSE. Complemento ao Correio Sergipense. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, nº 172, 07 de março de 1840, p. 4, col.1 e 2.

¹⁷ CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Práticas e prédicas em nome de Cristo...: capuchinhos na "Cruzada civilizatória" em Sergipe (1874-1901)*. Salvador, 142f. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2011. ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

Todavia, nem sempre as críticas publicadas na imprensa sergipana eram alusivas ao clero e aos leigos organizadores da romaria. Havia também uma inquietude das autoridades em relação às práticas culturais das camadas populares. Em defesa da civilização e da ordem pública, combatiam-se as práticas de sacrifícios realizadas por populares nas ruas da cidade. Em São Cristóvão, no ano de 1856, o chefe de polícia passou a repreender as procissões noturnas de penitência, vistas como uma afronta à civilização.

Ao Dr. Chefe de Polícia. - Dando resposta ao ofício de v. s. , hoje datado, em que em face de uma representação do Subdelegado da Cidade de S. Cristóvão, que veio anexa ao dito ofício, e que devolvo, aguarda v. s. da Presidência as convenientes ordens de se extirpar o pernicioso costume que naquela Cidade se observa de andar em alta noite grande número de pessoas em procissão, a pretexto de penitência, umas amarradas, outras sofrendo castigos disciplinares com grande assuada, que perturba o sossego público e das famílias; tenho a recomendar a v. s. toda a ação e energia da Polícia a fim de coibir esses ajuntamentos noturnos, reprovados pela civilização, desnecessários à religião e sobre modo nocivos à salubridade pública.¹⁸

O documento apresenta uma descrição minuciosa das práticas devocionais das camadas populares da cidade de São Cristóvão nos primeiros anos após a mudança da capital. A preocupação apresentada no registro é de “extirpar” e “coibir” os sacrifícios públicos realizados pelas camadas populares, possivelmente nas celebrações da Semana Santa e até mesmo na Procissão do Depósito, na noite de sábado da romaria do Senhor dos Passos. As práticas devocionais condenadas são tidas pelo chefe de polícia como “pernicioso costume”, “perturbadores do sossego público das famílias.

¹⁸ CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XIX nº 18, 09 de abril de 1856, p. 2, col..

O chefe de polícia também condena os atos “do grande número de pessoas” ao alegar que tais práticas eram “reprovadas pela civilização”, “desnecessários à religião” e “nocivas à salubridade pública”. Pelo registro documental torna-se possível perceber como os sacrifícios públicos destoavam das preocupações em constituir costumes tidos como civilizados, pois as procissões penitenciais ocorriam no período noturno, com elevado ajuntamento de pessoas, com sacrifícios realizados nas ruas e perturbação da ordem pública. Além disso, tais atos eram tidos como insalubres. Em 1856, ano da publicação da nota policial, a Província de Sergipe estava vivenciando uma grande epidemia do cólera, na qual até o presidente provincial responsável pela mudança da capital foi vítima fatal.¹⁹ Em decorrência dessa epidemia, segundo Amâncio Cardoso dos Santos Neto, as procissões de penitência se proliferaram por toda a província. Em suas palavras, “o vivente era um pecador original. A culpa, uma mácula na vida dos homens. Para pagá-la, ouviam-se os estalos das disciplinas e o planger das ladainhas. Vilas e cidades eram serpenteadas por procissões, com a notícia da proximidade ou da chegada do cólera de 1855”.²⁰

Possivelmente, as epidemias não foram responsáveis apenas pela disseminação das procissões de penitência. Elas também contribuíram para tornar mais ostensiva a ação dos policiais em inibir as práticas penitenciais em vias públicas. Essa preocupação está visível nas recomendações dos frades capuchinhos do Convento Nossa Senhora da Conceição de São Cristóvão. Os frades Paulo de Casa Nova e Davi, em 1860, fizeram uma Santa Missão na cidade de Aracaju, na qual apresentaram as prescrições para a realização de uma procissão penitencial. Observe as orientações propostas pelos frades Paulo de Casa Nova e Davi:

Guardou-se nesta procissão a melhor ordem possível, a melhor veneração, o maior respeito.

¹⁹ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II: (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

²⁰ SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Campinas-SP, 240f. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP, 2001, p. 197.

Foi um ato sumamente tocante e edificante. Os ministros do Senhor tiravam as ladainhas de todos os Santos, e o povo respondia com a maior piedade e devoção.

Não se deu o espetáculo desumano de se ver penitentes retalhando-se as carnes vertendo destas o sangue, e compungindo corações. Os Reverendos missionários tiveram a prudente discricção de o proibirem, deixando isso para o recolhimento de cada um, que assim o quisesse em sua consciência, certos de que não eram as disciplinas que lavarão suas culpas; que a verdadeira penitência, era uma cordial contrição, a confissão das culpas, e o propósito firme de arredar-se delas, para uma vida morigerada segundo as leis e preceitos da Igreja de Jesus Cristo e de suas Divinas palavras no decálogo.²¹

Os frades missionários eram italianos e realizaram a procissão de penitência para construir o cemitério da nova capital provincial. Nessa procissão até o presidente da província, Manoel da Cunha Galvão, teria transportado em sua cabeça um pedra para a construção do dito cemitério. Contudo, percebe-se como os frades capuchinhos buscaram inibir os sacrifícios em vias públicas, por meio da recomendação para “deixarem isso para o recolhimento de cada um”.

De acordo com os anúncios publicados na imprensa sergipana da segunda metade do século XIX, a romaria do Senhor dos Passos era descerrada com as máximas honorarias militares existentes no país, com o cortejo dos ícones da Paixão de Cristo e a imagem do Nazareno. Além disso, a charola do Senhor dos Passos era transportada no domingo de Passos pelos irmãos terceiros de São Francisco, enquanto na Procissão do Depósito, no sábado, à noite, a elite política provincial detinha o monopólio (presidente, deputados, secretários e baronato). Todavia, a trama política nas celebrações de Bom Jesus dos Passos na romaria e na festa ocorria de modos distintos.

²¹ CORREIO SERGIPENSE. Noticiário. Procissão de Penitência. *Correio Sergipense*. Aracaju, nº 41, 15 de maio de 1860, p. 4, col. 1.

Se na romaria havia uma presença maciça de senhores de engenho e políticos de cargos elevados, abrigados nas casas e com direito exclusivo de transportar os andores; na festa, a presença dessa elite se tornava explícita por meio do patrocínio dos setenários, ou seja, nas sete noites de missas e celebrações que antecipavam a procissão festiva. Em uma sociedade marcada pela aliança entre Igreja e Estado, além de ter declarada o catolicismo como religião oficial do país, as festas de patronos e oragos de irmandades eram palco privilegiado para difusão da cultura política imperial. O jurista sergipano Gumersindo Bessa, participou da romaria do Senhor dos Passos em 1886. Dessa experiência resultou um artigo publicado duas décadas depois, no qual expressou a efetiva participação da elite política no controle da charola do Senhor dos Passos.

Noite cerrada, Marfório voltou ao Carmo para ver a procissão de trasladação.

Viu ao pé da charola, numa posição indescritível de fidalgo e penitente, um velho esguio, alto aprumado, moreno, barba branca cerrada e curta, cabeleira rebelde, trajado com elegância e modéstia, silencioso, imóvel, aguardando a saída da procissão naquele posto, para que ninguém lhe roubasse o gosto de pôr aos ombros uns dos varais do andor.

Marfório perguntou ao Antônio Barroso, então rapaz e esperto:

— Quem é esse figurão?

— É o nosso grande Antônio Dias.

— Quem é o grande Antônio Dias de vocês?

— Oh! doutor! Não conhece o Antônio Dias, dos Curiais!

— Bradou uma voz atrás de Marfório.

Voz que saía da boca do Antônio de Jesus César, o mais tréfego, o mais revolucionário, o mais valente dos filhos de São Cristóvão, leão que diante de Marfório por um fenômeno inexplicável, se convertia no mais submisso dos amigos.

Mas, no mesmo instante, entram na igreja o Manuel Góis, presidente da província, o Rastelli, juiz de direito da Comarca, e o Oséas, secretário do Governo.

E vão entrando e vão dizendo:

— Senhor “Senador”, — diz o Góis.

— Senhor “Barão”, — diz o Rastelli.

— Meu “chefe”, — diz o Oséas.²²

A imagem ensanguentada do Senhor dos Passos era cercada pelos principais nomes da política sergipana no oitocentos, enquanto a multidão de populares aguardava a saída da imponente procissão noturna. Diante da charola as lideranças políticas articulavam-se na construção de alianças. Atores de renomada atuação na política sergipana oitocentista integravam o grupo de homens transportadores da charola do Senhor dos Passos na piedosa Procissão do Depósito, na noite do segundo sábado da Quaresma. A elite açucareira do Vaza Barris, como o Barão da Estância,²³ o comendador Sebastião Gaspar d’Almeida Botto, os coronéis José da Silveira Telles e Domingos Dias Coelho e Mello, além de Sílvio Anacleto de Souza Bastos e Simões de Mello.²⁴ A romaria era um momento relevante na vida das famílias dos senhores de engenho de Sergipe. Isso pode ser constatado pelas descrições de jornalistas publicadas na imprensa acerca da entrada de carros de bois transportando as famílias da elite sergipana nas semanas anteriores à romaria. Como São Cristóvão era a antiga capital provincial, muitos senhores de engenho possuíam moradas na cidade, no intuito de realizar reuniões com correligionários e passar temporadas nos períodos de festas religiosas, como a romaria e festa do Senhor dos Passos, as solenidades da Semana Santa e a procissão de Corpus Christie. Aurélia Dias Rollemberg, uma das filhas do Barão da Estância, fez registros em seu diário sobre os deslocamentos de sua família: “De-

²² BESSA, Gumersindo. Domingo de Reminiscere. *Diário da Manhã*. Ano XI, Nº 1152, Aracaju, 25 de fevereiro de 1915, p. 1.

²³ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Aspectos do baronato sergipano (1848-1889). *Revista do IHGSE*. nº 33. Aracaju, 2002, p. 105-127.

²⁴ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920], p. 182.

pois dos meses do Sítio do Pontal, que todos gostavam muito, íamos com muitas saudades para São Cristóvão, assistirmos a Procissão de Passos, Semana Santa, que eram muito bonitas e concorridas”.²⁵

Não podemos esquecer de um fato importante: a romaria do Senhor dos Passos era uma solenidade católica de caráter penitencial e expressava pelas ruas de São Cristóvão inúmeros atos de desobriga de práticas sacrificiais públicas. O ápice dessas práticas ocorria na Procissão do Depósito, realizada na noite do segundo sábado da Quaresma. Nas trevas da noite cristovense suavizadas pelo luar, os penitentes cumpriam suas disciplinas. De acordo com Manuel dos Passos de Oliveira Telles:

A imagem do Senhor dos Passos tem fama de milagrosa e outra coisa não quer dizer a execução de tantos votos e penitências. Na primeira procissão, a do depósito, o povo aperta-se, condensa-se, luta muitas vezes por carregar o andor ou pelo menos agarrar as misericórdias dele. Alguns indivíduos cingem coroas de espinhos feitas de cipó de japecanga, muitos outrora açoiavam-se com disciplinas; outros aparecem amarrados de um grotesco como barocos para o matadouro a carregarem grandes pedras. Conta-se de boca em boca o milagre da muda que alimentava devoção particular à sagrada imagem e num ano, ao passar a procissão do depósito, repetiu desembaraçadamente: Eu também vou acompanhar o Senhor dos Passos. — Desde então recuperou a fala.²⁶

De acordo com as descrições de pensadores da história como Manoel dos Passos de Oliveira Telles e Serafim Santiago, a Procissão do Depósito era um espetáculo de sangue deixado pelos romeiros cumprindo votos ao Senhor dos Passos. Com a imagem velada com tecidos

²⁵ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. Diário. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial/ Scortecci, 2005, p. 16.

²⁶ TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. “Ao Romper do Século XX: o município de S. Christovam”. In: *O Estado de Sergipe*. Mar/Abr, 1917, p. 02.

do roxo, romeiros ajoelhados, rastejando-se ou rolando seus corpos nas ruas pedregosas, forjavam-se um cenário de piedade cristã que desagradava a emergente elite intelectual da província, especialmente os oriundos da Escola do Recife, como Tobias Barreto. Os sacrifícios públicos eram entendidos como sinais de uma degradação social. Em 1884, Tobias Barreto de Menezes, o renomado jurista sergipano da faculdade de Direito de Recife, publicou um artigo em Aracaju com tom jocoso acerca das práticas de sacrifícios entre os penitentes da Vila de Campos,²⁷ no sertão sergipano:

À medida, porém, que a linha do povo se ia distendendo e tomando jeitos de serpe, começavam a surgir dos esconderijos da beira do rio uns vultos brancos mal distintos ao princípio, mas logo depois bem visíveis. Eram centenares de idiotas religiosos, imoralmente envoltos em alvas saias femininas, com rostos cobertos e as costas nuas, sobre as quais vibravam as disciplinas, à esquerda e à direita no mesmo ritmo que os cavalos açoitam com as caudas incômodas mutucas.²⁸

Na descrição ácida do intelectual sergipano, as práticas culturais das camadas populares eram imorais. Os seus praticantes eram vistos como “idiotas religiosos”, com um ritmo de vida similar ao mundo animal.²⁹ Talvez o termo utilizado pelo autor tenha sido o mais elucidativo para explicitar a sua compreensão sobre as práticas do catolicismo tido como rústico: “vultos mal distintos”. Personagens mal vistos, pe-

²⁷ A Vila de Nossa Senhora Imperatriz dos Campos do Rio Real foi elevada a categoria de cidade, em 1909, e por meio do Decreto-Lei Estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, passou a ser denominado Tobias Barreto, em homenagem ao intelectual nascido na localidade. Sobre os penitentes da Vila de Campos no século XIX pode ser consultado: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Entre navalhas, velas e matracas: os flagelantes na Vila de Campos oitocentista. *Revista de História*. Nº 4. Salvador, 2012, p. 44-67. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a03.pdf. Consultado em 07-10-2014.

²⁸ MENEZES, Tobias Barreto de. “Penitentes. Encomendação das almas”, *Jornal de Sergipe*, 30/01/1884

²⁹ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Entre navalhas, velas e matracas: os flagelantes da Vila de Campos no século XIX. *Revista de História*. UFBA, nº 4, vol 1, 2012, p. 44-67.

numbras sociais silenciadas pelas elites políticas e intelectuais.

Essas práticas culturais criticadas pelo fundador da Escola do Recife não eram restritas ao catolicismo praticado nas brenhas do sertão sergipano. Na velha São Cristóvão, os romeiros também cumpriam as chamadas disciplinas. Além disso, a descrição da encomendação das almas publicada por Tobias Barreto e posteriormente reproduzida por Mello Moraes Filho se aproximam estética e temporalmente das práticas penitenciais na Procissão do Depósito analisadas por Manuel dos Passos de Oliveira Telles. Isso nos leva a afirmar que apesar das constantes críticas e ações coercitivas no intuito de “extirpar”, “civilizar” e combater “a insalubridade”; a penitência pública era recorrente em Sergipe da segunda metade do século XIX. É interessante perceber como as críticas reformistas das práticas culturais recaíam justamente sobre o que era recorrente entre as camadas populares, homens e mulheres pobres da zona rural e das periferias das cidades. Em nome da civilização, se combatia os costumes tidos como resquícios dos tempos sombrios. Os sacrifícios públicos não eram tolerados por intelectuais, nem pela polícia sergipana do oitocentos.

Os últimos decênios do século XIX também apresentam o gradativo declínio do catolicismo atrelado ao Estado. No final do século, com a Proclamação da República, a romaria do Senhor dos Passos definitivamente deixava de ser uma celebração oficial. Os andores não eram mais de direito exclusivo da elite política e econômica. Se politicamente a emergência republicana não causou grandes mudanças sociais, nem efetivou de imediato a democracia no país, na romaria do Senhor dos Passos a charola passou a ser disputada pelos mais variados segmentos sociais. Homens e mulheres pobres podiam fazer votos para transportar a charola, enquanto as lideranças políticas se reinventavam, se afastavam da posse dos andores e passavam a assistir a devoção do povo sergipano dos sobrados distribuídos ao longo do centro histórico. No alvorecer do século XX, Gumersindo Bessa descreveu a situação dos políticos devotos do Senhor dos Passos nos tempos republicanos:

Isto passou!

O velho Barão da Estância descansa em Deus abençoado pelos que tiveram o prazer de ser seus amigos.

O Antônio Barroso engordou e vende sal.

O Góis é hoje um senador apagado por Alagoas; o Rastelli morreu; e morreu o Oséas.

E o Senhor dos Passos aí se exhibirá hoje, o mesmo moço de cabeleira negra anelada, de barba preta bífida, de supercílios longos e sedosos, fazendo sombra no olhar meigo e acariciador; sempre sob o peso de sua cruz; sempre com o seu ramo de cravos, sempre envolvido nas espirais de incenso e mirra, sempre balançando na charola de prata e veludo, na hora em que o sol transmonta e em que os soluços do bronze impregnam as almas da nostalgia do céu.³⁰

O jurista Gumersindo Bessa apresenta os novos tempos em Sergipe. Tempos de República, de elite imperial tida como decadente simbolizada pela obesidade, pela morte dos senhores de engenhos, de homens apagados. Tempos novos, com velhas devoções. Na República, a imperial devoção do Senhor dos Passos permanecia imponente na cidade de São Cristóvão, com seus traços teatralizados. Para o jurista, a devoção do “mesmo moço de cabeleira negra anelada” impregnava as almas dos presentes com “nostalgia”. A romaria significava a permanência devocional sem os aparatos imperiais. Eram novos tempos, com velhas tradições. São Cristóvão se tornava a cidade do passado.

Na imprensa estadual, percebe-se uma renovação do discurso acerca da romaria do Senhor dos Passos, com uma paulatina busca pela ideia de devoção das camadas populares de Sergipe e reduto de práticas culturais pretéritas. A ênfase dos discursos recaía sobre dois assuntos: o primeiro, as viagens da elite política. Não se tratava mais de uma viagem penitencial, mas como público para o ato de “assistir”.

³⁰ BESSA, Gumersindo. Domingo de Reminiscere. *Diário da Manhã*. Ano XI, Nº 1152, Aracaju, 25 de fevereiro de 1915, p. 1.

O segundo, refere-se aos romeiros, tidos como protagonistas no novo enredo religioso, com suas práticas penitenciais. A romaria do Senhor Bom Jesus dos Passos, entre o final do período imperial e o alvorecer do século XX, passava a ser organizada exclusivamente pelos irmãos da Ordem Terceira do Carmo, sem o financiamento do poder estatal e com apoio dos vigários responsáveis pela Paróquia Nossa Senhora da Vitória. Além disso, a participação das camadas populares ainda era notória, como elucidou o jornal “A Notícia” de 1897: “No domingo realizou-se na velha cidade de São Cristóvão a tradicional festa dos Passos, sendo o ato muitíssimo concorrido”.³¹

Os jornais aracajuano anunciavam a caminhada dos romeiros pelas estradas até São Cristóvão, assim como a construção da imagem da cidade como centro de romaria do catolicismo sergipano. Esse centro de romaria era o lócus do passado, o espaço da consagração das tradições católicas. Em 1913, o “Correio de Aracaju” anunciou:

Passos

Continua animada a romaria à velha cidade de S. Cristóvão como acontece em todos os anos.

A velha Meca sergipana já regurgita de famílias e de crentes que ali vão assistir domingo à tradicional Festa dos Passos.³²

É interessante perceber como a imprensa passou a tratar as solenidades do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão. Primeiramente destaca-se o uso do termo “romaria”, para designar o grande fluxo de sergipanos em direção ao centro de romaria, especialmente os moradores da nova capital. Além disso, o termo romaria é legitimado pelo desígnio atribuído a São Cristóvão, como “Meca sergipana”, em decorrência de sua relevância religiosa para a população estadual, por seus inúmeros templos e, principalmente, pela expressividade da

³¹ A NOTÍCIA. Senhor dos Passos. *A Notícia*: Diário da Tarde. Aracaju, Anno II, n° 298, 13/03/1897, p. 3, col. 4.

³² CORREIO DE ARACAJU. Passos. *Correio de Aracaju*. Aracaju. Anno VI, n° 814, 14/02/1913, p. 1.

romaria dos Passos. Outro termo utilizado na nota é “Festa de Passos”; pouco usual no século XIX para se referir à romaria quaresmeira. A partir da primeira metade do século XX, os jornais aracajuano passaram cada vez mais a se referir à romaria por meio de termos como “Festa de Passos”, “Festa dos Passos” ou simplesmente “Passos”. Por fim, destacam-se os personagens da romaria, com a cidade repleta de “famílias e crentes”, como evidência da distinção social entre as famílias tidas como tradicionais e os devotos anônimos. A romaria continuava congregando diferentes segmentos da sociedade sergipana.

Os primeiros decênios do século XX revelaram uma preocupação da intelectualidade sergipana ligada à imprensa em enaltecer o elevado quantitativo de romeiros participantes da solenidade penitencial na primeira capital do Estado. Um dos principais veículos de difusão das tradições locais nessa época, o “Diário da Manhã”, dirigido pelo líder político Apulcro Mota³³ destacava os enlaces entre os moradores do Aracaju e a romaria dos Passos. Nos idos de 1911, o periódico destacava:

FESTA DE PASSOS

Realiza-se hoje, na velha e legendária cidade de São Cristóvão, a tradicional festa dos Passos, uma das que mais atraem à antiga Capital de Sergipe, os crentes da doce religião de Cristo.

³³ Nas palavras de Liberato Bitencourt, Apulcro Mota era: “Jornalista de grande mérito em Aracaju. Nasceu em Sergipe a 7 de outubro de 1857. Entrando muito jovem para o funcionalismo público, foi sucessivamente subindo, graças à sua atividade e inteligência, até atingir à posição de inspetor da alfândega. Foi secretário geral do Estado de Sergipe, presidente da Assembléia, como tal chegando a entrar no exercício de presidente do Estado a 14 de agosto de 1899, com a renúncia do Dr. Martinho Garcez. Homem de alta estatura e de robusta complexão, inteligente e ativo, ardoroso e enérgico, tem para o jornal uma decidida vocação. Foi em tempo político influente e apaixonado, sempre, porém, visando a grandeza da terra natal. Hoje, retirado da política, dedica-se de corpo e alma ao *Diário da Manhã*, jornal de grande circulação e estima em Aracaju, e por ele fundado e redigido. E aí, com uma coragem estóica, se tem dedicado às mais sérias e urgentes necessidades do Estado, como por exemplo o inadiável melhoramento do porto. Por isso mesmo goza de real influência em Sergipe. Também foi o fundador da *Gazeta de Sergipe* e redator do *Eco Liberal*, de *A Reforma* e do *Jornal de Sergipe*. É coronel da Guarda Nacional e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Sergipano, ao qual há prestado serviços relevantes. Entre os jornalistas em atividade em terras sergipanas é sem questão figura de destaque”. In: BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil - sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Gomes Pereira, 1913, p. 41.

Como em todos os anos, a aprazível cidade cristovense estará hoje repleta de peregrinos de várias partes do Estado, especialmente desta Capital, que nunca deixou de ser a primeira em contribuir para o brilhantismo dessa festa, como preito devido a velha metrópole de que descende.

Número considerável de famílias já tem partido, nesses dois últimos dias, em demandas das colinas de São Cristóvão, e, a esta hora um formigueiro humano lá estará, em volta dos templos seculares, relembrando os tempos áureos da antiga cidade primacial, que hoje repousa, decadente e sempre bela, como se, saciada do ruído do mundo, se retraísse ao abrigo de um recolhimento.

É uma das mais imponentes e impressivas festas que, em Sergipe, a Igreja oferece aos seus fiéis.

E não é sem uma compensação de doces impressões que voltarão de São Cristóvão os felizes romeiros que lá foram e lá estão, sem pena dos sacrifícios da viagem que, em bom número, empreenderam a pé em grupos alegres, através das paisagens deliciosas e variadas que daqui até lá oferece a batida estrada.³⁴

O texto do redator Apulcro Mota remete a elementos que se tornaram notórios nos anúncios da romaria no período republicano, como a caminhada dos devotos, os casarões e igrejas seculares da cidade de São Cristóvão, a suposta decadência da velha capital e, principalmente, a participação dos romeiros. As camadas populares se tornaram alvo das atenções nas descrições sobre a mais “expressiva solenidade católica de Sergipe”. Com o final do Império e ascensão da política republicana, assim como a conseqüente derrocada do Padroado Régio, o Estado não possuía mais como atribuição o auxílio financeiro para custear as festividades católicas, nem tampouco ordenar a guarda nacional para se curvar diante de imagens sacras. Os lugares sociais da romaria foram redefinidos, com a reinvenção

³⁴ DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. Nº 32, 12/03/1911, p. 1.

das tradições imperiais sob a lupa republicana. Assim, as festas católicas de São Cristóvão passavam a ser vistas como o momento de conagração, de encontro dos diferentes segmentos sociais, do espetáculo devocional das camadas populares. Era um momento de penitência dos pobres por meio de sacrifícios nas ruas da primeira capital ou até mesmo no caminhar. A imprensa local aracajuana divulgava: “para lá seguiu grande parte de nossa população que, como em romaria, todos os anos dão-se a penitência de penosa viagem até aquela velha cidade”.³⁵ O caminhar era visto como ato de sofrimento, árduo, de sacrifícios dos segmentos marginalizados. No mesmo ano, o “Diário da Manhã” apresentava assim os preparativos da romaria:

Passos em São Cristóvão

Realiza-se hoje na velha e legendária cidade de São Cristóvão a tradicional festa de Passos como todos os anos costuma aquela pacata e religiosa população celebrar.

De todos os pontos do Estado, principalmente desta Capital, afluem pessoas em romaria para a referida festa.

É de notar-se pela animação com que muita gente se referia a essa festa, que este ano a concorrência a ela seja bem numerosa.³⁶

Notícias como essa eram repetidas ao longo de toda a semana de Passos, assim como nos dias subsequentes à romaria, descrevendo as solenidades, a presença das elites, o desempenho dos pregadores dos sermões e o retorno dos romeiros. Desse modo, os principais jornais sergipanos publicados no período da Primeira República passaram a apresentar anualmente textos acerca da romaria sob um mesmo padrão estrutural: convocação dos romeiros, descrição dos preparativos, anúncios dos transportes públicos (trens, caminhões e ônibus), narrativa das solenidades e descrição do retorno dos devotos. Além disso, nos mais variados impressos de Aracaju se repetiam alguns termos

³⁵ CORREIO DE ARACAJU. Notícias. *Correio de Aracaju*. n° 526, 12/03/1911, p. 2.

³⁶ DIÁRIO DA MANHÃ. Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. N° 576, 16/02/1913, p. 1

para designar a cidade de São Cristóvão, como velha, decadente e legendária. Já em relação à romaria, o termo mais usual era tradicional. Percebe-se a preocupação dos editores dos principais jornais sergipanos em edificar um discurso no qual a cidade passava a ser símbolo do passado local, fosse por meio de suas construções coloniais, ou pelas suas celebrações dos tempos pretéritos.

As descrições anuais publicadas na imprensa local revela um cenário de aumento substancial do quantitativo de devotos deslocando-se para a velha São Cristóvão. A romaria era considerada a apoteose da cidade tida como decadente nos tempos republicanos. Isso transparece no anúncio publicado no “Diário da Manhã” do dia 10 de março de 1914:

Em São Cristóvão

A tradicional festa de Passos

A grande romaria de povo de todas as localidades anteontem celebraram-se na legendária cidade de São Cristóvão os atos da festa dos Passos.

Falar-se da animação que concorreu para a extraordinária afluência de povo de todas as localidades do Estado, mormente desta capital, é agradável, porquanto na opinião dizer que São Cristóvão, há muitas centenas de anos não comportava tanto povo.

Especialmente influiu mais para isto o tráfego da Estrada de Ferro, que felizmente nessa romaria católica, para a velha cidade, não facultou o mínimo incidente.³⁷

O texto publicado no “Diário da Manhã” apresenta algumas informações de grande relevância na construção simbólica de um centro de atração de romeiros. A romaria do Senhor dos Passos era tida como o evento religioso capaz de aglutinar a população de todas as localidades

³⁷ DIÁRIO DA MANHÃ. Em S. Christovam. *Diário da Manhã*. Nº876, 10/02/1914, p. 1

sergipanas. O passado devocional de São Cristóvão foi reinventado para promover a construção das tradições, alimentada pelo emergir da modernidade, com a recém-criada ferrovia entre São Cristóvão e Aracaju. A grandiosidade da romaria estava imbricada à modernidade promovida pelo estado republicano a partir da implantação das ferrovias e conseqüentemente fomentava o aumento de devotos nas festas tradicionais pela facilidade de circulação de pessoas, pois como elucidou o impresso, “influiu mais para isto o tráfego da Estrada de Ferro”.

Ao longo do segundo decênio do século XX, foi recorrente a publicação de textos sobre a romaria para explicitar o aumento constante de fiéis nas celebrações e o elevado afluxo de romeiros entre Aracaju e São Cristóvão. Praticamente todos os textos explicitam a relevância dos trens para esse aumento, pois facilitava a circulação e reduzia os riscos de assaltos dos deslocamentos a pé. Em 1916, o “Diário da Manhã” apresentou um texto provocativo, mostrando a romaria do presente em contraponto com a romaria do passado, distanciadas pelo progresso.

Passos em São Cristóvão

Como em todos os anos, celebrar-se-ão na tradicional cidade de São Cristóvão os ofícios da festa de Passos.

A afluência à antiga metrópole sergipana sempre foi e ainda é considerável de pessoas de todos os pontos do Estado, notadamente daqui da Capital.

Outrora a grande romaria era feita a pé em dias seguidos, enchendo-se a velha estrada de povo, preferindo muita gente ir descansando às sombras das árvores, fazendo *lunchs* apetitosos que saboreavam aos goles da boa água do Pitanga.

Caminhos saudáveis proporcionavam uma viagem agradável até as portas da velha Jerusalém sergipana povoada de templos católicos, muitos carcomidos pelo decorrer do tempo.

Ainda hoje, apesar de termos caminho de ferro, muita gente prefere ir “puxando na bota”.³⁸

³⁸ DIÁRIO DA MANHÃ. Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. N°1955, 19/03/1916, p. 1

No impresso aracajuano está explícita a leitura acerca do passado sergipano. Trata-se de uma leitura recorrente em praticamente todos os jornais publicados no estado ao longo da Primeira República, com ênfase para a tênue relação entre modernidade e tradição. No caso da romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão, havia uma preocupação em mostrá-la como a confluência desses dois elementos, a encruzilhada entre o passado e o presente, entre os templos carcomidos e a estrada de ferro, a nova capital e a antiga metrópole, o ir a pé e o ir de trem. Caminhos que se cruzam, se modernizam e resistem. A romaria republicana é apresentada como a maior celebração do catolicismo em Sergipe e marco das práticas tidas como tradicionais, ou seja, símbolos dos tempos pretéritos, como o deslocamento a pé pelas estradas. Nos idos de 1917, em pleno período da Primeira Guerra Mundial, a imprensa destacava a paz e o romantismo dos cenários que rondavam as celebrações dos Passos.

FESTA DE PASSOS

Nota-se alguma animação no povo desta capital a fim de assistir a tradicional festa dos Passos em São Cristóvão.

É a romaria todos os anos repetida, de pessoas de quase todo o Estado à legendária ex-capital sergipana, dominada por diversos templos católicos.

Tão aprazíveis e tão saudáveis são aqueles velhos caminhos cristovenses que muita gente prefere vencê-los a pé, estacionando aqui e ali, tragando gostosamente bons goles d'água do Pitanga, sob a fronde sombria de antigas árvores - a viajar nos trens da *Chemins*, assistindo a passagem célere do verde da folhagens e estradas sinuosas e ínvias, uma porção de cenas rápidas como uma projeção de filmes.

E o povo se prepara e aqueles mais crentes lá irão, preces nos lábios, ajoelhar-se aos pés do Senhor dos Passos, imagem aquela muito respeitosa no coração daquele povo sempre crente.³⁹

³⁹ DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. Nº1719, 1/03/1917, p. 1

Os elementos simbólicos representativos da modernidade do início do século XX, como o trem, a ferrovia e os filmes eram apresentados nas descrições das cenas de viagens dos romeiros do Senhor dos Passos. Se a romaria era um espetáculo do passado, das tradições reinventadas na República brasileira, o deslocamento era representativo dos novos tempos com os trens e o cinema. O próprio enredo da festividade é apresentado como um roteiro cinematográfico, no qual as camadas populares em sacrifício, ajoelhadas em oração diante da imagem do Senhor dos Passos cumpria a função de exibir as práticas culturais de outros tempos que permaneciam no início do século XX. Ao projetar o futuro que já se fazia presente por meio das inovações tecnológicas, os impressos também construíam a ideia do passado permanente, com as igrejas carcomidas e as festas católicas repletas de penitentes.

Nesse sentido, os impressos reafirmaram-se como principais veículos de construção e difusão de uma nova cultura política. Nas páginas dos jornais aracajuanos ecoavam as notícias das inovações promovidas pelo regime republicano em diferentes âmbitos, inclusive na religiosidade. A “festa católica e a piedade cristã” da romaria tornavam-se exemplos da tradição elucidada para edificação de uma leitura comum do passado, com forte presença dos governantes e das principais lideranças políticas do estado, além do “povo sergipano”, das pessoas de quase todo o Estado”. A romaria dos tempos imperiais e maculada pela posse exclusiva dos andores pertencentes às elites políticas passava a ser vista e apresentada nos impressos como a manifestação de fé da população pobre.

As famílias tidas como tradicionais da sociedade local ainda seguiam para São Cristóvão na semana de Passos, mas com objetivos redefinidos, ou seja, tornando-se espectadores do espetáculo devocional das camadas populares. Como anunciou o “Correio de Aracaju” em 1907, “muitas famílias desta capital foram assistir os festejos religiosos de ontem e de hoje”.⁴⁰ A romaria era algo para se visto pelas elites,

⁴⁰ CORREIO DE ARACAJU. Os Passos. *Correio de Aracaju*. Anno II, nº 33, 24/02/1907, p. 3.

especialmente os homens associados ao poder público. Ainda no primeiro decênio republicano, o “Diário da Tarde” noticiou a viagem do alferes Wanderley para as solenidades de Passos: “Alferes Wanderley. Está em São Cristóvão o nosso amigo o bravo oficial do exército alferes Antônio Wanderley, do 26 infantaria”.⁴¹

O deslocamento das elites sergipanas para a romaria do Senhor dos Passos foi prática recorrente ao longo da Primeira República. Enquanto as camadas populares apertavam-se nos vagões superlotados dos trens, as comitivas do governo estadual usufruíam de trens especiais. No dia 20 de fevereiro de 1910, o “Correio de Aracaju”, divulgou a excursão presidencial para a romaria dos Passos: “Sua Excelência, o senhor doutor Rodrigues Dória seguiu ontem para São Cristóvão, acompanhado de grande comitiva, afim de assistir a tradicional Festa do Senhor dos Passos”.⁴² Três dias depois, o mesmo impresso divulgou detalhadamente as atividades do presidente do estado na romaria dos Passos.

Excursão Presidencial

Segundo sabemos não podia ter sido melhor a impressão recebida pelo exmo sr. dr. Rodrigues Dória, Presidente do Estado, no passeio que fez para assistir a Festa de Passos em São Cristóvão, a velha ex-capital, ainda um dos sítios mais pitorescos do território sergipano.

Banhada por um caudaloso rio, circundada de montanhas majestosas, rica de veias cristalinas, a velha metrópole, permanece bela e agradável, da pureza de seu clima saudável e confortante. E era mesmo de se esperar que o exmo sr. Rodrigues Dória não se arrependesse de seu passeio. Sua excelência e sua comitiva deixaram esta capital às 3 horas da tarde do sábado último, descansando 30 minutos na Tebaida e chegando a São Cristóvão às 6 horas em ponto daquela mesma tarde.

Hospedou-se com sua grande comitiva em casa do deputado

⁴¹ DIÁRIO DA TARDE. Alferes Wanderley. *Diário da Tarde*. Anno II, n° 298, 13/03/1897, p. 2, col. 1.

⁴² CORREIO DE ARACAJU. *Correio de Aracaju*. Anno V, n° 364, 20/02/1910, p. 2.

estadual dr. João Motta, onde foi carinhosamente obsequiado e onde recebeu grande quantidade de visitas.

À noite sua excelência dirigiu-se acompanhado de muitos amigos para o Convento do Carmo, de onde saiu acompanhando a procissão.

No dia imediato, domingo, assistiu sua excelência ao sermão de encontro, pregado pelo monsenhor Raymundo, recolhendo-se às 6 horas e regressando a esta Capital às 7horas e 55 minutos, havendo feita na ida e na volta excelente viagem.⁴³

As descrições das atividades do presidente do estado na romaria do Senhor dos Passos elucidam elementos de continuidade das práticas culturais dos tempos imperiais, assim como algumas mudanças relevantes. A formação de uma comitiva do governo para ir a São Cristóvão explicita a forma pela qual a mudança de regime político não provocou uma ruptura entre os políticos locais e as festas de igreja. A Procissão dos Passos continuava como centro aglutinador das camadas populares e palco de construção de alianças políticas. No caso do presidente estadual, na romaria de 1910, foi recebido por um afamado político de São Cristóvão e “hospedou-se com sua grande comitiva em casa do deputado estadual dr. João Motta”.

Contudo, a atuação desses líderes políticos no seio das celebrações transmutou-se. De acordo com as descrições, os andores não eram mais transportados pelos governantes. O presidente foi apenas “assistir” aos atos religiosos e a procissão não se constituía mais como uma solenidade oficial do governo. A atuação do presidente Rodrigues Dória revalidou um modelo de atuação que seria reproduzido ao longo de todo o século XX, com a hospedagem na casa de um político da cidade, recepção de visitas, presença na procissão do Depósito e, principalmente, no Sermão do Encontro. O “Correio de Aracaju”, registra que no domingo, o presidente Rodrigues Dória foi apenas assistir ao

⁴³ CORREIO DE ARACAJU. Excursão Presidencial. *Correio de Aracaju*. Anno V, nº 365, 23/02/1910, p. 2.

Sermão do Encontro. Nesse caso, desde os primeiros anos do período republicano já era recorrente a presença de lideranças políticas regionais como espectadores do ato de piedade.

Rodrigues da Costa Dória era um político e intelectual legitimado na sociedade sergipana do início do século XX. Segundo o historiador Ibarê Dantas, Dória era um “prestigiado médico, nascido em Propriá (SE), que fora deputado federal por quatro legislaturas (1898/1908). Professor conceituado da Faculdade de Medicina da Bahia, foi derradeiro representante do grupo olympista”.⁴⁴ Nesse sentido, pode-se afirmar que se tratava de um líder político coadunado com uma das principais oligarquias sergipanas da Primeira República, que interferiu diretamente no governo estadual entre 1899 a 1911.⁴⁵ Além disso, em seu governo (1908-1911) ocorreu a implantação das primeiras linhas da ferrovia em Sergipe, assim como a criação de instituições educacionais tidas como modernas e adequadas ao novo projeto de país.⁴⁶

Essas ações da gestão de Rodrigues Dória elucidam as tentativas de elaboração e efetivação de um projeto político na segunda década do século XX em Sergipe. As imagens da oligarquia olympista e da instabilidade política do primeiro decênio republicano no estado paulatinamente foram diluídas, por meio da edificação de uma leitura na qual prevaleciam os elementos tidos como progressistas, ordeiros e pacíficos. O deslocamento de comitivas para as “tradicionais” festas de São Cristóvão revelava como o símbolo do progresso (ferrovia) ligava o moderno ao passado, ou seja, a nova capital, Aracaju, a velha São Cristóvão.

A participação dos presidentes do estado na romaria do Senhor dos Passos foi prática recorrente em todo período da Primeira República. Todos os anos, no segundo final de semana da Quaresma se formavam

⁴⁴ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República, (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 34.

⁴⁵ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República, (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 30 e 35.

⁴⁶ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

comitivas presidenciais para o espetáculo da fé das camadas populares em São Cristóvão. Quando o presidente estadual era proveniente da cidade, o entusiasmo apresentado na imprensa era ainda mais explícito. No dia 15 de março de 1919, o “Diário da Manhã” divulgou a nota “Presidente Lobo”: “Seguiu ontem com sua excelentíssima família para a cidade de São Cristóvão o excelentíssimo senhor Coronel Pereira Lobo, presidente do Estado”.⁴⁷ No dia seguinte, noticiou efusivamente as celebrações como epicentro mnemônico dos tempos de capital, com a presença de parte considerável da população sergipana.

FESTA DE PASSOS

Em todos os anos, neste dia, a velha e lendária cidade de São Cristóvão aviventa as suas tradições no espírito de sua pacata população.

E assim, o dia consagrado à festa de Passos dá-lhe como que os foros de ainda ser a capital sergipana, concorrendo para isso inúmeras coisas, notadamente a afluência de romeiros, que ali aportam.

E já é um gosto aquele povo contemplar as ruas de sua estremecidas terra apinhada de povos de diferentes localidades, sobrepujando a todos na comparência os aracajuanos que repetem essa homenagem todos os anos à antiga capital.

Desde sexta-feira que os trens da *Chemins* partem para ali transbordantes de passageiros, motivo por que pode-se avaliar que a festa de Passos este ano terá a mesma animação do que no ano passado, cuja concorrência foi extraordinária.⁴⁸

O texto apresenta a exaltação a um passado idealizado, atinente aos tempos no qual São Cristóvão era a capital sergipana. Exalta-se também a tradição, entendida quase como marca indelével da população cristovense. De acordo com essa leitura acerca do caráter da popu-

⁴⁷ DIÁRIO DA MANHÃ. Presidente Lobo. *Diário da Manhã*. Anno IX, n° 2279, 15/03/1919, p. 1.

⁴⁸ DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. Anno IX, n° 2280, 16/03/1919, p. 1.

lação da primeira capital, não teria como dissociar o culto ao passado, a contemplação saudosista da festa e o aspecto pacato do povo. Tudo isso permeado pela ideia de rememoração dos tempos de capital e re-troalimentada pela modernização do estado, com a implantação da estrada de ferro. Desse modo, a presença de comitivas do governo estadual na romaria dos Passos era apresentada pela imprensa ao longo da Primeira República a cidade de São Cristóvão se tornou espaço do passado, tanto por meio de sua arquitetura colonial, como por meio de suas celebrações populares.

A romaria do Senhor dos Passos foi instituída como o ícone da formação de uma cultura política em Sergipe, ou seja, se constituía como o espaço privilegiado para a atuação de intelectuais, governantes e das camadas populares. Foi aceita. Não foi reprimida pelo governo estadual, o que pode indicar o seu uso político, a união de todos em torno de uma tradição dos Passos. A celebração foi usada na construção da legitimidade do novo governo em Sergipe.

Todavia, essa aparente ausência de conflitos é suspeita. A romaria dos Passos era aceita por todos os segmentos da sociedade sergipana ou as querelas de sua organização foram silenciadas? Outra questão refere-se ao aumento constante do número de romeiros. De acordo com os jornais sergipanos publicados ao longo da Primeira República, era notório o aumento constante de devotos deslocando-se de Aracaju e do interior do estado para as celebrações. A romaria dos Passos aparece sempre na apoteose, sem crises e sem questionamentos. Sobre essas questões Martha Abreu e Hebe Mattos ao discutirem as festas no Brasil republicano apontam algumas problematizações:

Em decorrência, é possível fazer emergir outra certeza: a de que as festas nunca tiveram um período único de esplendor, em algum local maravilhoso do passado. As festas - e tudo o que elas apresentam e representam - em nenhum tempo alcançaram unanimidade. Mesmo reunindo em torno de si muitos adeptos e festeiros, sempre atraíram críticos, opositores, perseguidores ou nostálgicos de outros tempos. Conflitos, mudan-

ças, negociações e memórias compõem a história das festas - de todas as festas.⁴⁹

No caso da romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão, a presença desses opositores e nostálgicos é notória. O passado da cidade em seus tempos de capital era apresentado por intelectuais vinculados à cidade pelo viés do saudosismo. Já o tempo presente era visto como reminiscência do passado idealizado. Os possíveis conflitos e tensões existentes foram silenciados nos textos publicados na imprensa republicana por meio da ênfase dada ao ideal de ordem presente nas celebrações. Mas seria possível pensar na romaria dos Passos como lócus da ordem social sergipana, apesar do elevado contingente de devotos presentes na cidade? Para entender essa questão é necessário vasculhar as entrelinhas das notícias divulgadas na imprensa estadual ao longo dos primeiros decênios do século XX. Por meio de tais textos é possível encontrar indícios acerca das dificuldades encontradas pelo romeiros, assim como os conflitos envolvendo as camadas populares. Como elucida Maria Clementina Pereira Cunha, a história das festas “é sobretudo uma história do conflito, em suas diversas possibilidades práticas ou semânticas”.⁵⁰

No caso das celebrações do Senhor dos Passos no período republicano, muitos dos conflitos estavam atrelados aos meios de transportes dos romeiros. Os badalados trens inaugurados no alvorecer da segunda década do século XX apresentam problemas de segurança e em decorrência do elevado número de pessoas a serem transportadas, havia problemas de superlotação. Nos jornais eram divulgadas notas solicitando trens especiais para o transporte dos romeiros e para evitar transtornos na ordem pública. No dia 19 de março de 1919 o “Correio de Aracaju” noticiou os impasses entre passageiros e policiais na Estação Ferroviária de São Cristóvão:

⁴⁹ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Festas, patrimônio cultural e identidade negra: Rio de Janeiro, 1888-2011. *Artelogie*. n.º 4, 2013, p. 2.

⁵⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. Apresentação. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002, p. 13.

As cerimônias dos templos estiveram inferiores em magnificências e concurso de fiéis, dizendo-se abertamente que raras vezes, de certo tempo a esta parte, São Cristóvão viu tanta gente aglomerada em seu seio, para dar expansão aos seus sentimentos a fé católica.

Calcula-se que desta capital foram para ali cerca de 3000 pessoas, e uma nota que nos é muito grato registrar, damo-la como homenagem a índole do povo sergipano: nenhum incidente desagradável, por mais simples que fosse, destoou a harmonia e grandiosidade das festas públicas, em honra ao Redentor do Mundo.

Verdade é que o policiamento da antiga capital, a cargo de um oficial do Corpo de Polícia do Estado, esteve com correção dos costume, no governo do eminente Sr. Dr. coronel Pereira Lobo. Não obstante o extraordinário número de pessoas que para ali foram e tiveram de se retirar após as festas, os embarques e desembarques de passageiros ocorreram em perfeita ordem, graças também a ação benéfica da Polícia.⁵¹

Percebe-se que os ícones da modernidade sergipana não eram unânimes entre os membros da elite intelectual da época. As viagens descritas como cenas de cinema e de conforto não era condizente com a experiência social da grande parte dos viajantes, especialmente os romeiros das camadas populares. Partindo dessa situação, pode-se inquirir acerca do sentido social quanto à festejada tradição dos devotos que seguiam a pé o itinerário entre Aracaju e a velha capital. Essa prática cultural apresentada nas descrições sem autoria identificada na imprensa local como uma sobrevivência do catolicismo imperial pode ser reconsiderada e relativizada. Para muitas famílias sergipanas andar a pé era a única opção digna para ter acesso ao centro de romaria dos Passos em São Cristóvão, sem passar pelo constrangimento de

⁵¹ CORREIO DE ARACAJU. Festa dos Passos. *Correio de Aracaju*. Nº 2553, 19/03/1919, p. 1.

lutar por espaço em vagões superlotados. A situação complicava-se à medida que se aproximava o dia das celebrações, como pode ser observado nos impressos.

FESTA DE PASSOS

Com a mesma solenidade com que se costuma realizar todos os anos, teve lugar anteontem na velha cidade de São Cristóvão a festa e a procissão de Passos.

Desde a quinta-feira anterior que os trens suburbanos partiam daqui repletos de pessoas da nossa sociedade que iam com o fito de apreciar a tradicional solenidade.

No domingo saiu daqui um trem que, a despeito de ser anunciado para às 7 horas só deixou a *gare* depois das 8.

Este comboio foi repletamente cheio, tendo chegado ali às 9 horas.⁵²

Superlotação, atrasos e confusões eram recorrentes nas estações ferroviárias de Aracaju e de São Cristóvão nos dias de romaria. Além de tudo, ainda havia o grande risco de acidentes, principalmente no trecho da Tebaida, localizado entre os dois municípios. Na romaria de 1913, o “Correio de Aracaju” divulgou um acidente no retorno dos romeiros:

Grande desastre na estrada de ferro

Pela altura do local denominado “Buraco do Cachorro”, onde está um aterro com declive de 4 metros, mais ou menos, descarrilou ontem cerca de 11 horas da manhã a máquina nº 49 da Empresa da Estrada de Ferro Timbó a Propriá.

Esta máquina que daqui partira levando um trem especial para São Cristovam, de volta daquela cidade, engatou-se a uns carros

⁵² CORREIO DE ARACAJU. Festa de Passos. *Correio de Aracaju*. Anno XI, nº 2264, 26/02/1918, p. 1.

que a esperavam antes da Tebaida os quais conduziam a carga normal de 80 trilhos.⁵³

Episódios como esse eram recorrentes e impediam a circulação de trens por inúmeros dias. Apesar da curta distância, viajar entre Aracaju e São Cristóvão, no início do século XX, não era tarefa das mais fáceis. Isso é o que revela Rocha Pombo em seu diário. Nos idos de 1917, o historiador, acompanhado do artista plástico Galdino Guttmann Bicho, participou de uma excursão ao norte do país no intuito de produzir seu novo livro sobre a “História do Brasil”. Em sua passagem por Sergipe foi recepcionado por uma comissão de intelectuais integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, constituído pelos historiadores Costa Filho e Francisco Carvalho Lima Júnior. As suas experiências resultantes dessa viagem resultaram na escrita do livro de história e na publicação de um diário, no qual expressa as dificuldades de locomoção entre Aracaju e a velha capital do estado. Os percalços duraram um dia:

Excursão a São Cristóvão.

Íamos em companhia do Sr. Bispo, D. José; do promotor de Aracaju, Dr. Laurindo Silva, e dos Drs. Costa Filho e Lima Júnior. Com o Guttmann Bicho éramos seis.

O trem devia sair às 7 e meia da manhã. Estivemos na estação às 7. Esperamos ali só até as duas e meia da tarde, quando afinal o trem partiu.

Íamos muito contentes.

Ao cabo, porém, de uns três quartos de hora, estacou o comboio. Era a estação de Tebaida.

Haviam descarrilado, entre Tebaida e São Cristóvão, não sei quantos trens.

⁵³ CORREIO DE ARACAJU. Grande desastre na Estrada de Ferro. *Correio de Aracaju*. Anno VI, n° 816, 16/02/1913, p. 2.

(...) Já ao cair da noite entramos ufanos na cidade tomando, por atalhar o caminho, uma azinhaga que nos levou até a grande praça da matriz.

Alguns amigos que nos esperavam na estação da tal estrada de ferro, só uns 10 minutos depois é que chegaram à praça onde estávamos.

De sorte que uma viagem, que se devia fazer em cerca de uma hora, nós a fizemos num dia inteiro.

Dizem que ninguém mais estranha aquilo, que é normal por ali. É simplesmente uma vergonha.⁵⁴

O tom de descrição de Rocha Pombo da excursão a São Cristóvão é marcado pela indignação e ironia. Como o próprio autor afirmou em seu texto de memórias, “ao bater a pé para a cidade (...), todos íamos muito calados, como um préstito fúnebre. Acabara-se a nossa alegria”.⁵⁵ O humor após um dia de transtornos, acidentes e andanças desapareceu. Prova disso é o fato das narrativas acerca dos aspectos da cidade se limitarem a apenas um parágrafo, enquanto as aventuras da viagem são detalhadas em cinco páginas. Todo o texto acerca da velha capital sergipana foi maculado pela ironia e reivindicação de melhorias nos meios de transportes.

Os acidentes com os trens sergipanos também eram recorrentes no período da romaria do Senhor dos Passos. A cada ano os impressos divulgavam os “sustos” com descarrilamento, trens quebrados e empurões nas estações. Na romaria de 1918, o “Diário da Manhã” publicou:

Além de outras coisas ordinaríssimas de tal *Chemins* tivemos um grande susto: um carro, dos muitos que conduziam passageiros para aqui e Laranjeiras, saltou do trilho e foi um Deus nos Acuda. Depois de gritos e mais gritos dos passageiros foi que o

⁵⁴ POMBO, Rocha. *Notas de Viagem*: Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar, 1918, p. 59-61.

⁵⁵ POMBO, Rocha. *Notas de Viagem*: Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar, 1918, p. 60.

maquinista parou a máquina e todos viram o perigo iminente em que estavam.

O próprio maquinista já havia premeditado esse acontecimento. Enfim, depois de muito pelear não conseguiram os empregados do trem deitarem sobre o trilho o carro devido ao péssimo estado de um tal macaco quebrado, ruim como tudo da *Chemins*.

E seguimos, deixando para atrás dois carros com os passageiros de Laranjeiras que passaram por aquela caceteação.

Já nas oficinas, a máquina conseguiu ferir um cavalo.

Foi uma viagem cheia de incidentes que felizmente não ocasionaram perdas de vida graças ao Senhor dos Passos a quem todos tinham ido votarem as suas preces.⁵⁶

Contudo, essa preocupação não ficou restrita aos intelectuais visitantes. Os sergipanos também expressaram suas críticas aos trens da *Chemins de Fer*. Na imprensa sergipana foram publicados raros textos em defesa dos romeiros do Senhor dos Passos que necessitavam de melhores condições nas viagens de trens. O texto mais elucidativo sobre essa questão foi publicado em 1915, apenas quatro anos após a inauguração da estrada de ferro. O autor da crítica foi um dos mais atuantes intelectuais de São Cristóvão no início do século XX, Armindo Guaraná.⁵⁷ Trata-se de um texto no qual ele busca

⁵⁶ DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. Aracaju, n° 1992, 26/02/1918, p. 1.

⁵⁷ “Nasceu na cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 04 de agosto de 1848. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife (PE). Iniciou a vida pública como promotor de Justiça em seu Estado natal. Exerceu os cargos de procurador, fiscal do Tesouro Provincial, chefe de Polícia e secretário de Governo no Piauí e Ceará, além de juiz de Direito. Foi um dos integrantes do primeiro Tribunal de Justiça do Espírito Santo, instalado em julho de 1891, como procurador da Justiça, Soberania e Fazenda. Perdeu o cargo em virtude da dissolução do Tribunal em 24 de dezembro daquele ano. Manoel Armindo Cordeiro Guaraná era filho do advogado provisionado Theodoro Cordeiro Guaraná e Adrelina Muniz de Menezes Guaraná. Conhecedor do latim, foi o único colaborador do Dicionário Bibliográfico do Dr. Sacramento Blake e pertenceu, como político, ao Partido Liberal, ocupando cadeira na Assembleia Provincial de Sergipe. Jornalista e escritor, publicou as obras *Província de Sergipe*; *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*; e *Dicionário Bibliográfico Sergipano* (publicação póstuma). Manoel Armindo Cordeiro Guaraná faleceu no dia 10 de maio de 1924”. Cf. VALLE, Eurípedes Queiroz do. *Datas e dados da vida judiciária Espírito Santense*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial. 1963.

contrapor a ganância dos “grandes homens da *Chemins de Fer*” com o sofrimento dos romeiros:

Permita que em torno de vossa local de hoje sobre a famigerada *Chemins* bordemos alguns comentários, constituindo-nos advogado aos seus próprios interesses, já que ela por si só não sabe promovê-los.

A *Chemins* não pode mais ignorar pelo exemplo dos anos anteriores a extraordinária afluência de passageiros durante e depois da festa dos Passos, afluência que naturalmente subiria de ponto, se essa arrelhada empresa restabelecesse por alguns dias o suburbano, ou aumentasse o número de trens, para bem servir ao público.

Deste modo satisfaria a uma palpitante necessidade do momento, auferindo em compensação vantajosos lucros, que não são para desprezar, principalmente nestes tempos de crise econômica.

Pois, aquilo que estava a entrar pela cabeça de semeiêda, escapou do senso prático dos ‘grandes homens da *Chemins*’.

Eles não precisam de dinheiro, são uns cresus, nadam na abundância, e por isso cedem ao mais atilado que queira ganhá-lo esfolando o pobre povo com o aumento do preço das passagens, o que nem a própria *Chemins* poderia fazer.

Para calcular-se aproximadamente a concorrência de pessoas para São Cristóvão este ano, basta dizer que ainda no trem da 4ª feira de lá vieram 262 passageiros numa promiscuidade de feira, aos encontros, sem cômodo e sem conforto, respirando em um ambiente nada agradável, num dia cáldido como foi aquele.
(grifo meu)

Ora, se não fosse o caprichoso propósito da *Chemins* em servir-nos pessimamente, muito outro teria sido o seu procedimento, aliás com grande vantagem própria, porque não só avultaria o número de passagens, como, mesmo sem elevação dos preços da tabela oficial, maiores teriam sido os seus lucros, sem nenhum

vexame para este povo de cordeiros, demasiado paciente e inimitavelmente sofredor, até quando é tosquiado.⁵⁸

O longo texto explicita as preocupações do intelectual com um elemento de primordial importância nos primeiros tempos republicanos. Trata-se dos valores morais. A superlotação dos trens era o estopim para a constituição de um espaço pernicioso à civilização e à ordem pública. Armino Guaraná atua como advogado das camadas populares, denominadas por ele de “pobre povo”. Sua preocupação, argumento central de sua denúncia, é a promiscuidade promovida pelo excessivo número deromeiros nos vagões da *Chemins*. Em suas palavras, a romaria tida como ordeira e pacífica revela a sua faceta perniciosa e insalubre, ou seja, distante dos ditames defendidos pelas lideranças políticas e intelectuais engajados no governo republicano. O povo é apresentado como cordeiros, talvez remetendo simbolicamente ao Senhor dos Passos como cordeiro divino entregue à morte e, principalmente, como forma de demonstrar a ausência de resistência dos segmentos populares diante de um cenário tão inóspito.

Essa preocupação de Guaraná acerca da romaria dos Passos nos primeiros decênios republicanos aproxima-se, em certa medida, às querelas em torno da festa da Penha no Rio de Janeiro dos primeiros anos republicanos. De acordo com Rachel Soihet, em relação a essa festa havia uma preocupação por parte dos intelectuais cariocas do início do século em criar um “sistema de imagens da cultura cômica popular, cujo traço marcante é o ‘rebaixamento’”,⁵⁹ fato que levava a “condenação pela maioria das autoridades eclesiásticas, que estigmatizava estas ‘romarias de impurezas e vícios’”.⁶⁰ No caso da romaria

⁵⁸ GUARANÁ, Armino. *Chemins de Fer. Diário da Manhã*. Aracaju, 07/03/1915. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Fundo Armino Guaraná. FAG 54, Cx. 205, Pac. 11, DOC. 106, p. 92

⁵⁹ SOIHET, Rachel. Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920). in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002, p. 345.

⁶⁰ SOIHET, Rachel. Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920). in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002, p. 345.

do Senhor dos Passos, os embates acerca das camadas populares perpassavam pela idéia de civilização dos costumes e busca de ações que extirpassem os maus costumes e as condutas consideradas imorais.

Os problemas civilizatórios não eram exclusivos dos meios de transportes dos romeiros. Em São Cristóvão, palco das celebrações penitenciais, existiam outras questões vistas pelas autoridades sergipanas como delicadas e ameaçadoras da ordem pública. Um desses entraves à civilização era a presença dos gatunos. Mesmo havendo um silêncio das fontes acerca da temática da segurança pública, foi possível localizar pequenos alertas aos romeiros publicados nos jornais sergipanos da primeira metade do século XX. O “Diário da Manhã” alertava os leitores: “NOTA - Sobretudo deve se prevenir qualquer passageiro, pois o roubo de domingo, à noite, nos carros da *Chemins*, foi quase à moda das fitas. Os gatunos em todas os pontos espreitam”.⁶¹

Além disso, havia inúmeras convocações das forças policiais para guarnecer o elevado contingente de devotos presentes na antiga cidade ou para auxiliar no controle dos passageiros nas estações ferroviárias de Aracaju e de São Cristóvão. Em 1919, foi necessário a intervenção do chefe de polícia para obrigar os funcionários da *Chemins* acrescentar novos vagões para transportar todos os romeiros que adquiriram passagens:

Se a *Chemins* por um desses gestos dignos resolver dar trem hoje pela manhã irá ainda muita gente para São Cristóvão.

Nas últimas viagens para ali foi preciso interferência do Sr. Dr. Chefe de Polícia que influiu para que a *Chemins* fornecesse carros suficientes para comportar as pessoas a quem vendeu bilhetes.

Só com interferência de autoridades superiores poderá a *Chemins* andar às direitas.

Aplaudimos a ação louvável do ilustre chefe de polícia.⁶²

⁶¹ DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. Aracaju, nº 1992, 26/02/1918, p. 1

⁶² DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. Aracaju, Anno IX, nº 2281, 17/03/1919, p. 2.

Quase sempre esse tipo de publicação aparecia na imprensa discretamente, sem correlacionar com os festejos. Contudo, a partir de meados da segunda década do século XX, as denúncias acerca dos transtornos provocados à população sergipana pela *Chemins de Fer* se tornaram recorrentes. Paulatinamente, os ecos da modernidade eram diluídos pelos problemas ocasionados pela empresa, como o atraso dos trens, a superlotação e os constantes acidentes. Outra exceção, com uma denúncia extensa, ocorreu em 1918, ocasião na qual o “Diário da Manhã” publicou uma longa matéria acerca dos transtornos dos passageiros da *Chemins de Fer*, diante da presença de assaltantes.

Bem não tinha findado a procissão o povo já se encaminhava para o trem de Aracaju que em pouco tempo ficou repleto.

Eram pouco mais ou menos de 8 horas quando chegou o trem noturno de Bahia que dera passagem ao de volta para Aracaju.

Com pouco tempo também ficou repleto e tornou-se um denso movimento entre passageiros à procura de lugar.

Aproveitando isso, gatuno prevenido pôs prática um rápido roubo em bolso de um viajante, que, com certeza, já vinha assinado para vítima, entregando-o ligeiramente a um companheiro que estava á janela do trem do lado de fora.

Saltou pela janela o gatuno e evadiu-se com o outro, e o pobre passageiro roubado ficou se lastimando em meio a admiração de todos.⁶³

Diante disso, percebe-se que a ordem das celebrações e a higiene eram atribuições atinentes à grupos sociais específicos da sociedade sergipana, ou seja, grupos da elite. Termos como “confortavelmente”, “de forma ordeira”, “agradável” e “comportadas” estavam atrelados aos homens e mulheres da política local. A população pobre perma-

⁶³ DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. Aracaju, n° 1992, 26/02/1918, p. 1.

necia exposta aos perigos das estradas (fossem eles a pé ou de trem) e a insegurança da cidade. Os romeiros pobres, protagonistas das cenas de penitência pública nas ruas do passado se tornavam cada vez mais alvo das reformas promovidas pelos governantes na construção da modernidade e da civilização sergipana.

Todavia, nem todos os segmentos sociais passavam pelos transtornos da viagem. Nos jornais é possível perceber como as elites usufruíam de melhores condições para deslocar-se à romaria. O jornal “A Razão” de Estância, cidade localizada na região sul do estado, divulgou, em 1910, os aconchegantes passeios de intelectuais para a romaria dos Passos: “Augusto Gomes. De São Cristóvão onde fora levar pessoas de sua família a assistir a festa de Passos chegou terça-feira este nosso amigo e proprietário desta folha”.⁶⁴ Na década seguinte, o “Correio de Aracaju” noticiou a viagem dos secretários de governo em trens especiais:

Para São Cristóvão.

Para São Cristóvão seguiram ontem, em trem especial, os nossos ilustres amigos dr. Álvaro Silva, digno secretário geral do Estado, e dr. Wenceslau Guimarães, distinto chefe de Polícia com sua graciosa filha senhorinha Secy Guimarães. O trajeto até a estação foi feito em bonde especial, e o embarque foi muito concorrido.⁶⁵

Os textos publicados nos jornais sergipanos do início do século XX revelam pistas acerca da distinção social entre os visitantes de São Cristóvão no período da romaria. Provavelmente a devoção ao Senhor dos Passos fosse compartilhada entre os diferentes segmentos sociais, como atestam os ex-votos deixados no claustro da Ordem Terceira do Carmo e as apólices deixadas pelo Barão da Estância para a mesma igreja.⁶⁶ Todavia, essa aproximação dos diferentes segmen-

⁶⁴ A RAZÃO. Augusto Gomes. *A Razão*. Estância. Anno XVII, nº 2, 19/03/1910, p. 1, col. 1.

⁶⁵ CORREIO DE ARACAJU. Para S. Christovam. *Correio de Aracaju*. Aracaju, Anno XI, nº 2552, 16/03/1919, p. 1.

⁶⁶ Sobre as apólices deixadas ao Senhor dos Passos confira o testamento de Antônio Dias Coelho e Mello, Barão da Estância. Testamento. Cartório do 1º Ofício. São Cristóvão, cx. 11, nº 77.

tos sociais era sufocada pela distinção nas práticas devocionais, no qual os grupos marginalizados encontravam-se expostos ao sacrifício. Os novos trilhos da modernidade com a implantação da ferrovia não apaziguaram o deslocamento dos romeiros. Pelo contrário, os expunha a uma condição de insalubridade moral similar ao ambiente das famigeradas fábricas de tecidos, com homens e mulheres “com corpos aos encontros”, em plena “promiscuidade”, como alentou Armindo Guaraná. Os corpos insalubres dos romeiros pobres eram contrapostos à distinção das famílias de intelectuais, comerciantes e políticos. Observe a notícia do Correio de Aracaju de 1922:

O presidente do Estado vai a São Cristóvão
 Em trem especial seguirá na tarde de hoje para São Cristóvão o exmo. Sr. coronel Presidente do Estado, que, em companhia de sua Exma. família, vai assistir a tradicional festa de Passos que há longos anos e sem interrupção realiza naquela cidade.
 Sua ex. aproveitará especialmente a sua viagem para visitar o seu progenitor, em cujo lar se demora até a próxima terça-feira, quando tornará a esta capital com os de sua distinta família.⁶⁷

As famílias da elite sergipana eram apresentadas como distintas e usufruíam de trens especiais para deslocar-se até a velha capital. Além disso, quando se tratava de autoridades com cargos públicos, era comum a recepção em São Cristóvão com música. Em 1919, o jornal “Estado de Sergipe” noticiou: “Em São Cristóvão os ilustres visitantes foram recebidos com vivas e demonstrações de carinho por parte da população, tocando a filarmônica “Lyra Cristovense”.”⁶⁸

Outro aspecto relevante na descrição da viagem do presidente estadual foi a sua relação familiar com São Cristóvão. O coronel José Joaquim Pereira Lobo era filho do importante político cristovense, o

⁶⁷ CORREIO DE ARACAJU. O presidente do Estado vae a S. Christovam. *Correio de Aracaju*. Aracaju, Anno XIV, 10/03/1922, p. 1.

⁶⁸ ESTADO DE SERGIPE. Viagem Presidencial. *Estado de Sergipe*. Aracaju, Anno XX, 15/03/1919, p. 2.

capitão Joaquim José Pereira Lobo.⁶⁹ Nesse caso, as viagens da romaria se tornava também uma ocasião de reunir os familiares, de encontro com seu passado. São Cristóvão, a partir do terceiro decênio do século XX, era apresentada na imprensa local como um santuário do catolicismo e uma relíquia da história sergipana. Nesse centro urbano, as tradições teriam sido preservadas e a romaria do Senhor dos Passos se tornava o momento propício para conhecer o passado estadual. Era a cidade das tradições preservadas, do “catolicismo vibrante”.

A cidade edificada após a conquista de Sergipe de 1590, no início do período republicano era tida como um teatro da história estadual e um repositório das tradições. A suposta decadência revelada pelos monumentos carcomidos era contrastada com o aumento do número de romeiros que a cada ano dirigia-se à cidade. A “Meca dos sergipanos” era a urbes responsável pelo encontro dos tempos, no qual as glórias do passado cruzavam-se com o renascimento do presente, assim como as elites encontravam-se com as camadas populares. Isso pode ser observado nas descrições da procissão:

Passos em São Cristóvão

A velha cidade de São Cristóvão de Barros há de ser sempre a Meca dos sergipanos.

São Cristóvão, florescente nos seus tempos áureos, retrotraindo depois, e mais animada e vívida hoje, conservou a legenda sempre agradável e sempre atraente de processionar no Domingo de *Reminiscere* a imagem sanguejante e equimosa do Cristo.

Não há em todo o Estado festa que chame tão vigorosa impe-

⁶⁹ Ao longo da Primeira República, Sergipe teve dois presidentes estaduais nascidos em São Cristóvão. O primeiro foi o general José de Siqueira Menezes, nascido no dia 12 de dezembro de 1852. Era filho de Manoel Tavares de Menezes Andrade e de Ana Maria Siqueira. De acordo com o historiador Thiago Fragatta, ele formou-se em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e lutou pela implantação da República em Sergipe. Além disso, teve uma participação relevante na Guerra de Canudos. Cf. FRAGATTA, Thiago. *Ex-governadores sancristovenses*. São Cristóvão, 14/04/2011. Disponível em: <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2011/04/ex-governadores-sancristovenses.html>. Acesso em 28/09/2014.

rantemente a atenção de toda a gente, interessada ou infensa, a crença religiosa.

A festa deste ano foi grandemente concorrida. Desde cedo, na semana finda, a multidão se dirigia a São Cristóvão em continua romaria para ver a dolorosa memoração da tragédia da rua da Amargura.

A procissão de trasladação, sábado à noite, foi imponente em seu simples aspecto: uma imensa mó de gente, contrita e reverente, se movia lenta, enquanto subiam de par com o canto sole-
ne e plangente do cantochão.

A todas as igrejas a concorrência era inumerosa; pessoas de todo o escalão, de todas as sociedades.


As ruas apinhavam-se de gente, e, por um momento, sempre significativo de sua vida de cidade morta, São Cristóvão deu a impressão dos velhos tempos de sua grandeza e de sua vida de capital, na época em que o vale do Vasa Barris determinava o movimento para o conjunto da província de Sergipe.

(...) Ao domingo, a multidão, aumentada das populosas quantidades trazidas pelos trens, percorria as antigas vias da cidade velha, sempre admirada de suas ruinosas obras de igreja, reveladoras da índole de um povo zeloso de sua crença.⁷⁰

É justamente nesse universo permeado de encontros e tensões sociais acerca das devoções que se forjou um monumento com discurso republicano, ou seja, a releitura construída acerca do passado estadual dentro dos parâmetros do novo regime no qual São Cristóvão eleva-se a condição de cidade do passado sergipano.

⁷⁰ ESTADO DE SERGIPE. Passos em S. Christovam. *Estado de Sergipe*. Aracaju, Anno XX, 15/03/1919, p. 2

A CIDADE DO PASSADO



No alvorecer do século XX, a cidade de São Cristóvão era vista por intelectuais e políticos como o espaço do passado sergipano. A antiga capital perdera o poder, o prestígio e o domínio que tivera nos tempos áureos de sede da província de Sergipe. A velha *urbis* era representada por esses segmentos sociais por termos pejorativos que atrelavam ao passado e à permanência das tradições. Serafim Santiago,¹ pensador da história nascido em São Cristóvão na segunda metade do século XIX, em tom de revolta, narra um episódio em que fidalgos teriam ironizado a situação de decadência da cidade no final do oitocentos.

¹ Funcionário público nascido em São Cristóvão no dia 4 de janeiro de 1859, quatro anos após a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. Faleceu em São Cristóvão no dia 1º de setembro de 1932.

Não podemos negar, que pelos anos de mil oitocentos e setenta e tantos, estava a velha cidade muito decadente; foi neste tempo, que, certo dia, um grupo de fidalgos que viajavam a cavalo, vindo do lado da vila de Itaporanga para a Capital Aracaju, passaram dentro da velha cidade, e, ao atravessar a praça de Palácio, disse um deles: “daqui a mais uns anos, havemos de passar por aqui e dizer: - eis aqui a tapera que outrora chamou-se cidade de São Cristóvão. Que ódio! Que rancor desse fidalgo, que perversidade! A velha cidade foi e será sempre combatida com odiosidade, mas nunca será vencida. Este que proferiu tão lastimável blasfêmia, talvez dele não exista nem as cinzas, e a velha cidade continua hoje em melhores condições do que no tempo do mal entendido insulto.²

O tom pejorativo do fidalgo retratado por Santiago não foi exceção. Inúmeros intelectuais, entre os quais alguns sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundado nos idos de 1912, buscavam evidenciar a posição de atraso da cidade, em decorrência da inviabilidade econômica pela deficiência do porto, da população mestiça, do deslocamento da elite política para a nova capital e da morte dos políticos conservadores atrelados à cidade. Assim, da mesma forma que os folcloristas se preocupavam com o desaparecimento das tradições populares,³ os pensadores da história lastimavam a decadência da cidade e de seus monumentos que representavam o Sergipe de outrora.

O “panteão” da historiografia sergipana que discutiu a história da cidade de São Cristóvão é extenso e complexo, inclui obras do início do século XIX e da primeira metade do século XX. Nesses textos estão presentes diferentes culturas políticas que invocam ao passado na construção da sociedade sergipana. Nesse cenário imaginado pelos

² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920], p.176.

³ Intelectuais como Tobias Barreto, Sílvio Romero e Mello Moraes Filho realizavam importantes registros das manifestações culturais das camadas populares em Sergipe

pensadores da história, a cidade de São Cristóvão foi inúmeras vezes utilizada para elucidar o projeto de modernização de Sergipe e forjar uma antessala marcada pelo atraso e pela decadência. Desse modo, torna-se pertinente trilhar esse caminho para compreender as diversas representações e os projetos políticos atribuídos à primeira capital sergipana entre os séculos XIX e XX. Trata-se de um percurso que busca cronistas e pensadores da história de Sergipe para elucidar os feitos da cidade do passado. As interpretações acerca da cidade de São Cristóvão elaboradas por esses intelectuais constituem o foco dessa leitura.

O primeiro autor é Marco Antônio de Souza,⁴ com uma obra de memória sobre a capitania de Sergipe escrito nos idos de 1808 e publicado apenas em 1878. É um texto basilar e busca fornecer as informações elementares sobre o processo de conquista de Sergipe, acompanhada de uma descrição da única cidade da capitania, de suas vilas e principais povoações. A Cidade de Sergipe, antigo nome atribuído a São Cristóvão, foi apresentada no início do século XIX como um espaço de prosperidade e com potencial para o progresso. A urbe, posteriormente representada como o lócus do atraso e da decadência era vista como o epicentro da sociedade sergipana. Segundo Marco Antônio de Souza:

O vigário de Sergipe é também vigário geral em toda a capitania (...). Também ali existe um suntuoso convento do Carmo com sua ordem terceira; outro de S. Francisco que tem anexa a capela dos terceiros franciscanos; uma casa de Misericórdia; uma

⁴ Nasceu na Cidade da Bahia em 10 de fevereiro de 1771. Atuou como presbítero secular da Ordem de São Pedro. Foi vigário da Freguesia de Jesus, Maria e José do Pé do Banco (atual Siriti), capitania de Sergipe e posteriormente foi designado para a Freguesia Nossa Senhora da Vitória de Salvador. Em 1821, atuou como deputado da Assembleia constituinte, defendendo a independência do Brasil. Em 1826, foi nomeado por Dom Pedro I bispo do Maranhão, cargo que ocupou por 28 anos. Em 1808, escreveu a sua memória sobre a capitania de Sergipe, que permaneceu inédita por mais de 70 anos, sendo publicada em 1878 pela Tipografia do Jornal do Comércio. Faleceu em São Luís no dia 29 de novembro de 1842. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. Apresentação. SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 12; 100.

capela do Rosário; outra do Amparo, uma ermida não acabada com a invocação do Senhor das Misericórdias: tantos templos indicam um espírito de paz, porém, contudo, fervem em Sergipe pleitos, intrigas e chicanas forenses.⁵

De acordo com o olhar católico do autor das memórias, a Cidade de Sergipe era um espaço com relativo progresso, testemunhado pelas edificações suntuosas e pelo espírito de paz que supostamente predominavam na localidade. Essa visão, associa o desenvolvimento da urbe ao número de edificações, foi utilizada no século seguinte por intelectuais como Serafim Santiago e Severiano Cardoso.⁶ Eles produziram textos acerca da velha cidade e ressaltaram as histórias e lendas sobre a construção das igrejas e das irmandades nelas abrigadas.

Outra questão relevante apresentada no texto são as inúmeras querelas no âmbito judiciário, que prejudicavam a predominância total do espírito de paz. Sob a ótica de Marco Antônio de Souza, São Cristóvão podia ser vista como uma cidade na qual os moradores eram “muito distintos pela nobreza”, pois ali viviam “muitas famílias puras e podem bem numerar-se mais de 1500 brancos naturais da Europa”.⁷ Percebe-se os elementos atribuídos ao declínio não sendo associados à cidade, pois nela os moradores viviam “contentes”, porque gozavam “dos mais fáceis cômodos da vida humana”.⁸ As descrições do vigário da pequena Freguesia de Pé do Banco⁹ são consideravelmente otimistas em relação à capital sergipana do alvorecer do século XIX.

5 SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 24.

6 Cf. SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920]. SILVA, Clodomir de Souza e. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.

7 SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 25.

8 SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 25.

9 Atual município de Siriri, estado de Sergipe.

Como o livro “Memórias da Capitania de Sergipe” de Marco Antônio de Souza permaneceu inédito por longos setenta anos, sendo publicado apenas em 1878, em decorrência do empenho de Antônio José Fernandes de Barros. Em 1877, o reitor do Colégio Pedro II, César Augusto Marques, enviou-lhe uma carta que informava sobre a existência de um manuscrito com 60 folhas sobre Sergipe no acervo do Museu Britânico de Liverpool. Ciente disso, Antônio Fernandes de Barros entrou em contato com o cônsul brasileiro para adquirir uma cópia do referido documento “a qualquer despesa”. Ao receber a cópia, o senhor do engenho Matogrosso da vila de Maruim mandou “imprimir para oferecer aos sergipanos ilustrados e especialmente ao maranhense o Sr. Dr. César Augusto Marques, a quem a província fica devendo este serviço”.¹⁰

Com isso, somente a partir do final do século XIX, o livro “As Memórias sobre a capitania de Sergipe” se tornou de conhecimento público dos “sergipanos ilustrados”. Nessa época, os homens de letras em Sergipe tiveram acesso ao famoso texto, o qual por longo tempo permaneceu como manuscrito nos arquivos ingleses. No final do século XIX, a obra teve uma circulação restrita e o próprio senhor de engenho responsável pela edição informava ser o livro destinado a sergipanos ilustrados, pois a “obra pelo menos servirá de iluminado pórtico aos que possam e queiram investigar a história desta fértil, laboriosa e esquecida província”.¹¹

O teor otimista de 1808 da obra de Marco Antônio de Souza não se constitui em regra para os textos subsequentes acerca da cidade de São Cristóvão. Pelo contrário, tornou-se uma exceção, se considerarmos que, ainda na primeira metade do século XIX, intelectuais já ressaltavam a pobreza da capital sergipana. Esse foi o caso de Milliet de

¹⁰ Cf. BARROS, Antônio José Fernandes de Barros. Cópia da nota referida. In: SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 99.

¹¹ BARROS, Antônio José Fernandes de Barros. Cópia da nota referida. In: SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 99.

Saint-Adolphe, em 1845, ao afirmar que São Cristóvão era “uma vila, que nunca pôde adquirir importância”.¹² Possivelmente, a partir da segunda metade do século XIX, os estudos ao descreverem os aspectos históricos e geográficos da província passaram a enaltecer a suposta situação de decadência da capital em consonância com a opinião de autoridades.

Poucos foram os pensadores da história contrários à mudança da capital sergipana. Nesse patamar se enquadrava Felisbello Freire, primeiro pesquisador dos aspectos históricos de Sergipe respaldado no cientificismo. Renomado pesquisador, reconhecido entre os pares do estado, manteve importante diálogo com historiadores afamados nacionalmente.¹³ Na visão desse intelectual, a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, nos idos de 1855, foi um verdadeiro atentado e prova da “degeneração da sociedade sergipana”.¹⁴ O período entre 1840 e 1855 foi caracterizado por Freire pela falta de patriotismo dos administradores da província de Sergipe, em decorrência da perda das tradições e do programa dos partidos políticos. Para o investigador, o ápice dessa degeneração política e social foi a mudança da capital:

E esse estado de decadência da sociedade, essa falta de patriotismo e de civismo de que ressentia-se a população de Sergipe de então, revela-se claramente no fato de 1855, altamente atentário à riqueza particular dos habitantes de São Cristóvão e seu município, a mudança da capital para Aracaju, que então era uma praia inóspita e inabitada.¹⁵

¹² SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. Dicionário Descritivo do Império do Brasil. In: ALVES, Francisco José; FREITAS, Itamar (orgs). *Dicionário da Província de Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001 [1845], p. 78.

¹³ No prefácio de seu livro sobre a História de Sergipe, Felisbello Freire enuncia os intelectuais que contribuíram com a sua pesquisa, doando documentos que tratavam sobre o estado de Sergipe. Entre os intelectuais listados destacaram-se João Ribeiro, Capistrano de Abreu, João de Oliveira, João Ladislão Pereira da Silva e Baltazar Góis. Cf. FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891], p. 26.

¹⁴ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891], p. 369.

¹⁵ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891], p. 369-370.

O discurso do principal pensador da história de Sergipe é em defesa da cidade de São Cristóvão, pois o mesmo entendia que os gastos com a edificação de uma nova cidade eram desnecessários e seriam mais bem aplicados em uma reforma modernizadora da velha capital e de seus canais ligados ao rio Vaza Barris. É importante ressaltar que Felisbello Freire além de ter se destacado no campo da investigação histórica, também foi um dos mais importantes líderes políticos na campanha republicana e tornou-se o primeiro presidente do estado de Sergipe no período republicano. Isso explica em parte a preocupação do intelectual em denegrir as ações políticas do regime monárquico, que eram associadas a degeneração dos princípios morais e sociais.

Na contramão desse discurso de Felisbello Freire, Severiano Cardoso, intelectual que viveu em São Cristóvão nos idos de 1891, preocupou-se em explicar as razões da transferência da capital para Aracaju. Na “Corografia de Sergipe”, texto inédito escrito por volta de 1895, ele afirmou:

O (Porto) de São Cristovão, à boca do Vaza Barris, e que tem mais de 3,50 metros de [ilegível]. Esta insuficiência, reputada então pelos espíritos mais tímidos, foi uma das causas determinantes da transferência da capital sergipana para o local denominado Aracaju.¹⁶

Ao discutir sobre os aspectos gerais da cidade de São Cristóvão, Severiano Cardoso expõe a sua concepção de cidade do passado. Para o intelectual, “São Cristovão ainda é uma relíquia, uma saudade, um solução de alma doída e patriota; e dentro em pouco será, apenas, uma tradição, uma lembrança, que ir-se-á desvanecendo ao passo que se forem sucedendo as gerações”.¹⁷ Na visão do pensador da história do final do oitocentos, a população cristovense vivia na esperança do retorno da capital, do reviver os velhos tempos tidos como áureos.

¹⁶ CARDOSO, Severiano. *Corografia de Sergipe*. Arquivo do IHGSE, Fundo IHGS, caixa n. 15, documento n° 036. Agradeço a Maria Fernanda Santos por gentilmente ter cedido a transcrição do documento.

¹⁷ CARDOSO, Severiano. *Corografia de Sergipe*. Arquivo do IHGSE, Fundo IHGS, caixa n. 15, documento n° 036.

Segundo Cardoso, acreditava-se “religiosamente numa severa-volta, e espera ainda uma reivindicação categórica. ‘É questão de tempo e se não for para mim será para meus filhos ou netos: um dia aquelas areias comerão aquela desgraça toda, afora os santos!’”.¹⁸

Importantes nomes da historiografia local compartilhavam da cultura histórica favorável a permanência da capital na cidade de São Cristóvão. Certamente o principal deles era o republicano histórico Felisbello Freire, intelectual do final do século XIX, engajado em edificar uma interpretação negativa para os políticos do segundo Império brasileiro, classificando-os como antipatrióticos e mais preocupados com as querelas individuais em detrimento da situação sociopolítica.¹⁹ Tais questões expressam a ligação entre o discurso histórico cientificista do homem que é tido como o primeiro historiador sergipano e a defesa dos princípios republicanos, especialmente a partir da publicação do livro “História de Sergipe” em 1891. O passado é tomado no intuito de justificar a construção de um contraponto, de um futuro projetado e idealizado. Nesse sentido, na ótica de Freire a capital não deveria ter sido retirada de São Cristóvão. Essa oposição à mudança da capital era argumentada pela fato do episódio ter sido marcado por questões pessoais. Sobre isso, afirmou o pensador da história:

Eram inexatas as alegações do presidente sobre a decadência de São Cristóvão, como sendo a menor e menos populosa cidade da província. E a inexatidão revela-se na própria incoerência de suas palavras, quando depois de ter dito que São Cristóvão era a menor cidade da província, diz pouco adiante: todos os demais povoados estão mais ou menos no caso da cidade de São Cristóvão.²⁰

¹⁸ CARDOSO, Severiano. *Corografia de Sergipe*. Arquivo do IHGSE, Fundo IHGS, caixa n. 15, documento n° 036.

¹⁹ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891].

²⁰ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891], p. 372.

Todavia, esse posicionamento adotado por Felisbelo Freire não foi uníssono entre os intelectuais sergipanos da primeira metade do século XX. A maior parte dos pensadores da história do estado se apropriou do discurso proeminente do governo estadual do início do século XX e enfatizou a fundação de Aracaju como o grande marco da difusão do progresso sergipano na superação dos tempos de atraso e decadência. Se ao longo da segunda metade do século XIX, São Cristóvão era representada como uma estruturada e “bela cidade” e Aracaju como a praia inóspita, no alvorecer do século subsequente a situação mudou. Aracaju foi modernizada e embelezada com seus jardins e casas de ciências, enquanto São Cristóvão passou a ser vista por cronistas e pensadores da história como símbolo do passado. A escrita da história respaldada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (fundado em 1912) nos primeiros decênios republicanos foi verbalizada pela oposição entre a modernidade e o atraso simbolizada pelas duas capitais: a do passado e a do futuro.

A cidade de Aracaju e seu fundador, Inácio Barbosa, nos primeiros decênios do século XX, tornaram-se alvo de elogios e de narrativas históricas elucidativas da idéia de progresso e modernização. Ao analisar a fundação da cidade de Aracaju, o atuante sócio do IHGSE, Manoel dos Passos de Oliveira Telles defendia a posição da história na elucidação das “coisas do passado” e afirmou: “entretanto, a história não foi inventada para marchar só e soberanamente por vias iluminadas, antes ela se apraz na labuta incessante da penetração do passado. Não será, portanto, muito que se detenha em pesquisas aparentemente sem fruto”.²¹ Na ótica do pesquisador vinculado às tradições historiográficas do IHGSE, o universo “era um grande livro, com seções variadas e extraordinárias páginas”²² e nessas páginas o passado local tinha um lugar especial na formação da nova capital, momento em que as luzes do progresso incidiam sobre Sergipe. Na perspectiva dos intelectuais

²¹ TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Aracaju: suas origens, seu provável futuro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 1, nº 2. Aracaju, 1913, p. 47-48.

²² TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Aracaju: suas origens, seu provável futuro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 1, nº 2. Aracaju, 1913, p. 51.

do IHGSE, imbuídos na construção e difusão de uma cultura histórica, Aracaju era a cidade símbolo do progresso e da modernidade almejados para o estado. Apesar de ela ter sido fundada em 1855, o início do século XX, era o momento no qual a jovem capital passava por um processo de modernização e embelezamento, com a criação de centros culturais e a implantação de ferrovias, bondes e iluminação elétrica. O traçado planejado e retilíneo de suas ruas, a obediência aos códigos de posturas racionais dialogavam perfeitamente com a necessidade de se vincular ao novo regime republicano a imagem de ordem, racionalidade, civilização, progresso e modernidade. Para o Manoel dos Passos de Oliveira Telles, “o destino de Aracaju jazia fervido e cintilante em uma dessas páginas. Era necessário perpassassem os anos afim de rasgar-se para ela a senda do porvir”.²³ Aracaju era um ícone da vitória da modernidade em Sergipe, lócus espacial em que a história do estado passaria a ser escrita, delegando ao futuro dias de glórias cintilantes. A República também seria inscrita nessa cidade.

Do lado oposto ao progresso, emergia o passado caótico e desordenado, com ruas enladeiradas e com um povo antidemocrático e distante da ordem pública sonhada. Os pensadores da história dos primeiros decênios do século XX consolidaram a imagem de inércia antipatriótica da população cristovense ao permitir a mudança da capital para “uma praia insalubre e deserta”.²⁴ Do mesmo modo, a ineficiência quase letárgica do principal líder político da cidade, o comendador Botto,²⁵ diante do prestígio que desfrutara, sua “oposição importaria a nulidade e revogação do ato”.²⁶ A aceitação pacífica por

²³ TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Aracaju: suas origens, seu provável futuro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 1, nº 2. Aracaju, 1913, p. 51.

²⁴ FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891], p. 373.

²⁵ Um dos líderes políticos mais importantes de Sergipe no século XIX. Estava ligado ao grupo de senhores de engenho da região do rio Vaza Barris, onde se localizava a cidade de São Cristóvão, mas no processo de mudança da capital não se manifestou contrário ao ato. Cf. DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação: 2009.

²⁶ FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891], p. 380.

parte da população cristovense foi interpretada tempos depois pelos pensadores da história como um indício da decadência moral de seu povo e a convicção de que o ato realmente teria sido inevitável.

A louvação à cidade de Aracaju e ao seu fundador, Inácio Barbosa, foi um marco nos estudos produzidos ao longo da primeira metade do século XX, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, criada em 1913. Nessa vertente, foram publicados dois artigos em 1916. O primeiro, de autoria do jurista Enock Santiago, ressalta a relevância do fundador da cidade, Inácio Barbosa, e revela-se favorável ao processo de transferência da sede administrativa de São Cristóvão para Aracaju.²⁷ Trilhando uma perspectiva similar, Manoel dos Passos de Oliveira Telles, publicou no mesmo ano um texto elogioso à cidade de Aracaju.²⁸ Esses textos foram publicados na década marcada pela renovação do traçado urbano de Aracaju, ocasião na qual prevalecia na imprensa e nos discursos das autoridades políticas a ideia de modernização do Estado de Sergipe.²⁹

A imprensa local se tornou um espaço privilegiado nas discussões acerca das motivações da mudança da capital. Esses embates foram acompanhados por um grande público, no qual estavam inclusos intelectuais de menor expressão e não integrantes dos espaços culturais no estado. Esse foi o caso de Serafim Santiago, que anotava as suas apreciações acerca dos textos sobre São Cristóvão publicados na imprensa. Em inúmeros momentos, as leituras são marcadas pelo teor contemplativo, de admiração pela grandiosidade do passado de sua terra natal e pela erudição dos escritores. Todavia, nem sempre o escritor cristovense manteve um discurso de admiração. Em alguns momentos ele não deixou de tecer críticas a seus pares, buscando mostrar a incapacidade interpretativa dos pensadores da história de seu tempo e o distancia-

²⁷ SANTIAGO, Enock. O Dr. Ignácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 6. Aracaju, 1916, 55-59.

²⁸ TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Salve Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 6. Aracaju, 1916, p. 45-53.

²⁹ Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

mento da verdade. No seu manuscrito Serafim Santiago explicita a sua indignação ao ler um artigo na imprensa sergipana:

Já tinha dado por concluída esta narração quando tive a infelicidade de ler um artigo no “Jornal do Povo” de 15 de maio de 1917, no local “Coisas Passadas”. Com este título narrou um tal Dariophanio de Campos, uma festa em São Christovão nos dias 25 e 26 de Outubro de 1857, solenidades comemorativas do 37º aniversário da nomeação do nosso primeiro governador, nella comparecendo o então presidente da província Dr. João Dabney de Avelar Brotero, a quem (disse o historiador e inventor), se atribuía intenções de fazer voltar a velha cidade de Christovão de Barros³⁰ à sede do Governo provincial.³¹

A assertiva de Serafim Santiago acerca do historiador de imprensa não é o único caso de interlocução do autor com outros pesquisadores. Em praticamente todos os assuntos debatidos pelo autor há a presença constante de renomados historiadores de Sergipe. Todavia, ao tratar do artigo publicado por Dariophanio de Campos a sua indignação prevalece ao longo de toda a assertiva, ao designar que o mesmo era um historiador e inventor. A junção dessas duas terminologias para designar um pensador da história da primeira metade do século XX revela uma preocupação em provocar descrédito, em esmorecer a capacidade do autor em investigar as coisas do passado. Inventar era uma qualidade oposta ao ofício do historiador. Em artigo publicado na Revista do IHGSE de 1915, Moreira Guimarães discute o que seria história e como o historiador deveria atuar metodologicamente. Para o crítico, “é a imparcialidade o traço característico do verdadeiro historiador”.³² Santiago classifica o pensador da história por meio de ter-

³⁰ Português conquistador de Sergipe e fundador da cidade de São Cristóvão em 1590.

³¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 264 [1920].

³² GUIMARÃES, Moreira. Que é a História? *Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*. Nº 10, vol. 6. Aracaju, 1925, p. 10.

mos pejorativos como “perverso historiador”, “miserável, repugnante boca”, “mentiroso e infeliz, desumano” e “criminoso historiador das coisas passadas”.³³

Os embates historiográficos acerca do passado sergipano expressam um confronto de diferentes leituras do passado no presente. Paulatinamente a leitura vinculada aos governantes republicanos passou a se consolidar no cenário estadual e mostrava a nova capital como espaço da vitória do progresso e São Cristóvão como um idílico silêncio da ostentação pretérita. Nesse cenário do passado, a romaria do Senhor dos Passos foi eleita a cena perfeita na construção simbólica de um passado nos primeiros tempos republicanos. Para João Pires Wynne em 1954, a transferência da sede administrava de Sergipe representou a vitória da nova elite local sobre os “impenitentes cristovenses, guardas zelosos das antigas tradições da cidade de Cristóvão de Barros”.³⁴ A velha cidade era vista como um repositório das tradições, com um processo histórico quase imóvel no qual as reminiscências do passado eram repetidas sem inovações. Em suma, consolidava-se a imagem de uma cidade do passado lastreada pela ideia de negação da história e da modernidade. Os usos do termo decadência pelos pensadores da história da primeira metade do século XX apresentavam uma similaridade com a leitura que Jacques Le Goff interpretou, “como uma autoleitura da história que as sociedades fazem de si próprias”.³⁵

O pensador da história que mais publicou no IHGSE também discutiu a fundação da cidade de Aracaju e o seu contraponto, a antonímia da modernidade. Nas palavras comemorativas de Epifânio Dória, em 1945, São Cristóvão era uma cidade paralisada no tempo, incapacitada de promover transformações e de atrelar-se aos tempos de modernidade. Segundo o pesquisador:

³³ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 264 [1920], p. 265-266.

³⁴ WYNNE, João Pires. Depoimento Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 21, vol. 16. Aracaju, 1954, p. 236.

³⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977], p. 399

A velha cidade, vindo dos primeiros anos do século XVII, pouco progrediu no correr desse século e nos dois séculos seguintes. Edificada em terreno montanhoso, suas pequenas chãs não se dilatavam em largura e comprimento. Cresceu com lentidão até que estacionou por longo tempo, a maneira de uma árvore que crescesse mirrada em terreno sáfaro, e depois visse estacionar a sua evolução biológica.³⁶

Percebe-se que a escrita da história oficial de Sergipe ao longo da primeira metade do século XX manteve uma linearidade, pautada nos referenciais de uma cultura política na qual a cidade de São Cristóvão era vista como a melhor representação do passado e da decadência no estado. Entre os principais intelectuais sergipanos, a história de São Cristóvão tinha estacionado no ato da mudança da capital do dia 17 de março de 1855. Após essa data restava apenas o silêncio sobre os momentos subsequentes. No âmbito historiográfico, São Cristóvão emerge como uma pré-história de Aracaju, pois sua trajetória tinha como marco final a mudança da capital promovida na gestão de Inácio Barbosa.³⁷

Outra vertente interpretativa do passado sergipano recorrente na primeira metade do século XX foi respaldada pelas trovas populares, recolhidas por pensadores da história e folcloristas ao longo dos primeiros decênios do século entre frequentadores dos mercados públicos, bares de Aracaju e de São Cristóvão. Tais registros foram publicados exaustivamente na imprensa local, como instrumento na difusão das leituras das camadas populares acerca do seu passado. A circulação de idéias divergentes entre as camadas populares e apropriação das mesmas por determinados setores da intelectualidade constitui um problema relevante para a investigação história, tendo-se em vista que instiga a inversão da perspectiva analítica e reafirma

³⁶ DÓRIA, Epifânio. Aracaju. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Vol XIII, nº 18. Aracaju, 1945, p. 74.

³⁷ ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. 2. Aracaju: Sercore, 2002 [1957].

a posição defendida por Edward Thompson na qual a “estrutura, em qualquer relação entre ricos e pobres, sempre ocorre de mão-dupla, e nessa mesma relação, quando girada e vista em perspectiva inversa, pode expor uma heurística alternativa”.³⁸

É pensando nessa possibilidade que se deve buscar as leituras realizadas por uma parcela das camadas populares acerca do episódio da mudança da capital. Na primeira metade do século XX, pensadores da história e folcloristas realizaram estudos de recolha de quadras populares no estado e demonstraram uma atenção especial para as que se referiam a reivindicações históricas pelas camadas populares. Essa prática do “ouvir”, desempenhada pelos homens de letras de Sergipe no alvorecer do século XX, foi importante para a garantia da preservação da memória popular e é representativa sobre a circulação de conhecimentos históricos entre os diferentes segmentos da sociedade local. Pensadores da história do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como Clodomir Silva, Prado Sampaio e Enock Santiago nos primeiros decênios do século XX e José Calasans em meados do mesmo século, promoveram um importante diálogo com as camadas populares, ao instituir uma leitura do passado respaldada na leitura de grupos sociais antagônicos. Pode-se entender essas apropriações de saberes e práticas da população pobre como uma ação de dicotomia cultural, por um lado, “mas por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica”.³⁹

A história de Sergipe e, particularmente, a história da cidade de São Cristóvão também era narrada fora do âmbito da academia, dos pensadores da história respaldados no cientificismo. Trovadores, repentistas e apreciadores da cachaça passaram a criar a versão alternativa da história, uma leitura do passado apresentada pelo lado dos derrotados, dos cidadãos que perderam o título de capital. Essas quadras populares ao longo da primeira metade do século XX, fo-

³⁸ THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas-SP:Unicamp, 2007, p. 246.

³⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976], p. 15.

ram utilizadas pelos intelectuais do IHGSE no sentido de mostrar a permanência dos saberes tradicionais na velha cidade, talvez como contraponto com a modernidade amnésica aracajuana. As quadras foram coligidas inicialmente por Sílvio Romero, Enock Santiago e Clodomir Silva, publicadas em pequenos artigos nos impressos aracajuanos e posteriormente em livros sobre as expressões da cultura popular em Sergipe, editados pelo governo estadual para distribuição nas escolas.⁴⁰

Nos idos dos anos 30 do século XX, José Calasans realizou uma investigação sobre a tradição oral, a pesquisa o levou a dar continuidade ao processo de compilação dos saberes das camadas populares por meio do registro de quadras declamadas entre os frequentadores dos bares de Aracaju. Nessas quadras um tema recorrente eram as rechaças sobre a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju:

S. Cristóvão passageiro
Santo que faz milagre
Por amor dos sergipanos
Fazei voltar à cidade.⁴¹

Mais importante do que buscar as origens de quadras como essas, é pensar a respeito das motivações e dos significados que elas apresentavam para atores anônimos da cidade de Aracaju mais de oitenta anos após o episódio narrado e cantado nos bares da periferia da nova capital. Certamente, a construção simbólica da representatividade de atraso para a cidade de São Cristóvão não era uma interpretação

⁴⁰ Esse foi o caso de Clodomir Silva, que publicou algumas quadras populares no livro *Minha Gente*. Deve ser ressaltado o fato da pouca repercussão desse levantamento nas publicações da Revista do IHGSE. Nesse periódico prevaleceram os textos de teor político. As discussões acerca da cultura e da religiosidade das camadas populares, mesmo sendo produzidas pelos mesmos autores, se limitaram aos textos publicados nos jornais de Aracaju ou livros financiados pelo governo estadual. Nesse sentido, pode-se inferir que havia diferentes espaços para a difusão de conhecimentos distintos.

⁴¹ CALASANS, José. Como nasceu Aracajú. *Folha da Manhã*. Ano II, Nº 333. Aracaju, 17 de março de 1939, p. 1.

aceita unanimemente entre os intelectuais e muito menos entre os populares. A ligação afetiva dos populares com a cidade que abrigava o santo “que faz milagres” ainda vigorava. É importante ressaltar que parte considerável dos moradores de Aracaju, na primeira metade do século XX, era originária de São Cristóvão. Serafim Santiago, ao descrever a romaria do Senhor dos Passos afirma: “no decorrer da primeira semana da quaresma, principiavam a chegar muitas famílias de todos os pontos da ex-Província, principalmente da nova Capital de Aracaju, d’onde a maior parte da pequena população era natural de São Cristóvão”.⁴² Os moradores da nova capital, ligados afetivamente a São Cristóvão buscavam na cidade do passado o santo protetor e milagreiro. Calasans apresenta outras quadras com o mesmo tom jocoso acerca da nova cidade, vista como o lócus da proliferação de epidemias e da insalubridade.

Quem for para Aracaju
 Leve terço pra rezar
 Que Aracaju é a terra
 Onde as almas vão penar.⁴³

Contudo, a continuidade dessas quadras enunciavam a insatisfação de parte dos segmentos populares com o distanciamento entre os interesses das autoridades políticas e as necessidades da população sergipana. Os populares clamavam pelo santo da cidade para que fizesse com que a capital retornasse para o bem da população sergipana e não exclusivamente cristovense. A cidade de Aracaju foi apresentada pelos segmentos populares como um purgatório, onde as almas iam para purgar, ou como o próprio Serafim Santiago definiu, “por um castigo da Providência Divina, é morador do Aracaju, lugar onde detesta; (...) que está lá somente porque tem numerosa família e é obri-

⁴² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920], p. 181.

⁴³ CALASANS, José. O folclore na formação de Aracaju. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 23 de março de 1942, p. 3.

gado pela força das circunstâncias”.⁴⁴ O intelectual do IHGSE, Enock Santiago, nos idos de 1916, também registrou as proclamações de mal-dizer do povo de São Cristóvão sobre a nova capital:

As águas de S. Cristóvão
Só parecem de cristal
As águas de Aracaju
Só parecem rosargal.⁴⁵

A experiência das camadas populares ilustra a existência de uma leitura histórica diferenciada, a qual apreendia o período da mudança da capital como marco delimitador dos tempos de ostentação para os tempos de esperança de um retorno que a cada ano se tornava mais distante. Assim, seria possível discutir a constituição de uma cultura política das camadas populares? É importante ressaltar o fato dessas quadras populares terem sido registradas sob a pena dos intelectuais. Mesmo assim, o fato desses folcloristas terem encontrado personagens das camadas populares reproduzindo essas quadras, nas quatro primeiras décadas do século XX, é elucidativo acerca da permanência da tradição oral. A definição de Rebeca Gontijo é pertinente:

Por meio de um exercício marcado por lembranças e esquecimentos, constrói-se um conjunto de representações compartilhadas, capazes de atribuir significado positivo ou negativo a períodos, personagens, acontecimentos, obras, conformando narrativas sobre o passado, o presente e o futuro.⁴⁶

Partindo dessa perspectiva, na primeira metade do século XX,

⁴⁴ SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920], p. 120.

⁴⁵ SANTIAGO, Enock. O Dr. Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 6. Aracaju, 1916, p. 61.

⁴⁶ GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 311.

ocorreu um encontro entre pensadores da história, folcloristas e segmentos populares, com experiências históricas distintas, compartilhando uma mesma cultura histórica, na qual a cidade de Aracaju é apresentada como espaço inabitável. Enquanto os intelectuais usavam os saberes populares no discurso científico para se forjar uma identidade estadual, engendrada nos ditames entre modernidade e tradição, as camadas populares utilizavam suas narrativas em quadras para se criar uma contra-história, uma apreciação do passado em que os políticos e os homens de mando se tornavam vilões. José Calasans registrou a visão dos “habitantes de São Cristóvão, orgulhosos de seus conventos coloniais, de suas igrejas seculares, dos seus sobrados patriarcais”,⁴⁷ acerca da nova capital.

Aracaju não é cidade
 Nem também povoação
 Tem casinhas de palha
 Forradinhas de melão.⁴⁸

Nas palavras dos segmentos populares, a inversão dos valores das “memórias subterrâneas como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a ‘memória oficial’”.⁴⁹ Em 1915, em conferência no recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Enock Santiago problematizou sobre a questão de quem teria sido o mentor da mudança da capital e destacou uma quadra popular no qual são enfatizados os papéis dos políticos responsáveis pelo ato, especialmente o Barão de Maruim e o presidente da província Iná-

⁴⁷ SILVA, José Calasans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. São Cristóvão: EDUFS, Aracaju: IHGSE, 2013 [1942], p. 111.

⁴⁸ CALASANS, José. Como nasceu Aracajú. *Folha da Manhã*. Ano II, Nº 333. Aracaju, 17 de março de 1939, p. 1. Essa quadra foi coligida por Calasans na cidade de São Cristóvão em 1938. SILVA, José Calasans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. São Cristóvão: EDUFS, Aracaju: IHGSE, 2013 [1942], p. 171. Também é possível encontrar uma variante dessa quadra recolhida por Clodomir Silva e publica em 1913: Aracaju não é; Vila nem povoação, é umas casinhas de palha, cobertinhas de melão. SILVA, Clodomir. De soslaio. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de março de 1913.

⁴⁹ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, p. 04.

cio Barbosa, que passou a ser insultado pelo ato, por meio de termos pejorativos como cabra e caatinga, reforçando o fato do mesmo ser pardo.⁵⁰

O Barão tá no inferno
 O Batista na profunda
 E o caatinga vai atrás
 Com o cofre na cacunda.⁵¹

Mas afinal, qual era a situação da cidade de São Cristóvão na primeira metade do século XX? Trata-se certamente de um período de inquietudes, no qual as mudanças ocorreram nacionalmente em diferentes âmbitos da sociedade e repercutiam nos mais diversos estados. No início do novo século, duas conquistas da cidade se destacaram e construíam uma atmosfera de progresso e de soerguimento econômico. Eram a implantação da ferrovia, que passaria pela cidade, e a criação de fábricas de tecidos.

Já distante de 1855, ações governamentais no período republicano refletiam uma possibilidade civilizatória,⁵² por meio do “projeto de modernização do estado”.⁵³ Uma das principais marcas desse processo foi a implantação da rede ferroviária, que interligava o estado de norte a sul, passando pela cidade de São Cristóvão. A construção intensificou-se no governo de Rodrigues Dória (1908-1911), “afetando a vida das comunidades onde os trabalhadores serviam”.⁵⁴ Finalmente, em 1914, foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro, chegando

⁵⁰ Serafim Santiago caracteriza o presidente provincial de Sergipe de 1855, Inácio Barbosa, por meio dos seguintes termos: “defeituoso Presidente Catinga em má hora veio administrar Sergipe trazendo um coração de fera que só deixou palpitar quando terminou a sua obra nefanda”. SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920], p. 103.

⁵¹ SANTIAGO, Enock. O Dr. Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 3, nº 03. Aracaju, 1916, p. 55-79.

⁵² As preocupações com ações civilizatórias eram notórias entre os intelectuais sergipanos até a década de 30 do século XX.

⁵³ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 34.

⁵⁴ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 35.

até Aracaju. A partir desse momento, os trilhos da ferrovia passaram a representar a modernidade que adentrava os municípios sergipanos. Facilitou em parte o deslocamento de pessoas entre as cidades sergipanas e, ironicamente, aumentou o número de romeiros participantes da tradicional romaria de penitência do Senhor dos Passos.

Ao longo da primeira metade do século XX, a ferrovia foi o principal meio de locomoção entre São Cristóvão e importantes centros urbanos do estado, como Aracaju, Socorro, Laranjeiras, Maruim, Capela e Itaporanga. Com a implantação da ferrovia, tornou-se possível ampliar as possibilidades de modernização no setor econômico, com a gradativa substituição da decadente atividade açucareira pela industrial.

Na primeira metade do século XX São Cristóvão se tornou um dos cinco pólos⁵⁵ industriais do estado por meio da criação de fábricas de tecidos que passaram a atrair migrantes do agreste e semiárido sergipano que fugiam das mazelas provocadas pelas secas. É irônico o fato da Jerusalém sergipana, cidade do passado local ter se tornado industrial, símbolo da modernização republicana.

A primeira fábrica têxtil da cidade foi inaugurada em 1914, na cidade baixa. Em 1918, três anos após a fundação, a Empresa Industrial de São Cristóvão possuía 220 teares e empregava 316 operários, grande parte constituída por mulheres e crianças.⁵⁶ Provavelmente, muitos desses operários eram migrantes do interior sergipano que abandonaram suas localidades em decorrência dos danos provocados pela seca de 1915, que delineou em parte a construção do imaginário da pobreza atribuída ao semiárido nordestino.⁵⁷

As fábricas de tecidos se tornaram um importante espaço de inserção da população que migrava dos municípios do interior sergipa-

⁵⁵ Ao longo da Primeira República as fábricas de tecidos em Sergipe estavam presente nos seguintes municípios: Aracaju, Estância, Vila Nova, Propriá e São Cristóvão. Cf. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 50.

⁵⁶ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 50.

⁵⁷ QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1930.

no em busca de melhores condições de vida. A literatura sergipana expressava a busca pelo efeito de realidade para suas obras por meio da utilização da seca como cenário para os enredos. Gilberto Amado, ao tratar de sua infância na vila de Itaporanga, revela os sons de expressões das camadas populares que partiam para a região do Vaza Barris em busca de emprego:

Dona vá simbora
 Que eu não sorto não
 Que José do Vale
 É um valentão
 Matou muita gente
 Lá no meu sertão
 A gente da vila trazia novas cantigas, dos reisados e também dos sertanejos que chegavam fugindo da seca.⁵⁸

O processo migratório provocado pelas longas estiagens delineou o imaginário social da população sergipana nesse período e repercutiu no encontro de diferentes práticas culturais nos maiores centros urbanos que recebiam os caatingueiros ou sertanejos. O escritor Amando Fontes registrou, em 1933, os danos provocados na sociedade sertaneja pelas longas estiagens, ao afirmar “tão violenta foi a seca de 1905, que o capim cresceu e secou no leito estorricado dos ribeiros. Assolou tudo, matou tudo!”.⁵⁹ Nos primeiros anos republicanos ocorreu uma redefinição das espacialidades em Sergipe, com o aumento do fluxo migratório para outras regiões do Brasil, assim como a intensificação da migração interna no estado. Ibarê Dantas, em 2004, ao analisar a experiência política republicana em Sergipe, destaca a situação da cidade de São Cristóvão após a proclamação da República. Na ótica do autor, a cidade imperial apresentava-se:

⁵⁸ AMADO, Gilberto. *História de minha infância*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 71.

⁵⁹ FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 24^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001 [1933], p. 8.

Com 8.993 habitantes, situada às margens do rio Paramopama, pequeno afluente do Vaza Barris, tinha clima saudável e águas apreciáveis, atraindo veranistas para temporadas. Como ex-capital da Província, vivia em fase de decadência, mas em seu município ainda existiam 12 engenhos e continuava com razoável movimento em seu porto. Na educação, oferecia 12 cadeiras de ensino, número somente superado por Aracaju e Laranjeiras. Dispondo de monumentos históricos mais imponentes e significativos do Estado, prosseguia com pequena vida cultural, preservando festas e tradições.⁶⁰

A primeira capital sergipana dos tempos imperiais foi vista pelo historiador sergipano como uma cidade em processo de decadência econômica, mas que ainda detinha resquícios dos velhos tempos, como o elevado número de cadeiras de ensino e de engenhos, assim como a permanência das festas e tradições. A velha cidade adentrou o século XX como um símbolo do passado e atrelava-se mais ao período monárquico do que ao tempo republicano. É relevante pensar que o discurso da decadência atrelado à cidade reforça uma preocupação com o porvir, como um efeito inevitável do processo modernizador engendrado no país o qual levava as tradições a sucumbirem diante das práticas modernizadoras. Renovar-se, nesse caso, passa a ser uma ação de destituição das práticas culturais e dos espaços de sociabilidades tidos como tradicionais, heranças dos tempos pretéritos por meio da inevitável vitória da civilização dos costumes, trabalho e até mesmo devoções. No caso da cidade de São Cristóvão, havia uma ocasião na qual esse passado era presentificado, reatualizado, por meio da romaria do Senhor dos Passos, ao unir diferentes temporalidades: o tempo mítico da Paixão, o tempo áureo da capital e o tempo social dos diferentes segmentos sociais que formulavam o enredo devocional. Nesse caso, seria uma aproximação popular do mito do eterno retorno.⁶¹

⁶⁰ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 20.

⁶¹ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*: a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

A situação de atraso e decadência passou a ser amenizada apenas no segundo decênio do século XX, com a inauguração da estrada de ferro e da primeira fábrica têxtil da cidade. As fábricas se tornaram importantes elementos do discurso civilizador nos primeiros anos republicanos e representavam uma leitura de futuro margeada pelo progresso, racionalidade e industrialização. O crescimento populacional das cidades industriais de Sergipe pode ser observado por meio dos dados dos recenseamentos realizados até a primeira metade do século XX.

QUADRO I. Municípios mais populosos de Sergipe⁶²

Município	1872	1890	1900	1920	1936	1940	1950
Aracaju	5.843	16.336	21.132	37.440	60.203	59.031	78.364
Capela	-	11.034	11.232	19.563	21.903	8.021	19.449
Estância	9.895	14.555	18.828	15.863	17.766	18.302	20.216
Itabaiana	-	19.033	24.145	28.665	27.512	30.176	35.791
Itabaianinha	9.355	13.471	17.426	12.872	19.999	20.137	24.927
Itaporanga	5.906	7.255	9.956	12.484	13.977	10.851	12.305
Lagarto	10.365	10.473	9.564	26.084	29.209	34.204	38.291
Laranjeiras	16.596	11.350	8.390	12.661	14.130	11.158	12.118
Maruim	6.481	7.851	7.126	7.998	8.934	8.398	8.013
Porto da Folha	8.486	6.841	9.183	6.658	10.823	9.605	14.408
Propriá	18.167	19.267	24.923	25.636	24.110	14.681	17.884
São Cristóvão	5.621	8.793	11.095	14.093	15.778	12.381	17.359
Simão Dias	7.700	10.984	10.303	18.505	20.718	22.411	26.297
Villa Nova	6.217	14.118	18.263	16.242	9.547	10.523	12.705

Percebe-se que as cidades industriais de Aracaju, Estância, Propriá, São Cristóvão e Vila Nova apresentaram os mais elevados índices de crescimento populacional ao longo da Primeira República, considerado ápice da indústria têxtil em Sergipe.⁶³ No caso de Aracaju, é evidente que o crescimento populacional não foi provocado exclusiva-

⁶² Quadro elaborado pelo autor. Os dados são referentes aos censos demográficos realizados no Brasil nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950 e ao anuário estatístico de 1936.

⁶³ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. São Cristóvão: EDUFS, 1987, p. 92.

mente pela presença de indústrias,⁶⁴ mas também pelo paulatino processo de melhorias no traçado urbano e na oferta de bens de consumo. No período republicano a nova capital passou a exercer a centralidade social e econômica no estado. Trata-se do processo de consolidação da função administrativa de Aracaju, analisado pela historiadora Maria da Glória Santana de Almeida como:

Consolidada a função administrativa, social e econômica da nova capital, esse fato repercute no mundo total da Província. Ela se transforma no seu centro urbano mais importante, sensível à situação do interior e aos movimentos conjunturais da sua economia.⁶⁵

Aracaju, em certa medida, passou a destacar-se como centro atrativo para a população oriunda do interior do estado e consolidou-se como a urbe das oportunidades. Talvez por esse motivo o pensador da história Silva Lisboa, nos idos de 1897, tenha afirmado ser Aracaju “como uma esponja absorve a seiva dos núcleos populosos que lhe ficam perto”.⁶⁶ As demais localidades apresentaram um índice de crescimento menor, mas que deve ser ressaltado, principalmente ao observar importantes cidades de Sergipe imperial as quais permaneceram estagnadas como foi o caso de Maruim ou passaram a ter um decréscimo populacional ao longo dos primeiros decênios republicanos, como ocorreu com Lagarto, Laranjeiras e Porto da Folha.⁶⁷

⁶⁴ Segundo Ibarê Dantas, “desde aproximadamente 1910 que a exportação de tecidos representava a segunda grande contribuição aos cofres públicos”. DANTAS, José Ibarê da Costa. *O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1914 à Revolução de 1930*. 2ª ed. Aracaju: J. Andrade, 1999 [1974], p. 46.

⁶⁵ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 226.

⁶⁶ LISBOA, Luís Carlos da Silva. *Chorographia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

⁶⁷ Além das secas que provocaram o deslocamento de sertanejos para os principais centros urbanos do Brasil como Rio de Janeiro e São Paulo, deve ser destacado também as inúmeras epidemias que assolaram alguns municípios sergipanos e que obrigou inúmeras famílias a migrarem para a nova capital. Cf. SANTANA, José Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O Autor, 2001. AGUIAR, Fernando José Ferreira. “*Em tempos de solidão forçada*”: epidemia de varíola, sistema de saúde, costumes e fé em Sergipe novecentista. Salvador, 147 f. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, 2002.

Todavia, ao longo do Estado Novo as cidades que possuíam as mais antigas fábricas de tecidos entraram em processo de estagnação e retrocesso, com uma drástica redução populacional. Em parte, esse fato pode ser explicado pela divisão dos territórios a partir da criação de novos municípios. Outra questão relevante é a dificuldade que a indústria têxtil sergipana passou a enfrentar no mercado de tecidos brasileiro, em decorrência da baixa produtividade e principalmente da ignóbil qualidade dos produtos. Com isso, entre 1920 e 1940, as cidades de Estância, Propriá, São Cristóvão e Vila Nova (Neópolis), perderam espaço no cenário populacional sergipano, com redução do número total de habitantes. Contudo, em 1950, essas cidades apresentaram um pequeno crescimento e expressavam uma possível estagnação do trabalho fabril. A exceção foi a cidade de São Cristóvão, entre 1940 e 1950, teve um considerável aumento de 28,67%. Pelo visto, a decadência atribuída a São Cristóvão foi mais retórica que real e expressa um componente político evidente de mostrar a cidade como símbolo do passado.

Nesse sentido, os anos quarenta emergiram promissores para a “Jerusalém Sergipana”, pois, em 1941, foi inaugurada uma nova fábrica de tecidos com equipamentos que eram considerados os mais modernos já vistos em Sergipe. A fábrica pertencia aos membros de uma das mais poderosas famílias proprietárias de engenhos no estado, uma evidência da preocupação em diversificar os meios de produção. Para o historiador Ibarê Dantas:

Durante essa fase, alguns empresários de maior projeção nos anos vinte continuavam pontificando, como Antônio Franco e Gonçalo Rolemberg do Prado, enquanto outros ascendiam entre os quais os quatro irmãos Franco (José, Walter, Augusto e Flávio). Estes criaram o Banco de Comércio e Indústria de Sergipe, fundaram em 1941, sob a proteção da interventoria, a Cia Industrial S. Gonçalo S/A, na cidade de S. Cristóvão.⁶⁸

⁶⁸ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 101-102.

Essa nova fábrica passou a expressar a confluência entre passado e futuro. A cidade que possuía o maior número de bens tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Sergipe não era só passado, pois possuía equipamentos de vanguarda da indústria têxtil no estado. A antiga capital sergipana também passara a revelar a nova face, voltada para o porvir. Foi justamente nessa fase que se intensificou o processo migratório para a cidade de São Cristóvão e provocou o aumento da população urbana. De acordo com os dados do Censo demográfico de 1950, a população urbana de São Cristóvão chegou a 6.742 habitantes. Todavia, nesse ano a Colônia Pintos, localizada nos arrabaldes da cidade era considerada povoado, ou seja, não estava incluída na população da cidade.

Esse dado é importante, pois a maior parte dos migrantes oriundos do interior sergipano que chegaram a São Cristóvão passaram a viver na Colônia Pintos, localizada próximo às fábricas de tecidos. Poucas fontes foram encontradas acerca dessa população. Todavia, uma entrevista, realizada no idos de 2003, indica alguns caminhos para compreensão acerca da situação populacional da referida colônia. Maria Paiva Monteiro, ao rememorar a sua juventude como professora na cidade de São Cristóvão afirmou que começou “ensinando nos Pintos. Os alunos eram filhos dos operários das fábricas de tecidos que vieram para cá por causa da seca”.⁶⁹ Entendendo as fontes orais “como condição necessária (não suficientes) para a história das classes não hegemônicas”,⁷⁰ percebe-se por meio da entrevista com a professora aposentada de São Cristóvão que, em meados do século XX, o centro de romaria se transformava em cidade operária, com a redefinição do seu quadro social e agregação de novos moradores oriundos de municípios do agreste e semiárido.

O intérprete das “coisas passadas” da cidade, ao longo dos primeiros decênios do século XX, encontrava-se entusiasmado com o de-

⁶⁹ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

⁷⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. N° 14. São Paulo, 1997, p. 37

envolvimento de sua terra natal. Serafim Santiago chegou a elaborar uma profecia acerca das modernas conquistas nos tempos vindouros. “Diz a minha profecia: São Cristóvão, esta florida Cidade, daqui a alguns anos, que Deus será servido, se tornará rica e comerciável; e para ali correrão muitos valorosos industriais”.⁷¹ Posteriormente ele afirma que os seus filhos e netos iriam dizer que “o velho Serafim de Santiago era realmente um profeta. A luz elétrica e outros melhoramentos em São Cristóvão”.⁷²

A presença de novos grupos sociais contribuiu para mudanças substanciais no cotidiano do pequeno centro de romaria, do “lendário nicho onde vão os aracajuanos ver o equimosado Senhor dos Passos, quando o sino grande do Carmo enche de dolentes soluços, a hora do sol-pôr, a profunda tristeza do Valel do Paramopama”.⁷³ O ritmo da velha urbe metamorfoseou-se diante dos novos ruídos vindos das fábricas e do transitar de operários entre a cidade alta, a feira, as fábricas e a periferia. Na cidade do passado, diferentes temporalidades perpassavam o seu cotidiano, envolto em solenes procissões, romarias de grande apelo popular e pequenas festas dos oragos de suas irmandades.


O centro de romaria apresentava um caleidoscópio temporal, permeado por ritmos diferenciados e marcado pela presença de segmentos sociais distintos. Isso se tornou perceptível na obra de Serafim Santiago. Entusiasmado, ele tentou ordenar o passado a partir da elaboração de um calendário das festas e tradições, voltado para o passado, para as solenidades que estavam deixando de se realizar. É o momento de discutir os tempos da cidade.

⁷¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 122.

⁷² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 123. A rede elétrica foi implantada na cidade em 1924.

⁷³ SILVA, Clodomir de Souza e. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.

OS TEMPOS DA CIDADE



Pensar a situação sociocultural da cidade de São Cristóvão na primeira metade do século XX, implica discutir as diferentes temporalidades que permeavam o cotidiano da velha urbe e suas significativas apropriações e reinvenções ocorridas ao longo desse período. A cidade vista por memorialistas e pensadores da história da primeira metade do século XX como um lócus cristalizado no tempo, prisioneira do seu passado e incapacitada de progredir, apresentava-se no alvorecer do novo século permeada de transformações em diferentes instâncias, como a política, social, econômica e cultural. Essas interfaces se complementavam na edificação de uma nova leitura, como também na redefinição simbólica do mundo urbano sergipano.

Com isso, se torna salutar mergulhar no universo temporal da cidade, vislumbrando as

estratégias de organização do tempo e de construção dos ritmos da vida. Como afirma, Jacques Le Goff, “o calendário é sobretudo, um objeto social”.¹ No caso de São Cristóvão, esse tempo social foi o fio de ordenação do tempo presente e do tempo pretérito. Em obras acerca da cidade, como o “Anuario Cristovense” de Serafim Santiago escrita por volta de 1920, as festas e tradições de sua terra natal foram apresentadas a partir da ordenação do tempo anual, por meio da descrição minuciosa mês a mês. É preciso destacar o empenho do autor em constituir uma conjunção entre o calendário civil e o calendário litúrgico. Serafim Santiago usou e abusou das explicações acerca da origem dos meses, das mudanças de nomenclaturas e das explanações acerca do tempo litúrgico e das hagiografias. Segundo Beatriz Góis Dantas:

Homem piedoso e vinculado à irmandade do Amparo, Serafim Santiago tinha um conhecimento muito grande do calendário litúrgico da Igreja Católica, de modo que infla sua narrativa com “festas de santo” que, na verdade, são simples datas do calendário litúrgico da Igreja, cujo patrono é comemorado com uma missa assistida por um público reduzido de devotos. É evento que se inicia e se encerra no espaço fechado do templo, sob a chancela do sacerdote.²

A erudição de Serafim Santiago acerca do calendário litúrgico realmente chega a impressionar. O autor elucida inúmeras questões relevantes, sobrepondo o tempo civil ao tempo litúrgico, enlaçados pelas festas religiosas. Além do domínio do calendário católico, o autor também expõe um domínio do latim, enunciando os cânticos religiosos, a tradução dos motetos dos Passos e inúmeros versículos da Bíblia

¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977], p. 478.

² DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 22.

na língua oficial do catolicismo. De onde vem essa erudição é uma questão que precisa ser problematizada. Uma das leituras que mais influenciou Serafim Santiago, no início do século XX, na ordenação da história a partir do calendário foi o livro “Repertório dos Tempos” de Valentim Fernandes, publicada originalmente em Lisboa no ano de 1518. Foi essa obra que forneceu subsídios para historicizar a origem dos meses e a disposição das festas católicas móveis ao longo do ano. Mas o que era essa obra?

Adalgisa Botelho da Costa afirma que os repertórios dos tempos constituíram um gênero textual popular em Portugal quinhentista, pois “mantinham um contato bastante estreito com outro tipo de literatura: as obras que se destinavam ao cômputo das festas religiosas”.³ Lília Moritz Schwarcz ao analisar o “Repertório dos tempos” de André de Avelar, publicado em 1585, afirma “O tempo se classifica pois a partir de suas partes mais mecânicas, digamos assim – anos, meses, dias e segundos –, mas também tendo em mente o espaço e o mundo, ou os ciclos e calendários marcados pelas festas que a humanidade manda celebrar”.⁴

Contudo, o livro consultado por Serafim Santiago teria sido uma das primeiras obras da prototipografia portuguesa e certamente uma das pioneiras no que se refere aos estudos astrológicos. O texto foi editado e traduzido pelo alemão radicado em Lisboa Valentim Fernandes, inspirado na obra do sevilhano André de Li, como elucidam Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo.⁵

A obra de teor astrológico foi elencada por Serafim Santiago para auxiliar na construção da narrativa da cidade de São Cristóvão, que tinha como um dos principais elementos distintivos a forte presença das festas religiosas. Todos os meses do ano eram delimitados por procissões, missas, ofícios, novenas, trezenas, setenários e romarias. O

³ COSTA, Adalgisa Botelho da. *O Repertório dos tempos de André do Avelar e a Astrologia em Portugal no século XVI*. São Paulo, 179 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). PUC-SP, 2001, p. 45.

⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. Introdução ao repertório dos tempos. *Revista USP*. São Paulo, n.81, março/maio 2009, p. 21.

⁵ AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. A certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500. *Textos de História*. Vol. 5, 1997, p. 133-134.

ritmo da cidade era delimitado pelo soar dos sinos das igrejas que se revezavam na realização das procissões que a todo mês percorriam as ruas da velha urbe. A diversidade de festas no calendário produzido por Santiago pode ser observado no Quadro II, elaborado a partir das festividades e procissões elencadas por Santiago em 1920:

QUADRO II. Festas e procissões da cidade de São Cristóvão⁶

Mês	Dia	Festas e procissões	Irmandade	Igreja ou espaço
Jan.	6	Festa de Santos Reis	Irmandade dos Homens Pretos do Rosário	Igreja do Rosário
Fev.	2	Missa Conventual da Purificação de Maria	Paróquia Nossa Senhora da Vitória	Igreja Matriz
	Domingo de Carnaval (Sexagésima)	Entrudo	-	Ruas da cidade
	Quarta-feira de Cinzas	Procissão das Cinzas	Ordem Terceira de São Francisco	Convento São Francisco
Mar.	Domingo da Quadragesima	Procissão do Senhor dos Passos	Ordem Terceira do Carmo	Igreja do Carmo e Matriz
	7 Domingos da Quaresma	Domingas	Santíssimo Sacramento	Matriz
Abr.	Domingo de Ramos	Procissão de Ramos	Santíssimo Sacramento	Matriz
	Domingo de Ramos	Sermão do Senhor às quedas	Santíssimo Sacramento	Matriz
	Quarta-feira Santa	Ofício de Trevas	Santíssimo Sacramento	Matriz
	Quarta-feira Santa	Missa de desnudação dos altares	Santíssimo Sacramento	Matriz
	Quinta-feira de Endoenças	Missa do Lava-pés	Irmandade do Amparo dos Homens Pardos	Igreja do Amparo
	Quinta-feira de Endoenças	Procissão do Fogaréu e Sermão do Sudário	Santa Casa da Misericórdia	Santa Casa
	Sexta-feira da Paixão	Descimento e Procissão do Enterro	Matriz e Igreja do Carmo	
	Sexta-feira da Paixão	Sermão das lágrimas	Matriz	
	Sábado Aleluia	Coroação de Nossa Senhora e romper da Aleluia		
Domingo da Ressurreição	Procissão da Ressurreição	Matriz e Igreja do Amparo		

6 Quadro elaborado pelo autor a partir das festas e solenidades elencadas por Serafim Santiago no Anuário Cristovense.

Mês	Dia	Festas e procissões	Irmandade	Igreja ou espaço
Mai.	3	Festa da invenção da Santa Cruz		Nicho da Feira Velha, Cruz do Zé Velho, Miranda, Rita Cacete (Pedrinhas), Pedreiras e Ilha Grande
	3	Festa do Bom Jesus	Frades franciscanos	Convento São Francisco
	Quinta-feira da Hora (40 dias após a Páscoa)	Procissão da Ascensão do Senhor	Santíssimo sacramento, Nossa Senhora da Vitória e Almas	Matriz, São Francisco, Misericórdia e Carmo
	31	Festa de Nossa Senhora da Pureza	Santíssimo Sacramento	
	Meia noite do dia 31 de maio	Caceteira	-	Igreja do Carmo
Jun.	1 a 13	Trezenário de Santo Antônio, com procissão	Ordem Terceira de São Francisco; Irmandade Santo Antônio	Convento São Francisco
	13	Festa de Santo Antônio	Glorioso Santo Antônio do Carmo	Convento do Carmo
	Quinta-feira	Procissão de Corpus Christie	Santíssimo Sacramento	
	15	Festa do Sagrado Coração de Jesus	Coração de Jesus	Capela Coração de Jesus
	23/24	Festa de São João	-	Carmo e ruas da cidade
	28/29	Festa de São Pedro e procissão de São Benedito	Confraria São Benedito do Convento São Francisco	Convento São Francisco
Jul.	2	Festa de Santa Isabel	Santa Casa de Misericórdia	Capela Santa Isabel da Misericórdia
	16	Triunfo da Santa Cruz e Nossa Senhora do Carmo	Ordem Terceira do Carmo	Convento do Carmo
Ago.	14	Procissão de Nossa Senhora da Boa Morte	Mulheres pretas africanas	Convento do Carmo
	15	Festa de Nossa Senhora do Amparo	Amparo dos Homens Pardos	Igreja do Amparo
Set.	7	Quilombo	Rapazes da cidade	Praça da Matriz
	8	Festa da Padroeira Nossa Senhora da Vitória	Nossa Senhora da Vitória	Igreja Matriz
	14	Festa do Senhor dos Passos	Ordem Terceira do Carmo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo

Mês	Dia	Festas e procissões	Irmandade	Igreja ou espaço
Out.	1º Domingo	Procissão de Nossa Senhora do Rosário	Rosário dos Homens Pretos	Igreja do Rosário
	4	Seráfico São Francisco de Assis	Frades e terceiros franciscanos	Convento São Francisco
	15	Festa de Santa Tereza de Jesus	Frades e terceiros carmelitas	Igreja da Ordem Terceira do Carmo
	24	Festa da Independência de Sergipe	Comissões políticas e artísticas	Ruas da cidade
Nov.	2	Encomendação das Almas	penitentes	Igrejas e cemitérios da cidade
	22	Festa de Santa Cecília		Igreja do Amparo
Dez.	8	Festa de Nossa Senhora da Conceição	comissões	Convento São Francisco
	21	Festa de São Tomé	Irmandade dos Homens Pretos do Rosário	Igreja do Rosário
	24	Natal	famílias	Casas e em todas as igrejas da cidade

O calendário cristovense, em 1920, estava permeado por grandes festas, principalmente, a romaria do Senhor dos Passos, Semana Santa, São João e Emancipação Política de Sergipe, com elevada concentração de visitantes que se dirigiam para a cidade. Ressalta-se porém, o fato de a maioria das festas descritas pelo autor serem de pouca repercussão social, por reunirem um número reduzido de devotos, quase sempre circunscritos aos membros da irmandade responsável pela solenidade. Percebe-se que a maior parte dos eventos festivos de São Cristóvão eram de caráter religioso. Esse dado reflete a multiplicidade de templos e a presença de diferentes segmentos sociais, pois a festa na cidade do início do século XX, sob a ótica de Santiago, ainda tinha cor. Ainda se tratavam de festas étnicas: dos pardos do Amparo, dos homens pretos do Rosário, dos coronéis terceiros de São Francisco, dos senhores de engenho do Carmo, do Santíssimo Sacramento e da Santa Casa. Festejar era uma ação de celebrar o poderio sociopolítico, o controle efêmero do espaço urbano e a conquista do passado. Prova disso são as festas cívicas que se estendiam da independência do Bra-

sil a emancipação política de Sergipe,⁷ com o envolvimento de desfiles cívicos, carros alegóricos, mascarados, personagens representando a diversidade étnica, com lambe-sujos e caboclinhos e celebrações das camadas populares. O passado nacional e estadual eram idealizados, confrontados e ressignificados por meio das festas populares.

Todavia, a maior parte das festas era organizada pelas irmandades, confrarias e ordens terceiras da cidade. Essas associações de leigos, até o início do século XX, eram os principais fomentadores das festas de igreja. Elas se tornaram responsáveis por toda a logística de preparação das solenidades por meio da contratação de celebrantes, música, cera, armadores, fogueteiros e demais profissionais que se especializaram na promoção festiva. Nessa época, São Cristóvão ainda era a cidade com a maior concentração de associações de leigos de Sergipe,⁸ que representavam diferentes etnias e segmentos da sociedade local. No apogeu do período imperial a cidade chegou a possuir dezesseis associações de leigos,⁹ mas, ao longo da segunda metade do século XIX, muitas dessas associações tinham sido extintas, com crises financeiras e dificuldades em promover as suas atividades centrais, como as festas dos oragos. Além disso, a fundação de um cemitério civil no município também contribuiu para a paulatina perda de legitimidade das irmandades, tendo em vista que a principal ação

⁷ Comemorada no dia 24 de outubro.

⁸ No início do século XX, a cidade de São Cristóvão ainda contava com as ordens terceiras do Carmo e de São Francisco e com as irmandades do Amparo dos Homens Pardos, do Rosário dos Homens Pretos, do Santíssimo Sacramento, das Almas, de Nossa Senhora da Vitória e do Glorioso Santo Antônio do Carmo. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Os cravos e as rosas do Santíssimo Rosário: irmandades negras de Sergipe. In: PINTO, Luciano Rocha (Org.). *Histórias Revistas: sobre instituições, corpos e almas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 52-70.

⁹ As associações católicas de leigos de São Cristóvão eram: Ordem Terceira do Carmo, Ordem Terceira de São Francisco, irmandades da Santa Casa de Misericórdia, do Santíssimo Sacramento, do Glorioso Santo Antônio do Carmo, Santo Antônio do Convento São Francisco, das Santas Almas, de São Miguel Arcanjo, de Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Amparo dos Pardos, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Senhor dos Martírios dos Pretos, São Benedito do Convento São Francisco, São Benedito do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Irmandades de Sergipe Oitocentista*. In: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Claudefranklin Monteiro (orgs). *Temas de História e Educação Católica em Sergipe*. Recife: Ed. UFPE, 2013, p. 103-136.

social dessas instituições era no âmbito do bem-morrer.¹⁰

Portanto, as festas e procissões descritas por Santiago, no início do século XX, estavam em processo de redefinição. Muitas das associações que eram responsáveis já tinham sido extintas, assim como alguns dos antigos organizadores já tinham falecido ou migrado para a nova capital. No período republicano, as festas da cidade de São Cristóvão precisaram ser reinventadas, assimiladas por meio de uma nova simbologia. A cidade, que era vista como símbolo maior do passado regional no alvorecer do século XX, passava por mudanças socioculturais significativas, com a migração dos antigos senhores de engenhos e o fim do trabalho escravo. O calendário festivo municipal, ao longo do século XX, tornou-se mais enxuto, racional. A racionalização do calendário foi interpretada por Serafim Santiago como um ato de destituição das antigas tradições e da própria cidade. A crise teria sido provocada pela emergência da modernização edificada pelo eclodir do século XX, no qual muitas das coisas descritas não mais se realizavam. As práticas culturais cotidianas eram diluídas diante da rapidez do tempo civilizado e moderno. No entender de Jacques Le Goff, “toda a vida cotidiana, afetiva, fantástica, de uma sociedade depende do seu calendário”.¹¹ Assim, como o calendário da cidade era outro, pode-se inferir que a própria cidade não era a mesma.

Uma perspectiva relevante é que as festas elencadas explicitavam outra ação do autor na divisão temporal da cidade. O calendário transmutava-se numa divisão, oposta, por vezes conflitante. Sob a ótica de Serafim Santiago existia uma dualidade mais importante do que a existente entre a festa religiosa e a profana. Para ele, as celebrações de São Cristóvão expressavam os tempos de dor, penitência, resignação e os tempos de alegria, dos excessos e do escárnio. No primeiro tempo estavam as celebrações da Quaresma (Procissão de Cinzas, Procissão dos Passos e Semana Santa) e do dia de Finados (encomendação das

¹⁰ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977], p. 485.

almas). No segundo tempo estavam as festas cívicas (Independência do Brasil e Emancipação política de Sergipe), do Senhor dos Passos, da padroeira, de reis, do Natal e do entrudo. O calendário festivo cristovense era marcado pela oscilação entre os tempos de penitência, de solenização do sofrimento de Cristo e os tempos de júbilo.

Chama a atenção o fato de existirem duas celebrações em torno da devoção do Senhor dos Passos. A primeira era celebrada no segundo final de semana da Quaresma, chamado “Domingo de Reminiscere” e apresentava elementos próprios de uma solenidade penitencial, com pagadores de promessas e romeiros de diferentes localidades de Sergipe e Bahia. A segunda era realizada no dia 14 de setembro, consagrado a exaltação da Santa Cruz. Essa segunda celebração era vista pelos moradores como um momento de êxtase, com desfiles cívicos dos alunos da cidade, foguetório, bandas musicais e decoração das ruas. Para moradores e memorialistas de São Cristóvão,¹² apesar de ter como foco a homenagem ao Senhor dos Passos, as duas solenidades eram opostas. A primeira não era festa. Tratava-se de uma penitência, da rememoração do sofrimento e Paixão de Cristo. Já a segunda era alegre, pois como é comum ouvir na tradição oral da cidade, “comemorava a data na qual os pescadores encontraram o Senhor dos Passos no caixão, a chegada do Senhor dos Passos em São Cristóvão”.¹³ A Festa de Bom Jesus dos Passos, realizada com pompa no dia 14 de setembro na Igreja da Ordem Terceira do Carmo era antecedida por um setenário, ou seja, período de devoção e oração pública ou particular com a duração de sete dias. Durante essas noites, eram rezados cânticos e missas em homenagem ao santo, celebrando os sete Passos da Paixão.¹⁴

¹² Podemos incluir nesse grupo intelectuais como Serafim Santiago e Manuel dos Passos de Oliveira Telles, assim como o político Antônio Dias Coelho e Mello, conhecido como Barão da Estância.

¹³ SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2011. São Cristóvão, 2011. 1 hora de gravação digital.

¹⁴ “Septenário adj. Que vale ou contém sete. M. Espaço de sete dias ou sete annos. Festa religiosa, que dura sete dias”. Cf. FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1913, p. 1827. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2014.

Nesse caso, para diferenciar as duas solenidades em devoção a mesma imagem, nessa pesquisa segui a terminologia utilizada pelos cronistas, pensadores da história e moradores da cidade entrevistados, com a designação da celebração quaresmal como romaria, por envolver a presença de visitantes de diferentes partes de Sergipe e da Bahia; e de festa para o evento de setembro. Desse modo, a romaria se refere a festa triste, penitencial, da dor.

A romaria do Senhor dos Passos ocorria sempre no segundo domingo da Quaresma, ou seja, era uma data móvel do calendário litúrgico católico. Para explicar as festas e solenidades com datas móveis no calendário da cidade de São Cristóvão, como era o caso da Semana Santa e da própria romaria do Senhor dos Passos, Serafim Santiago utilizou o “Repertório dos tempos”, que como os almanaques estabelecia um calendário perpétuo. O texto quinhentista serviu de guia, de instrumento explicativo para elucidação dos diferentes tempos litúrgicos. Mas Serafim Santiago foi além da enunciação dos tempos festivos. Buscou construir um panorama acerca da grandiosidade da Quaresma em sua terra natal e mesclou informações contidas no “Repertório dos tempos” com os saberes da tradição oral que ouvira de seus conterrâneos. Desse modo, o seu manuscrito foi recheado com informações sobre a nomenclatura e origens e designações em latim dos nomes dos meses, dias da semana e da Quaresma, mesclados com informações sobre a nomenclatura popular das semanas quaresmeiras. Para o memorialista Serafim Santiago:

No correr das sete semanas de quaresma denominadas: Anna, Bagana, Rabeca, Suzana, Lázaro, Ramos e a última que se costumava dizer: em Páscoa estamos. Nestes dias a velha cidade ficava repleta de romeiros que ali compareciam para assistir aos atos divinos.¹⁵

¹⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 179 [1920].

Além disso, ainda havia outra questão que necessitava ser explicitada. Era a data de realização da romaria do Senhor dos Passos. A principal solenidade religiosa de Sergipe “tradicionalmente” sempre ocorria no segundo final de semana da Quaresma, coincidentemente na mesma semana na qual eram celebradas a Procissão do Senhor dos Passos do Rio de Janeiro e a congênere da Graça de Lisboa.¹⁶ Essa coincidência de datas não deve ser vista como fruto do acaso, mas sim como a constituição de uma estreita relação com a herança imperial do Brasil, pois a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão no período imperial era uma das celebrações oficiais do governo da Província de Sergipe e reproduzia o espetáculo do poder ritualizado na corte, que por sua vez era uma continuidade da tradição lusitana. A data da romaria sergipana deve ser interpretada como um apelo ao discurso da tradição para justificar a ideia de continuidade das práticas culturais brasileiras como heranças do mundo civilizado lusitano. Nesse sentido, o discurso acerca da tradição em Sergipe no alvorecer do século XX apresentou-se de forma contraditória, com respaldo da herança lusitana e do passado local, indo da concepção de atraso à busca de uma nacionalidade singular. Esses elementos se aproximam ao que foi problematizado por Martha Abreu:

Desde o final do século XIX, no Brasil, a expressão cultura popular esteve presente numa vertente do pensamento intelectual, formada por folcloristas, antropólogos, sociólogos, educadores e artistas, preocupada com a construção de uma determinada identidade cultural. Artistas, políticos, literatos, intelectuais

¹⁶ Debret ao tratar das procissões do Império do Brasil afirmou que uma das principais solenidades era a Procissão do Senhor dos Passos, realizada na segunda semana da Quaresma e que tinha a charola do Senhor dos Passos transportada pelo imperador Pedro I. A procissão também foi descrita por Vieira Fazenda em Antiquilhas da Cidade do Rio de Janeiro. Cf. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage Pittoresque au Brésil*. Vol. 3. Paris: L'Institut de France, 1839, p. 19. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530#page/1/mode/1up>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014. FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 86, vol. 140. Rio de Janeiro, 1919, p. 127.

tentaram responder a estas questões relacionando cultura popular com variados atributos, por vezes contraditórios: ora com a não modernidade, o atraso, o interior, o local, o retrógrado, o entrave à evolução; ora com o futuro positivo, diferente, especial e brilhante para o país, valorizando as singularidades culturais e a vitalidade de uma suposta cultura popular, responsável pelo nascimento de uma nova consciência, uma nova civilização, sempre mestiça.¹⁷

Nesse sentido, mesmo no período republicano a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão permaneceu atrelada a um calendário monárquico e até mesmo lusitano. A mais importante celebração do catolicismo em Sergipe continuou sendo realizada no segundo domingo da Quaresma, no qual o ritual católico dedica a leitura do *Reminiscere*.¹⁸ Todavia, a romaria não era a única celebração realizada em torno da devoção da sagrada imagem. Ao longo de sete semanas, no entardecer das sextas-feiras, ficavam “mulheres rezando o ofício do Senhor dos Passos”.¹⁹

Os ofícios do Senhor dos Passos seguiam o calendário litúrgico que prevaleceu em uso na Igreja Católica até o Concílio do Vaticano II. Esse calendário, além da Quaresma incluía como período penitencial o “Tempo da Septuagésima”. Era um tempo constituído por mais três semanas que correspondiam a aproximadamente setenta dias de antecedência da solenidade pascal. De acordo com o dicionário de Cân-

¹⁷ ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel, *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p. 84-85.

¹⁸ Segundo o Dicionário Enciclopédico de Teologia o termo designa: “Lat. Lembra-te. Quinto domingo antes da Páscoa. Intróito: Salmo 25,6: “Reminiscere miserationum tuarum” (Lembra-te das tuas misericórdias)”. Cf. SCHULER, Arnaldo. Canoas-RS: ULBRA, 2002, p. 399. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=9MIZEhXWJngC&pg=PA399&lpg=PA399&dq=domingo+de+reminiscere+salmo&source=bl&ots=jVwt1JU1gQ&sig=Mf-4t82yYTMcqijF7dE9oNQFontM&hl=pt-BR&sa=X&ei=oXLtUpmLB6XgsATYw4DgDA&ved=0CD4Q6AEwAw#v=onepage&q=domingo%20de%20reminiscere%20salmo&f=false>. Consultado em: 01 de janeiro de 2013.

¹⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 184.

dido Figueiredo, publicado em 1913, a septuagésima iniciava no “terceiro Domingo antes do primeiro da Quaresma”,²⁰ ou seja, tratava-se de uma preparação remota para a Páscoa e prescindia o próprio tempo quaresmal. Esse tempo litúrgico era constituído pelos domingos da Septuagésima, Sexagésima e Quinquagésima. Nesse caso, a romaria do Senhor dos Passos era antecedida e procedida por ofícios, que ao longo de sete semanas cantavam os momentos de aflição e martírio de Cristo a caminho do Calvário. Observe a distribuição dos Ofícios do Senhor dos Passos entre o período da Septuagésima, a romaria e a Quaresma, com o Quadro III:²¹

QUADRO III. Período dos ofícios do Senhor dos Passos

Semana	Dia	Evento	Tempo (pré-concílio)	Tempo (pós-concílio)
Septuagésima	Sexta-feira	Ofício	Septuagésima	Comum
Sexagésima	Sexta-feira	Ofício	Septuagésima	Comum
Quinquagésima	Terça-feira	Carnaval	Septuagésima	Comum
	Quarta-feira	Cinzas	Quaresma	Quaresma
	Sexta-feira	Ofício	Quaresma	Quaresma
1ª Semana da Quaresma	Sexta-feira	Ofício	Quaresma	Quaresma
	Sábado	Procissão do Depósito	Quaresma	Quaresma
2ª Semana da Quaresma	Domingo	Procissão do Encontro	Quaresma	Quaresma
	Sexta-feira	Ofício	Quaresma	Quaresma
3ª Semana da Quaresma	Sexta-feira	Ofício	Quaresma	Quaresma
4ª Semana da Quaresma	Sexta-feira	Ofício	Quaresma	Quaresma

As similitudes entre o calendário devocional do Senhor dos Passos e a o calendário pré-conciliar do Vaticano II, com a celebração do sofrimento de Cristo a caminho do Calvário nas três semanas anteriores à Quaresma, expressam haver na primeira capital de Sergipe a preocupação em estender o tempo das penitências, ampliando a Qua-

²⁰ FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1913, p. 1828. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2014.

²¹ Quadro elaborado pelo autor. Ele foi pensado a partir das anotações de Serafim Santiago no Anuário Cristovense de 1920 e nas entrevistas realizadas com moradores da cidade de São Cristóvão, na qual enfatizavam que os ofícios sempre iniciavam a partir “daquela conta”.

resma por meio do tempo litúrgico da Septuagésima. Contudo, é preciso enfatizar que os ofícios não eram celebrações oficiais da paróquia ou do Convento do Carmo, pois consistiam em uma prática cultural atrelada às camadas populares da velha cidade, mais especificamente ao universo feminino.²² As mulheres devotas do Senhor dos Passos se reuniam na Igreja da Ordem Terceira do Carmo no anoitecer das sextas-feiras do tempo da Septuagésima e das quatro primeiras semanas da Quaresma para cantar os sete passos de Jesus a caminho do Calvário. Essa prática devocional não era exclusiva da cidade sergipana. Certamente, foi prática recorrente nas igrejas que possuíam nichos destinados a devoção do Senhor dos Passos. Vieira Fazenda descreveu a sensação de passar pela antiga Ermida Senhor dos Passos na cidade do Rio de Janeiro:

Quem, ainda não ha muitos anos, passasse, ao cair da noite, pela antiga várzea de Nossa Senhora do Ó ou antes pelo lado da Capela Imperial, ouviria plangentes e melancólicos cantos religiosos, partidos do edifício com aparência de casa, particular situado, ainda hoje, entre a velha torre dos Carmelitas e o frontispício da nossa Arqui-catedral. Eram os devotos do Senhor dos Passos, que regularmente, em todas as sextas-feiras, fieis às tradições iam prestar homenagens de fé á veneranda imagem, que desde tempos remotos tinha ali seu santuário.²³

Percebe-se que o triste canto do ofício era uma prática cultural difundida entre os diferentes segmentos sociais do Brasil, especialmente entre as mulheres pobres. Na cidade de São Cristóvão a celebração parece não ter sido muito apreciada pela elite local. O próprio Serafim Santiago, ao longo do texto buscou descrever as festas e solenidades

²² SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os ofícios do Senhor dos Passos em São Cristóvão. *Jornal da Cidade*. Nº 12524, Aracaju, 6 de abril de 2014, p. B-5.

²³ FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 86, vol. 140. Rio de Janeiro, 1919, p. 127

de sua terra com uma grandeza de detalhes, mas quase nada informa sobre essa celebração. Provavelmente se constituía em uma prática cultural das camadas populares. Contudo, o silêncio de Santiago em relação ao ofício deve ser compreendido por outro viés, pois sua escrita da história se aproximava aos ditames estabelecido por Moreira Guimarães, pensador da história, ligado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e defensor da ideia de que “a história de um povo tem que abranger os elementos todos da formação desse povo”.²⁴ Nesse caso, o problema não era o fato do ofício ser cantado pelos segmentos populares da sociedade, mas sim de ser executado exclusivamente por mulheres. No caso de São Cristóvão, essas mulheres de igreja, eram tidas por Serafim Santiago como “fracas e idiotas”,²⁵ pois em diferentes momentos apoiaram os frades franciscanos alemães no processo de reforma devocional nos idos da primeira década do século XX, como será discutido posteriormente.

Contudo, essas mulheres dos ofícios, se realmente foram as mesmas que eram tidas como “fracas e idiotas”, nos decênios subsequentes adotaram uma postura diferente. Elas se tornaram um importante foco de resistência ao processo de reforma devocional católica, pois mesmo após o Concílio do Vaticano II ter excluído o tempo da Septuagésima do ritual romano, os ofícios do Senhor dos Passos continuaram seguindo o antigo calendário, sem a presença dos frades franciscanos que controlavam a paróquia. Possivelmente, os ofícios passaram a ser uma expressão devocional sobreposta a romaria do Senhor dos Passos e não se enquadrou aos cânones reformistas, assim como também não foi apropriada pelo clero.

Os tempos da cidade passaram a explicitar os mais divergentes projetos políticos. Por um lado, os frades franciscanos buscavam consolidar o projeto reformista, com a adequação da romaria ao ideal modernizador que extirpava as práticas culturais tidas como ultra-

²⁴ GUIMARÃES, Moreira. Que é a História? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 10, vol. 6. Aracaju, 1925, p. 11.

²⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 257.


passadas e nocivas à religião. Por outro, as camadas populares e os membros das antigas irmandades tentavam usar da permanência dos antigos calendários como uma ação de resistência ao projeto civilizador e apegavam-se ao discurso da tradição que necessitava ser protegida. Desse modo, o calendário das festas explicitava as diferentes leituras acerca do tempo. De acordo com Jacques Le Goff:

O calendário depende do tempo cósmico, regulador da duração que se impõe a todas as sociedades humanas; mas estas captam-no, medem-no e transformam-no no calendário segundo as suas estruturas sociais e políticas, seus sistemas econômicos e culturais e seus instrumentos científicos e tecnológicos.²⁶

Entre essas duas propostas antagônicas acerca da romaria do Senhor dos Passos, intelectuais e políticos difundiam uma leitura do passado, tentavam se apropriar da mesma como símbolo dos novos tempos republicanos, como também da invenção das tradições populares ou como registro de uma tradição prestes a desaparecer. Certamente Serafim Santiago foi o que mais se dedicou a escrita das coisas passadas de sua terra natal no intuito de promover a salvaguarda das tradições. Assim como Simão, o cirineu teria auxiliado Cristo a carregar o madeiro para o Calvário, Santiago intentou-se a registrar as memórias de seu tempo acerca da romaria que já “estava muito diferente”, ameaçada pelo porvir dos tempos modernos.

²⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977], p. 487.

UM CIRINEU PENSANDO A HISTÓRIA: SERAFIM SANTIAGO E AS MEMÓRIAS DA ROMARIA



Um dos principais intérpretes do passado de São Cristóvão na primeira metade do século XX foi Serafim Santiago. Morador da velha cidade e funcionário público,¹ o intelectual destacou-se na compilação de me-

¹ Serafim Santiago nasceu na cidade de São Cristóvão no dia 4 de janeiro de 1859. Era filho de José Florêncio Santiago e Umbelina Santiago. Casou-se com Sara Rosa Santiago no dia 25 de junho de 1887 e teve nove filhos. Foi funcionário público e em decorrência de seu trabalho mudou-se para Aracaju no dia 29 de junho de 1887, onde atuou como escriturário. Em 1890, empregou-se na Intendência Municipal de Aracaju e deixou o cargo em 1894, quando passou a ocupar o cargo de 2º escriturário na Alfândega de Aracaju. Foi membro da Irmandade do Amparo dos Homens Pardos de São Cristóvão e chegou a trabalhar como armador. Nos primeiros anos do século XX, começou a produzir um texto com suas memórias sobre a cidade de São Cristóvão. No texto, constam um histórico de Sergipe e um anuário no qual apresenta dados sobre o calendário festivo e sobre a construção dos monumentos. Foram produzidas duas versões do texto, com pequenas alterações. Faleceu em 1932. Cf. FREITAS, Itamar. As histórias de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 9-16.

mórias acerca de sua terra natal e assim produziu um manuscrito que mesclou a informações da historiografia sergipana com elementos da tradição oral do povo de São Cristóvão. Trata-se do “Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão” obra concluída provavelmente nos idos de 1920 e publicada somente em 2009.

Ao longo de sua trajetória, Santiago tornou-se um importante interlocutor dos estudiosos sergipanos e fornecia-lhes informações sobre o passado da cidade e de sua gente. Apesar desse diálogo com outros homens de letras, ele não participou de nenhuma das agremiações que congregou a *intelligentzia* sergipana,² assim como também não exerceu a atividade de articulista na imprensa local, provavelmente como resultante de suas atribuições no trabalho. Pelas pistas da documentação impressa e do manuscrito, ele foi um pesquisador que atuou nos bastidores da pesquisa, por meio da consulta a fontes históricas e do atento acompanhamento da produção do conhecimento sobre o passado sergipano. Observe a Figura II.³

FIGURA II: Serafim Santiago.



Acervo Instituto Tobias Barreto.

² Entre as principais instituições culturais de Sergipe na primeira metade do século XX destacavam-se o Colégio Atheneu Sergipense (fundado em 1870), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912) e a Academia Sergipana de Letras (1929).

³ FIGURA II. Serafim Santiago. Primeiros anos do século XX. Acervo Instituto Tobias Barreto.

Serafim Santiago produziu apenas uma obra, intitulada “Anuário Cristovense ou Cidade de São Cristóvão”. O manuscrito foi produzido em duas versões,⁴ sendo que a segunda apresenta um série de inserções. A obra está dividida em duas partes, que se integram. Na primeira, constam a introdução e um capítulo com a síntese da história de Sergipe, com ênfase para os episódios que tiveram São Cristóvão como cenário. Na segunda parte, constam os capítulos relativos ao anuário, com a descrição de templos e a narração de episódios da cidade explicados mês a mês, ou seja, o calendário anual foi usado como mecanismo de ordenação do tempo histórico. Observe a primeira página do manuscrito.⁵

O livrinho manuscrito permaneceu esquecido durante longos decênios. Apenas na segunda metade do século XX, intelectuais como José Calasans,⁶ Beatriz Góis Dantas⁷ e Jackson da Silva Lima⁸ o redescobriram e passaram a utilizá-lo como uma das principais fontes sobre as expressões culturais de Sergipe do final do século XIX e início do XX.⁹ O lapso temporal pode ser explicado pela trajetória dos dois exemplares dos manuscritos, pois os mesmos tiveram destinos distintos e integraram diferentes acervos. Após a morte de Serafim Santiago em 1932, os seus familiares doaram a primeira versão do texto ao professor José Cruz. Com a morte desse professor, o intelectual Luiz Antônio Barreto¹⁰ comprou as obras da biblioteca particular e o documento passou a integrar o acervo do “Instituto Tobias Barreto”.

⁴ Além disso, cada exemplar está dividido em dois cadernos. Os textos foram encadernados na Livraria Comercial, localizada na Rua Japarutuba, no centro de Aracaju.

⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense*. Aracaju: Livraria, Papelaria e Typographia Commercial, 1920. IHGSE. Documentação Sergipana, doc. A- 30901.

⁶ CALASANS, José. 1951. “Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe”. *Revista de Aracaju*, Ano IV, no 4. Direção de Mário Cabral. Aracaju. 1970

⁷ DANTAS, Beatriz Góis. *A Taieira de Sergipe: Pesquisa Exaustiva Sobre uma Dança Tradicional do Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1972.

⁸ LIMA, Jackson da Silva. *O folclore em Sergipe: romanceiro*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1977. v. 1. LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*. Aracaju : Governo do Estado de Sergipe, 1984.

⁹ DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 17-28.

¹⁰ Filho de João Muniz Barreto e Josefa Alves Barreto, nasceu na cidade de Lagarto no dia 10 de fevereiro de 1944. Jornalista e folclorista, atuou, ao longo da segunda metade do século XX, nos

FIGURA III: Primeira página do manuscrito Anuário Christovense de Serafim Santiago. Exemplar do acervo do IHGSE.

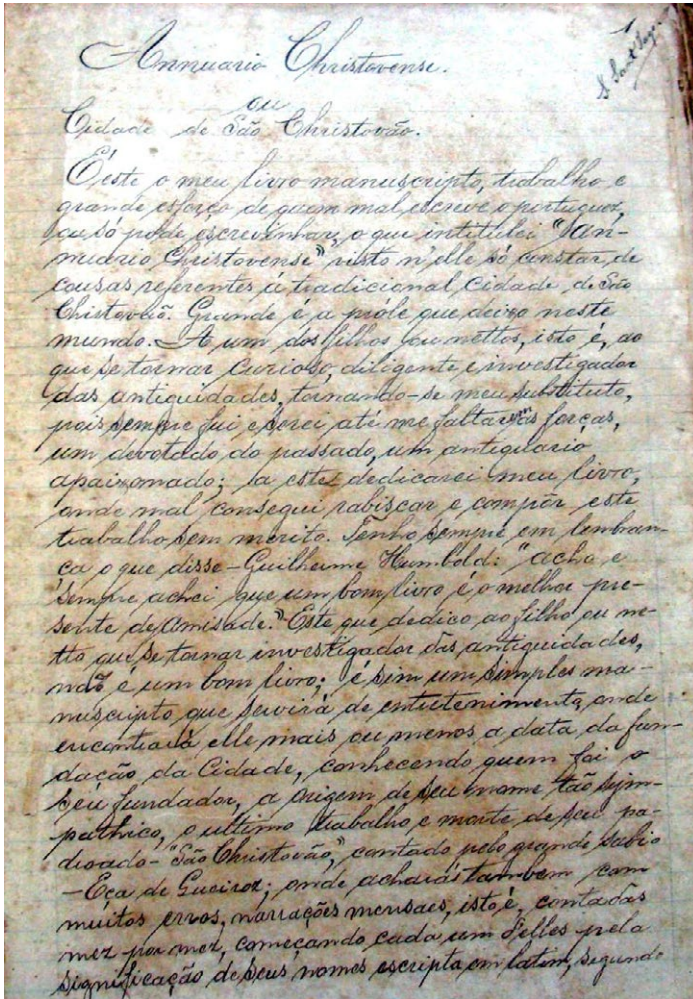


Foto: Magno Santos, 2014.

principais periódicos sergipanos, sempre discutindo questões da cultura local, como a biografia de políticos e intelectuais, além de uma importante produção acerca das manifestações folclóricas. Foi um dos mentores do Encontro Cultural de Laranjeiras e do Museu Afro-Brasileiro de Laranjeiras, em meados da década de 70. Integrou vários cargos administrativos no governo de Sergipe e na prefeitura municipal de Aracaju, além de ter atuado em instituições como a Academia Sergipana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Além disso, fundou e dirigiu o Instituto Tobias Barreto, que reunia um dos principais acervos de obras raras sobre a cultura sergipana. Publicou inúmeros livros como "Personalidades Sergipanas", "Folclore: um roteiro de alusões", "Um novo entendimento do folclore" e diversos textos sobre Tobias Barreto. Faleceu em Aracaju, no dia 17 de abril de 2012.

A segunda versão, ampliada e revisada pelo próprio autor, passou a integrar o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.¹¹ Desse modo, os descendentes de Serafim Santiago não seguiram as repetidas recomendações do autor. Não se limitaram a ler o manuscrito, mas resolveram pela doação do mesmo a intelectuais e a instituições sergipanas que tinham respaldo na preservação do patrimônio cultural do estado. A obra teria a garantia de salvaguarda.

Ao longo do manuscrito, o autor busca referenciar suas argumentações citando textos de intelectuais como Felisbello Freire, Manoel dos Passos de Oliveira Telles, Severiano Cardoso e o conterrâneo Joaquim José d'Oliveira. Percebe-se assim, como Serafim Santiago preocupava-se em expor a sua erudição, como era recorrente entre os demais homens de letras do início do século XX. Apesar de modestamente intitular a obra de anuário, o autor desejava produzir um livro de história ou como ele mesmo explicou: “É este meu livrinho manuscrito, trabalho e grande esforço de quem mal escreve o português, ou só pode escrevinhar, o que intitulei ‘Anuario Cristovense’, visto que nele só consta de coisas referentes à tradicional Cidade de São Cristóvão”.¹²

O anuário foi a forma encontrada pelo autor para descrever o passado de sua terra natal, “a forma legítima de recortar o tempo, de dar ritmo a vida pretérita”.¹³ Santiago revela ainda no início do texto o caráter de sua obra, pois:

Não é um bom livro; é um simples manuscrito que servirá de entretenimento, onde encontrará ele mais ou menos a data da fundação da Cidade, conhecendo quem foi seu fundador, a ori-

¹¹ FREITAS, Itamar. As história de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 10.

¹² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 37 [1920].

¹³ FREITAS, Itamar. As história de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 13.

gem de seu nome tão simpático, o último trabalho, a morte do seu padroado”.¹⁴

Trata-se de uma leitura sentimental de Sergipe, de São Cristóvão e de suas práticas culturais, na qual mescla as descrições históricas com dados hagiográficos e de episódios da trajetória familiar do autor. Com isso, na escrita do anuário, Santiago não se restringiu à citação dos estudos bibliográficos sobre a cidade, mas enriqueceu a escrita por meio do uso das fontes orais, do que ouviu falar os seus “velhos amigos” e, principalmente, da sua experiência social como morador da cidade, “velho e maníaco, sempre bairrista”.¹⁵ Por esse ângulo, o cristovense se aproxima do perfil intelectual elaborado por Antônio Cândido para os escritores do início do século XX,¹⁶ marcado por um regionalismo como pretexto de “amor a terra” e como estratégia de testemunhar o seu caráter cosmopolita.

O olhar acerca do seu torrão natal, do espaço atribuído aos tempos pretéritos elucida a observação de um intelectual viajante. Um homem de leituras, que contemplou pelas páginas dos livros clássicos a magnitude das grandes civilizações, a riqueza das hagiografias e a beleza das obras de arte nos principais centros urbanos. Mas, provavelmente, Serafim Santiago nunca tenha saído de Sergipe. O seu deslocamento ao contraponto cristovense para a nova capital sergipana, Aracaju, se deu por conta de seu ofício. Todavia, esse encontro com a nova cidade em formação, assim como suas atentas leituras sobre as mais importantes civilizações do mundo, levaram Santiago a assumir o papel que François Hartog denomina de Ulisses. Para o historiador francês, muitos eram Ulisses, “o herói que durante muitos anos er-

¹⁴ DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 17-28.

¹⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 38 [1920].

¹⁶ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006, p. 120 [1965].

rou/ vendo muitas cidades, descobrindo muitos costumes”.¹⁷ Ao sair de São Cristóvão, por conta de seu trabalho em Aracaju ou pelo mundo da leitura, Serafim Santiago metamorfoseou-se de Ulisses, tornou-se o viajante que observa o mundo e redescobre o seu lugar, pois “Ulisses em suas viagens, pelo próprio movimento desse retorno sem cessar contrariado e diferido, traça os contornos de uma identidade grega. Ele a enclausura. Ele marca as fronteiras (...)”.¹⁸ Com isso, o cristovense se torna ao mesmo tempo um homem-fronteira e um homem-memória. Ele define o que seria atributo do povo de sua cidade e estabelece os parâmetros acerca da cultura e principalmente das expressões religiosas.

O homem-memória de São Cristóvão também se aproxima das prescrições metodológicas de Sílvio Romero, justapondo duas realidades até então distantes e antagônicas. Em seu texto o mundo da escrita se aproxima e dialoga com a tradição oral dos velhos anciãos, ou seja, “a História não-escrita, onde não existem documentos escritos de tais fatos; os documentos são as lendas e canções mesmas”.¹⁹ A obra distanciava-se dos ditames da história metódica e cientificista, maculada pela prevalência da exegese, da heurística e da crítica histórica dos documentos oficiais e aproximava-se da perspectiva defendida pelos folcloristas do início do século XX, ao valorizar as práticas sociais cotidianas, as narrativas orais e os saberes populares.

Outro ponto que aproxima a obra de Serafim Santiago do *metier* dos folcloristas é o gosto pelas festas e pelo mundo lúdico. O calendário estabelecido pelo “sempre bairrista” foi alinhavado pelas festividades, fossem elas profanas, cívicas ou religiosas. Nesse sentido, o “livrinho manuscrito” poderia não ter sido visto como uma obra de história por ser mais próximo dos ditames estabelecidos pelos folcloristas. Santiago, assim como Sílvio Romero, João Ribeiro e Mello Moraes Filho es-

¹⁷ HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

¹⁸ HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

¹⁹ ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985, p. 31 [1897].

tava preocupado com as mudanças aceleradas que vinham ocorrendo nos tempos de modernidade e que poderia levar ao desaparecimento das tradições. Ao concluir a sua descrição pormenorizada da Procissão dos Passos, o autor expôs a sua observação saudosista:

Torna-se necessário terminar esta narração cientificando ao filho ou neto que este ato da tradicional procissão dos Passos em minha terra, isto é, os que atualmente se efetua (1920), está muito diferente e resumido; nota-se a falta dos Irmãos 3^{os} de ambas as Ordens; de muitos bons músicos já falecidos que nessa ocasião prestavam relevantes serviços no desempenho das músicas sacras, e muitas outras faltas, causando grande diferença do que acabo de historiar.²⁰

A observação deixada pelo escritor revela uma preocupação com o registro das atividades culturais vistas como prática na eminência do desaparecimento. O foco central é descrever minuciosamente as tradições que estavam se tornando “diferentes e resumidas” diante do processo avassalador de modernização dos grandes centros urbanos. No caso de São Cristóvão, o falecimento de bons músicos e de membros das ordens terceiras era visto como sinal de esfacelamento das tradições, especialmente da Procissão dos Passos. O Ulisses sergipano tenta enclausurar as expressões culturais de São Cristóvão e criar um documento, um registro da grandiosidade das festas e da devoção da população da cidade. O autor edifica um monumento²¹ da cultura das camadas populares em Sergipe no início do século XX. Ele busca elaborar um roteiro no qual os seus descendentes pudessem conhecer “minha terra natal” mês a mês. Assim, o Ulisses olha para si e tenta direcionar o olhar de seus filhos e netos para a sua cidade.²²

²⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 191 [1920].

²¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5^a ed. Campinas-SP: Unicamp, 2010.

²² HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad.

O texto apresenta a pretensão de ser uma narrativa histórica, de elucidar o conhecimento do passado de sua cidade. Em diferentes momentos Santiago discorre sobre a sua atuação na inteligibilidade do passado, entendida como ação de historiador por meio de termos como: “historiei alguns louvores a Santa Cruz”,²³ “a minha história é um nunca acabar, assim, ficará faltando muita coisa para completar esta narração”,²⁴ ou “é franqueza do historiador”.²⁵

Possivelmente, o autor não tinha pretensão de publicar o texto, pois em diferentes momentos ele o denomina de manuscrito e que o mesmo deveria ter uma circulação restrita, para ser manuseado apenas pelos seus descendentes, a quem faz inúmeras recomendações de como a obra poderia ser lida ou até mesmo esquecida, caso a leitura se tornasse enfadonha. Segundo Santiago: “na altura em que vos tornardes enfadonhos de ler o que vos não interessa, peço-vos, fechai o livro, e no íntimo de vosso coração aplicai a alma de vosso pai e avô, uma prece e terminai com estas palavras: *Resquies - cant in pace*. Assim seja”.²⁶ Nas primeiras páginas do texto, escritas em 1914, ele declara: “agora que vai cair no vosso domínio este trabalho manuscrito de minha propriedade exclusiva, que acabo de vos dedicar, tenho a necessidade de pedir vossas benevolências, quando tiverem ocasião de ler os apontamentos que extrair de obras bem elaboradas”.²⁷ Ainda na introdução Santiago dedica a obra “ao filho ou neto que se tornar investigador das antiguidades”.²⁸

Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

²³ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 236 [1920].

²⁴ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 345 [1920].

²⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 191 [1920].

²⁶ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 45 [1920].

²⁷ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 45 [1920].

²⁸ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 37-38 [1920].

Apesar de propor que o texto circulasse no seio familiar, Serafim Santiago reafirma a sua condição de pesquisador, pois, como ele mesmo declarou “sempre fui, e serei até me faltarem as forças, um devotado do passado, um antiquário apaixonado”.²⁹ Mais do que isso, ao longo do texto ele descreve o comentário de um morador de São Cristóvão em 1914. Quando um visitante teria perguntado sobre a sua situação, teriam respondido os seus amigos:

Ele custa muito a vir aqui, ultimamente está com mais de seis anos que aqui não vem, porém quando conversamos, ele me explica as razões, isto é, diz ele e eu acho justo, que só fica satisfeito quando vem trazendo toda a sua família e que não gosta de vir passar poucos dias. Diz também que morre na esperança de ser aposentado e de vir terminar os seus dias no lugar que lhe serviu de berço. Ele já conta com seus 54 anos, porem sempre com a mania de escrever a historia de São Cristóvão, desde sua fundação até o presente. Diz ele que tem dois livros manuscritos, ambos escritos por ele, mesmo sem saber ler, são livros sem valor como ele os intitula, porém breve terei-os por empréstimo, afim de apreciarmos as historias antigas de nossa terra. Pergunta o recém-chegado: então o nosso patrício Santiago é cronista? Respondeu o ancião: não é cronista, é versado nestas histórias e indagador das antigualhas.³⁰

Percebe-se a junção de diferentes leituras acerca do escorregadio intelectual cristovense. Ora emerge como antiquário. Ora como historiador ou até mesmo descrito com perfil próximo ao designado para os folcloristas.³¹ Homem plural na observação acerca do passado e pouco ortodoxo no trato da escrita, Serafim Santiago aparenta

²⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 37 [1920].

³⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 121 [1920].

³¹ ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992, p. 46.

aproximar de um modelo intelectual comum até a primeira metade do século XX, pois sua escrita expressa o perfil de um polígrafo.

Para Beatriz Góis Dantas, o texto de Santiago “se inscreve numa tradição que toma cidades como fulcro da narrativa, incluindo que, no início do século passado, eram muitas vezes como ‘antiquilhas históricas e da tradição popular’”.³² Com isso, o texto se inclui no leque de obras de intelectuais preocupados com o registro das “coisas passadas” no início do século XX como Manuel Querino,³³ e José Vieira Fazenda³⁴ ou Joaquim Manuel de Macedo³⁵ ainda na segunda metade do século XIX. Mas afinal, o que era esse pensador da história do início do século XX? Como era visto pelos seus pares? Seria memorialista, folclorista ou historiador?

No caso de Serafim Santiago, rastrear a circularidade de sua obra e o seu engajamento no campo intelectual e político não são tarefas simples. O escritor cristovense não chegou a integrar as instituições científicas de seu tempo, nem tampouco articulou-se com a difusão de suas obras na imprensa local. Nos primeiros anos republicanos a imprensa constituía um dos palcos centrais na divulgação dos estudos científicos e literários no Brasil. Era o palco dos embates, das críticas e da afirmação como autoridade intelectual. Serafim Santiago trilhou um caminho diferente. Notabilizou-se entre os pesquisadores de seu estado por seu vasto conhecimento a respeito do passado local, por sua erudição e “a sua familiaridade com a liturgia católica”.³⁶ Era conhecedor das festas e dos personagens marcantes da história da velha capital. Como homem-memória, que sabia ver e ouvir, Serafim

³² DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 18.

³³ QUERINO, Manuel. *A Bahia de Otrora*. Salvador: Progresso, 1955 [1916].

³⁴ FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 86, vol. 140. Rio de Janeiro, 1919.

³⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. In: STRZODA, Michelle. *O Rio de Janeiro de Joaquim Manuel de Macedo*: jornalismo e literatura no século XIX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 205-536.

³⁶ DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 23.

Santiago tornou-se uma referência para investigadores preocupados em explicar o passado de Sergipe. Alguns intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe recorriam a Santiago para suprir com informações sobre artistas, festas populares e personagens envolvidos na história política estadual da segunda metade do século XIX, principalmente Severiano Cardoso.

Nesse sentido, a principal virtude do intelectual não estava na escrita propriamente dita, mas na sua capacidade de ver e entender o seu mundo, de ser guardião de uma memória coletiva. Para François Hartog “a vista é, de todos os sentidos, o que nos faz adquirir mais conhecimentos e que nos revela mais diferenças”.³⁷ Para o ancião cristovense, as diferenças eram os parâmetros que guiavam suas memórias. Diferenças dialógicas, tempestivas e por vezes conflitantes. Por meio do seu olhar sobre o que viu e ouviu dizer, ele construiu o discurso que tinha por base a diferenciação: a velha São Cristóvão da nova Aracaju, a São Cristóvão do passado e a do presente, o clero secular oitocentista do clero reformador novecentista, as glórias do passado e a crise do presente, os honrosos historiadores dos “historiadores inventores”, das festas de sua cidade para as das outras. Dessa forma, mesmo sem exercer uma atividade relevante na imprensa ou publicar livros como seus contemporâneos, o escritor cristovense conseguiu ser reconhecido entre alguns cientistas contemporâneos.

Esse reconhecimento pode ser questionado, pois a sua principal obra não chegou a ser publicada nos primeiros anos após a escrita. Seria algo resultante da ausência de amparo entre seus pares, do Estado e das instituições culturais e científicas? É pouco provável. Ao longo do texto uma das assertivas que mais se repetem é a de que se tratava de um manuscrito. Isso constata a despreensão do autor no momento da escrita em publicá-lo. Como entender essa insistência do escritor em deixar como legado um texto manuscrito e restrito à leitura de seus filhos e netos, é o desafio para se pensar o processo de construção

³⁷ HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

do conhecimento histórico no alvorecer do século XX. O conhecimento produzido por Santiago não deveria se tornar público ou ter grande circulação entre seus pares. Era um saber familiar, um legado deixado para seus descendentes. Roger Chartier, ao discutir a história das práticas de escrita e de leitura constata uma realidade complexa:

A aculturação escrita das sociedades ocidentais teve, portanto, de conviver com a persistente ideia de que a disseminação do saber equivale a uma profanação. A difusão da capacidade de ler e escrever, a multiplicação dos objetos impressos afligem os clérigos, eclesiásticos ou seculares, que pretendem monopolizar a produção ou a discussão do conhecimento (...). O povo recusa da cultura escrita e os letrados recusam a apropriação vulgar do saber reservado.³⁸

Nesse caso, o letrado que “mal escreve o português” intencionou não vulgarizar o seu conhecimento. Mais do que isso. Os saberes explicitados no manuscritos não eram vistos pelo autor como uma mera obra de teor histórico, com finalidade didática e científica, mas também o era um recurso útil a preservação de uma memória coletiva de uma cidade e de um povo. Era a memória do povo de São Cristóvão e deveria permanecer restrita àqueles que tivessem ligação afetiva com a terra. Em diferentes momentos ele afirmou está descrevendo as tradições de “minha terra”. Trata-se de uma evidência à relação identitária do livro. Ele adverte aos filhos e netos para o texto ser lido apenas pelas “pessoas apaixonadas à leitura manuscrita de coisas velhas”.³⁹ Além disso, apresenta os procedimentos a serem tomados pelos devotos leitores, pois os mesmos deveriam recomendar uma oração a alma do católico escritor, auto apresentado como ignorante e maníaco. Ao concluir a introdução, Serafim Santiago adverte: este trabalho ma-

³⁸ CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 125.

³⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 43 [1920].

nuscrito, “que não soube escriturar, colocando o que devia ser antes, depois, e assim vice-versa. Considerai um arranjo feito por vosso pai ou avô, homem ignorante, já velho e maníaco (...). Serafim Santiago. 1914”.⁴⁰ O texto escrito era de propriedade exclusiva do autor. Um bem que deveria ter circulação restrita, como uma herança deixada para os filhos e netos.

Contudo, a prerrogativa de manter o texto como manuscrito ainda não pode ser compreendida apenas pela preocupação ou relutância em permanecer com o saber reservado ao círculo familiar. Serafim Santiago ao explicitar as prerrogativas de como deveria ser conduzida a leitura de seu texto, expressa em parte a sua concepção acerca de sua obra. Ao enunciar que ali continha informações extraídas de “Obras bem elaboradas”, o autor circunstancia o que seria uma obra de teor histórico adequada aos parâmetros científicos da época. Eram as obras sobre as questões políticas, permeadas de explicações pautadas em teorias positivistas, evolucionistas ou historicistas. Seu texto, pelo contrário, divagava pelas memórias de sua terra, tratando de gente simples (mesmo que intercaladas com importantes personagens do campo político local), das “coisas do passado” com coloração coloquial, cotidiana. A contradição entre seu texto e as “Obras bem elaboradas” perpassava pelo teor da cientificidade, do rigor metodológico, da erudição no uso das fontes primárias. Suas leituras de textos bem escritos sobre a história de Sergipe e sobre a difusão do conhecimento possuíam um caráter mais informativo e de restrito diálogo epistemológico. Santiago era ávido por informações acerca da formação da sua cidade e aparentemente não se preocupou em explicar cientificamente como se deu esse processo.

Esses argumentos fazem com que o texto de Serafim Santiago se distancie da concepção histórica vigente no início do século XX, em princípio, no olhar do próprio autor. Como um Ulisses, ele teve como instrumento investigativo o olhar. “Ulisses é aquele que viu e que sabe

⁴⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 45 [1920].

porque viu, indicando, de imediato uma relação com o mundo que é o cerne da civilização grega: o privilégio do olho como modo de conhecimento. Ver, ver por si mesmo e saber é uma só coisa”.⁴¹ Santiago não usa os parâmetros de um qualificado cientista do início do século XX, não apresenta os requisitos de um historiador respaldado na rígida metodologia defendida pelos positivistas e evolucionistas. Mas, ao usar o seu olhar como recurso de captação e compreensão do mundo, ele é o homem que sabe, que conhece as “coisas do passado”. Ele era um intelectual de fronteira. Acompanhava atentamente as dileções de novas formas de compreender o passado, mas não deixava de usar os mecanismos analíticos que confiava e pensava ser o mais eficiente na edificação de uma memória delegada a um público restrito.

O parâmetro de conhecimento histórico de Serafim Santiago foi um livro publicado no alvorecer do período republicano, por um dos principais nomes da propaganda do novo regime em Sergipe. Era a famosa “História de Sergipe” de Felisbello Freire. Essa obra publicada pelo primeiro presidente de Sergipe republicano tornou-se o modelo de escrita científica para os estudiosos do passado estadual. Trazia em si todos os elementos que tornavam a obra qualitativamente científica e, portanto, deveria ser vista como o modelo de investigação histórica a ser seguido. A obra preconizava as diretrizes da pesquisa. Ainda na introdução o autor proclama:

Por mais longínquos que estejam os seus antecedentes, por mais obscuros que sejam o intelecto e o grau de civilização e a natureza de sentimentos dos seus progenitores; o historiador tem necessidade de olhar para esse passado pré-histórico, cujas afirmações são baseadas em uma multiplicidade de teorias, afim de prendê-lo aos tempos históricos, sem o que ficará um *hiatus* que contribuirá para desvirtuar as leis da civilização humana.⁴²

⁴¹ HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

⁴² FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891, p. XI.

Na visão do intelectual considerado o pai da historiografia sergipana, as afirmações do historiador teriam como base a multiplicidade de teorias. A erudição do pesquisador seria revelada pela capacidade em digerir os conceitos e utilizá-los na explicação dos fenômenos observados no passado da humanidade para auxiliar na formulação de leis explicativas. A história estaria a serviço da civilização, do processo de modernização do Brasil, amparado em parte pela difusão de teorias científicas e pela eclosão do regime político moderno e pressupostamente democrático. Após enumerar os grande autores que utilizara na elaboração de seu texto, Santiago afirmou: “entusiasmado ficava, sempre que tinha ocasião de ler, ou gaguejar cada uma destas bem escritas obras, pois nelas encontrava tudo com relação a fundação da antiga e tradicional Cidade de São Cristóvão, ou Sergipe de El Rei”.⁴³

O autor utiliza-se da estratégia de se constituir um distanciamento intelectual entre ele e os historiadores produtores de “obras bem elaboradas”. A leitura, segundo o autor, era dificultosa por conta de suas limitações e teria como pressuposto central a busca pelos fatos históricos de sua terra natal. Tratava-se de um levantamento dos capítulos da história estadual que teriam ocorrido na velha cidade. O envolvimento de Serafim Santiago com os textos o insere nesse processo de redescoberta de sua cidade, do seu lugar social, de um passado que se tornara inspiração no presente e esperançosamente no futuro. As práticas de leitura do “velho e maníaco” possibilitaram a construção de uma nova intimidade do intelectual com sua terra natal e do leitor com o texto. Para Roger Chartier, “saber ler é primeiramente a condição obrigatória para o surgimento de novas práticas constitutivas da intimidade individual. A relação pessoal com o texto lido ou escrito libera das antigas mediações, subtrai aos controles do grupo, autoriza o recolhimento”.⁴⁴

⁴³ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 44 [1920].

⁴⁴ CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 119.

O manuscrito de Serafim Santiago é o principal documento acerca da romaria do Senhor dos Passos entre o final do século XIX e os primeiros decênios do século XX. Em sua visão “não há em todo Estado de Sergipe, festa quaresmal que chame tanto a atenção de toda a gente, como a referida procissão dos Passos em São Cristóvão”.⁴⁵ A grandiosidade do evento era constatado pela elevada participação de romeiros oriundos dos municípios do interior sergipano, que ao longo das duas primeiras semanas da Quaresma adentraram na velha urbe. Serafim Santiago descreve o movimento de entrada dos romeiros na cidade:

Quando se aproximava o segundo Domingo da quaresma, dia consagrado a tradicional procissão dos Passos na legendária Cidade de São Cristóvão, desde cedo e alguns dias antes, a multidão se dirigia ali em continua romaria e com a maior reverência afim de assistir a dolorosa rememoração da tragédia da rua da Amargura, o “encontro da formosa filha de Sião com o filho unigênito”, ato verdadeiramente imponente e respeitável que ainda hoje se celebra na ex-Capital Sergipana.⁴⁶

A romaria é apresentada por Santiago como o momento de eferescência da cidade, ocasião na qual a afluência de romeiros se tornava um indício incontestável da continuidade do prestígio de São Cristóvão como centro aglutinador de devotos em Sergipe, ou seja, em certa medida, a cidade é apresentada como a capital religiosa do Estado. Talvez por esse motivo o autor tenha atribuído um espaço privilegiado à procissão dos Passos em seu manuscrito, com descrição pormenorizada dos atos vinculados ao universo dos bastidores e das celebrações tidas como espetáculos de dor, de aflição e de penitência.

⁴⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 179 [1920].

⁴⁶ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 179 [1920].

No início do século XX, Serafim Santiago buscou contrastar a procissão do seu período com a procissão dos tempos de sua infância, da época imediatamente posterior à mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, efetuada em 1855. O autor afirma que “na aproximação destes dias [da romaria], o meu velho coração tem saudosas recordações das que assistir quando jovem, alguns anos depois da mudança da Capital”.⁴⁷ Nesse sentido, o intelectual cristovense se aproximava do perfil designado por Renato Ortiz para os folcloristas do final do século XIX, cujo papel teria como relevância “fixar o elo transmissor entre o pesquisador e a tradição arquivada na memória”.⁴⁸ As lembranças da infância são usadas pelo escritor no intuito de evocar um período áureo, de prestígio e ostentação do título de capital provincial. Nesse caso, a romaria era um instrumento de evocação de uma continuidade da cidade como capital, ao menos na esfera religiosa.

Essa hipótese se torna plausível à medida que se observa as inúmeras referências que Santiago faz aos moradores de Aracaju que se deslocavam para a velha capital no intuito de participar das celebrações do Senhor dos Passos. A chegada dos romeiros era tida pelo escritor de memórias como o ápice do entusiasmo dos moradores cristovenses:

No correr da primeira semana da quaresma, principiavam a chegar muitas famílias de todos os pontos da ex-Província, principalmente da nova Capital de Aracaju, de onde a maior parte da pequena população era natural de São Cristóvão. Chegava finalmente no sábado à tarde o Ex^{mo} Senhor Presidente da Província e seu estado-maior, assim como um grande número de funcionários públicos-gerais e provinciais e a música do Corpo de Polícia. Grande era a concorrência de carros conduzindo famílias a entrarem dia e noite na velha cidade. Imaginem o pra-

⁴⁷ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920].

⁴⁸ ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992, p. 46.

zer das pessoas residentes em São Cristóvão nestes dias, vendo junto a si seus parentes e amigos que a força da necessidade moravam na nova e insalubre Capital de Aracaju, sujeitos a moléstias, devido aos grandes pântanos da praia selvagem!⁴⁹

Percebe-se que a romaria era interpretada como a ocasião de retorno dos emigrados, o momento de inversão do fluxo migratório no qual a população deslocava-se para o centro urbano que simbolizava o passado. Nos dias de romaria, não somente as famílias de origem cristovense retornavam para a cidade, mas também a elite política, os funcionários públicos e parte importante das camadas populares que saíam dos mais variados municípios sergipanos para “o acto da concurridíssima procissão”.⁵⁰ Todos encontravam de novo sua história e identidade.

Pode-se afirmar que a romaria do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão se transfigurava num prefácio dos tempos, como metaforicamente remeteu Machado de Assis ao tratar das solenidades da Semana Santa no Brasil. Na primeira capital sergipana, diferentes temporalidades eram celebradas pelas ruas estreitas. Primeiramente, o tempo mítico da Paixão, com a encenação dos últimos passos de Cristo à caminho do Calvário. No segundo final de semana da Quaresma, São Cristóvão se transformava na Jerusalém de Sergipe com a rememoração dos tempos bíblicos. Um segundo tempo celebrado era o da ostentação do título de capital. Na “Semana de Passos”, São Cristóvão era revigorada com ares de sede religiosa e até certo ponto político-administrativa, se levarmos em consideração a elite política em seu deslocamento para participar dos atos solenes. Para Santiago,

A nossa Matriz dos Holandeses em São Cristóvão não é das menores da ex-Província, contudo, não era possível, como ainda

⁴⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 181 [1920].

⁵⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 182 [1920].

hoje não é, muitas pessoas penetrarem no sagrado Templo, tão grande era a multidão de fieis que o espaço não comportava. Aqueles que não conseguiam entrar, eram os primeiros a voltar do ato, sendo que alguns, residentes fora da velha cidade, aproveitavam o lindo luar para darem um curto passeio nas ruas da antiga cidade, lembrando-se dos bons tempos da Capital, ou mesmo para fazerem algumas visitas aos parentes e amigos, aproveitando assim, os poucos dias de sua estadia ali. A velha Cidade, si bem que comemorando nestes dois dias um dos atos da Paixão do Redemptor, não deixava de apresentar um aspecto de beleza, e verdadeiro contentamento de uma Mãe extremosa que nestes poucos dias gosava a felicidade de abraçar seus filhos que se achavam ausentes.⁵¹

A solenidade penitencial era uma oportunidade de reviver os dias de capital, mas também de reatualizar os dois períodos históricos no tempo presente. A grandiosidade da romaria, explicitada pelo número elevado de visitantes que transitavam pelas ruas refletia o novo momento de São Cristóvão, pois a força das solenidades tradicionais evocavam a importância do centro urbano nos tempos modernos do alvorecer do século XX elucidados pelas fábricas e pela ferrovia. Nos vagões superlotados da “*Chemins de Fer*” viajavam os romeiros. Isso consolidava práticas culturais tidas como tradicionais, retroalimentadas pela modernidade.

Assim, a rememoração da romaria dos Passos ao longo da primeira metade do século estava em consonância com as memórias da insatisfação e querelas do povo de São Cristóvão com o episódio da mudança da capital sergipana. Isso se torna explícito quando Serafim Santiago descreve a lenda da Cidade de São Cristóvão,⁵² texto manus-

⁵¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 184 [1920].

⁵² O texto foi produzido com o manuscrito e posteriormente foi publicado na imprensa local. Cf. SANTIAGO, Serafim. A lenda da Cidade de S. Christóvão. *Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Ano XXV. Nº 8806. Aracaju, 06 de abril de 1943.

critico que foi publicado na imprensa sergipana 11 anos após a morte do autor. Nesse artigo o autor afirma:

Um jovem romeiro acompanhado de sua família a assistir a tradicional procissão dos Passos em São Cristóvão; como bem sabem os leitores, os romeiros quando ali chegam, é logo procurando os rios para tomar banho, comer o saboroso peixe e assistir os atos religiosos. Este jovem a quem me refiro, procurava banhar-se em uma das bacias formada pela corrente do Rio Paramopama, e a curta distância divulgou uma Matrona sentada ao pé de uma árvore à margem do referido rio, muito cabisbaixa, triste e chorosa. (...). Desculpe-me, disse elle; com quem estou falando? Ela: com a Mãe Pátria dos cristovenses, a ex-Capital de Sergipe de El-Rei, a velha São Cristóvão...⁵³

Na ótica do memorialista, o espírito da ex-capital sergipana chorava a perda de seu status e manifestava para as camadas populares do Estado no momento visto como resquício dos tempos áureos na romaria do Senhor dos Passos. Na ocasião a “velha cidade” regurgitava como capital religiosa de Sergipe, a velha Matrona repudiava o “insolente” ato de Inácio Barbosa. Nas memórias de Serafim Santiago se torna possível compreender o entrelaçamento entre as ações culturais e os impasses políticos. Mais do que isso, a romaria se tornou palco de reivindicação dos cristovenses contra as perdas causadas pela mudança de status da cidade, perdedora da hegemonia política de Sergipe. Assim, por meio de seu manuscrito, Serafim Santiago busca se tornar o eco da mitológica Matrona São Cristóvão. Da mesmo modo pelo qual ela teria deixado o seu pedagógico protesto ao romeiro anônimo, o autor ao reproduzir as lamúrias, deixou a lição sob o olhar do cidadão de São Cristóvão e elucidou a cultura histórica “dos de baixo”, a interpretação do passado sob a ótica dos perdedores. Nes-

⁵³ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 339 [1920]

se sentido, estudar a romaria dos Passos implica construir uma interpretação alternativa da história política de Sergipe que considera a experiência das camadas populares e reforça a tese acerca do olhar do pesquisador voltado “a partir de baixo” pode-se desvendar outros aspectos, muito diferentes e mais calculados”.⁵⁴

O texto, escrito em 1920 e publicado em 1943, foi pensado para impactar os leitores e por isso em vários momentos o autor dialoga com os mesmos. Ao tratar do mito, ele se dirige aos leitores conhecedores da vida cotidiana da cidade e de sua principal romaria, ao utilizar termos “como bem sabem os leitores”. O documento que passou quase noventa anos inédito, na sua forma manuscrita, reflete bem a perspectiva defendida pelo memorialista: uma versão alternativa da história sob a ótica dos perdedores. A mudança da capital e as glórias da cidade de São Cristóvão são assuntos que perpassam toda narrativa. Por esse ângulo, São Cristóvão não seria tão decadente e atrasada como afirmaram alguns historiadores oficiais. É nesse cenário de reivindicação que a romaria do Senhor dos Passos torna-se o elo da reparação, a prova incontestada da grandiosidade da velha capital.

Mas afinal, o que seria a romaria do Senhor dos Passos para o pensador da história de São Cristóvão? Na romaria descrita pela pena de Serafim Santiago, a cidade regurgitava com o pulsar de devotos andarilhos pelas ruas estreitas e pelas igrejas seculares. Ele afirma: “assim conservava-se a grande concorrência dos romeiros até às 4 horas da tarde, quando os sinos da Matriz começavam a dobrar, chamando de nôvo os fiéis para o ato mais notável em minha terra natal”.⁵⁵

Contudo, essa notabilidade da romaria dos Passos era representada de forma peculiar pelo escritor que se dizia maníaco pelo passado. Primeiramente, ele atua com afincado para tentar reforçar a ideia

⁵⁴ THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas-SP:Unicamp, 2007, p. 245.

⁵⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 185 [1920]

da longevidade da celebração por meio de termos como “antiguíssima história”,⁵⁶ “costumes que se conserva desde os velhos tempos de sua grandeza e vida de Capital”⁵⁷ e “antiga devoção”.⁵⁸ A romaria foi interpretada pelo escritor à luz do modelo interpretativo difundido entre os folcloristas, como uma sobrevivência agonizante dos tempos pretéritos no século da modernidade, no qual “o ato da tradicional procissão dos Passos em minha terra, isto é, os que atualmente se efetua (1920), está muito diferente e resumido”.⁵⁹ A modernidade passava a ser tratada como uma ameaça ao evento religioso e causava “grande diferença do que acabo de historiar”.⁶⁰ Além disso, a participação massiva do povo sergipano dos mais variados municípios foi outra característica relevante na construção mnemônica da romaria pelo pensador da história. Em sua descrição da Procissão do Encontro anunciava: “afirmo eu aos leitores que bem conhecem a velha cidade, que às imagens já voltavam o Cruzeiro da Matriz, entrando pela Rua Direita do Carmo, e o povo ainda não se movia do lugar onde tinha se efetuado o encontro”.⁶¹ Essa distância entre a Praça São Francisco e a Praça da Matriz pode ser observada na Figura IV, registrada do coro da Matriz nos anos 60 do século XX.

⁵⁶ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920]

⁵⁷ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920]

⁵⁸ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 181 [1920]

⁵⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 191 [1920]

⁶⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 191 [1920]

⁶¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 190 [1920]

FIGURA IV. Praça da Matriz em dia de procissão dos motoristas, com destaque para o campanário da igreja da Santa Casa de Misericórdia, na Praça São Francisco. Anos 60 do século XX.



Acervo Erundino Prado Júnior.

Essa ênfase no elevado número deromeiros pelas ruas de São Cristóvão revela a preocupação do autor em acentuar a preponderância das celebrações do Senhor dos Passos da velha capital em relação às congêneres realizadas nas demais cidades do Estado. Cidades como Aracaju, Estância, Capela e Itaporanga, em diferentes datas realizavam procissões similares às da primeira capital sergipana, mas nenhuma delas chegou a ter grande envolvimento popular. Apesar da grande concentração de populares, a romaria pensada por Serafim Santiago é respaldada pela ordem e devoção. Ele é enfático ao demonstrar a sua cidade, por meio da penitência, a venerada imagem do Senhor dos Passos. Por suas palavras: “Contudo, insisto em dar a minha opinião: é um dos atos que ainda hoje não se efetua em lugar nenhum do Estado de Sergipe, com a mesma ordem e respeito como em São Cristóvão. É a franqueza do historiador”.⁶²

É interessante perceber o uso do termo historiador. Serafim Santiago ao longo do texto busca autodefinições de sua condição de

⁶² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 191 [1920]

intelectual. Ora como “homem devotado ao passado que mal escreve o português”. Ora como um franco historiador. A história passou a ser usada como sinal de construção de um conhecimento verdadeiro acerca do passado. No caso dos pensadores da história, sergipanos estudiosos das expressões culturais atinentes às camadas populares, essa preocupação se tornou ainda mais explícita. Era visível o propósito de se revelar “o verdadeiro teor” das celebrações e das práticas culturais da gente simples de Sergipe. A pesquisa histórica tornava-se então um caminho de retidão para levar a edificação civilizadora do povo sergipano, como bem ilustrou o jovem Florentino Menezes no seu discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nos idos de 1912, ao afirmar: “o estudo da história não é uma inutilidade como a primeira vista pode parecer a espíritos superficiais, porque a História não é a simples enumeração de fatos do passado, mas é a escada por onde sobem os povos”.⁶³

Desse modo, estudar o passado local seria um percurso inevitável no processo “evolutivo da civilização sergipana”.⁶⁴ A escrita da história não seria apenas uma necessidade, mas uma exigência na construção do sergipanismo e na redefinição dos papéis dos estados na edificação da história nacional. Imbuídos desse espírito investigativo sobre as coisas do passado, importantes nomes da inteligência local integrados a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Colégio Atheneu Sergipense e a Academia Sergipana de Letras, compartilhavam espaço com pesquisadores *outsiders* que também vasculhavam os arquivos e escreviam sobre a história local, como foi o caso de Serafim Santiago.

Um desses pesquisadores era morador da cidade de São Cristóvão. Serafim Santiago, entre o final do século XIX e os dois primeiros decênios do século XX, produziu duas cópias manuscritas sobre a

⁶³ MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p. 11.

⁶⁴ FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891].

história e as efemérides de sua terra natal.⁶⁵ Para Itamar Freitas, o Anuário de Serafim Santiago reflete a “pluralidade de gêneros”⁶⁶ da historiografia sergipana da primeira metade do século XX, por discutir “histórias de vida, de igrejas, trata, sobretudo, de ‘Calendários e festas na antiga São Cristóvão’ e de um ‘Depoimento sobre o catolicismo popular’”.⁶⁷

Ao discutir a romaria do Senhor dos Passos, a preocupação central do memorialista era elucidar dados que a maior parte da população sergipana ignorava, ou seja, expor a historicidade da principal devoção da população católica de Sergipe e, conseqüentemente, corroborar para construção de uma memória de São Cristóvão, pungente, vivaz e aglutinadora da sergipanidade. Os elementos do passado foram usados para alimentar a construção do sentimento de pertencimento e forjar uma identidade estadual com forte coloração municipal. Usando da estratégia de diálogo direto com o leitor, Serafim Santiago propõe historiar a grande romaria de sua terra natal:

Antes de o narrar com precisão, (como desejo) a referida festa quaresmal, principiarei, antes de tudo, informar-vos o que muitas pessoas, mesmo filhos dali, ainda hoje ignoram: a origem da tradicional devoção do Senhor dos Passos em São Cristóvão. Vem de época muito remota, diziam alguns anciãos naturais da antiga Cidade, a existência desta Sagrada Imagem ali.⁶⁸

⁶⁵ Serafim Santiago produziu duas versões manuscritas do Anuário Cristovense. Uma passou a integrar o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, em 2009, foi publicado pela Editora da Universidade Federal de Sergipe. A outra versão, pertencente ao professor José Cruz passou a integrar o acervo do Instituto Tobias Barreto, pensado e criado pelo pesquisador Luiz Antônio Barreto.

⁶⁶ FREITAS, Itamar. As história de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 14.

⁶⁷ FREITAS, Itamar. As história de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 15.

⁶⁸ SANTIAGO, Serafim. *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920].

Os termos presentes na apresentação do memorialista explicitam a preocupação com o rigor científico. Não se tratava de um mero registro mnemônico ou de um texto de devaneios de um funcionário público jubilado, mas um criterioso estudo acerca das coisas do passado de sua cidade, permeado de dados reveladores até mesmo para os seus conterrâneos. Termos como “narrar com precisão” e “informar-vos o que muitos ignoram” mostram a presunção do autor em aproximar o seu texto de um escrito de teor histórico e científico. Trata-se de uma narração elucidativa acerca da memória social de sua cidade, invocada aos anciãos de outrora na busca pela legitimação do discurso. Na assertiva de Serafim Santiago perambulavam personagens de São Cristóvão oitocentista, por vezes como atores, outras como narradores.

Contudo, quando se tratava da origem da imagem do Senhor dos Passos, outro aspecto destaca-se. As narrativas evocavam para os elementos míticos, a hierofania,⁶⁹ ou seja, a população de São Cristóvão não teria escolhido a imagem para cultuar, mas o próprio Cristo teria escolhido a cidade para proteger. Para Santiago:

Eis a antigüíssima história: Um homem praiano, (diziam eles), cujo o nome não me lembro, encontrou certo dia, rolando pela costa que fica no sul da Cidade, um grande caixão, resultado talvez de um naufrágio de alguma Sumaca; ele cuidadosamente rolou-o para a terra, abriu-o e surpreendido ficou verificando a existência de uma perfeitíssima Imagem de roca em tamanho natural. O homem de educação religiosa e muito honesto, tomou uma canoa e nela acomodou o referido caixão, e com outro companheiros transportou para a velha cidade, o feliz e milagroso achado.⁷⁰

⁶⁹ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁷⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920]

A “antiguíssima história” é um indício dos traços centrais da grande romaria sergipana. Trata do encontro da devota imagem com um membro das camadas populares. A memória acerca da origem da devoção notabiliza um elo de proximidade entre o Cristo sofredor e os mais pobres. Assim como as imagens dos principais santuários brasileiros,⁷¹ o Senhor dos Passos, na ótica de Santiago, teria aparecido misteriosamente, como uma dádiva vinda dos céus. Em meio as águas, nos arredores da cidade teria aparecido a milagrosa imagem, vista primeiramente por um representante das camadas populares, um pescador de São Cristóvão.⁷² Nas memórias da romaria coligidas por Santiago, o Senhor dos Passos assemelha-se ao Jesus dos evangelhos, que opta pelos pobres, doentes e, especialmente, pecadores.

Contudo, essa associação entre a devoção ao Senhor dos Passos e as camadas populares não é exclusiva dos sergipanos. Nas assertivas sobre suas inúmeras igrejas pelo Brasil são perceptíveis mitos fundadores similares aos da narrativa de Serafim Santiago.⁷³ Uma dessas explicações envolve a devoção na cidade do Recife. Segundo Biaggio Talento e Helenita Hollanda:

⁷¹ É extensa a lista de santuários católicos brasileiros que surgiram a partir do achado de imagens sacras. Destacam-se os casos de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Nazaré, Bom Jesus da Lapa e o Divino Pai Eterno. Sobre esses santuários podem ser consultados: MORENO, Júlio César. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento ao turismo religioso*. São Paulo, 136f. Tese (Ciências da Comunicação). USP, 2009. CORREA, Ivone Maria Xavier de Amorim. *Círio de Nazaré: a festa da fé e suas (re) significações (1970-2008)*. São Paulo, 244 f. Tese (Doutorado em História). PUC-SP, 2010. CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. *A romaria do Divino Pai Eterno em Trindade-GO: permanências da tradição na modernidade (1970-2000)*. Goiânia, 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UCG, 2007. MARTINS, João Otávio. *Os peregrinos do Divino Pai Eterno, os carreiros e a reprodução social da traição*. Goiânia, 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) UCG, 2001.

⁷² SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Mãe negra de um povo mestiço: devoção a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional*. *Estudos Afro-Asiáticos*. n° 29, março de 1996.

⁷³ Caso similares ocorre com as narrativas religiosas acerca de santuários como o de Nossa Senhora Aparecida (SP), Nossa Senhora de Nazaré (PA), Bom Jesus de Pirapora (SP) e Bom Jesus da Lapa (BA). Cf. SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo*. *Tempo*. Vol. 6, n° 11, 2001, p. 81.

Na imaginação do povo, uma lenda surgida na igreja do mesmo nome existente no Recife (Corpo Santo) fala da intolerância, ingratidão, piedade e agradecimento. Numa noite chuvosa, um velhinho cambaleante e encharcado procurou abrigo no Convento do Carmo da capital pernambucana, mas o porteiro recusou agasalhá-lo, mandando-o arranjar o teto de uma ponte. O velhinho seguiu até a Igreja do Corpo Santo onde encontrou um porteiro caridoso que o deixou entrar e o alimentou. Para dormir, indicou um cantinho da sacristia e ofereceu um colchão. No dia seguinte, quando procurou o velhinho para lhe dar uma esmola de despedida, o porteiro espantou-se com o que viu: em lugar do homem havia, no colchão, uma imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, vestida de seda lilás, com resplendor de prata e outras jóias.⁷⁴

Percebe-se a proximidade entre as narrativas sobre o Senhor dos Passos das duas cidades nordestinas. Vários elementos constroem uma linearidade da aparição milagrosa das imagens em Recife e São Cristóvão. O primeiro ponto é a água. Nos dois casos a hierofania teria ocorrido por meio do contato com esse elemento natural: as águas do Rio Paramopama de São Cristóvão e da chuva em Recife. Também destaca-se a acolhida por um representante das camadas populares. De um lado, um pescador, do outro, um porteiro. Todavia, no caso das narrativas memorialíticas do Senhor dos Passos, a experiência histórica dos pobres descobridores do sagrado apresentam características morais que os tornam diferenciados socialmente. Talento e Holanda descrevem um porteiro do Corpo Santo caridoso, pois permitiu a entrada e garantiu o abrigo, alimentação e ainda desejava a partilha de seus poucos recursos com a doação da esmola ao velhinho. Já Serafim Santiago anuncia o pescador como um “homem de educação religiosa e muito honesto”. Nesse sentido, as narrativas mnemônicas além

⁷⁴ TALENTO, Biaggio; HOLLANDA, Helenice. *Basílicas e capelinhas: um estudo sobre a história, arquitetura e arte de 42 igrejas de Salvador*. Salvador: Bureau, 2008, p. 129.

de elucidarem sobre a origem das devoções, reforçam o parâmetro do que deveria ser um bom cristão, ou seja, apresenta um forte teor pedagógico das camadas populares.

Todavia, a romaria dos Passos de São Cristóvão sob a lupa de Santiago não era restrita à representação do Cristo em queda. Ele apresenta também outra imagem que integrava os bens móveis da romaria. Era Nossa Senhora da Soledade, provavelmente produzida para integrar o conjunto da Procissão do Enterro da Sexta-feira Santa, mas que ainda no século XVIII, passou a ser utilizada na Procissão do Encontro. Serafim Santiago, ao descrever a romaria do Senhor dos Passos narra o momento no qual os romeiros vislumbravam a imagem sacra mariana no início do século XX:

Às 7 horas da manhã tocava chamada para Missa na Igreja Ordem Terceira do Carmo, para onde concorria grande parte dos fieis que ali chegando viam uma modesta charola forrada de damasco roxo, e sobre ela a formosíssima Virgem de Sião, trajando vestido e manto de seda roxa, tendo nas mãos um lindo e bem acabado lenço de finíssima cambraia, em atitude de quem vai enxugando as lágrimas bem esculpidas que lhe correm dos sagrados olhos. Terminado o Santo Sacrifício da Missa, a multidão de fieis rodeava a charola, admirando aquela incontestável formosura. Não posso ocultar o que tive ocasião de ouvir de Artistas escultores, o seguinte: “esta Imagem foi esculpida na velha Europa, na cidade do Porto, e saída das mãos de um artista de primeira grandeza”. Serafim Santiago descreve com detalhes a imagem de Nossa Senhora da Soledade e de sua modesta charola. A presença de termos como “formosíssima”, “bem esculpidas” e “incontestável formosura” revelam a persistência em qualificar a obra de arte. Todavia, ao contrário do Senhor dos Passos, no qual a perfeição estaria associada à forma como olhar da imagem expressava o sofrimento humano, a escultura da Virgem da Soledade é atribuída aos mais elevados padrões da arte sacra. O memorialista

teatraliza a exposição da imagem, praticamente expondo-a em movimento, no ato de enxugar as lágrimas que “escorrem dos sagrados olhos”. Observe a Figura V:⁷⁵

FIGURA V: Nossa Senhora da Soledade na Igreja da Ordem Terceira do Carmo. 1951.



O memorialista tenta legitimizar sua descrição ao expor a citação do que ouvira de um renomado artista escultor, para reforçar a ideia de ser uma obra de grande qualidade, “esculpida da velha Europa” e saída das mãos “de um artista de primeira grandeza”. Contudo, quem foi esse escultor ouvido com tanta atenção por Serafim Santiago e me-

⁷⁵ Cartão-lembrança da romaria do Senhor dos Passos de 1951. Imagem de Nossa Senhora da Soledade na Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Acervo particular Maxuel Oliveira dos Santos.

recedor do registro da apreciação em seu texto memorialístico? No final do século XIX e início do século XX, Sergipe possuía um número significativo de artistas, mas a maior parte sucumbiu no anonimato.⁷⁶ Entretanto, um desses artistas era da cidade de São Cristóvão. Conhecido como Neco Pintor, considerado um dos maiores escultores de Sergipe no final do século XIX. Liberato Bitencourt o biografou da seguinte forma:

MANOEL SERAPIÃO PEREIRA LEITE – Artista. Nasceu em São Cristóvão, sendo irmão mais moço de José Bochecha. Era conhecido em Sergipe por *Neco Pintor* e tinha um jeito especial para a escultura. Sem a precisa educação técnica, porque em Sergipe não existia escola apropriada, Neco dedicou-se a trabalhos em madeira, no que chegou a ser perfeito. No Aracaju há, feito por ele, a imagem do Senhor dos Passos, bela representação do Nazareno, sob o peso da cruz, narinas dilatadas pelo cansaço, membros delicados, numa tensão extraordinária de esforço, uma legítima obra de arte enfim, digna de figurar nos mais ricos templos da cristandade. Uma outra obra sua de valor é a Virgem Mãe, a *Soledade*, como lhe chamam os católicos em Aracaju, formosa mulher de raça hebraica, perfeita nas suas formas e na expressão cativante de sua dor profunda. Em Laranjeiras existe uma linda imagem de S. Paulo, obra de Neco, de um artista que nunca estudou geometria, que nenhuma idéia havia de anatomia, completamente ignorante de sua grande capacidade artística.⁷⁷

Manoel Serapião Pereira Leite deve ter sido o artista ouvido por Serafim Santiago. As evidências são verossímeis e deixam poucas dú-

⁷⁶ Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa das Alagoas e as cousas do passado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 43. Aracaju, 2013, p. 95-116. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. As Peripécias do Pavoroso Drama do Golghota: a Procissão do Encontro em Aracaju. *Mnemosine Revista*, v. 2, p. 87-100, 2011.

⁷⁷ BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil - sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Gomes Pereira, 1913, p. 194-195

vidas. O primeiro argumento é que Neco Pintor e Santiago foram contemporâneos contemporâneos, ou seja, viveram na cidade de São Cristóvão ao longo da segunda metade do século XIX. Além disso, na velha cidade não existia um número expressivo de artistas e principalmente com talento na difícil arte da escultura, como atestam os documentos de irmandades como a do Glorioso Santo Antônio do Carmo.⁷⁸ A descrição realizada por Liberato Bitencourt também apresenta sinais que fortalecem a hipótese de Neco ter sido o autor da descrição da imagem de Nossa Senhora da Soledade. Apreciações como “tinha um jeito especial para a escultura”, “dedicou-se a trabalhos em madeira, no que chegou a ser perfeito” indicam que o artista cristovense possuía qualidades, apesar da inexistência em Sergipe de uma escola apropriada. Na visão do biógrafo, suas obras eram dignas “de figurar nos mais ricos templos da cristandade”. Observando por esse ângulo, os indícios levam a concluir que possivelmente Manoel Serapião Pereira Leite foi o interlocutor do memorialista de São Cristóvão, pois se tratava de uma autoridade no assunto, principalmente, pelo fato de ter sido o artista que esculpiu o Senhor dos Passos e a Virgem da Soledade da nova capital, Aracaju.⁷⁹ Serafim Santiago ao longo de sua trajetória buscou se inserir nos círculos sociais das cidades de São Cristóvão e Aracaju e dialogou com membros das camadas populares, artistas, alguns in-

⁷⁸ ARQUIVO GERAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE. *Livro de Prestação de contas da Irmandade do Glorioso Santo Antônio do Carmo*. Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14. Sobre a referida irmandade também pode ser consultado: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Bastidores da fé: a festa do Glorioso Santo Antônio do Carmo em São Cristóvão no século XIX. *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG*. Vol. 7, n° 1, 2010, p. 31-48. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/view/12597/8242>. Consultado em 02-05-2011.

⁷⁹ É provável que após a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju tenha existido ações no sentido de reconstituir na nova cidade experiências culturais de São Cristóvão. Assim, uma das primeiras encomendas que foram realizadas foi do conjunto de imagens para a realização da Procissão do Encontro. O artista que ficou responsável pela obra conhecia bem o modelo a ser seguido, pois era um cidadão de São Cristóvão. Sobre essas novas imagens da cidade de Aracaju pode ser consultado: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “As peripécias do pavoroso drama do Golgotha”: a Procissão do Encontro em Aracaju. *Mnemosine: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG*. Vol. 2, n° 1, 2011, p. 87-100. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume2/dossie_republica/MNEMOSINE-REVISTA-REPUBLICA-VOL2-N1-JAN-JUN-2011.pdf. Consultado em 05-12-2012.

telectuais e membros da elite estadual. Esses diálogos foram evocados inúmeras vezes no manuscrito para suscitar a comprovação acerca da magnitude da romaria capaz de revigorar a sua terra natal.

Assim, o prestígio da solenidade era comprovado pelo autor a partir da inserção da elite política e econômica sergipana nas celebrações, especialmente no comando da organização e do transporte das charolas. A romaria dos Passos tinha visibilidade pela elevada participação das camadas populares e notabilidade pela inserção das elites no campo devocional. Ao longo do manuscrito o autor elucida a participação de inúmeros personagens da política local, como presidentes provinciais, deputados, senadores, funcionários públicos, membros da guarda nacional e os afamados senhores de engenho da região do Vaza Barris, onde se localizava São Cristóvão. Possivelmente o autor das memórias conseguiu circular entre esses diferentes atores sociais inseridos na romaria.

Serafim Santiago era um homem religioso que perdia espaço em sua cidade. Era membro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, mas desde o último quartel do século XIX, essa associação de leigos passava por séria crise e com a presença dos frades franciscanos da Alemanha (1903), teve a extinção decretada nos idos de 1906. O homem católico e conhecedor das tradições de seu torrão natal expirava a sua tristeza ao ver o desaparecimento das festas, o fechamento de igrejas e a proibição de procissões. Em certos momentos, Serafim Santiago aparenta escrever para deixar um sinal dos tempos vivenciados em outrora, que sucumbiam diante de seus olhos. No prefácio dos tempos, Santiago lamentava a substituição dos tempos de irmandades pelos de apostolado. Dos tempos dos homens de religião pelas mulheres beatas. De certo modo, Santiago é um homem que transita entre esses dois universos, dois momentos do catolicismo em Sergipe. Com a presença franciscana em São Cristóvão, a partir de 1903, ele vê as irmandades sucumbirem e serem substituídas por associações religiosas constituídas por mulheres sob a direção do pároco.

Nesse caso, lembrar é um ato de resistência e de reivindicação. Serafim Santiago compreendia isso e usava bem. Nos tempos das igre-

jas cerradas para os seus modos de operar diante do sagrado, ele se utilizava das narrativas sobre o passado para provar o seu prestígio e a sua respeitabilidade entre os homens que sabiam “ver o valor da religião”. A romaria dos Passos é descrita por meio dos bastidores, como estratégia de comprovar a sua articulação com os setores da elite cristovense, com os membros do clero sergipano oitocentista e com os membros das irmandades e ordens terceiras.

Ressalta-se na escrita do “Annuário” a arrumação dos andores do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade nos dias anteriores a grande romaria. O patrimônio mnemônico da festa quaresmal dos Passos assume uma nova significação para os moradores da cidade, no sentido em velar e revelar os bastidores da grande solenidade. A organização, ao longo do século XX, tinha ficado a cargo de um número reduzido de pessoas, como forma de manter a proteção dos segredos da romaria.

É justamente nessa penumbra que as “zonas de sombras, silêncios, não ditos”⁸⁰ podem ser observadas. O fato de não se permitir que ninguém testemunhasse a arrumação dos andores, possibilitava a construção do mistério e de uma hierarquia simbólica, pois somente homens e mulheres de respeito de São Cristóvão podiam participar. Além de ser da cidade, era exigido também a respeitabilidade do candidato. Serafim Santiago, homem pardo e funcionário público, membro da humilde irmandade de Nossa Senhora do Amparo mostrou possuir reconhecimento de seus “amigos” da Ordem Terceira do Carmo, um sinal de suas estratégias de negociação com os conterrâneos.

Desde a colocação da Sagrada Imagem na Igreja - Ordem 3ª do Carmo, os antigos frades Carmelitas, de acordo com os músicos e o povo cristovense, instituíram a devoção de uma Missa com música todas as 6ª-feiras às 7 horas da manhã. Terminado o sacrifício, na antevéspera da procissão dos Passos, ali se acha-

⁸⁰ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, p. 10.

va o pardo Justiniano da Silveira, homem popular e bom artista armador, acompanhado de outros rapazes a convite dele para cuidadosamente descer do Trono a respeitável Imagem e a conduzia à mãos para a Capela-mor da Igreja do Carmo, contigua à Ordem 3ª, onde já se achava sobre dois cavaletes a rica charola toda guarnecida de um lindo debucho moldado em fina e antiga prata, e sobre este desenho admirável, os 7 Passos gravados em pequenas redomas do mesmo metal galvanizado a ouro. Depositada a Imagem no centro da charola, ele Justiniano, que estava incumbido por antiga devoção, de despir e vestir novamente a referida Imagem; ato contínuo, tratava, primeiro que tudo, de evacuar a Igreja, só ali ficando o velho sacristão - Maximiliano Teixeira de Jesus, e eu Serafim de Sant'Iago, pela grande consideração que a ele era dispensada pelas pessoas de minha família de quem era compadre e amigo velho, pois ele no ato de despir e vestir a Imagem, não admitia pessoa alguma, com especialidade meninos.⁸¹

Segundo Serafim Santiago, o ato de vestir a imagem do Senhor dos Passos era considerado um dos momentos de maior zelo entre os organizadores da romaria. Fechar as portas da igreja era prática recorrente na véspera da Procissão do Depósito. A retirada das pessoas desconhecidas do templo era a garantia da manutenção do segredo e da exclusividade dos homens de confiança. Mas afinal, o que representava ser homem de confiança? Qual o significado social de integrar o seletos grupos de arrumadores da charola do Senhor dos Passos nos primeiros decênios do século XX?

Não é tarefa fácil responder a tais questões. O próprio Serafim Santiago elucida acerca da cidade de São Cristóvão, no período entre o final do século XIX e início do XX, como um espaço repleto de artistas armadores. No Anuário Cristovense mais de uma dezena des-

⁸¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 181 [1920].

ses artistas aparecem nas descrições dos bastidores das festas de igrejas da cidade. É um forte indício da profissão ter sido possuidora de um importante campo de trabalho na localidade. O próprio Serafim Santiago apresenta algumas pistas de ter chegado a executar alguns trabalhos na área, juntamente com alguns membros de sua família. Nela existiam profissionais renomados, como o seu tio, Pedro Antônio Falconière,⁸² que além de ser tesoureiro da afamada Irmandade Nossa Senhora da Vitória também executou trabalhos de armador nas festas da padroeira da cidade e da Independência de Sergipe, o popular “24 de Outubro”.⁸³

Esses primeiros dados revelam Serafim Santiago como possuidor de respeitabilidade entre os arrumadores de igrejas e andores por ser integrante de uma família de armadores. Além de seu tio, tesoureiro da Irmandade da Vitória, abrigada na Igreja Matriz, ele também era compadre de Justiniano da Silveira, armador responsável pela arrumação do Senhor dos Passos. Pode-se perceber a existência de uma rede de sociabilidades entre os armadores da cidade, que por sua vez também eram integrantes de importantes irmandades e confrarias. A participação desses homens em irmandades consideradas de elite pode ser vista como indício de como a profissão era respeitada e poderia produzir rentabilidade. Não se pode esquecer a complexidade do calendário festivo da cidade, tanto em decorrência das inúmeras irmandades, confrarias e ordens terceiras, como também pelas festividades de cunho cívico, que iam da Independência do Brasil à Emancipação Política de Sergipe. Não faltava trabalho para os armadores de São Cristóvão.

⁸² Segundo Serafim Santiago, “meu Tio Pedro Antonio Falconière que, naquella tempo, occupava o cargo de Thezoureiro da Irmandade da Victoria, e conhecido naquella cidade, como um dos melhores armadores” Era casado com Leopoldina Falconière e adotou a cabocla Guilhermina Soares da cruz, oriunda da Aldeia (antiga aldeia Carmelita de Água Azeda). Cf. SANTIAGO, Serafim. *Annuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 268 [1920].

⁸³ SANTIAGO, Serafim. *Annuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 284 [1920].

O armador era “decorador, especialmente de igrejas”,⁸⁴ “armador de Igrejas, casas, o que as concerta e adorna de festa”,⁸⁵ ou seja, era o “que orna as casas”,⁸⁶ responsável pela ornamentação de altares, elaboração dos andores e carros para as procissões. Na romaria do Senhor dos Passos, além da arrumação das charolas dos santos de devoção, os “armadores e seus ajudantes colocavam os 7 Passos para serem visitados à tarde na ocasião do itinerário da procissão”.⁸⁷ Nesse caso, como a cidade de São Cristóvão não possuía as capelas dos Passos,⁸⁸ os armadores trabalhavam nas casas de moradores mais “tradicionais”, muitos deles ligados à política sergipana. Desse modo, os armadores atuavam como profissionais que circulavam entre as diferentes camadas sociais, transitavam entre as autoridades mais poderosas politicamente e as camadas populares. No caso dos sete Passos na romaria de São Cristóvão, no período entre o final do século XIX e início do século XX, estavam distribuídos entre importantes famílias da cidade e da política sergipana, como José Joaquim Pereira e o Major Muniz.

No caso do armador Justiniano da Silveira, de acordo com Santiago, os trabalhos na romaria do Senhor dos Passos ocorriam em diferentes frentes. Primeiro, armava as charolas do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade.⁸⁹ Depois armava os sete

⁸⁴ AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881, (Dirigido por Santos valente e precedido de *Plano* da autoria de Caldas Aulete)

⁸⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 113.

⁸⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, p. 105.

⁸⁷ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 185 [1920].

⁸⁸ Algumas cidades onde eram realizadas a Procissão do Encontro foram construídos os Passos, pequenos nichos onde ficavam imagens ou pinturas que representavam os sete Passos da Paixão. Essas capelas eram abertas apenas no dia da procissão. Ao longo da pesquisa pude encontrar os Passos nas cidades de Paraty, Ouro Preto, São João del Rey, Tiradentes, Mariana, Sabará, Oeiras e Alcântara.

⁸⁹ Os andores são arrumados para as procissões na quinta-feira da Semana de Passos, ocasião em que toda a igreja é fechada para o ato solene de descida da imagem do Senhor dos Passos do seu nicho no altar-mor, presenciado por dois homens e duas mulheres. O andor do

Passos da Procissão do Depósito, no sábado à noite e os mesmos sete Passos da Procissão do Encontro no domingo à tarde. Além disso, o armador também trabalhava ao longo da penitencial Procissão do Depósito,

providenciando para melhor ordem da saída, isto é, fazendo acender o grande número de velas postas dentro de cartuchos de papel artisticamente bordados e abertos a canivete, que eram levados por homens e meninos, ficando esses cartuchos bem transparentes depois de azezas as velas, formando uma vistosa iluminação.⁹⁰

A Procissão dos Passos era grandiosa e gerava gastos consideráveis para a Ordem Terceira do Carmo. Por ser uma das duas procissões que segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia poderiam ser realizadas a noite,⁹¹ os elementos artísticos envolvidos eram bem maiores e onerosos.⁹² Os gastos com a organização das festas dos oragos constituíam a despesa principal das irmandades e confrarias no Brasil oitocentista, como elucidam os estudos mais recentes.⁹³ Partindo dessa perspectiva, há grande possibilidade de que os

Senhor dos Passos fica arrumado até o sábado após o último ofício, na semana anterior a Sexta-feira das Dores, ocasião em que se repete o ato da descida, com a presença exclusiva de homens.

⁹⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 182-3 [1920].

⁹¹ Segundo a normativa que prevaleceu ao longo de praticamente todo o período imperial, era expressivamente proibido realizar procissões noturnas, exceto a dos Fogaréus, pela Santa Casa de Misericórdia e a do Depósito do Senhor dos Passos, pela Ordem Terceira do Carmo. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, 2007 [1707; 1853], p. 192

⁹² Segundo a tradição oral da cidade, por meio das memórias de Maria Paiva Monteiro, no dia da Procissão do Depósito os moradores das ruas por onde o cortejo passava colocavam lanternas para iluminar o itinerário. Ela afirma que “todo mundo colocava lanternas. Lá em casa já tinha lanternas prontinhas. Quando se chegava perto, ia forrar de papel para colocar a velinha dentro e colocava entre as portas e janelas, já tinha o lugar”. MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

⁹³ Sobre as procissões da Semana Santa podem ser consultados: FLEXOR, Maria Helena Ochi. Procissões na Bahia: teatro barroco a céu aberto. In: *II Congresso Internacional Barroco*. Porto: Universidade do Porto, 2001, p. 521-534. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/fichei->

maiores gastos das irmandades de São Cristóvão, na segunda metade do século XIX e nos primeiros decênios do século XX, tenham sido com os serviços dos armadores.⁹⁴ Por esse ângulo, percebe-se que os armadores eram profissionais em condições de ascender socialmente, além de terem a oportunidade de circularem livremente entre os diferentes segmentos sociais, especialmente entre os homens da política sergipana.

Contudo, um aspecto presente na assertiva de Serafim Santiago provoca estranhamento. A Ordem Terceira do Carmo, até o século XIX, era a mais importante associação religiosa de leigos de Sergipe e congregava parte considerável da elite política local. Senhores de engenhos, barões do açúcar e autoridades políticas integravam o seleto grupo dos terceiros de São Cristóvão. Todavia, na descrição do memorialista, a cena da troca de roupas da imagem era protagonizada por pardos. Tanto o memorialista, presente devido à “grande consideração que a ele era dispensada pelas pessoas de minha família de quem era compadre e amigo velho”, como o armador Justiniano da Silveira eram pardos e membros da Irmandade do Amparo, como elucidou o pensador da história Santiago.

Estranhamente, nenhum dos terceiros do Carmo participava do ato tão nobre e solene de “despir e vestir novamente” a respeitável imagem do Senhor dos Passos. Essa ausência não significa um mero descaso com o trabalho dos bastidores da grande romaria e deve ser problematizada para se compreender o que levava esses pardos lacrarem as portas da Igreja do Carmo, pois é perceptível ao se realizar semelhante trabalho nas demais irmandades os armadores não

ros/7559.pdf. Acesso em: 08 de março de 2011. CAMPOS, Adalgisa Arantes. Quaresma e tríduo sacro nas Minas setecentistas: cultura material e Liturgia. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, 17, 1993, p. 209-219.

⁹⁴ Isso pode ser observado com o livro de despesas da Irmandade do Glorioso Santo Antônio do Carmo, em que entre todos os serviços encomendados, o que teve maior valor foi o do armador. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Bastidores da fé: a festa do Glorioso Santo Antônio do Carmo em São Cristóvão no século XIX. *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG*. Vol. 7, nº 1, 2010, p. 31-48. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/view/12597/8242>. Consultado em 02-05-2011.

fechavam as igrejas e permitiam aos moradores a observação do processo de ornamentação dos templos e nichos. No caso da imagem do Senhor dos Passos, a preocupação com o respeito era preponderante e mostrava uma estratégia em afirmar-se socialmente. Poucos armadores tinham condições de realizar o devoto ofício e poucos poderiam acompanhar o ato.

Partindo dessas acepções, ao integrar o grupo de armadores da cidade de São Cristóvão, Serafim Santiago provava ser um homem que circulava entre os meios influentes da sociedade sergipana. De um lado, dialogava com a inteligência local e mostrava a sua face de “homem de letras”. Por outro, comunica-se com os moradores de São Cristóvão, fogueteiros, caboclos, escravos e políticos influentes. Mais do que isso. Ao auxiliar seus familiares nos serviços de armação, circulava entre os membros das diferentes irmandades de sua terra natal. Ele passava a ver o processo de organização das festas de seus oragos e, principalmente, ouvia as narrativas de seus antigos tesoureiros. Armava-se a festa e a memória coletiva da cidade encontrava seu porta-voz.

A presença de homens pardos circulando nos bastidores das principais solenidades da velha capital era um sinal de outro momento da cidade. No final do século XIX, as irmandades cristovenses passaram a integrar novos segmentos sociais e perderam parte do status que mantiveram por mais de dois séculos. Até mesmo a Ordem Terceira do Carmo passou a ter como irmãos homens pardos e negros, a partir da segunda década do século XX, inclusive como integrantes da mesa diretora. No período posterior a mudança da capital muitas famílias migraram para Aracaju, onde passaram a criar novas irmandades como a do Santíssimo Sacramento.

No pós-abolição, a situação agravou-se. Muitos senhores de engenho que possuíam relação afetiva com a cidade perdiam espaço político e estavam nos últimos anos de vida, enquanto os herdeiros construía suas carreiras política e econômica na nova capital. Paulatinamente São Cristóvão entrava em declínio econômico, assim como as suas irmandades e confrarias. No início do século XX essas

associações apresentavam um quadro econômico deficiente e agravava-se sensivelmente.⁹⁵

As consequências dessa mudança do cenário político-econômico sergipano nas irmandades de São Cristóvão foi socialmente drástico. A perda de poderio e as transformações decorrentes do processo de modernização da sociedade sergipana levaram a redução do número de procissões, assim como a limitação dos andores que saíam nas mesmas. Paulatinamente o campo dos profissionais das festas religiosas foi restringido e, ainda na primeira metade do século XX, praticamente desapareceu. Esse foi o caso dos antigos ofícios de encarnadores e armadores de São Cristóvão, com o processo de reforma devocional e a extinção das irmandades da Vigaria Geral de Sergipe em 1906, praticamente não havia mais em que trabalhar.

Na romaria do Senhor dos Passos a situação também sofreu interferências com esse processo de redefinição do campo de trabalho dos primeiros decênios do século XX. A presença de armadores tornou-se rara e os próprios irmãos terceiros do Carmo passaram a organizar a arrumação dos andores, cuidando-se para manter a mesma postura de não permitir que outras pessoas vissem a retirada da imagem do altar-mor e a troca das vestimentas. Assim, os saberes e fazeres em torno da romaria do Senhor dos Passos passaram a ser um bem compartilhado entre poucos moradores, os quais constituem o que pode ser chamado de elite dos bastidores da romaria. No caso de Serafim Santiago, a busca pela sobrevivência e sustento da grande prole, o obrigou a migrar para a mal vista Aracaju, algoz na história cristovense por tê-la substituído como capital, mas oportunidade para um amante do passado revelar-se como intelectual.

⁹⁵ Um caso elucidativo dessa situação de precariedade foi o da Santa Casa de Misericórdia, que desde o último quartel do século XIX encontrava-se endividada, sofrendo intervenções do poder público provincial. Cf. SILVA FILHO, José Tiago da. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão-Se. *Revista do Memorial*. Nº 1, 2011, p. 141-164. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/galeria-de-arquivos/finish/5/9/0>. Acesso em: 04 de dezembro de 2013.

As práticas de leitura de Santiago levam a fortalecer seus laços de intimidade com a urbis cristovense ao confrontá-lo com suas memórias, com o que testemunhou e com o que foi sussurrado em seus ouvidos pelos velhos anciãos. O indivíduo se reinventa e sente a necessidade de escrever um texto que tratasse exclusivamente sobre sua terra natal. O seu “entusiasmo” era decorrente da constatação da historicidade de São Cristóvão. Como Ulisses, Santiago viajou nas páginas de obras clássicas da história local e a partir da leitura, viu os traços que diferenciavam a cidade das demais localidades sergipanas. O olhar do velho e resistente viajante o guiou na descoberta de um passado. Esse o intimou a escrita. Em suas leituras, conhecia a história e percebia as diferenças.

Nessa nova escrita sobre a cidade, os protagonistas da história são homens e mulheres de diferentes camadas sociais. Presidentes de província que caem nos barrocões, armadores e doceiras que fazem a história da cidade em sua labuta cotidiana. Serafim via história onde os grande nomes não enxergavam. Na sua escrita as camadas populares tinham voz, atuavam, desfilavam, disputavam espaço e poder. Diante desse encontro entre a narrativa histórica respaldada na teoria evolucionista e seu texto alicerçado nas memórias dos velhos anciãos, o autor percebia a finalidade do seu texto: manter-se em sua condição de manuscrito.⁹⁶



⁹⁶ Ao longo da primeira metade do século XX importantes obras de história passaram um período relativamente longo no formato manuscrito. Isso se deu em decorrência de motivações variadas, como prisão ou guerras. Um caso elucidativo é o livro *Apologia à História* de Marc Bloch. Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



IMPASSES DA REFORMA DEVOCIONAL CATÓLICA EM SERGIPE



FIGURA VI: Passagem da Procissão de Nossa Senhora da Vitória na Igreja da Ordem Terceira do Carmo na década de 60 do século XX.



SOLENIDADE DE PASSOS

Ato comovente, expressando fé, gratidão e humildade
Penitência de fiéis participando de Procissão de Senhor dos Passos

Uns acompanhando a procissão de velas acesas
Outros usando indumentária cor das vestes das imagens
Alguns seguindo a trajetória de joelhos
E outros ainda conduzindo feixe de lenha na cabeça.

Põe-se em evidência o sofrimento
Expressando gratidão de criaturas reconhecidas
Extravasando o coração.

São Cristóvão agradece e aplaude,
Presença do nosso querido venerável Arcebispo
Dom José Palmeira Lessa, abrilhantando solenidade
E nos enriquecendo com subsídios do Sermão do Encontro

Deus seja louvado,
Pai de bondade e misericórdia,
Derramando suas bênçãos e graças
Sobre esta nossa sofrida e querida São Cristóvão*



* SANTOS, Manoel Ferreira. Solenidade de Passos. São Cristóvão, 20 de março de 2011.



Mês de agosto de 1903. Na velha cidade de São Cristóvão ocorria uma grande festa, com a chegada de novos frades franciscanos que iriam assumir o controle do Convento Santa Cruz. De acordo com Serafim Santiago, o primeiro a chegar à cidade foi Frei Perigrino, com a função de recuperar o convento e reavivar as devoções franciscanas. Para o referido pensador da história:

Se não me falha a memória, foi em Agosto do ano de 1903 que chegou na velha Cidade de São Cristóvão o muito digno e educado Religioso Frei Perigrino, à mando de seu superior - o Provincial da Ordem Franciscana, para na qualidade de laborioso e amigo do trabalho da reconstrução e asseio do Convento de São Francisco

há muitos anos abandonado. Chegando esta feliz notícia ao conhecimento do povo cristovense, viu o Frei Perigrino rodeado de muitos homens e mulheres animando-o para dar início ao custoso e árduo trabalho na reconstrução e asseio do velho mosteiro.¹

De acordo com as memórias de Serafim Santiago, o retorno dos frades franciscanos à cidade de São Cristóvão foi visto com entusiasmo pela população da cidade. Após um longo período de abandono dos seus conventos, finalmente ocorria o retorno das ordens religiosas com o objetivo de propulsionar a revitalização dos templos e de renovar as práticas devocionais. No emergir do novo século, o entusiasmo acerca dos novos tempos era recorrente nos textos publicados na imprensa, nos relatórios e discursos dos governantes republicanos, assim como entre alguns memorialistas, como foi o caso de Santiago. É importante ressaltar o momento no qual se deu esse retorno, pois coincidiu com a implantação da estrada de ferro e da fundação de fábricas de tecidos na cidade. Para o pensador da história cristovense, o século XX eclodia em São Cristóvão com ares de modernização, de soerguimento do vigor da velha capital, inclusive com a recuperação dos antigos templos.²

É relevante ressaltar como Serafim Santiago buscou associar a chegada dos frades franciscanos à recuperação dos edifícios religiosos de sua terra natal. Em suas memórias, a presença do clero regular estimulou a população cristovense na manutenção e revitalização das igrejas edificadas na cidade alta. A situação desses templos era extremamente preocupante, pois quase a sua totalidade encontrava-se em ruínas, como era o caso das igrejas devotadas a São Miguel Arcanjo, ao Bom Jesus e ao Senhor das Misericórdias.³

¹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920], p. 256.

² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920].

³ SOUZA, Marco Antônio de. Memória sobre a capitania de Serzipe: sua fundação, população

Em algumas dessas igrejas os danos eram irreparáveis e a única forma de evitar catástrofes era a completa demolição.⁴ O próprio Convento Santa Cruz, abrigo dos franciscanos em Sergipe, encontrava-se com sérios problemas estruturais. O principal deles era a torre sineira, desmoronada ainda no final do século XIX. Com a chegada dos novos frades, ocorreu a reconstrução de uma torre improvisada e desproporcional em relação a fachada da igreja conventual, no intuito de atenuar os danos provocados pelos longos anos de abandono. O intelectual Clodomir Silva, em 1920, registrou o Convento Santa Cruz com a nova torre, nas celebrações do centenário da Emancipação Política de Sergipe.⁵ Observe a Figura VII:⁶

productos e melhoramentos de que é capaz. In: *Folha de Sergipe*. Aracaju, Anno XVIII, nº 143, 1 de outubro de 1908 [1808], p. 2, col. 3.

- ⁴ Um exemplo disso foi a demolição da Igreja São Miguel Arcanjo. Os entulhos resultantes da demolição foram utilizados para fechar o famoso borroco (penhasco) que ameaçava fazer sucumbir a Praça da Matriz. Cf. SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009.
- ⁵ O Álbum de Sergipe foi uma obra produzida por Clodomir Silva e financiada pelo Governo de Sergipe para as comemorações do centenário da Emancipação Política de Sergipe em relação à Bahia (1820). De acordo com Itamar Freitas, o livro fora pensado para “rememorar os fastos do centenário da independência de Sergipe, difundir e imortalizar a ação patriótica e modernizadora do Governo Pereira Lobo. O resultado é que passado e presente, tempo e espaço, história política e geografia física se misturam constantemente. Inicia-se com a narrativa da experiência sergipana, de capitania à província. O fluxo é interrompido para descrever-se a “parte física” – por sua vez, encerrada com uma nota sobre as Constituições locais, hino, selos e listagem de parlamentares estaduais e federais.” FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2007, p. 168. Contudo, é preciso destacar que esse tipo de obra comemorativa não foi uma ação exclusiva de Sergipe. Em 1922, foi publicado o “Álbum da Cidade do Rio de Janeiro”, com algumas características similares ao livro de Clodomir Silva e com o intuito de celebrar o centenário da Independência do Brasil. Cf. RIO DE JANEIRO. *Álbum da cidade do Rio de Janeiro* [Iconográfico] : comemorativo do 1º centenário da Independência do Brasil, 1822-1922. Rio de Janeiro: Governo do Distrito Federal, 1922. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325335/icon325335.pdf. Consultado em 05-07-2014.
- ⁶ Convento Santa Cruz de São Cristóvão em 1920. SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1920.

FIGURA VII. Igreja e Convento Santa Cruz de São Cristóvão em 1920.



Aparentemente, o engajamento dos frades franciscanos na recuperação das antigas igrejas de São Cristóvão contribuiu para a construção de uma relação amistosa entre os religiosos e a população local. Prova disso foi o empenho de inúmeros moradores no apoio e financiamento das obras das igrejas. Entre os entusiastas com as reformas das igrejas estava o próprio Serafim Santiago. No livro manuscrito o pensador da história registrou suas preocupações com o patrimônio religioso de sua terra natal e suas articulações com os franciscanos:

No correr do ano de 1910; achava-se fazendo sérios e indispensáveis reparos internos na antiga Matriz de São Cristóvão. A custa de donativos das pessoas de boa vontade e sobre a direção do Religioso Franciscano — Frei Joaquim Benk — Vigário nesta ocasião da freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Era grande o meu sentimento, não poder por mim, neste tempo remeter para aquela Cidade um óbolo para tão justo fim; então tomei o alvitre de procurar o amigo e patrício — Eucário de Amorim e com ele combinar de promover uma subscrição entre pessoas residen-

tes nesta Capital de Aracaju, em favor das obras que naquela ocasião estavam se fazendo internamente na referida Matriz.⁷

Nessa descrição das reformas da igreja matriz de São Cristóvão, Serafim Santiago revela frestas de uma preocupação com os bens culturais no início do século XX. Entusiasmados com a difusão da modernidade e com o possível progresso vindouro com a implantação da ferrovia e das fábricas de tecidos, muitos sergipanos preocuparam-se na recuperação dos símbolos do passado local, representados nas igrejas da antiga capital. Tais ações em prol da recuperação dos templos provocou a eclosão de inúmeras campanhas voltadas para a reforma de igrejas de cidades como São Cristóvão, Laranjeiras e Socorro. O próprio Serafim Santiago articulou-se com seus conterrâneos para arrecadar fundos e impulsionar as obras da matriz cristovense. No dia 10 de julho de 1910, foi publicado no jornal “O Estado de Sergipe” uma nota de agradecimento produzida por Serafim Santiago e Eucário de Amorim:

Agradecimento

Serafim de Sant'Iago e Eucário de Amorim, agradecem a todas as pessoas que já contribuíram com suas esmolaz em favor das obras que estão se fazendo na antiga Igreja Matriz de São Cristóvão e esperam confiantes as daqueles que ainda não atenderam ao seu apelo, bem como das que se acham de posse das cartas, solicitando-lhes um óbolo para aquele piedoso fim.⁸

A campanha dos cristovenses na imprensa sergipana elucidam as ações de negociação entre o clero e a população local, assim como o empenho em defesa dos bens religiosos. Provavelmente essas manifestações de Santiago em defesa das igrejas de sua terra natal tenham

⁷ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 132.

⁸ O ESTADO DE SERGIPE. Agradecimento. *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 10 de julho de 1910, p. 2, col. 4.

sido os únicos casos de suas aparições na imprensa. Também no dia 10 de julho de 1910 o “Correio de Aracaju” publicou:

Agradecimento (...)

Rs. 354\$000

Autorizado pelo reverendíssimo Vigário desta freguesia, Frei Joaquim Benk, recebi dos srs Serafim de Sant’Iago e Eucário de Amorim, a quantia de trezentos e cinquenta e quatro mil réis, por eles arrecadado por meio de subscrição entre pessoas residentes no Aracaju, em favor das obras que estão se fazendo Igreja Matriz desta cidade.

São Cristóvão, 1º de julho de 1910.

Horácio Pio Monteiro.⁹

Mais uma vez os impressos apresentam indícios acerca das articulações entre religiosos e leigos do catolicismo das camadas populares em São Cristóvão no alvorecer do século XX. Os valores arrecadados por Serafim Santiago e Eucário de Amorim para reforma da matriz foram entregues a Horácio Pio Monteiro, com autorização do vigário franciscano. Naquele período, Horácio Pio Monteiro podia ser visto como um importante personagem do catolicismo na antiga capital, pois era um comerciante que morava defronte a igreja conventual dos carmelitas, em um casarão localizado na esquina entre a Praça do Carmo e a Rua Direita do Carmo. Além de ser um comerciante prestigiado, Horácio também acumulava o cargo de secretário da Irmandade Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos e em alguns anos depois se tornaria membro e tesoureiro da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo e um dos organizadores da romaria do Senhor dos Passos.

O fato de o vigário ter escolhido o secretário de uma associação leiga para receber os fundos destinados às obras da matriz revela

⁹ CORREIO DE ARACAJU. Agradecimento. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 10 de julho de 1910, p. 3, col. 4.

a constituição de possíveis alianças entre alguns franciscanos e os membros de irmandades, ou talvez, numa perspectiva mais realista, pudesse ser uma tentativa de promover a negociação com o representante de uma importante associação leiga existente no estado. Todavia, tais aproximações foram escassas em São Cristóvão. Poucos anos antes da campanha em defesa da reforma da matriz já era notória a presença de querelas entre os religiosos oriundos da Alemanha e os membros das irmandades, preocupados com os seus interesses em permanecer à frente das respectivas associações fomentadoras das devoções.

Tais conflitos revelam nuances acerca do momento no qual as ordens religiosas tentavam realocar o seu espaço no catolicismo brasileiro por meio da redefinição das hierarquias, do fortalecimento de novas devoções, da defesa de uma educação feminina católica, da reestruturação das festas, do controle dos santuários populares e do combate ao protestantismo, espiritismo, maçonaria e práticas culturais das camadas populares no catolicismo. Com a eclosão do regime republicano, a Igreja Católica no Brasil passou a exercer com maior afinco a tentativa de reestruturação. De acordo com Riolando Azzi:

Durante as três primeiras décadas do regime republicano, o projeto ultramontano pode ser expandido e consolidado no país. Na Bahia, essa ação foi projetada pelo arcebispo D. Macedo Costa, e levada a efeito por D. Jerônimo Tomé da Silva. Ele constitui, dessa forma, na grande figura de bispo reformador da Igreja na Bahia.¹⁰

Essa descrição de um dos principais historiadores da Igreja no Brasil reflete o contexto social no qual os frades franciscanos alemães reabriram o antigo Convento Santa Cruz em São Cristóvão. Foi durante o arcebispado de Dom Jerônimo Tomé da Silva que se intensificou a

¹⁰ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 159.

entrada de religiosos estrangeiros na Arquidiocese da Bahia no intuito de reabrir os antigos conventos, entre os quais o de São Cristóvão.

A partir do início do século XX, nos idos de 1903, os franciscanos de origem alemã assumiram o controle da Vigaria Geral de Sergipe e passaram a empreender o processo de reforma devocional católica, com a reformulação das duas maiores romarias que ocorriam no Estado: inicialmente a do Senhor dos Passos em São Cristóvão; e a partir de 1934, a de Bom Jesus dos Navegantes de Aracaju, realizada na Colina de Santo Antônio, espaço do passado aracajuano. Nesse capítulo serão discutidas as querelas entre os frades franciscanos de origem alemã, administradores da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, e os irmãos leigos da Ordem Terceira do Carmo. Esses conflitos envolveram o choque entre dois modelos de religiosidade e teve como palco central a romaria dos Passos. Nos bastidores da romaria, eclodia um campo de batalhas.

Essas batalhas pelo controle da devoção ao Senhor dos Passos podem ser entendidas como uma aresta constituída no processo de reforma devocional católica em Sergipe. No período entre os séculos XIX e XX, foi notória a ação da cúria arquidiocesana de Salvador em promover ações reformistas no catolicismo em Sergipe, por meio da qualificação do clero, do controle dos centros de romarias e da intermediação de ordens religiosas estrangeiras. A romaria do Senhor dos Passos foi um dos alvos dessa ação, pois, a partir de 1903, os franciscanos alemães passaram a intervir na tentativa de promover um maior controle das celebrações e da devoção ao Bom Jesus.¹¹

Em contrapartida, romeiros e membros da Ordem Terceira do Carmo em muitos momentos se opuseram ao processo reformista. Imbuídos no discurso de preservação das tradições, os terceiros carmelitas reivindicavam a preservação da romaria nos moldes estabelecidos na segunda metade do século XIX, no qual o então vigário José Gonçalves Barroso moldou as solenidades com traços penitenciais.

¹¹ AZZI, Riolando. (1986), "Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador". *Perspectiva Teológica*, nº 18, pp. 215-233.

Essas diferentes visões acerca das devoções provocaram querelas entre os religiosos e os terceiros carmelitanos e revelam as dificuldades do clero reformador na difusão do novo modelo devocional entre as camadas populares. Ao analisar a difusão do pensamento reformista no Brasil, Ferdinand Azevedo interpela sobre o distanciamento entre a espiritualidade erudita “ultramontana” e os atos de piedade popular, pois considera que “todas as devoções populares, direta ou indiretamente, revelaram traços portugueses”.¹²

É preciso ressaltar o fato de o retorno dos frades franciscanos ao seu convento não ter sido uma prática exclusiva da primeira capital sergipana. No início do século XX, foi notória a política da Igreja Católica no Brasil em reestruturar os pilares devocionais e redefinir as hierarquias no seio do catolicismo, tendo como respaldo central a gradativa substituição do clero nacional por membros de ordens religiosas vindos de países europeus. Isso se deu especialmente nas paróquias onde existiam santuários com poder de atração de romeiros. Na perspectiva defendida por Riolando Azzi, tais ações constituíram uma política religiosa do episcopado brasileiro, definida a partir da reunião realizada em São Paulo em julho de 1890. Conforme o historiador da Igreja Católica, nessa reunião foi decidido:

Em primeiro lugar, tirar das mãos das irmandades a administração financeira dos centros de romaria e confiá-la a institutos religiosos a serem chamados especificamente com esta finalidade. A principal razão aduzida para tal medida era que com frequência os leigos malbaratavam o patrimônio formado pelas doações dos fieis. Esse patrimônio, bem administrado nas mãos dos sacerdotes religiosos, poderia servir para outras pias finalidades, mormente para a formação do clero.¹³

¹² AZEVEDO, Ferdinand. *Espiritualidade Ultramontanista no Nordeste (1866-1874): um ensaio*. In: AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 78.

¹³ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 214.

Percebe-se como o olhar de Riolando Azzi aproxima-se dos religiosos reformadores do início do século XX, por meio da alocação dos leigos nos usos do patrimônio das romarias como desviantes dos interesses. Já o clero, com o desvio do mesmo patrimônio para “outras finalidades”, tinham suas ações sobre os bens das romarias como “bem administrado”. O autor deixa de expressar que nessa trama de controle dos santuários populares existiam projetos distintos. Os leigos buscavam manter os santuários e ampliar as romarias de devoções populares, enquanto os religiosos buscavam usar os recursos dessas romarias, muitas das vezes mal vistas, para financiar a formação de novos religiosos, que por sua vez deveriam banir as práticas devocionais tidas como desviantes.

De acordo com José Oscar Beozzo, ao longo do século XIX, novas ordens religiosas europeias adentraram no país e com a implantação do regime republicano tornou-se possível a restauração dos antigos conventos com o ingresso de religiosos estrangeiros. Assim,

Lazaristas (1820), Capuchinhos italianos (1840 - últimas levas), Dominicanos (1881), Salesianos (1883) eram as sementes novas no final do Império. A República, com a mudança do regime político, abriu caminho para a restauração das velhas ordens em extinção e para a entrada desimpedida das novas congregações masculinas e femininas.¹⁴

Entre os últimos anos do século XIX e a primeira metade do século subsequente, inúmeras ordens religiosas europeias passaram a exercer o controle de alguns dos principais centros de romarias no Brasil. Isso foi um reflexo da liberdade religiosa proveniente da implantação do regime republicano, com a abertura para a entrada de novas ordens e a restauração das antigas. O impacto dessa ação resul-

¹⁴ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 85.

tou na “clericalização dos centros de romaria popular”.¹⁵ Com isso, os santuários populares, a grosso modo, passaram a ser controlados por religiosos europeus. Observe o Quadro IV:¹⁶

QUADRO IV: Distribuição das ordens religiosas estrangeiras nos centros de romarias brasileiros

Centro de romaria	Cidade	Ordem	País de origem	Ano	Diocese	Bispo
Nossa Senhora da Piedade	Caeté, Minas Gerais	Lazaristas	Portugal	1819	Mariana	Dom Frei José da Santíssima Trindade
Bom Jesus de Matosinhos	Congonhas do Campo, Minas Gerais	Lazaristas	Portugal	1827-1855	Mariana	Dom Frei José da Santíssima Trindade
		Maristas		1897-1902	Mariana	Dom Silvério Gomes Pimenta
		Redentoristas		1924-1975	Belo Horizonte	Dom Antônio dos Santos Cabral
		Orionitas		1978	Belo Horizonte	Dom João Resende Costa
Bom Jesus dos Navegantes	Penedo, Alagoas	Franciscanos	Alemanha	1893	Olinda e Recife	Dom João Fernando Tiago Esberard
Nossa Senhora Aparecida	Aparecida, São Paulo	Redentoristas	Alemanha	1894	São Paulo	Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante
Divino Pai Eterno	Trindade, Goiás	Redentoristas	Alemanha	1894	Goiás	Dom Eduardo Duarte da Silva
Santo Cristo de Ipojuca	Ipojuca, Pernambuco	Franciscanos	Alemanha	1895	Olinda e Recife	Dom Manuel dos Santos Pereira
Bom Jesus de Pirapora	Pirapora do Bom Jesus, São Paulo	Premonstratenses	Bélgica	1896	São Paulo	Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante
São Francisco das Chagas	Canindé, Ceará	Capuchinhos	Itália	1897	Fortaleza	Dom Joaquim José Vieira
	Canindé, Ceará	Franciscanos	Alemanha	1922	Fortaleza	Dom Manoel da Silva Gomes
Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa, Bahia	Agostinianos Recoletos	Espanha	1902 (até 1917)	Salvador	Dom Jerônimo Thomé da Silva
		Redentoristas	Holanda	1953	Salvador	Dom Augusto Álvaro Cardeal da Silva
		Redentoristas	Polônia	1972	Bom Jesus da Lapa	Dom José Nicomedes Grossi

¹⁵ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 215.

¹⁶ Distribuição das ordens religiosas nos principais santuários do Brasil até 1950. Quadro elaborado pelo autor. Fonte: acervo documental dos respectivos santuários.

Centro de romaria	Cidade	Ordem	País de origem	Ano	Diocese	Bispo
Senhor dos Passos	São Cristóvão, Sergipe	Franciscanos	Alemanha	1903	Salvador	Dom Jerônimo Thomé da Silva
		Carmelitas	Brasil	2003	Aracaju	Dom José Palmeira Lessa
Nossa Senhora de Nazaré	Belém, Pará	Barnabitas	Itália	1905	Belém	Dom Santino Maria Coutinho
Bom Jesus dos Perdões	Bom Jesus dos Perdões, São Paulo	Redentoristas	Alemanha	1913	São Paulo	Dom Duarte Leopoldo e Silva
Bom Jesus do Iguape	Iguape, São Paulo	Verbitas	Alemanha	1927	São Paulo	Dom Duarte Leopoldo e Silva
Bom Jesus dos Navegantes	Aracaju, Sergipe	Franciscanos	Alemanha	1934	Aracaju	Dom José Thomaz Gomes da Silva
Bom Jesus da Cana Verde	Siqueira Campos, Paraná	Capuchinhos	Itália	1934	Jacarezinho	Dom Fernando Taddei
Nossa Senhora do Rocio	Paranaguá, Paraná	Redentoristas	Estados Unidos	1945	Curitiba	Dom Ático Eusébio da Costa
Nossa Senhora da Boa Viagem e Bom Jesus dos Navegantes	Salvador, Bahia	Passionistas	Itália	1947	Salvador	Dom Augusto Álvaro da Silva
Bom Jesus dos Navegantes	Propriá, Sergipe	Redentoristas	Bélgica	1963	Propriá	Dom José Brandão de Castro
Bom Jesus	Campo Largo, Paraná	Sociedade de Cristo	Polônia	1974	Curitiba	Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto
Nossa Senhora dos Impossíveis	Patu, Rio Grande do Norte	Sagrada Família	Holanda	1922	Natal	Dom José Pereira Alves

Percebe-se como o início do período republicano foi exitoso para a difusão de novas ordens religiosas no cenário nacional, especialmente no comando dos antigos santuários populares. Como bem salienta José Oscar Beozzo, a entrada de religiosos estrangeiros no Brasil ocorreu ao longo de todo o século XIX e com maior afinco nos últimos anos do oitocentos, em clara ação de promover a substituição das antigas e decadentes ordens (jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos) por um clero moderno e capaz de reintegrar a condução da Igreja aos cânones romanos.¹⁷ Com isso, os santuários do catolicis-

¹⁷ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 85.

mo das camadas populares se tornariam espaços voltados para uma nova forma de expressar a fé. De acordo com Azzi, “a providência era confiar totalmente aos religiosos a direção espiritual desses centros de devoção, de modo a torná-los, segundo os bispos, centros de verdadeira fé católica”.¹⁸

É perceptível, contudo, como a Igreja católica em Minas Gerais apresentou-se como precursora na tentativa de instituir ordens religiosas estrangeiras no controle dos seus principais centros de romarias. Isso pode ser entendido pelo fato dessa região ter apresentado uma trajetória diversificada em relação ao restante do país, pois ao longo de todo o período colonial era proibida a permanência do clero regular nas Minas. Com isso, no pós-independência, uma das principais requisições dos mineiros era a dos estabelecimentos de ordens religiosas. Mesmo assim, essa dissonância mineira pode ser relativizada, pois os religiosos permanecem pouco tempo no controle dos santuários, retirando-se no mesmo período no qual os conventos das províncias do Norte¹⁹ encontravam-se em crise, com a redução drástica de religiosos. Nesse sentido, a experiência reformista católica em Minas Gerais não se apresentou tão distante dos dilemas vivenciados nas demais províncias do Império do Brasil.²⁰

¹⁸ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 214.

¹⁹ Incluindo os atuais estados do Nordeste.

²⁰ Ítalo Domingos SANTIROCCHI produziu um instigante estudo acerca do Jubileu do Bom Jesus de matosinhos, no qual apresenta pertinentes argumentos contra o uso do conceito romanização para compreender a reforma católica no Brasil. Todavia, ao defender a idéia de Minas como centro irradiador da reforma e o uso do conceito de ultramontanismo, ele apresenta argumentos pouco consistentes, sem respaldo das fontes documentais, pois ele afirma que os padres reformadores de Minas não perseguiram ou tentaram substituir o catolicismo “popular” pelo “romano”, pois as superstições e o devocionismo “típicos do catolicismo “popular” continuam até nas práticas relacionadas ao Jubileu do Bom Jesus”. Esse argumento é frágil porque ignora a possibilidade de resistência e as estratégias de negociação das camadas populares, assim como não problematiza que o discurso sobre o que é considerado supersticioso e popular se altera com o tempo e assim, as práticas tidas como populares no tempo presente poderiam ser vistas no século XIX como oficiais ou, na pior das hipóteses, oficiosas. Cf. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O beijo e a festa: o Jubileu do Bom Jesus em Congonhas. In: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (Orgs). *A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa*. Belo Horizonte: O Lutador, 2013 p. 199. SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. *Revista Tempo*. N° 11, Rio de Janeiro, 2001, p. 77-92.

Contando com a presença de ordens religiosas estrangeiras e destituídas as irmandades responsáveis pelas devoções populares, os santuários católicos brasileiros foram reinventados no alvorecer do período republicano. Tornaram-se foco da política reformista dos clérigos e potenciais centros irradiadores do novo modelo devocional. Potencial no sentido de ainda existirem empecilhos a serem superados. Contudo, a Santa Sé não perdeu tempo na absorção dos santuários, desde o último decênio do século XIX, passou a reconhecer os principais centros de devoção no Brasil, por meio da distribuição de títulos de santuários e basílicas menores. Assim, “a coroação desse movimento era o reconhecimento, por parte da Santa Sé, do culto celebrado nesses santuários”.²¹ Observe o reconhecimento dos santuários brasileiros pelo Vaticano e pelas dioceses no Quadro V:²²

QUADRO V: Centros de romaria brasileiros elevados a Santuários e a Basílicas

Centro de Romaria	Santuário		Basílica	
	Ano	Bispo	Ano	Papa
Bom Jesus de Pirapora	1887	Dom Lino Deodato de Carvalho	-	-
Divino Pai Eterno	1891	Dom Eduardo Silva	2006	Bento XVI
Nossa Senhora Aparecida	1893	Dom Lino Deodato de Carvalho	1908	Pio X
Bom Jesus de Tremembé	1907	Dom Duarte Leopoldo e Silva	1974	Paulo VI
Bom Jesus dos Perdões	1913	Dom Duarte Leopoldo e Silva	-	-
São Francisco das Chagas	1915	Dom Manuel Gomes da Silva	1925	Pio XI
Bom Jesus de Matosinhos (MG)	1921	Dom Silvério Gomes Pimenta	1953	Pio XIII
Bom Jesus do Iguape	1924	Dom Duarte Leopoldo e Silva	1962	João XXIII

²¹ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 214.

²² Centros de romaria brasileiros elevados à categoria de santuários diocesanos/arquidiocesanos e basílicas menores. Quadro elaborado pelo autor. Fontes: ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920*. São Paulo, 260f. Tese (Doutorado em História) USP, 2007. CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. São Paulo, 338f. Tese (Doutorado em História) USP, 2006. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O beijo e a festa: o Jubileu do Bom Jesus em Congonhas. In: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (Orgs). *A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa*. Belo Horizonte: O Lutador, 2013 p. 167-201. COUTO, Edilece; REIS, Fernanda; MOURA, Milton. *Festa do Bonfim: a maior manifestação religiosa popular da Bahia*. Brasília: IPHAN, 2010.

Centro de Romaria	Santuário		Basílica	
	Ano	Bispo	Ano	Papa
Bom Jesus da Cana Verde	1934	Dom Fernando Taddei	-	-
Santo Cristo de Ipojuca	1936	Dom Miguel de Lima Valverde	-	-
Bom Jesus de Matosinhos (RJ)	1954	D. Manoel Pedro da Cunha Cintra	-	-
Nossa Senhora das Dores	2003	Dom Fernando Panico	2008	Bento XVI
Bom Jesus do Livramento	2005	Dom Eurico dos Santos Veloso	2018	Francisco
Nossa Senhora de Nazaré	2006	Dom Orani Tempesta	1923	Pio XI
Nossa Senhora da Conceição ²³	2010	Dom Geraldo Majella Agnelo	1946	Pio XII

Praticamente todos os centros de romaria existentes no Brasil e controlados por ordens religiosas europeias receberam títulos da Santa Sé ou das suas respectivas dioceses/arquidioceses ainda na primeira metade do século XX. Esse é um fato elucidativo para revelar como foi efetivada no início do período republicano a política de apropriação das romarias das camadas populares pelo clero.²⁴ Esse reconhecimento foi uma estratégia utilizada pelo bispado nacional e da própria Santa Sé no intuito de fortalecer os vínculos com a ortodoxia católica. Paulatinamente, os centros de devoção popular passavam a ser alvo das ações reformistas e as romarias tornavam-se espaços propícios para a propagação do discurso renovador, por meio de críticas às práticas tidas como supersticiosas, pagãs, insalubres e populares. Era um combate às mazelas do catolicismo e uma correção às supostas “falhas no processo de conversão” do povo brasileiro. No caso das dioceses e arquidioceses, os centros de romaria receberam títulos de “santuários”. Era uma prova do reconhecimento do prelado às devoções das camadas populares e um indício da presença do clero no controle das devoções. Do Vaticano, os centros de romaria receberam o pomposo

²³ Trata-se da Basílica Santuário Nossa Senhora Conceição da Praia, Santuário Mariano da Arquidiocese de São Salvador onde ocorrem as romarias de Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro, e de Bom Jesus dos Navegantes, no dia primeiro de janeiro.

²⁴ A exceção foi Juazeiro, no Ceará, no qual a tensão entre a Igreja e o Padre Cícero Romão Batista provocou um silenciamento acerca da igreja das Dores, onde ocorre as romarias das Candeias, Dores e Finados.

título de “basílica menor”,²⁵ ou seja, era a prova do olhar do papado sobre a religiosidade brasileira.

Contudo, percebe-se a ausência de sincronia no processo de reconhecimento dos santuários nas respectivas províncias eclesiásticas até então existentes no país. Nesse patamar, a Arquidiocese de São Paulo projetou-se como o principal lócus de difusão dos santuários, com o reconhecimento de cinco centros de romaria ao longo da Primeira República. Nenhuma província eclesiástica do Brasil foi tão efusiva na apropriação das devoções das camadas populares como a paulista. Esse fato evidencia uma diferenciação de ritmos e estratégias do alto clero brasileiro no processo de reforma devocional. Apesar de existirem elementos similares, como o convite de ordens religiosas da Europa para comandarem os centros de romaria do Brasil, é notório as dissonâncias nos passos subsequentes na articulação dos bispados para apropriar-se do controle das romarias.²⁶

Estranhamente a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, templo no qual ocorria a maior romaria sergipana e onde os franciscanos alemães, desde 1903, controlavam a paróquia, não foi contemplada com o reconhecimento arquidiocesano nem com o da Santa Sé. É claro que a presença franciscana na paróquia já revelava a preocupação em ordenar a romaria. Mas a esse “esquecimento” das autoridades eclesiásticas em reconhecer o centro de romaria não deve ser visto como fato menor, nem desprezado na compreensão das formas de apropriação da romaria pelos frades reformadores. Afinal, o que teria motivado a ausência de titulação da romaria e do seu templo central? Seria a romaria dos Passos uma celebração insignificante no conjunto das grandes celebrações brasileiras? Provavelmente não. As fontes elucidam uma romaria de médio porte, para os padrões do período entre o

²⁵ O Vaticano atribui o título de basílica menor às igrejas de peregrinação espalhadas pelo mundo e em distinção as quatro basílicas maiores: Santíssimo Salvador Lateranense, São Pedro do Vaticano, São Paulo fora dos Muros e Santa Maria Maior, todas em Roma. No Brasil existem cerca de 50 basílicas menores.

²⁶ SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *A identidade posta no altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e a questão nacional (1904-1931)*. Niterói-RJ, 266. Dissertação (Mestrado em História). UFF, 1996.

final do século XIX e início do XX. Além disso, centros de romarias de menor proporção, como foi o caso dos inúmeros santuários do Bom Jesus no interior paulista foram contemplados pelo reconhecimento da Santa Sé.

A ausência de reconhecimento do Vaticano e da Arquidiocese da Bahia ao centro de romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão pode ser compreendida por outro ângulo. Geralmente, a chancela diocesana ou papal se dava quando o clero passava a exercer o controle do centro de romaria e passava a preconizar as diretrizes da própria romaria, ou seja, após a desarticulação das antigas irmandades responsáveis pela organização das celebrações. Nesses casos, a chancela era um atestado do êxito inicial da reforma devocional, no qual as ordens religiosas estrangeiras assumiam o comando das igrejas e das devoções. Ao usufruir do título de santuário diocesano ou basílica menor, restava aos religiosos perpetrar ações no intuito de promover o combate às práticas tidas como heterodoxas, afastadas dos cânones estabelecidos pelo Vaticano.

Outra possibilidade interpretativa é em relação à diversidade de projetos políticos atinentes às diferentes ordens que atuaram no Brasil ou até mesmo ao fato das políticas pensadas pelo arcebispo serem direcionadas por caminhos distintos. No primeiro caso, a hipótese não tem como ser refutada por completo, pois é visível diferenças entre a atuação de franciscanos e redentoristas na condução dos centros de romaria, apesar das orientações da cúria. Os redentoristas mostraram mais entusiastas com a renovação dos santuários de devoção das camadas populares e preocuparam-se em redirecionar a fé do povo por meio do fomento às romarias e à adequação da conduta dos romeiros nos santuários a partir das diretrizes reformadoras. Já os franciscanos, nem sempre se mostraram pacientes com a reorientação. O tom crítico em relação aos romeiros prevalece no discurso dos religiosos frente ao modo brasileiro de ser devoto. Contudo, esse argumento torna-se frágil quando se observa a atuação dos mesmos frades em Canindé do São Francisco das Chagas. A diversidade de projetos políticos das ordens religiosas não impediu a tomada de controle

e o conseqüente reconhecimento dos centros de romaria pelas autoridades eclesiásticas.

O segundo argumento aproxima-se do primeiro. É notória a perspicácia de determinados bispados como o de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante²⁷ e Dom Duarte Leopoldo da Silva²⁸ na condução dos antigos centros de romaria das camadas populares para o controle da Igreja Católica com a inserção de religiosos europeus. Contudo, nesse caso, não se pode confundir eficácia com inoperância. Evidentemente, as arquidioceses e as dioceses que não tiveram seus centros de romaria imediatamente reconhecidos com a chancela papal também atuaram no sentido de constituir o controle sobre as práticas devocionais. A ausência de êxito pode ter sido fruto de variáveis locais, como a melhor articulação dos membros de irmandades com a elite política, a capacidade de negociação com os religiosos e o poder de enfrentamento e de resistência das camadas populares frente à

²⁷ Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti foi um dos prelados brasileiros mais prestigiados no início do século XX. Nasceu em Cimbres, Pernambuco, em 17 de janeiro de 1850. Seus estudos foram realizados na Paraíba e na capital do catolicismo, Roma, ordenando-se presbítero em 1874, na Arquibasilica de São João de Latrão, em Roma. Atuou como reitor do Seminário de Olinda, em Pernambuco e professor da Companhia de Jesus, em Itu, interior de São Paulo. Em 1890, o papa Leão XIII o nomeou bispo de Goiás. Em 1892, tornou-se bispo auxiliar de São Paulo e assumiu o posto titular dois anos depois. Permaneceu como bispo da diocese paulista até 1897, ano que foi promovido a arcebispo do Rio de Janeiro. Por nomeação do Vaticano, em dezembro de 1905 o arcebispo tornou-se o primeiro cardeal latino-americano, ou seja, foi agraciado com o segundo maior cargo da Igreja Católica em plena fase de expansão da reforma devocional católica no país. Faleceu no dia 8 de abril de 1930. Cf. ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920*. São Paulo, 260f. Tese (Doutorado em História). USP, 2007. PEREIRA, Luciana de Lima. *Igreja Católica em “Tempos Mundanos”: a luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960)*. Teresina, 244f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008. CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. São Paulo, 338f. Tese (Doutorado em História) USP, 2006.

²⁸ Dom Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté no ano de 1867. Após ter passado sem êxito por vários cursos superiores no país, ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo e ordenou-se em 1892. Em 1904, tornou-se bispo da Diocese de Curitiba. Em 1906, tornou-se bispo da Diocese de São Paulo. Tendo sagrado a igreja de Aparecida, o arcebispo solicitou, em 1907, à Santa Sé a sua elevação ao grau de basílica, o que foi concedido pelo Papa São Pio X, por breve de 5 de setembro de 1909. Dom Duarte também deu muita atenção ao “Seminário Menor de Pirapora” e ao “Seminário Provincial”, na Freguesia do Ó. Com a elevação a Arquidiocese, ele permaneceu como arcebispo até a sua morte, ocorrida em 1938. Cf. ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920*. São Paulo, 260f. Tese (Doutorado em História). USP, 2007.

nova proposta religiosa. Prova disso, é o fato de centros de romarias de diferentes regiões terem recebido chancelas honorárias do Vaticano.

Além disso, é preciso registrar como o reconhecimento de santuários na Diocese de Aracaju foi relativamente tardio, se comparado com outros bispados do Brasil. O primeiro santuário criado em Sergipe foi o de Nossa Senhora Menina, no templo inaugurado para tal fim nos arredores do centro de Aracaju na década de 40 do século XX, com Dom José Thomaz Gomes da Silva. Em 1958, o bispo Dom José Vicente Távora elevou a igreja Matriz Nossa Senhora Divina Pastora a mesma condição, por ocasião da primeira peregrinação dos universitários de Aracaju ao templo.²⁹ Em 1984, foi criado o último santuário na arquidiocese de Aracaju, o de Nossa Senhora Aparecida na periferia da capital sergipana, pelo então arcebispo Dom Luciano Duarte.³⁰ Desse modo, percebe-se como os três santuários marianos canonicamente erigidos na Arquidiocese de Aracaju foram pensados no intuito de se forjar novas devoções, pois não existiam solenidades religiosas dessas devoções em tais localidades. Além disso, dois dos santuários foram erigidos em igrejas construídas para tal finalidade. Isso possivelmente mostra um traço peculiar da política diocesana de Sergipe no intuito de constituir novas devoções com o propósito de suplantar os antigos centros de romaria, com um redirecionamento das devoções populares. Isso combina com a nova Aracaju.

Por essa ótica, percebe-se como a romaria do Senhor dos Passos se afastava do processo de reforma devocional empreendido no país. Apesar de também estar atrelada a uma paróquia regida por religiosos europeus, a referida romaria nunca chegou a ser reconhecida canonicamente, nem sequer pelo arcebispado da Bahia ou bispado de Sergipe. O maior centro de romaria do estado permaneceu silenciado,

²⁹ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *A peregrinação à Divina Pastora*. Aracaju: EDISE, 2015.

³⁰ Cf. LESSA, Dom José Palmeira. *Declaração da Cúria Metropolitana de Aracaju*. ARQUIVO DA CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE ARACAJU. Aracaju, 23 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.arquidiocesede aracaju.org/arquivos/20130524154231.pdf> . Consultado em: 15.08.2014.

nos bastidores ou talvez na penumbra das grandes devoções brasileiras. Contudo, a romaria do Senhor dos Passos era conhecida pelas autoridades eclesiásticas, pois, em 1897, o arcebispo da Bahia Dom Jerônimo Thomé da Silva visitou São Cristóvão e conheceu a Igreja da Ordem Terceira do Carmo e seu claustro repleto de ex-votos.³¹ Vislumbrou o principal espaço das devoções das camadas populares de Sergipe e diante disso, preocupou-se em restaurar o antigo convento franciscano com o convite para os religiosos da Província Franciscana da Saxônia assumirem a reabertura do Convento Santa Cruz e comandarem a Paróquia Nossa Senhora da Vitória.

O silenciamento da romaria do Senhor dos Passos pela Igreja Católica deve ser entendido por outra perspectiva. Ao contrário do ocorrido em outros centros de romarias do país, os frades alemães de São Cristóvão não conseguiram de imediato apropriar-se da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, nem mesmo da liderança na organização da romaria penitencial. Ao longo das sete primeiras décadas do século XX, a romaria foi organizada e liderada pelos irmãos terceiros do Carmo. Esse controle dos leigos sobre a referida solenidade deve ter pesado na avaliação dos prelados e da Santa Sé acerca do santuário popular. Seria difícil imaginar as autoridades religiosas atribuírem títulos para um centro de romaria controlada por irmandades, principalmente se levarmos em consideração que muitas vezes esses leigos encontravam-se em situação de conflito com o clero local.³²

O poder dos terceiros carmelitas sobre a romaria do Senhor dos Passos provocou o silêncio das autoridades religiosas. Esse silêncio

³¹ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de Tombo da Freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. nº 1. São Cristóvão, 1907.

³² Na cidade de Penedo, Alagoas, ocorreu um conflito semelhante, em relação à festa de Bom Jesus dos Navegantes, evento criado na cidade em 1884. Com a chegada dos frades franciscanos alemães, correram impasses entre os religiosos e os organizadores da festa, culminando com a ação do provincial do Convento Santa Maria dos Anjos de proibir a realização da festa de Bom Jesus dos Navegantes com a imagem do crucificado do referido convento em 1914. Diante do impasse, o leigo Antônio José dos Santos, conhecido como Antônio Peixe-Boi, um dos organizadores da festa, solicitou ao artista Cesário Procópio dos Martyres que esculpisse uma nova imagem. Com isso, a partir de 1915 a festa passou a ser realizada com a nova imagem e na Capela da Santa Cruz do Cortume.

da Igreja Católica, no caso de Sergipe, teve uma repercussão ainda maior. A própria historiografia local, ao longo do século XX, também silenciou sobre a relação entre os frades franciscanos reformadores e as práticas devocionais das camadas populares de Sergipe.³³ Sem possuir chancelas eclesiásticas, nem visibilidade pelo prelado sergipano, as ações reformadoras na romaria passaram despercebidas do crivo dos historiadores, antropólogos e folcloristas. Mesmo quando a solenidade foi alvo dos olhares de intelectuais sergipanos, percebe-se uma preocupação em registrar as práticas devocionais excêntricas das camadas populares,³⁴ sem atentar-se para o fato dessa romaria ter integrado o conjunto de celebrações populares que foram alvo da in-

³³ BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A procissão dos penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular na cidade de São Cristóvão no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 153. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade do Brasil.

³⁴ Grande parte dos estudos acadêmicos acerca da romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão perpassam pelo foco dos ex-votos, pois o referido centro de romaria aglutina o mais expressivo acervo da arte das camadas populares existentes em Sergipe. Nesses estudos, os ex-votos não são contextualizados, nem problematizados a partir do momento de sua produção. Além disso, também é perceptível uma ausência de articulação entre a entrega dos ex-votos e a devoção ao Senhor dos Passos, assim como predomina o silêncio sobre os impasses na gestão desses bens devocionais das camadas populares entre os religiosos. Em 1990, o claustro da Igreja do Carmo Pequeno, templo que abriga a imagem do Senhor dos Passos foi transformado no Museu do Ex-voto de Sergipe. De acordo com Luís Américo Bonfim, “Na cidade de São Cristóvão-SE, o principal espaço votivo é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo – o Carmo Menor – onde se cultua o Senhor dos Passos (FIS31). Há nesta igreja uma caprichosa sala de milagres, onde funciona um organizado museu, mantido pela irmandade fundadora do culto. Ao contrário do que acontece na maioria dos sítios votivos do nordeste oriental do Brasil, não há um predomínio da fotografia nesta sala (ainda que estas apareçam em número expressivo, quase sempre emolduradas), mas de inúmeros objetos de feito artesanal, especialmente em madeira (partes do corpo, nem sempre construídas com maestria: pernas, em geral da panturrilha até a solados pés; cabeças, que incluem pescoço; braços; mãos, quase sempre incluindo o antebraço), além de peças diversas moldadas em gesso e cera e modeladas em argila. Em síntese, o sítio de São Cristóvão tem uma vocação predominantemente artesanal. Cf. BONFIM, Luís Américo. *O signo votivo católico no Nordeste oriental do Brasil: mapeamento e atualidade*. Vol. 1. Salvador, 156f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UFBA, 2007, p. 103. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/43830638/Tese-de-Doutorado-em-Ciencias-Sociais-de-Luis-Americo-Silva-Bonfim-Volume-1>. Consultado em: 21-11-2014. LEITE, Rodrigo Reis. *Arte e Religião: um estudo dos aspectos estéticos e religiosos dos ex-votos*. São Cristóvão, 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFS, 2012. PEREIRA, Lúcia Maria. *Ícones de cura e fé: as promessas da Igreja Senhor dos Passos em São Cristóvão, um discurso sobre a doença*. São Cristóvão, 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFS, 2012. ARAGÃO, Ivan Rêgo. “*Vinde, todas as pessoas, e vede a minha dor*”: a Festa/Procissão ao Nosso Senhor dos Passos como atrativo potencial turístico em São Cristóvão-Sergipe-Brasil. Ilhéus-Bahia, 198 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual Santa Cruz, 2012.

tervenção do clero estrangeiro no Brasil republicano com o processo de reforma devocional católica. Assim, enquanto os memorialistas de outras regiões preocuparam-se em evidenciar suas romarias antes e depois da chegada e intervenção dos religiosos estrangeiros,³⁵ os sergipanos silenciaram totalmente sobre o papel desempenhado pelos frades franciscanos na solenidade dos Passos.³⁶

No período republicano intensificou-se o processo de entrada de religiosos no país. Os dados, presentes no Quadro IV, revelam como a Primeira República foi marcada pela substituição do controle dos santuários de devoção popular no Brasil, nos quais as antigas irmandades perderam espaço para os religiosos europeus, especialmente os alemães oriundos da Saxônia. A partir desses dados, percebe-se também a relevância das romarias sergipanas no cenário católico brasileiro no início do século XX, pois as paróquias de Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão e Santo Antônio do Aracaju passaram a ser regidas pelos franciscanos, ou seja, justamente as paróquias que possuíam as maiores romarias do Estado na época: Senhor dos Passos e Bom Jesus dos Navegantes.

Os bispos brasileiros, imbuídos da preocupação reformadora, viajaram a Europa no intuito de solicitar a presença de religiosos europeus em suas respectivas dioceses, especialmente nos santuários de devoção popular. Para Riolando Azzi, a repercussão dessas ações no Brasil foi a constituição de uma igreja com coloração europeia, pois:

A Igreja da Bahia assumiu assim uma forte coloração europeia, seja através da restauração das antigas ordens monásticas realizadas por religiosos vindos do além-mar, seja pela introdução

³⁵ FROTA, Lélia Coelho. *Promessa e Milagre no santuário Bom Jesus de Matosinhos-Congonhas do Campo-MG*. Brasília: Pró-Memória, 1981. p. 17-54. JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto: História da Romaria de Trindade*. Trindade - GO: IPEHBC/UCG, 2003. JAIME, José Sisenando. *Pirenópolis: humor e folclore*. Goiânia, 1983. MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Paraty: religião e folclore*. Rio de Janeiro: Arte e Cultura 1976.

³⁶ Cf. ALVES, João Oliva. Manifestações religiosas, folclóricas e efemérides. In: FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. BESSA, Gumersindo. Domingo de Reminiscere. *Diário da Manhã*. Ano XI, N° 1152, Aracaju, 25 de fevereiro de 1915, p. 1. TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. "Ao Romper do Século XX: o município de S. Christovam". In: *O Estado de Sergipe*. Mar/Abr, 1917.

de novos institutos masculinos e femininos, ainda numa forte dependência das sedes generalícias, estabelecidas na Europa.³⁷

As transformações engendradas no seio da Igreja católica no Brasil dialogavam com o pressuposto reformista de intelectuais e políticos republicanos acerca da sociedade nacional. Em Sergipe, os relatórios e as mensagens de presidentes do estado anualmente destacavam a necessidade de civilizar os costumes das camadas populares e de se forjar uma nação respaldada no sentimento patriótico e na razão. A modernização da sociedade sergipana deveria ocorrer por meio da busca de parâmetros europeus.³⁸

Na historiografia brasileira esse movimento reformista da Igreja Católica ficou conhecido como romanização ou ultramontanismo e, ao longo da segunda metade do século XX, tornou-se uma das temáticas mais recorrentes nos estudos acerca do catolicismo.³⁹ Evidentemente, os usos de tais conceitos contribuíram para se instituir uma seara de interpretações polissêmicas e antagônicas acerca da questão da reforma católica no Brasil.⁴⁰ Um dos problemas nos usos dos conceitos de romanização e ultramontanismo é a excessiva ênfase dada à ideia de europeização do clero brasileiro. A entrada de novas ordens religiosas no país, a partir da segunda metade do século XIX, é tida como um ponto de partida na difusão de um modelo de catolicismo próximo aos ditames de Roma, acompanhado por um afastamento das práticas católicas tidas como populares, barrocas, festivas e coloniais. Além disso, muitas vezes o processo de reforma devocional católico no Brasil foi

³⁷ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 159.

³⁸ Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

³⁹ AQUINO, Maurício de. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 8, n. 2, maio-agosto 2011. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo_5_Mauricio_de_Aquino.pdf>. Consultado em: 10-10-2014.

⁴⁰ SANTIROCCHI, Ítalo. Uma questão de revisão de conceitos – romanização, ultramontanismo, reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, UFMG, v.2, n. 2, p. 24-33, ago.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/04p24.pdf>. Consultado em 20-08-2012.

interpretado como um caminho linear, respaldado em um projeto uníssono e universal. As práticas devocionais católicas no Brasil, ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX, estariam em constante processo de reformulação, sem conflitos e sem resistência por parte do clero e dos leigos. Essa concepção está presente em estudos clássicos acerca das romarias no Brasil, como o de Carlos Alberto Steil:

A substituição da irmandade do Bom Jesus por uma congregação religiosa europeia na direção do santuário poderia ser vista como parte da estratégia dos bispos reformadores que visava desmontar o “catolicismo colonial”, organizado a partir de Irmandades e Confrarias Leigas, e implantar o “catolicismo universalista”, que se estrutura segundo o modelo clerical, centrado na figura do padre. Esta mudança a nível local refletia, portanto, um processo universal de transformação do próprio catolicismo, que chegava ao Brasil através dos bispos reformadores, e que os cientistas sociais e historiadores denominam de romanização.⁴¹

Percebe-se como esse modelo explicativo tende a elucidar a primazia do clero estrangeiro na redefinição das práticas religiosas católicas no Brasil, sem considerar as ações e reações de outros segmentos sociais. Os estudos respaldados no conceito de romanização priorizam as ações do prelado e das ordens religiosas europeias na condução da reforma e negligenciam as ações dos leigos das irmandades, de devotos defensores da continuidade do catolicismo das camadas populares e de intelectuais como o sergipano Serafim Santiago, preocupado com a racionalização das festas e dos rituais católicos. Como bem salientou Oscar Beozzo,⁴² a partir da década de 50 do século XX, o conceito de romanização tornou-se clássico nos estudos sobre o catolicismo no Brasil.

⁴¹ STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa - Bahia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996, p. 229.

⁴² BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis: Vozes, vol. 37, p. 745, dez 1977.

Esses usos, quando não acompanhados de uma problematização, suscitam na elaboração de interpretações pouco criativas e muitas vezes levam ao entendimento das questões locais como meras reconstituições ou reproduções do cenário nacional. Desse modo, as diferentes experiências reformistas do catolicismo no Brasil passam a ser interpretados como exemplos de ações diacríticas de um projeto maior, gestado pela cúpula da Igreja no Brasil e no Vaticano.

A historicização dos conceitos de romanização e de ultramontanismo suscitam outro problema. Nos dois casos, além de terem sido reapropriações de análises acerca da sociedade europeia, com características e contextualizações bem distintas, os seus usos na historiografia brasileira, grosso modo, apresentam a ideia de reforma como uma ação linear e generalizada, desprovida de ressignificações ou releituras. Esse olhar simplista sobre a reforma devocional católica no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, silencia a respeito das fissuras existentes entre os religiosos reformadores e os defensores das práticas das camadas populares. Além disso, inviabiliza o entendimento da reforma devocional como processo, permeado de revisões, polêmicas, tensões e conflitos.

É necessário lembrar a polissemia da formação dos religiosos vindos ao Brasil no período republicano. Apesar do elevado número de religiosos alemães, torna-se imprescindível ressaltar os diferentes modelos de formação do clero a partir das concepções teológicas das respectivas ordens. Levando-se em consideração as multiplicidades de concepções formadoras, torna-se possível compreender as diferentes reações dos religiosos frente às práticas devocionais das camadas populares, nas quais prevaleciam a intolerância e as tentativas de extirpar as “superstições”, como também é possível encontrar casos nos quais “os padres elogiavam a espiritualidade popular encontrada no Nordeste, principalmente nos cantos e em certas manifestações de piedade”.⁴³ Nesse caso, a reforma devocional católica nem sempre teve

⁴³ AZEVEDO, Ferdinand. *Espiritualidade Ultramontanista no Nordeste (1866-1874): um ensaio*. In: AZZI, Rioldano. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 82.

como procedimento prescindir as práticas populares do seio do catolicismo.

Partindo dessa perspectiva, esse momento histórico da Igreja Católica é discutido nesse estudo como um processo de reforma devocional católica, ou seja, elucida diferentes fases e propostas acerca da reforma católica entre a segunda metade do século XIX e os primeiros decênios do século XX, no qual são evidenciadas as preocupações do clero brasileiro em promover uma modernização das práticas devocionais e as estratégias dos leigos e das camadas populares em manter as devoções, os santuários populares e as associações religiosas de leigos. Por esse ângulo, a reforma é vista como uma seara permeada de conflitos entre os mais variados atores sociais envolvidos na trama. Membros da cúria, de ordens religiosas estrangeiras, de irmandades, assim como políticos, intelectuais e populares encontravam-se envolvidos de alguma forma nas tensões acerca da modernização do catolicismo e da superação do atraso nacional.⁴⁴ Assim, ressaltam-se as diferentes experiências dos atores históricos envolvidos e possibilita a compreensão da reforma devocional católica em sentido dialógico, por meio da construção de alianças entre os mais variados segmentos sociais.

Por ter como foco a romaria do Senhor dos Passos, esse estudo discute a reforma católica no âmbito devocional, ou seja, elucida os embates entre o clero reformador e os defensores das antigas devoções pelo controle dos santuários e de suas respectivas romarias. Essa perspectiva torna possível a compreensão das mutações no catolicismo brasileiro entre o final do Império e o alvorecer do regime republicano, como também revela frestas acerca das tensões em relação às práticas do catolicismo tido como popular.

Nos estudos sobre a reforma católica no Brasil existe uma predileção a respeito da atuação dos religiosos no combate ao catolicismo

⁴⁴ SOIHET, Rachel. Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920). in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002.

popular. Alguns desses estudos, inspirados na Teologia da Libertação, apresentam esse catolicismo como uma sobrevivência do passado, uma expressão da religiosidade rústica, uma reapropriação sincrética na qual as camadas populares referendam suas práticas devocionais respaldadas na superstição, na intimidade com os santos e nas negociações pela busca de milagres. Assim, o catolicismo popular emerge em tais estudos como um arcaísmo no seio da Igreja, desprovido de rigor teológico e de racionalidade. É importante ressaltar que assim como a cultura popular, o catolicismo popular também é uma categoria erudita. Como salienta Roger Chartier, “os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travadas a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencentes à cultura popular”.⁴⁵

Os conceitos antes de serem utilizados devem ser problematizados. Como provoca a historiadora Martha Abreu, devem ser “enfrentados”.⁴⁶ No caso do catolicismo popular no Brasil, a situação é ainda mais delicada, pois o conceito teve entre seus principais estudiosos intelectuais vinculados à Igreja Católica, membros de ordens religiosas preocupados em repensar o universo religioso nacional, especialmente com o grupo de pesquisadores vinculados à Comissão para Estudo da História da Igreja da América Latina e do Caribe (CEHILA).⁴⁷ Respaldados pelo ímpeto investigativo da Teologia da Libertação, os inte-

⁴⁵ CHARTIER, Roger. ‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179.

⁴⁶ ABREU, Martha. Cultura Popular. Um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. (Org.). *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: Faperj/Casa da Palavra, 2003, p. 97.

⁴⁷ A CEHILA foi fundada na cidade de Quito (Equador), a partir de uma reunião com intelectuais da Igreja Católica no ano de 1973. Seguindo as diretrizes dessa reunião inicial, foi fundada a CEHILA-Brasil, que teve como primeiros membros os seguintes intelectuais: “Rioldo Azzi; Sérgio Lobo de Moura; Hugo Fragoso; Arthur Rabuske; Marina Bandeira; Virgílio Rosa Neto; Klaus van der Grijp; Waldo César; Benno Brod; Oscar de Figueiredo Lustosa; Arminho Kunz; João Fagundes Hauck; Eduardo Hoornaert. A equipe contava com a assessoria de José Honório Rodrigues (historiador); Thales de Azevedo (sociólogo); Rubem Alves (teólogo) e Leonardo Boff (teólogo). Em novembro de 1974, José Oscar Beozzo juntou-se ao grupo”. HOORNAERT, Eduardo. *Uma breve história da Cehila-Brasil*. Disponível em: <http://www.cehila-brasil.org.br/docs/historia.pdf>. Consultado em: 12-10-2014.

lectuais vinculados à CEHILA passaram a privilegiar os estudos sob o âmbito da religiosidade popular, ou, como ressaltou Hoornaert, o eixo das discussões foi “o pobre, marginalizado”.⁴⁸ Trata-se de uma escrita da história que busca o reverso das condições tidas como “normais”, com ênfase para “a dominação dos grandes sobre os pequenos, do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro, do civilizado sobre o indígena, do adulto sobre a criança, do patrão sobre o operário”.⁴⁹

Percebe-se como o conceito de catolicismo popular foi debatido como as práticas dos grupos sociais marginalizados na América Latina, vistos sob a ótica da dominação. A escrita da história emerge nessa perspectiva como uma ação salvacionista, libertadora dos historiadores das religiões em relação às populações excluídas. Nesse caso, o catolicismo praticado pelos pobres é visto como uma manifestação carente de orientação e direcionamento, ou, com os termos utilizados nos anos setenta, conscientizados. Por esse ângulo, o catolicismo popular é tido como “o catolicismo hispano-lusitano do povo que formou ao longo dos séculos e realmente se distancia dos parâmetros romanos”.⁵⁰ Desse modo, a religiosidade das camadas populares é pensada como toda a prática que se afasta dos cânones de Roma, como as práticas devocionais do outro, do devoto pobre.

Conceituar implica também em construir uma relação de força. Ao distinguir o catolicismo popular do oficial, em certa medida, afirma-se um modo de devoção dentro das normas e outro desviante, marginal, defasado, subordinado. Ao enfatizar a dominação de um grupo sobre o outro, silencia-se acerca dos conflitos e das negociações existentes no seio das religiões. O catolicismo tido como oficial não é unânime, pois revela uma gama de formas de se ver e pensar o mundo, com disputas intensas entre grupos antagônicos. Do mesmo modo, as

⁴⁸ HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 16.

⁴⁹ HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 16.

⁵⁰ HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 320.

camadas populares produzem um catolicismo ao seu modo e recriam condicionantes explicativas para justificar suas práticas como “verdadeiro catolicismo” ou “como legado deixado pelo próprio Cristo”.⁵¹


Em romarias como a do Senhor dos Passos de São Cristóvão, percebe-se como determinadas devoções podem ser compartilhadas entre diferentes segmentos sociais. Em muitos casos, até mesmo algumas práticas devocionais podem está associadas a pobres e ricos, como é o caso dos ex-votos.⁵² Contudo, esse dado não significa dizer que a romaria pudesse ser um espaço de congraçamento entre os grupos sociais sergipanos, pois a experiência social é divergente, plural e conflitante. A discussão respaldada nas fontes elucidada o confronto entre dois modelos de catolicismos: o catolicismo clerical reformador e o catolicismo leigo das irmandades e das camadas populares. Nesse sentido, ao evidenciar a experiência dos diferentes segmentos sociais envoltos na romaria dos Passos, a leitura das práticas devocionais dos grupos socialmente marginalizados foi lido sob a ótica do catolicismo das camadas populares. Ao partir desse viés interpretativo, torna-se possível compreender as transformações na conduta das devoções tanto no âmbito clerical, como no leigo, sendo esta por meio do limiar entre as irmandades e os romeiros.

⁵¹ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Antes do por do sol: mística das rezadeiras de Itabaiana. *Caminhos*. Vol. 2, nº 2. Goiânia, 2010, p. 79-91. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/viewFile/1300/884>. Consultado em: 12-12-2014.

⁵² Os ex-votos expostos na Igreja da Ordem Terceira do Carmo revelam uma multiplicidade de segmentos sociais. Apesar que quantitativamente prevalecerem os ex-votos deixados pelas camadas populares, é possível localizar peças deixadas por homens e mulheres das elites, como a túnica e as apólices doadas pelo Barão da Estância no final do século XIX. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção do Senhor dos Passos de São Cristóvão. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Vol. 2, 2005, p. 97-110. Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n2-2005/artigo_7.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2010. SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. Os últimos passos de uma devoção: indícios da religiosidade de um nobre sergipano oitocentista. *Revista Historien*. Ano 1. Nº 2. Petrolina, 2010. Disponível em: http://revistahistorien.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html. Consultado em 07-10-2014.



“AS CILADAS DOS FRADES FRANCISCANOS”: A REFORMA DEVOCIONAL CATÓLICA E A LUTA PELAS ALFAIAS



No caso de São Cristóvão, os conflitos entre religiosos e leigos se tornam mais explícitos no último decênio do século XIX e envolveram o patrimônio religioso da Ordem do Carmo em Sergipe. Os frades carmelitas tinham deixado a província ainda na década de 60 do oitocentos e as propriedades de São Cristóvão e do povoado Palmares passaram a ser geridos por antigos devotos de Nossa Senhora do Carmo, irmãos terceiros e ex-escravos das antigas propriedades. Os religiosos do Convento do Carmo da Bahia passaram a realizar escassas visitas no intuito de manter a administração dos bens e, porventura, celebrar a profissão de novos irmãos para a Ordem Terceira do Carmo. Contudo, nos idos de 1895, a visita do frade carmelitano resultou em grande confusão nas ruas de São Cristóvão. Nas palavras de Serafim Santiago.

Peço licença ao leitor para narrar um ato criminoso que tentava cometer em São Cristóvão, em 1895, julgo eu; um frade Carmelita que ali esteve no referido ano. À procura do resto do cabedal da Igreja e Convento do Carmo, apareceu no referido ano, um frade Carmelita de nome Inocêncio, que assim procedeu: Vindo da Bahia a pretexto de visitar a Igreja e antigo Convento, ali existentes, e há longos anos em completo abandono por eles, Religiosos carmelitas, ao penetrar no Convento, não demorou, foi logo orar na Igreja. Algumas pessoas vizinhas, logo após a chegada do frade, foram à Igreja e cumprimentaram-no, então chegou. Este, encarando as sagradas Imagens, indagava das pessoas presentes, se sabiam das alfaias de Ouro e prata pertencentes às Imagens por ele examinadas, e que, naquela ocasião as encontrava sem seus ornatos. Indagou também das mesmas pessoas, pelas terras existentes nas praias ao sul da Cidade, e se os praianos continuavam a pagar os foros, e à quem, ali em São Cristóvão.¹

De acordo com as memórias do pensador da história cristovense, a recepção do frade carmelita na cidade tinha ocorrido com desconfiança por parte dos leigos, principalmente em decorrência dos assuntos tratados nas conversas iniciais. Naquele momento, a Ordem Terceira do Carmo possuía poucos irmãos professores, mas o religioso não se dispôs a ordenar novos terceiros, tratando exclusivamente dos assuntos financeiros e das propriedades carmelitanas em Sergipe. Ainda de acordo com Santiago, após a conversa com os moradores dos arredores do Carmo, frei Inocêncio deslocou-se para as praias ao sul da cidade, onde “ele entendeu-se com os moradores das sobreditas terras, obtendo de alguns deles (os mais atoleimados), até pagamentos atrasados, isto por meio de palavras de hipocrisia, trazendo certa quantia arrecadada dos pobres matutos”.²

¹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 252-253.

² SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 253.

A situação de exploração tornou-se mais explícita na viagem realizada a fazenda Palmares, nos arrabaldes da vila do Riachão. Nessa viagem frei Inocêncio foi acompanhado por Ladislau Botelho, cidadão cristovense que se tornaria testemunha de um dos atos de apropriação dos bens religiosos dos carmelitas em Sergipe. Na Igreja Nossa Senhora do Carmo do antigo convento de Palmares se deu o episódio:

Logo que dali chegou, tratou de procurar um homem para lhe servir de pajem, e seguiu em companhia do cristovense - Ladislau Botelho até a antiga fazenda dos Palmares, pertencentes ao Convento do Carmo de São Cristóvão. Neste lugar, foi ele recebido com muita amabilidade e reverência pelos pretos velhos, ex-escravos do referido Convento. Estando na Capela de Nossa Senhora do Carmo para Orar, viu que a Imagem estava adornada com uma rica coroa de finíssima e antiga prata; ele sem o menor escrúpulo, subiu no altar-mor e lançou mão da coroa da Virgem do Carmo, sendo logo interrogado por um dos pretos velhos, ex-escravo da casa e guarda zelador daqueles antigos bens. O preto, compungido, disse: “Ioyo Pade, puz que tira esse coroa de Nossa Mãe? Ele que tá tão bunitinha cum ele na cabeça?” Respondeu ele: “Vou preparar uma de papelão e dourar, que virá substituir esta que vou levar para o Convento da Bahia por ordem superior, mesmo porque a Imagem aqui no mato não tem necessidade de uma coroa de metal tão bom”. Este criminoso acontecimento foi historiado, segundo constou, pelo homem que serviu de pajem - Ladislau Botelho.³

A narrativa de Serafim Santiago, permeada de discursos sobrepostos, revela alguns elementos relevantes acerca das tensões do catolicismo em Sergipe nos primeiros anos republicanos. Primeiro, o fato das antigas propriedades carmelitanas no estado estarem sob o

³ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 253.

comando de segmentos populares, fossem das elites da antiga capital, fossem os por ele chamado “pretos velhos, ex-escravos” das fazendas do interior sergipano. Os leigos controlavam os bens religiosos e mantinham as tradições de cultos devocionais, por meio de festas, novenas e procissões. A presença dos ditos “homens pretos, ex-escravizados” pelos frades no comando das propriedades e das devoções revelam frestas do catolicismo em Sergipe no pós-abolição ainda ignoradas na historiografia sergipana e necessitam ser foco de outros estudos. Possivelmente, após o abandono do Convento do Carmo de Palmares pelos frades, a propriedade teria permanecido sob a guarda dos antigos escravizados que ali viviam. Essa hipótese se tona mais verossímil ao observar o termo utilizado por Serafim Santiago para designar o “preto velho” como “guarda zelador da casa”. A desarticulação das ordens religiosas em Sergipe poderia ter promovido a ascensão de segmentos marginalizados na condução dos rituais? Isso poderá ser respondido em novos estudos.

A querela de 1895 não se limitou a fazenda dos Palmares. Ao retornar a São Cristóvão, frei Inocêncio retirou todas as alfaias de prata do Convento do Carmo e guardou em um baú na casa paroquial, sob a guarda do vigário Constantino Campos.⁴ O acordo dos religiosos tinha como intuito enviar na madrugada o referido baú para a cidade de Aracaju, de onde o mesmo seria transportado para Salvador. A notícia do rapto dos bens propagou-se entre a população de São Cristóvão. Para Serafim Santiago, “o mencionado baú foi guardado no sobrado do sobredito vigário Constantino, que não teve a lealdade de prevenir à seus paroquianos o ocorrido”.⁵ O novo vigário passava a ser visto como vilão, traidor da confiança dos cristovenses. Alguns irmãos terceiros do Carmo como o coronel José Joaquim Pereira e o tenente Manoel Messias Alves Pereira, além do capitão Emydio, souberam do acordo entre seu vigário e o frade carmelita e cercaram a casa paroquial no intuito de tomar posse das

⁴ Atuou como vigário de São Cristóvão entre 1886 e 1896.

⁵ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 254.

alfaias escondidas. O desfecho do conflito foi marcado pela vitória dos moradores da cidade, exitosos na luta pela permanência das alfaias:

O frade temendo as ameaças do Capitão Emydio e dos calorosos apartes do povo, entregou as chaves, e o Vigário, por ordem dele, o desejado baú. O povo vitorioso, e de posse do Cabedal de N. S. do Carmo, foi logo abrir o referido baú na sacristia da Ordem 3^a do Carmo, em presença dos Irmãos terceiros: Capitão José Joaquim Pereira, Tenente Manoel Messias Alves Pereira; e serviram de testemunhas no ato de ser lavrado o termo de inventário, os Senhores: Tenente Euzébio José de Carvalho, Capitão José Reynaldo de S. Lima, Capitão Deusdedit Pires de França, Francisco Procópio dos Reis, Horário Pio Monteiro e muitos outros.⁶

Os últimos anos no qual a Paróquia Nossa Senhora da Vitória esteve sob o comando do clero secular foram marcados pelos conflitos e desconfianças entre religiosos e paroquianos. Com o fechamento dos conventos, ocorrido ao longo da segunda metade do século XIX, os leigos terceiros passaram a exercer um maior controle sobre as propriedades pertencentes às antigas ordens e o clero paroquial passou a ter maiores dificuldades para legitimar-se como líder religioso da localidade. As devoções das irmandades passaram a ser alvo das críticas, assim como a conduta moral dos irmãos associados. Partindo dessas querelas, tecidas no descerrar do século XIX, é possível imaginar a relevância da eclosão do regime republicano no acirramento dos embates entre leigos e religiosos no comando dos templos e do patrimônio religioso, denominado de alfaias. A liberdade religiosa, emergida com o Estado laico, a partir do fim do padroado régio,⁷ possibilitou uma atuação mais contundente do clero sergipano na busca pela retomada

⁶ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 254.

⁷ De acordo com o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, ficou determinado o fim do padroado régio e determinou a liberdade religiosa no Brasil. BRASIL. Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Consultado em: 31 de outubro de 2014.

do controle das devoções, dos santuários e das práticas devocionais. Sem a intervenção do Estado e das elites políticas, os religiosos passaram a usufruir mais espaço para impor o controle sobre o âmbito católico. Nesse caso, os religiosos do Carmo buscaram fundamentar-se no decreto 119-A de 1890, para apropriar-se dos bens de suas antigas igrejas. De acordo com o documento:

Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação,

DECRETA:

Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administra-

rem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continua a prover à côngrua, sustentação dos atuais serventuários do culto católico e subvencionará por ano as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisório, 7 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca.

Aristides da Silveira Lobo.

Ruy Barbosa.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Eduardo Wandenkolk. - M. Ferraz de Campos Salles.

Demetrio Nunes Ribeiro.

Q. Bocayuva.⁸

Desse modo, com a eclosão do regime republicano e proibição das intervenções do Estado nos assuntos religiosos, o clero católico passou a exercer maior controle sobre as ações da Igreja, com a impregnação de novos modelos de devoção e os leigos integrantes das irmandades, em contrapartida, quedaram-se alijados dos benefícios e do apoio dos tentáculos do estado imperial. Com o fim da tutela imperial, a Igreja tornou possível o aumento da intensidade reformista, especialmente com a entrada no país de religiosos estrangeiros para reabrir os antigos conventos e administrar os maiores centros de romarias. Os leigos, até então gestores das devoções populares, paulatinamente perdiam espaço para o clero.

⁸ BRASIL. Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Consultado em: 31 de outubro de 2014.

Em 1897, dois anos após o incidente da visitação do frade carmelita, São Cristóvão recebeu outro religioso proveniente de Salvador. Dessa vez era o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé, em uma visita pastoral a paróquia mais antiga de Sergipe entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março.⁹ Foi um grande evento na pequena cidade. O pároco, João Florêncio da Silva Cardoso, organizou inúmeras atividades para receber a comitiva episcopal constituída pelo vigário Forâneo de Sergipe, Dr. João de Mattos Freire de Carvalho e os padres Vitorino Correia Fontes e Possidônio Pinheiro Rocha. Na visita pastoral foram realizadas missas, terços e celebração da Crisma. Uma das ações que mais despertaram a atenção foi a visitação feita pelo arcebispo da Bahia aos numerosos templos católicos de São Cristóvão, no qual averiguava sobre a possibilidade de uso ou adequação a novas finalidades.

É interessante perceber como se procedeu uma visita pastoral em Sergipe do arcebispo da Bahia em pleno fim de século, justamente no pós-proclamação da República. Essa breve passagem de Dom Jerônimo Thomé por São Cristóvão não ocorreu ao acaso, pois apresentou uma evidente preocupação em compreender a organização religiosa dos arredores de sua “Metrópole” e de reordenar as práticas devocionais e clericais do seu arcebispado.¹⁰ Além disso, serviu de estudo para a sua política de renovação do clero, com a análise acerca da possibilidade de convidar religiosos estrangeiros para atuarem na cidade. Não foi coincidência o fato do vigário João Florêncio da Silva Cardoso ter sido o último membro do clero secular a atuar como pároco em São Cristóvão. Prova disso, é que em 1903, apenas seis anos após a visita pastoral, o referido vigário cedia lugar aos religiosos franciscanos oriundos da Alemanha.

O combate ao catolicismo das camadas populares se tornou mais incisivo no início do século XX, com a eclosão de uma nova fase do processo de reforma devocional católica em Sergipe. Trata-se de um mo-

⁹ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 37.

¹⁰ Não é coincidência o fato do primeiro livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória ter começado a ser escrito em 1897, por ocasião da visita pastoral de Dom Jerônimo Thomé.

mento delicado, no qual muitas irmandades encontravam-se em crise com a redução do número de irmãos e com as elevadas dívidas. Além disso, as associações religiosas leigas de elite também eram constituídas por homens e mulheres pobres, sendo muitos deles pardos e negros.

No início do século XX, a Ordem Terceira do Carmo encontrava-se com um número reduzido de irmãos professores. Essa redução teve como causa central o fechamento do Convento do Carmo na segunda metade do século XIX, fato que impediu a entrada de novos membros da ordem terceira até o início da segunda década do século XX.¹¹ A situação complicou-se com a morte dos antigos senhores de engenho da região do Vaza Barris. Entre os terceiros carmelitas encontravam-se raros filhos e netos de proprietários de engenhos. A maior parte dos antigos senhores de engenhos já não mais compunha a associação elitista. A proclamação da República, com a consequente separação entre Igreja e Estado, repercutiu no afastamento dos homens e mulheres das antigas associações de leigos. Senhores de engenho entusiastas da romaria do Senhor dos Passos, como o Barão da Estância, já tinham falecido entre o final do século XIX e início do XX.¹² Muitos dos descendentes dessas lideranças políticas não integravam as irmandades e passaram a ter uma participação na romaria dos Passos como espectadores, acompanhando a procissão das sacadas dos antigos sobrados. As raras exceções eram os políticos residentes na cidade de São Cristóvão, como os membros da família de Elias de Oliveira e do coronel Pereira Lobo.¹³

¹¹ A entrada de irmãos professores nas ordens terceiras estava condicionada a celebração realizada pelos frades da ordem. Nesse sentido, o fechamento do Convento do Carmo e a consequente saída dos carmelitas de Sergipe levaria a Ordem Terceira do Carmo a extinção.

¹² O Barão da Estância faleceu em São Cristóvão no dia 5 de abril de 1904. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. Os últimos passos de uma devoção: indícios da religiosidade de um nobre sergipano oitocentista. *Revista Historien*. Ano 1. Nº 2. Petrolina, 2010. Disponível em: http://revistahistorien.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html. Consultado em 07-10-2014. ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. *Revista do IHGSE*. Nº 34, Aracaju, 2005, p. 103.

¹³ José Joaquim Pereira Lobo, nasceu em São Cristóvão, no dia 23 de dezembro de 1864 e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de fevereiro de 1933. Foi presidente do Estado de Sergipe no período de 1918 a 1922. Além disso, também exerceu também o mandato de senador pelo mesmo estado de 1914 a 1918 e de 1923 a 1930, além de ter sido deputado estadual em 1893 e

Provavelmente, o limiar entre os séculos XIX e XX, tenha sido também a ocasião na qual se redefiniu as fronteiras das práticas devocionais de ricos e pobres em Sergipe. A devoção ao Senhor dos Passos continuava compartilhada, mas a forma de expressar a devoção passava a ser cada vez mais diferenciada. As elites econômica, política e intelectual tornavam-se espectadoras contidas, platéia de um grande auditório. Em contrapartida, os pobres permaneciam com suas práticas de sacrifícios públicos, reinventavam novas formas de pagar promessas e ainda disputavam acirradamente o direito de transportar as charolas do Senhor dos Passos e da Virgem da Soledade.

Nesse sentido, a partir dessa redefinição dos lugares sociais no seio da romaria do Senhor dos Passos, percebe-se uma série de reinvenções das práticas devocionais, tanto entre as elites, quanto entre os pobres. O catolicismo das camadas populares na romaria dos Passos promoveu uma releitura das solenidades penitenciais do século XIX e reinseriu novos elementos como as mortalhas roxas e o passar por baixo das charolas. Com isso, tais práticas culturais são reinvenções, releituras culturais e não podem ser vistas como “sobrevivências” das manifestações de outros tempos ou reapropriações de outros segmentos sociais.¹⁴

No processo de reforma devocional católica, em Sergipe, destacaram-se os conflitos entre os herdeiros do catolicismo leigo de irmandades e os frades franciscanos de origem alemã. Como já foi explicitado anteriormente, a partir de 1903, a Paróquia Nossa Senhora

vice-presidente do Estado entre 1896 a 1898. O seu pai, Joaquim José Pereira era um dos mais importantes membros da Ordem Terceira do Carmo no início do século XX e estava inserido no grupo dos organizadores da romaria do Senhor dos Passos. Ele foi o responsável pelas alfaias do Convento do Carmo até os idos de 1920. Cf. CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Ata de reunião da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo de São Cristóvão*. São Cristóvão, 2 de março de 1913. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República, (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 254.

¹⁴ Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Prece e Folia: festa e romaria*. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2010. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980. FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

da Vitória de São Cristóvão passou a ser regida pela Ordem de São Francisco,¹⁵ restaurada a partir do empenho de religiosos da província franciscana da Saxônia. Esses religiosos alemães empreenderam ações voltadas para a reforma devocional na vigaria geral de Sergipe e dariam início a um longo processo de conflitos e tensões com os herdeiros do catolicismo devocional leigo. De acordo com José Oscar Beozzo, o alvorecer do regime republicano “foram anos cruciais para a vida religiosa no Brasil onde, praticamente, uma tradição de vida religiosa se extinguiu e outra nascia com novo vigor”.¹⁶

Essa nova tradição de vida religiosa nascida no alvorecer do século XX, em Sergipe, foi marcada por fortes conflitos com os leigos integrantes das irmandades, especialmente constituídas por homens e mulheres negros e pardos. O pensador da história Serafim Santiago, ao elogiar a restauração da ordem franciscana em Sergipe a partir da atuação de Frei Peregrino, registrou os desafetos construídos entre os franciscanos e a população cristovense. De acordo com Santiago:

Chegado infelizmente o tempo, (três anos), foi mudado o bom e benfazejo sacerdote, o insigne Guardião e Vigário da Freguesia, que, durante aquele curto espaço de tempo, deixou saudades a muitos cristovenses, isto é, aos reconhecidos do grande melhoramento por ele feito no convento de nossa terra. Infelizmente foi este bom religioso, substituído por um seu Irmão e companheiro de hábito, cujo nome não me lembro neste momento. Este, pouco tempo ali serviu, sendo logo substituído pelo frei Anicleto, que logo assumiu o lugar de Guardião e Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.¹⁷

¹⁵ Os franciscanos assumiram a Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão no dia 15 de abril de 1903. Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 38.

¹⁶ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 85.

¹⁷ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 256.

Percebe-se como no alvorecer do século XX, as relações entre o clero alemão e a população de São Cristóvão eram marcadas pelo trânsito entre situações extremas. Passavam pelo entusiasmo, deslumbre e auxílio mútuo; às críticas, desconfianças e silenciamentos. O frade restaurador, frei Peregrino,¹⁸ é lembrado e enaltecido como o construtor, o bom pastor que dialogava com a população e restaurava os velhos templos. O seu substituto é silenciado.¹⁹ O nome é esquecido e nota-se a ausência de empenho em lembrá-lo. O clero foi classificado entre o “bom religioso” e seus substitutos. O período delineado entre os tempos de esperança e os tempos sombrios de perseguições, traições e ciladas. Para Santiago:

Acerca de dois anos de bons serviços prestados à pobreza sofredora, este religioso Franciscano, foi aos poucos mostrando as unhas encobertas. Muito ambicioso, quando revestido do cargo de Vigário de São Cristóvão, astucioso e sagaz, oficiou ao Reverendo Arcebispo da Bahia - D. Jerônimo Thomé, pedindo a extinção de todas as confrarias ali existentes, afirmando acharem-se todas em completa desordem.²⁰

A partir do discurso respaldado pela construção da “ordem”, o frade franciscano solicitou a extinção das irmandades existentes em Sergipe. Esse argumento evocava para alguns elementos presentes na constituição do discurso dominante no início do século XX, no qual a ordem social seria um dos pilares para a edificação do progresso e da modernidade. Políticos sergipanos elucidavam a necessidade de

¹⁸ Frei Peregrino Hillenbrand atuou como guardião do Convento São Francisco e vigário da Paróquia Nossa Senhora da Vitória entre 1903 e 1904. Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 50.

¹⁹ Frei Niceto Oberborbeck ocupou os cargos de guardião franciscano e vigário de São Cristóvão entre 1904 e 1907. Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 50.

²⁰ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 256.

superar o passado monárquico e atrasado do país, por meio da construção de uma nova ordem, respaldada pela difusão do conhecimento e negação das superstições. A cultura política construída e difundida pelos governantes e intelectuais sergipanos, no início do século XX, estava atrelada ao esforço em tornar evidente uma ruptura discursiva entre os tempos do império e da república. De acordo com Terezinha Alves de Oliva, “acreditava que o progresso e a conquista da liberdade eram metas da História”.²¹

A liberdade religiosa, atrelada à experiência social marcada pelo tom de transformação social, sinalizava para ações mais coercitivas em relação às instituições representativas das tradições leigas. Na visão dos homens de letras, o Brasil precisava adiantar sua marcha civilizatória para compensar o longo século de atraso. Segundo José Murilo de Carvalho, tratava-se de um momento no qual os intelectuais influenciados pelo republicanismo positivista defendiam a ideia de que:

A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual.²²

De acordo com a documentação produzida na Paróquia Nossa Senhora da Vitória, como os livros de tombo e ofícios, em consonância com as memórias de Serafim Santiago, pode-se afirmar que a atuação dos frades franciscanos alemães em São Cristóvão apresentou ações voltadas para a redefinição do campo devocional na localidade. Buscou promover a extinção das antigas irmandades, criar novas associações

²¹ OLIVA, Terezinha Alves de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. 2ª ed. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão-SE: UFS, 2014, [1985] p. 118

²² CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1990], p. 42.

religiosas para congregar as mulheres, fundar instituições de caridade para crianças pobres e abrir escolas para a educação de filhos da elite. Tudo isso revelava estratégias em propagar um novo modelo devocional, assim como o estabelecimento de uma nova ordem social e religiosa, na qual o clero passava a exercer o comando das “coisas religiosas”.

Ainda é preciso ressaltar o fato da solicitação do frade franciscano em extinguir as irmandades da vigaria geral de Sergipe ser condizente com a política religiosa reformista empreendida na Arquidiocese da Bahia. O pedido atendia aos interesses do arcebispado baiano e com isso a resposta ao ofício não tardou. No dia 8 de fevereiro de 1907, o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé, enviou o ofício para frei Niceto Oberborbeck,²³ no qual determinava que todas as irmandades e confrarias de São Cristóvão estavam extintas e que os bens integrantes das mesmas deveriam ser entregues ao administrador paroquial, ou seja, o próprio frade franciscano alemão.²⁴

Com a provisão arquidiocesana em mãos, frei Niceto procurou difundir a notícia da extinção de todas as associações de leigos da antiga capital sergipana. O seu primeiro ato transcorreu na missa dominical, com o anúncio no transcórre da homilia. De acordo com Serafim Santiago,

O Revm. Arcebispo da Bahia respondeu-lhe nos termos seguintes: “A seu pedido, ficam extintas as confrarias ou irmandades existentes na Freguesia de Nossa Senhora da Victoria em São Cristóvão”. O tal frei Aniceto, apoderado do referido documento, foi ao púlpito em um Domingo, e leu para fazer ciente ao pa-

²³ No Almanaque administrativo de 1907 frei Niceto Oberborbeck aparece como guardião do Convento São Francisco da cidade de São Cristóvão e membro da Câmara Eclesiástica da Arquidiocese de Salvador. Cf. ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Arquidiocese da Bahia. *Almanack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Ed. B 66. Rio de Janeiro, 1907, p. 135.

²⁴ Cf. SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 257. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

cato povo cristovense o conteúdo do gracioso ofício ou pastoral ou o que outro melhor nome se dê.²⁵

De acordo com Santiago, após o anúncio oficial na missa dominical, frei Niceto passou a peregrinar entre as igrejas de São Cristóvão, no intuito de anunciar a determinação de Dom Jerônimo e de receber as alaias das irmandades. O primeiro templo a ser visitado foi a Igreja da Santa Casa de Misericórdia, no dia 12 de abril de 1907. O então tesoureiro da irmandade, o capitão Elias de Oliveira atendeu ao documento do arcebispado, “passando às mãos de frei Niceto a administração da Santa Casa e entregando-lhe todas as alaias na presença das testemunhas José Leandro de Vasconcelos e Horácio Pio Monteiro”.²⁶

O fato de os irmãos da Santa Casa de Misericórdia não terem expressado reação alguma ao ato de destituição de sua irmandade é compreensível, pois como já foi visto anteriormente, a referida associação de leigos desde o a segunda metade do século XIX vinha apresentando dificuldades em cumprir com suas obrigações, inclusive as financeiras. É pertinente pensar que o fechamento da instituição realizada pelo frade franciscano apenas selou um desfecho que era inevitável. A partir daquele momento as alaias e o prédio grandioso na Praça São Francisco seria administrado pelos frades menores e se tornaria um ponto estratégico no processo de reforma devocional.

No tocante às demais irmandades da cidade, a intervenção do vigário foi bem mais delicada e tensa. Segundo a descrição de Serafim Santiago, nas irmandades de homens pardos e negros, a recepção ao frei Niceto foi marcada por uma forte resistência por parte de alguns irmãos, desejosos de evitarem a extinção de suas respectivas associações e dispersão das alaias. O conflito entre leigos e religiosos eclodiu publicamente, no dia 21 de abril de 1907, quando os membros da Ir-

²⁵ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 256.

²⁶ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 38.

mandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se reuniram em sua igreja e decidiram por “recusar a obedecer a determinação do Arcebispo, dizendo que a Irmandade e a mesa diretora eram soberanas, que elas nada tinham a ver com o Arcebispo”.²⁷ De acordo com Serafim Santiago, o ato visto como “outras ciladas pelos frades franciscanos” teria ocorrido da seguinte forma:

No dia por ele aprazado, para ir a Igreja do Rosário, (por onde começou a cilada), já estando prevenido o Irmão Zelador - Satyro Daniel, e presente um certo número de moças e velhos-filhos de São Cristóvão, foram apresentadas em mesa pelo referido zelador, todas as alfaias pertencentes à Igreja do Rosário. O frade sagaz, quando pensava já estar de posse do mencionado cabedal, ouviu do cidadão - Eliseu Carmello, que, na qualidade de Cristovense, não foi possível conservar-se silencioso diante de uma premeditada cilada, a ciência da resolução tomada pelos seus patrícios ali presentes, não consentindo a retirada das alfaias, ouvindo ao mesmo tempo a vozeria de todos os Irmãos e dos demais Senhores ali presentes as seguintes e muito fortes palavras: “O Reverendo já viu o cabedal de Nossa Senhora do Rosário?! Pois fique ciente que estas alfaias não sairão deste velho Templo, pois para isto estamos como verdadeiras sentinelas, guardando esta projetada cilada”. Neste momento de verdadeiro desengano, o frade corou e empalideceu alternativamente. Em ato contínuo, tratou ele de fazer algumas ponderações que mais indignaram as pessoas presentes, isto é, aos homens. Retirou-se o frade contrariadíssimo para o Convento acompanhado somente de algumas fracas e idiotas mulheres.²⁸

²⁷ Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 38. PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de Tombo da Freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n.º 1. São Cristóvão, 1907.

²⁸ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 256-257.

A extinção das irmandades de São Cristóvão estava inserida no processo de reforma devocional católica com a progressiva substituição das associações de leigos, responsáveis pelo culto e festa de seus oragos, por novas congregações dirigidas pelo clero, como o Apostolado da Oração e a Legião de Maria, criadas na cidade no mesmo período, de acordo com as informações no livro de tomo.²⁹ Esse talvez tenha sido o motivo do tom predominantemente jocoso da descrição realizada por Santiago ao se referir a dicotomia entre os homens e as mulheres. Em sua concepção, os homens eram os ofendidos, indignados, vítimas da cilada franciscana, enquanto as mulheres eram fracas e idiotas, seguidoras do frade enganador, sagaz e ganancioso. Esses adjetivos antagônicos de gênero revelam a percepção do autor acerca da confluência dos tempos. A substituição dos tempos de irmandade pelos tempos de apostolado representava o progressivo afastamento dos homens do campo religioso e o ingresso das mulheres nas novas associações devocionais, subjugadas ao olhar diligente do clero.

Também não pode ser negligenciada a presença de homens da elite local, como Eliseu Carmelo e Horácio Pio Monteiro. O primeiro, poeta e jornalista, manifestou-se contrário ao ato de entrega das alfaias da Irmandade do Rosário aos religiosos franciscanos, em nome da defesa do patrimônio religioso da cidade e das tradições. O segundo, importante comerciante e morador de um casarão entre a Rua Direita do Carmo e a Praça do Carmo, secretário da Irmandade Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, apoiou a ação do religioso, acompanhando-o nas visitas aos velhos tempos. Se não houve unanimidade entre os religiosos na definição da conduta no processo de reforma devocional católica, também é notória a divisão da sociedade local acerca da reação ou apoio a tais ações.

A resistência dos irmãos do Rosário à intervenção do vigário foi noticiada ao arcebispo da Bahia. Com isso, no dia 23 de abril de 1907, Dom Jerônimo Thomé “suspendeu a Irmandade de Nossa Senhora do

²⁹ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de Tombo da Freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n.º 1. São Cristóvão, 1907.

Rosário, por não cumprir seus deveres e mostrar-se rebelde as suas determinações, ratificando a provisão que dera ao vigário como administrador da igreja e do seu patrimônio”.³⁰ Contudo, os conflitos estavam apenas nos seus capítulos iniciais e se propagariam entre os irmãos de outras irmandades. Os impasses da reforma do catolicismo sergipano também se deram entre os irmãos da Igreja do Amparo dos Homens Pardos. Para Serafim Santiago:

No dia seguinte, ou dois dias depois, já estando avisado para o mesmo fim, o muito digno ancião - Saturnino José de Amorim, Tesoureiro e Zelador da Confraria do Amparo, e chegada a hora aprazada, ali compareceu o Frei Aniceto acompanhado ainda de algumas mulheres, encontrando na referida Igreja, a sua espera, alguns Senhores que também faziam parte da referida Confraria. O velho Saturnino apresentou em mesa as alfaias, dando-se a mesma cena do dia anterior no Rosário, isto é, estando presente o Capitão - José Gonçalves Pereira na qualidade de Irmão da extinta confraria e visinho da Igreja do Amparo, levantou em tempo o seu justo protesto contra tão lastimável atentado. Retirou-se, pela segunda, o frade Franciscano, contrariadíssimo, para o Convento, sempre acompanhado com o mesmo número limitado de fracas e idiotas mulheres, talvez, quem sabe, agradecidas pelos bons serviços prestados por este sacerdote, logo nos dois primeiros anos, quando ele tornou-se digno imitador de São Francisco de Assis.³¹

Serafim Santiago mostra-se como opositor aos frades franciscanos e defensor da manutenção das tradições religiosas de sua terra natal. Esse posicionamento é compreensível, principalmente, se for levado em consideração o fato dele ser membro da Irmandade Nossa

³⁰ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

³¹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 257.

Senhora do Amparo dos Homens Pardos. Nesse caso, manter-se contra a resolução do arcebispado da Bahia significava resistir à desarticulação da associação leiga e das festas pomposas de outrora. Os seus confrades, especialmente os tesoureiros Saturnino José de Amorim e José Gonçalves Pereira, foram apresentados como “muito dignos” e “justos”, enquanto o franciscano era taxado de cometer “lastimável atentado”. Os episódios transcorridos nas igrejas do Rosário dos Homens Pretos e do Amparo dos Homens Pardos de São Cristóvão ganhou visibilidade entre os sergipanos e repercutiu na imprensa estadual. No “Correio de Aracaju”, do dia 2 de maio de 1907, foi publicada uma nota sobre a questão religiosa na primeira capital de Sergipe.

Em São Cristóvão

Tem havido graves desinteligências entre o povo e os frades franciscanos de São Cristóvão, pelo motivo destes só quererem a todo trause apossar dos bens pertencentes as igrejas dali.

O povo protesta caloroso e revoltado contra este procedimento ilieto da parte dos estrangeiros franciscanos.

Domingo, último, quase que parte da população pegava em armas, ante uma ofensiva e audaciosa prédica do Sr. Frei Niceto.³²

O texto publicado no jornal “Correio de Aracaju” apresenta uma hostilidade em relação aos frades franciscanos similar a utilizada na descrição de Serafim Santiago.³³ Os religiosos são atacados e diferen-

³² CORREIO DE ARACAJU. Em S. Christovam. *Correio de Aracaju*. Anno II, nº 52. Aracaju, 2 de maio de 1907, p. 2, col. 3.

³³ Poderíamos cogitar acerca da autoria do artigo anônimo publicado no Correio de Aracaju. Seria plausível pensar que Serafim Santiago, então residente em Aracaju, pudesse ter produzido a nota. Essa possibilidade se torna pouco plausível diante da crítica interna do texto. Primeiramente, pela escrita do nome do religioso identificado no Anuário como Aniceto e no jornal como Niceto. Segundo, e mais relevante, consiste na forma como o autor do texto jornal classificou a reação do povo de São Cristóvão “com protesto calorosos e revoltados”, além de “pegar em armas”. De acordo com o manuscrito de Santiago, o povo de São Cristóvão era “pacato e pacífico”. Outro ponto relevante é em relação a denominação dos objetos sagrados. Serafim Santiago na descrição presente no Anuário usa o termo “cabedal” e “alfaias”, enquanto no jornal aparece “bens”. Apesar de ser pouco provável de Serafim Santiago ter sido o autor do texto, não há nada que contrarie a ideia dele ter sido o delator da situação

ciados do restante da população a partir de sua procedência. Eram os “estrangeiros franciscanos”. Aparentemente, tratava-se de um conflito entre as vítimas indefesas do catolicismo das camadas populares e os vilões poderosos com discurso reformador. Percebe-se uma aparente oposição entre a população local e os religiosos, supostamente apoiados apenas pelo “limitado número de mulheres”. Contudo, essa relação conflituosa mostra-se mais complexa do que aparenta ser. Apesar do silenciamento de Santiago, foi grande o número de moradores de São Cristóvão que defenderam e corroboraram com a atitude de Frei Niceto em fechar as irmandades e apropriar-se das alfaias. Esse número se torna visível no abaixo-assinado em defesa dos frades alemães publicado no jornal “Folha de Sergipe”, também em maio de 1907. O abaixo-assinado afirmava o seguinte:

AO PÚBLICO

Os abaixo assinados, vem pela imprensa protestar contra as calúnias dirigidas as pessoas dos dignos Franciscanos, residentes nesta Cidade; recomendando ao anônimo do Correio de Aracaju, que procure informar-se de pessoas mais criteriosas desta terra, para puder se expor em seu artigo.

Fiquem cientes que fidalguia e bons sentimentos, existem nos referidos Franciscanos, não só no particular, como publicamente em benefícios físicos e morais dispensados aos habitantes desta pobre terra; e não nesse grupo de carolas, verdadeiros hipócritas que pretendem manchar a reputação de homens de caráter imaculados.

S. Cristóvão, 12 de Maio de 1907.³⁴

para os editores do jornal. Nesse sentido, ele teria descrito o conflito e o texto teria sido escrito por editores do jornal, possivelmente João Menezes. A sua condição de informante se torna mais legítima se levarmos em consideração que ele era membro da Irmandade do Amparo, a sua postura crítica diante da atuação dos franciscanos e a defesa do patrimônio de sua terra natal.

³⁴ FOLHA DE SERGIPE. Ao Público. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 3, col. 3.

Esse documento em repúdio à nota publicada no “Correio de Aracaju” foi assinado exclusivamente por homens, ou seja, revela uma situação destoante da descrita por Santiago na qual apenas “um número limitado de mulheres” acompanhavam os frades. Ao todo, foram quarenta e uma assinaturas,³⁵ com nomes de elite, dos segmentos populares e até mesmo integrantes das antigas irmandades. A oposição à reforma devocional católica não foi unânime entre os moradores de São cristóvão, nem tampouco entre os membros das irmandades. Homens como Horário Pio Monteiro, secretário do Amparo; Joaquim José Pereira, tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, e Erundino do Prado, coronel, expressaram apoio ao Frei Niceto. Isso explicita como a compreensão dos conflitos entre clero e leigos deve levar em consideração o trânsito dos seus atores sociais, assim como as negociações entre os envolvidos na trama histórica.

No caso do comerciante Horácio Pio Monteiro, além de ter assinado o abaixo-assinado, ele também se manifestou favorável a entrega das alfaias pertencentes a Irmandade do Amparo ao frade franciscano. Para Borges, “aos 28 de abril daquele ano (1907), a Irmandade da Igreja do Amparo, pelo seu secretário Horácio Pio Monteiro e mais quatro irmãos (da Irmandade), declararam estarem prontos a obedecer às ordens do Arcebispo”.³⁶ Essa postura do então secretário da irmandade dos pardos revela uma situação na qual os membros encon-

³⁵ No abaixo-assinado constavam os seguintes nomes: João Ferreira de Macedo, Augusto Xavier d'Oliveira, Manoel Francisco Argollo, Pedro Joaquim de Santa Anna, Manoel Dias Carvalho, Galdino Francisco Chagas, Mariano Antônio Pereira, Sabino José da Anunciação, Manoel Baptista de Oliveira, Virgílio José de Lima, José Antônio dos Santos, Ângelo José de Souza, João Porfírio dos Santos, José Fernandes Barboza, Benício Aranha, Clarismundo Ferreira dos Santos, Clarismundo José dos Santos, Antônio Pedro Alexandrino, Antônio Miguel do Prado, Horácio Pio Monteiro, Ernesto Francklin da Silva, Agostinho José dos Santos, Francisco José Rufino, João Martinho dos Santos, Arestides Francklin da Silva, Sérgio Antônio Joaquim, Manoel Jorge da Guia, Pedro Pereira Mattos, Emygdio José da Cunha, Alexandre Antônio dos Santos, Velusiano de Santa Anna Vanique, Antônio Paulo de Lima, Manoel Paulo de Lima, Maximiliano Bispo dos Santos, José Clínio do Nascimento, Manoel Missias Álvares Pereira, Dionísio Paulo de Lima, Joaquim José Pereira, José Leandro de Vasconcellos, Fausto Francisco dos Santos, Erundino do Prado. Cf. FOLHA DE SERGIPE. Ao Público. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, n° 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 2, col. 3.

³⁶ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

travam-se divididos em relação ao atendimento às determinações do arcebispado, fato que certamente tornou a associação mais vulnerável às ações reformistas. De acordo com o livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, o tesoureiro do Amparo, Saturnino José de Amorim, teria alegado que se a irmandade “não mais existia, disseram eles, era o povo que devia tomar conta da Igreja e de seus bens”.³⁷ Sobre essa situação, Raul Borges afirma:

Mas o tesoureiro, Saturnino José de Amorim, e mais quatro irmãos, se opuseram e não quiseram entregar a administração da dita igreja a Frei Niceto, nem seu patrimônio. Alegaram que, conforme determinação do Arcebispo, a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo estava extinta havia cinco anos, por ela ter deixado de fazer a eleição durante os últimos dez anos.³⁸

As querelas entre os dissidentes da Irmandade e os frades franciscanos revelam uma mudança de postura da Igreja Católica em relação aos leigos no período republicano. Respalçado no decreto da liberdade religiosa e do fim da intervenção do Estado nos assuntos de igreja, o clero reformador pôde por em prática algumas das diretrizes defendidas pelo Concílio do Vaticano (1869-1870), sem a interferência do Estado imperial brasileiro.

Em Sergipe, os religiosos apresentaram uma postura mais radical frente os membros de irmandades e confrarias. O patrimônio religioso tornou-se alvo das disputas e a extinção das antigas associações passou a ser uma das principais estratégias na desarticulação dos leigos. Foi isso que ocorreu em São Cristóvão. Ainda, os religiosos não se limitaram a resolver os impasses por meio do diálogo ou das determinações da Cúria arquidiocesana. Eles também buscaram o apoio na elite política e na justiça sergipana. Na ótica de Santiago:

³⁷ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de Tombo da Freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n.º 1. São Cristóvão, 1907.

³⁸ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

Convicto de que nada conseguiria, fez uma viagem ao Aracaju, e procurou um bom advogado para tratar da questão da retirada das alfaias das Igrejas, visto acharem-se extintas todas as confrarias e irmandades, segundo um ofício considerado por todos - gracioso que ele havia recebido - a seu pedido, do Senhor Arcebispo da Bahia.

O advogado de Aracaju e o próprio Governador do estado vendo a sem razão do frade Franciscano, não aceitaram, a questão e louvaram o procedimento enérgico dos filhos da velha cidade.³⁹

No texto, permeado de ironia, o pensador da história sergipano elucida algumas ações de Frei Niceto na busca pela apreensão dos bens religiosos das antigas irmandades cristovenses. O frade teria atuado em duas frentes. Primeiro, por meio do diálogo com os irmãos das extintas associações de leigos. Um exemplo disso foi a tentativa de convencer Saturnino de Amorim, tesoureiro do Amparo, a entregar as alfaias (patrimônio religioso integrado de joias, ornamentos e objetos de culto) de sua irmandade de forma amistosa. Nas palavras de Santiago:

O frei Aniceto muitas vezes catequisou o velho Saturnino de Amorim, dizendo sempre: “entrega logo aquilo, tú já estás muito velho”. Respondia o velho com sua inseparável exatidão: “não posso isto fazer Revm; fui eleito há muitos anos Tesoureiro, e recebi aquele cabedal por meio de um termo de inventário, e assim tenho grande responsabilidade.”⁴⁰

A segunda frente de atuação de Frei Niceto foi a judicial. Visando apropriar-se dos bens das irmandades extintas, ele teria buscado

³⁹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 257-258.

⁴⁰ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 258.

amparo jurídico ao contratar um “bom advogado de Aracaju”. O advogado escolhido pelo frade franciscano foi o mais afamado entre os sergipanos da época. Tratava-se de Gumersindo Bessa, jurista nascido na cidade de Estância e formado na Faculdade de Direito de Recife, tido como um dos principais nomes da chamada Escola do Recife. Nos idos de 1907, o jurista sergipano usufruía do prestígio e reconhecimento nacional, pois no ano anterior, por meio da imprensa carioca, ele tinha polemizado exaustivamente com Rui Barbosa acerca da Questão do Acre.⁴¹

Tolhido do direito de apropriar-se dos bens da Igreja do Rosário, Frei Niceto também preocupou-se em divulgar a sua decisão de lutar judicialmente pelos bens das irmandades supressas, por meio de uma nota na imprensa sergipana. Com isso, justificava-se os novos caminhos trilhados pelo clero reformador na busca pela edificação de uma ordem no catolicismo. De acordo com a nota:

Freguesia de São Cristovão

Tendo sido suspensa por Portaria do Arcebispo Primaz do Brazil a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi nomeado o Pároco daquela freguesia administrador da igreja e do respectivo patrimônio. Acontece porém que os mesarios daquela Irmandade desobedecendo à ordem emanada da autoridade metropolitana recusaram-se entregar dita igreja e patrimônio ao administrador nomeado.

⁴¹ No dia 31 de janeiro de 1906, Gumersindo Bessa publicou o “Memorial em Prol dos Acreanos Ameaçados de Confisco pelo Estado do Amazonas na Ação de Reivindicação do Território do Acre. Após essa publicação, Rui Barbosa usou do Jornal do Comércio para contestar os argumentos do sergipano. Com isso, até julho de 1906 Gumersindo Bessa publicou oito artigos defendendo os acreanos. Cf. ALVES, Flávia Lima e. O Tratado de Petrópolis: Interiorização do conflito de fronteiras. *Revista de Informação Legislativa*. Ano 42, nº 166. Brasília, 2005, p. 142. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22127-22128-1-PB.pdf>. Consultado em 02-11-2014. Foram publicados os seguintes textos: *Memorial em prol dos acrianos ameaçados de confisco pelo Estado do Amazonas na ação de reivindicação do território do Acre*. Aracaju, 1906, 14 págs. in. 8º pg. Imprensa Moderna. Transcrito no “Jornal de Sergipe” de 26 de abril a 6 de maio e no “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 13 de maio desse ano. *Em prol dos acrianos*: série de sete artigos publicados no “Jornal de Sergipe” de 23 de junho a 19 de julho de 1906 e transcritos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 213.

Persitem nessa atitude.

Tolhido de exercer sua autoridade eclesiástica, o administrador pretende arguir e defender seu direito perante os tribunais civis. Para esse fim tem se munido de documentos e tem consultados e aceitado os conselhos dos competentes. O ilustrado Dr. Gumersindo Bessa ofereceu-lhe luminoso parecer do qual o Revm Paroco remeteu-nos copia fiel a fim de ser ele publicado. É o que fizemos. Na seção competente encontrarão nossos leitores o dito parecer. Da leitura do mesmo ficarão autorizados para melhor e seguro juízo sobre a questão de São Cristóvão.⁴²

A denominada “Questão de São Cristóvão” revela alguns elementos que servem como lume para o entedimento do processo de reforma devocional católica no Brasil, como a necessidade do clero em reconstruir alianças, a resistência de determinados segmentos sociais com a defesa do patrimônio religioso e os usos da justiça para a resolução dos impasses com os defensores do catolicismo de irmandade. Percebe-se, como tais ações reformistas desarticularam as práticas devocionais geralmente conduzidas por homens leigos integrantes de confrarias, irmandades e ordens terceiras, com a gradativa substituição por novos movimentos religiosos constituídos por mulheres e dirigidos pelos párcos.⁴³ No campo devocional, o Cristo sofredor e os santos populares perdiam espaço para a edificação de templos e capelas voltadas para o Cristo glorioso,⁴⁴ para às virgens das aparições na Europa e,⁴⁵ com maior amplitude, para a Eucaristia. A Questão de São Cristóvão delineou a confluência dos tempos. Delineou a eclosão das rivalidades entre dois modos de devoção.

⁴² FOLHA DE SERGIPE. Freguezia de S. Christovão. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, n° 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 2, col. 3.

⁴³ Era o caso da Pia União Filhas de Maria, do Apostolado da Oração e da Legião de Maria.

⁴⁴ Especialmente o Sagrado Coração de Jesus e o Cristo Rei.

⁴⁵ Destacam-se como principais aparições de 1830 (Paris, França), 1846 (La Salette, França), 1858 (Lourdes, França) e 1917 (Fátima, Portugal). No início do século foram difundidas novas devoções marianas no Brasil, entre as quais Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de La Salette.

Ao contrário da afirmativa de Serafim Santiago, Gumersindo Bessa acatou a causa dos frades alemães e, respaldado na nova legislação acerca das questões religiosas, produziu um parecer no qual alegava a procedência do clero em reivindicar a administração dos bens da Igreja do Rosário, inclusive por vias da justiça civil. Gumersindo Bessa alegou o seguinte:

Pergunta-me o administrador nomeado se o poder judiciário pode compelir a mesa da Irmandade suspensa a lhe fazer entrega dos bens dela, se não a fizer em boa paz.

Respondo que sim. É o que me auctoriza a responder o direito novo instituído pelo Decreto 119 A de 7 de janeiro de 1890 e na jurisprudência do Supremo Tribunal, uniforme e fixada nos acordãos de 20 de Março de 1895 e 13 de Fevereiro de 1897.

Esses julgados decidem que “uma Igreja, uma vez sagrada ou benta, se reputa dedicada ao culto, e como tal deve ser guardada e administrada pelo Bispo diocesano e fundados nesse princípio incontroverso de Direito canônico, resolveram os pleitos onde foram proferidos em favor dos Prelados que vieram a juizo pedir o apoio do Poder Publico para uma das suas prerrogativas desrespeitadas.”⁴⁶

De acordo com a avaliação do jurista, o frade franciscano, na condição de administrador e legítimo representante da Igreja Católica, detinha a prerrogativa de gerir o patrimônio religioso e os templos católicos. Ele alega que o Decreto de 7 de janeiro impõe “as justiças do País o dever de garantir as imunidades dos chefes do culto católico”.⁴⁷ A proteção do poder público estava voltada ao clero. Os membros das irmandades perdiam espaço social e o controle de seus templos. Bessa conclui o parecer com o argumento sobre o dever do

⁴⁶ BESSA, Gumersindo. Parecer. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 3, col. 3.

⁴⁷ BESSA, Gumersindo. Parecer. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 3, col. 3.

Estado em proteger a Igreja católica e fazer cumprir as determinações do clero:

Assim, e sem embargo dos preceitos constitucionais que proíbem o favorecer qualquer culto, as associações religiosas do culto católico gozam de uma situação não privilegiada, mais diferente da dos outros cultos: porque não há nenhuma outra confissão no País de organização igual à católica.

Protegê-las em juízo não *favorecê-las*, é dar-lhes o que é seu, é fazer-lhes justiça, é cumprir a própria lei do Estado, que prometeu respeitar o *seu credo e disciplina*.

Isto pressuposto, sou de parecer que o atual Paroco de São Cristóvão tem capacidade legal para administrar os bens da Irmandade do Rosário, e neste caráter pode idoneamente propor ação contra quem quer que seja para entrar na posse do patrimônio da mesma irmandade.

E o poder judiciário não pode, sem faltar à sua missão, deixar de ouvi-lo e dar-lhe deferimento.

É o que penso.

Aracaju, 16 de Maio de 1907

Gumersindo Bessa.⁴⁸

O Frei Niceto com o parecer favorável do mais afamado jurista sergipano conseguiu a vitória no âmbito da justiça. Todavia, no cotidiano da cidade, a “Questão de São Cristóvão” ainda estava distante de seu final. As querelas entre religiosos e irmãos atravessaram o tempo e as barreiras das irmandades extintas. De acordo com o livro de tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória,⁴⁹ ainda em 1907, o frade foi substituído no cargo de vigário por outro religioso alemão, Frei Joaquim Benke. No paróquiato de Benke, o problema do estopim

⁴⁸ BESSA, Gumersindo. Parecer. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 3, col. 3.

⁴⁹ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de Tombo da Freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. nº 1. São Cristóvão, 1907.

da “Questão de São Cristóvão” teve o seu desfecho, pois no dia 11 de agosto do mesmo ano, os membros da antiga Irmandade do Amparo entregaram as suas alfaias ao vigário e submeteram-se às ordens do Arcebispo.

Contudo, novas querelas emergiam e a relação entre os religiosos e os defensores do catolicismo de irmandade tornava-se ainda mais tensa, intolerante e conflituosa. As ações do clero na cidade muitas vezes eram vistas por parte da população como provocações. Para Santiago eram “as ciladas dos franciscanos alemães”. Nos burburinhos do catolicismo na primeira capital de Sergipe percebia-se uma divisão dos devotos, com uma parte afastando-se do clero, com reivindicações voltadas para a defesa da tradição, dos oragos das irmandades, das “coisas sagradas do povo de São Cristóvão”. A outra parte aproximava-se gradativamente dos religiosos, por meio da acatamento das determinações dos frades, submissão às novas diretrizes articuladas entre a Arquidiocese da Bahia e a Paróquia da Vitória, enfim, com a negociação em busca de melhores posicionamentos na edificação da nova hierarquia religiosa.

Entender as escolhas e os posicionamentos dos atores sociais de São Cristóvão no limiar do processo de reforma devocional católica não é tarefa fácil. A população local muitas vezes aparenta ser volúvel, com a oscilação entre momentos de oposição drástica e momentos de apoio incondicional. Até mesmo atores manifestantes de sua inconformidade com os direcionamentos da Igreja decorrentes da atuação dos frades é perceptível mudanças de posicionamentos a depender dos assuntos tratados.

Esse foi o caso de Serafim Santiago. No paróquio de Frei Joaquim Benke (1907-1912), o pensador da história por vezes mostrou-se arredo epositor ao religioso e em outros momentos revelou-se como aliado e homem de confiança dos franciscanos. Como explicar essa mudança radical de postura? É difícil atribuir uma resposta definitiva, mas o confronto das fontes acerca do afastamento crítico e das alianças tecidas apontam para uma única motivação: o patrimônio religioso de São Cristóvão. Quando os franciscanos preocuparam-se em

restaurar o seu convento, nos idos de 1903, ou reformar a imponente Matriz Nossa Senhora da Vitória, Serafim Santiago mostrou-se entusiasta da conduta salvadora do clero. Os frades alemães eram tratados pelo pensador da história como “dignos imitadores de São Francisco”, “o muito digno e educado” ou “o bom e benfazejo sacerdote”.⁵⁰ As reformas da matriz empreendidas por Frei Joaquim Benke, em 1910, e por Frei José Pohlmann, em 1917, revelaram o entusiasmo do pensador da história em relação aos frades. Todavia, quando os mesmos religiosos tentaram destituir-se dos bens da cidade, a postura do mesmo intelectual transformou-se radicalmente, criticando o que denominou de “ciladas”.⁵¹

A nova querela entre os franciscanos alemães e os leigos defensores de irmandades e também do “patrimônio religioso” de São Cristóvão ocorreu em decorrência da articulação entre Frei Joaquim Benke, vigário da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, e o Monsenhor Raymundo, vigário geral de Sergipe. De acordo com Serafim Santiago, essa teria sido a segunda cilada dos frades alemães:

Quando os frades Franciscanos mandaram o grande sino rachado da Igreja de São Francisco para ser fundido na Alemanha, e de lá vir outro para substituí-lo, como justamente aconteceu, neste período de tempo, isto é, entre a ida do velho e a chegada do novo, eles mandaram buscar o da Igreja dos barbadinhos para funcionar na torre da igreja de seu convento. Na vigaria de Frei Joaquim Benz, este religioso, querendo talvez experimentar a força e a coragem do pacífico povo cristovense, mesmo senhor do que se havia dado com seu antecessor, Frei Aniceto, quando tentou arrecadar as alfaias de todas as igrejas de São Cristóvão, publicou uma ordem do Monsenhor Raymundo, Vigário Geral, mandando entregar o referido sino

⁵⁰ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 258

⁵¹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920]

da igreja dos Capuchinhos ainda no convento de São Francisco à um carreiro para o conduzi-lo para o Aracaju, e daí para uma Igreja na Explanada.⁵²

As querelas entre franciscanos (únicos religiosos presentes em São Cristóvão no alvorecer do século XX) e parte da população de São Cristóvão eram motivadas por questões dos bens materiais: alfaiais de irmandades, sinos das igrejas, chaves dos templos. Contudo, esses elementos apresentavam uma grande relevância para os cristovenses, levando-se em consideração o fato da cidade ser apresentada como um símbolo do passado, condenada a desaparecer, a face obscura da decadência do antigo regime imperial em terras sergipanas. Lutar pela permanência de tais bens na cidade era um ato de resistência à política de desarticulação das irmandades e da própria cidade empreendida pelo clero local da época. A experiência social dos moradores da cidade revelavam os atos de luta pela manutenção dos bens religiosos, vistos como bens do povo, da própria cidade. Diante disso, a população tida como “pacífica” e “pacata”, empreendia cenas cômicas em prol da defesa do patrimônio.

Os corajosos cristovenses, não sabemos por quem avisados, esperaram a triste retirada do sino. O Frei Joaquim pela segunda vez, publicou para fazer ciente ao pacato povo, que o dia tal às 5 horas da tarde tinha que entregar ao carreiro o sino em questão. No dia por ele marcado, os homens reuniram-se na praça de São Francisco para assistir a entrega do mencionado sino. Quando o pobre carreiro recebeu e acomodou o sino e tratou de tanger a vara nos bois, mal chegava em frente a porta da Igreja Misericórdia, avançaram para o carro e tiraram o sino e conduziram, repicando festivamente, sua completa vitória, até a Igreja do Rosario, onde o deixaram depositado. Correndo a notícia no

⁵² SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 258.

Aracaju, e chegando ao conhecimento do Monsenhor Raymundo, este ficou incomodado e foi à redação dizer que tal ordem não havia dado ao Frei Joaquim. Foi o que constou. Quando sucedeu o grande e lastimável desastre, ter o tal Armando Pitanga quebrado o sónoro e bom sino da Matriz, o Frei José Guardião de São Francisco e Vigário da Freguesia, quando terminou o concerto das torres da Matriz, combinou com o povo e mandou colocar o sino da Igreja dos Capuchinhos, que atualmente está servindo na Matriz.⁵³

Na cidade do passado, nos anos nascedouros do século XX, obter o direito de permanecer com um sino era sinônimo de “completa vitória”, o êxito da luta dos grupos populares pela garantia de sua memória afetiva, maculada pelas cores de suas manifestações culturais, pelos cheiros dos incensos das solenes procissões, pelos ruídos dos sinos do alto das torres de suas igrejas. Esse conjunto de sentidos evocavam memórias dos tempos de capital e forjavam esperanças de dias melhores. O repicar do sino nas mãos do povo cristovense anunciava a vitória de uma batalha mnemônica e, concomitantemente, revelava novos capítulos na seara da reforma devocional em Sergipe. Na questão do sino, as camadas populares da cidade mostraram-se existosas e o frade que tornou-se novo vigário negociou com a população o destino melhor apropriado. Mas novos conflitos emergiriam.


Os ânimos, momentaneamente eram apaziguados e alguns representantes das antigas irmandades aproximaram-se dos franciscanos, como foi o caso de Horácio Pio Monteiro e Joaquim Pereira Lobo. Com a extinção das antigas associações de leigos, os frades alemães tinham a oportunidade de recompor o cenário católico da cidade, com a criação de novas associações e a reestruturação de outras, inclusive a Ordem Terceira do Carmo.

⁵³ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 259.

Como já foi visto anteriormente, no início do século XX, a Ordem Terceira do Carmo encontrava-se em situação delicada, pois possuía apenas dois irmãos professores associados. Sem contar com a presença dos frades carmelitas, que tinham abandonado o convento no terceiro quartel do século XIX, o futuro da associação de leigos estava destinada a inevitável extinção. Contudo, paradoxalmente, os frades franciscanos não buscaram extinguir a Ordem dos terceiros carmelitas. Pelo contrário, passaram a professar novos membros, sendo muitos deles os aliados na “Questão de São Cristóvão”. Seria essa uma ação de recompensar o apoio obtido no momento de maior tensão? Possivelmente sim. O alvorecer do século XX demarca a emergência dos novos terceiros carmelitanos no cenário religioso de São Cristóvão. Bem como, o nascedouro de uma nova zona de tensão do catolicismo sergipano. A romaria do Senhor dos Passos passaria a ser alvo das disputas entre leigos e franciscanos. Os decênios subsequentes do século XX passariam a revelaram as frestas dos conflitos, por vezes intermediada pelo bispado de Sergipe.

Diante desse quadro, percebe-se o quanto foi importante esse primeiro momento do processo de reforma devocional católica em Sergipe. Apesar de ter sido cronologicamente breve, essa fase pode ser vista como um preâmbulo para o momento posterior, pois estruturou o clero local, aproximou religiosos estrangeiros dos centro de romarias mais populares existentes no estado e, principalmente, excluiu as antigas irmandades e confrarias controladas por leigos. Se as reformas devocionais empreendidas, na segunda metade do século XIX, em Sergipe podem ser vistas como um momento delineado pelo diálogo e trânsito dos atores sociais entre os diferentes modos de ser devoto; no início do século XX, percebe-se um confronto direto entre o catolicismo de irmandade e o catolicismo renovado de Eucaristia. Foi uma transição entre dois modos do clero sergipano atuar perante à religiosidade das camadas populares. Foi também a oportunidade para alguns homens cristovenses integrantes das irmandades transitarem para o catolicismo eivado de renovação, sob a batuta dos religiosos franciscanos. Eles trilharam um caminho aparentemente sem volta, mas permeado de surpresas.

“A QUADRILHA DE IRMÃOS”: A REFORMA DEVOCIONAL CATÓLICA E OS BASTIDORES DA ROMARIA



As tensões entre diferentes modos de expressar as devoções, progressivamente tornaram-se mais visíveis no período republicano. O fim do Padroado Régio criou a possibilidade dos bispos e párocos atuarem com maior contudência na apropriação dos santuários e dos templos até então controlados pelas inúmeras associações de leigos espalhadas pelo país. Nos estados do Nordeste, esse processo se deu por meio da entrada de religiosos europeus integrantes do clero regular, especialmente nas paróquias onde existiam centros de romarias e, também, por meio da criação de novas dioceses. Para Péricles Andrade, a criação de dioceses “vinculou-se ao intuito expansionista de um aparato burocrático homogêneo capaz de destituir o capital re-

ligioso do laicato e a tentativa de monopolizar o controle do campo pelos especialistas”.¹

Diante desse cenário, o Brasil passou a ter sua configuração eclesial redefinida, por meio da criação das novas dioceses. Os bispos ficavam mais próximos dos santuários e passavam a administrar regiões com menores extensões territoriais e reduzida população. Isso favoreceu a construção de expectativa do êxito administrativo e possibilitou um maior controle acerca dos fiéis e do próprio clero. Observe a relação de dioceses e arquidioceses criadas no Nordeste do Brasil até o final da Primeira República no Quadro VI:²

QUADRO VI: Dioceses e arquidioceses criadas no Nordeste do Brasil (até 1930)

Local	Estado	Condição	Ano	Papa
Salvador	Bahia	Diocese	1551	Júlio III
Recife e Olinda	Pernambuco	Prelazia	1614	Paulo V
		Diocese	1675	Inocêncio XI
		Arquidiocese	1910	Pio X
São Luís	Maranhão	Prelazia	1614	Paulo V
		Diocese	1667	Inocêncio XI
		Arquidiocese	1906	Pio X
João Pessoa	Paraíba	Diocese	1892	Leão XIII
		Arquidiocese	1914	Pio X
Maceió	Alagoas	Diocese	1900	Leão XIII
		Arquidiocese	1920	Bento XV
Tereina	Piauí	Diocese	1902	Leão XIII
		Arquidiocese	1952	Pio XII
Aracaju	Sergipe	Diocese	1910	Pio X
		Arquidiocese	1960	João XXIII
Floresta	Pernambuco	Diocese	1910	Pio X
Natal	Rio Grande do Norte	Diocese	1910	Pio X
Barra	Bahia	Diocese	1913	Pio X
Bonfim	Bahia	Diocese	1913	Pio X
Ilhéus	Bahia	Diocese	1913	Pio X
Cajazeiras	Paraíba	Diocese	1914	Pio X
Crato	Ceará	Diocese	1914	Pio X
Sobral	Ceará	Diocese	1915	Bento XV
Penedo	Alagoas	Diocese	1916	Bento XV
Nazaré	Pernambuco	Diocese	1918	Bento XV
Pesqueira	Pernambuco	Diocese	1918	Bento XV
Bom Jesus de Gurgeia	Piauí	Prelazia	1920	Bento XV

¹ ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010, p. 104.

² Dioceses e arquidioceses criadas no Brasil. Quadro elaborado pelo autor.

Ao usufruir da liberdade religiosa e da ausência de uma tutela estatal, a cúpula da Igreja Católica no Brasil foi renovada e ampliada. No decorrer dos primeiros decênios republicanos, o papado passou a promover uma expansão do catolicismo por meio da criação de dioceses e arquidioceses nos mais variados recônditos do país. De acordo com Raylane Andreza Dias Navarro Barreto,

Seguindo a política de estadualização desses ideais foi que, de 1890 a 1930, foram criadas no país 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas para as quais foram designados 100 bispos, cabendo, respectivamente ao conjunto dos Estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados. Se até 1890 só existiam 13 dioceses distribuídas em 10 estados e nove capitais, em 1930, todos os estados brasileiros possuíam suas dioceses.³

Esse processo de implantação diocesana no país constituiu uma rede de influência marcada pela presença de prelados portadores de um discurso renovador e imbuídos do espírito reformador. Buscava-se a construção de uma hierarquia da Igreja Católica no Brasil na qual o clero estivesse no controle, fosse de fato o gestor das devoções, ou, de acordo com as palavras de Riolando Azzi, “os leigos só poderiam expressar-se, mantendo uma fidelidade incondicional à ortodoxia católica”.⁴

Com isso, o mapa eclesiástico do Brasil passa a apresentar uma configuração similar ao mapa político, pois nos primeiros decênios republicanos todos os estados passaram a ter ao menos uma diocese e todas as capitais já eram sedes episcopais, como elucidou Sérgio Miceli.⁵ Essa propagação de sedes diocesanas pelo país revela a política empreendida pelo Vaticano no processo de reforma devocional católica

³ BARRETO, Raylane Dias Navarro. *Os padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 35-36.

⁴ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 197.

⁵ MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

no Brasil, no intuito de combater os chamados males da modernidade, como o progresso, a racionalidade, o protestantismo, a maçonaria e o espiritismo. No caso de Sergipe, o pároco de Aracaju, o monsenhor Manoel Raimundo de Melo, vigário geral de Sergipe entre 1901 e 1910, tornou-se o articulista central na criação da Diocese de Aracaju, com a busca de verbas para a edificação do palácio episcopal e do seminário diocesano, elementos fundamentais da campanha na Cúria Romana pela criação de um bispado. Para Antônio Lindvaldo Sousa, o monsenhor Raimundo de Melo foi um legítimo representante do arcebispado baiano reformador em Sergipe, pois:

Em quase dez anos de atividades em Sergipe, monsenhor Raimundo sempre defendeu a necessidade de uma diocese no território sergipano. Apesar de suas ideias e ações basearem-se nos princípios que nortearam as mudanças efetuadas no catolicismo baiano, processadas desde os meados do século XIX, a partir das ações realizadas por D. Romualdo, monsenhor Raimundo deixou-se influenciar, sobretudo, pelas ideias e ações de D. Jerônimo.⁶

É nessa conjuntura republicana de ampliação da rede eclesiástica no Brasil que Sergipe passa a ter autonomia religiosa frente à Bahia. No dia 3 de janeiro de 1910, o Papa Pio X, por meio da Bula *Divina disponente clemencia*, criou a Diocese de Aracaju, desmembrando-a da Arquidiocese de Salvador.⁷

Diante dessa nova geopolítica eclesiástica, a cidade de Aracaju passou a ser de fato o centro irradiador das propostas reformistas no estado, com a presença do bispo incubido de impulsionar a caminhada da Igreja para a ordem nos moldes dos cânones da Santa Sé e com as ações

⁶ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O eclipse de um farol: aspectos da romanização do catolicismo brasileiro (1914-1917)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p. 92.

⁷ Entre 1910 e 1960 a Diocese de Aracaju era sufragânea da Arquidiocese de Salvador. Em 1960 foram criadas as dioceses de Estância e de Propriá e a Diocese de Aracaju elevada à condição de Arquidiocese. Assim, as duas novas dioceses passaram a ser sufragâneas da Arquidiocese de Aracaju.

voltadas para orientação do clero diocesano. Assim, a partir de 1911, ano da chegada de Dom José Thomaz Gomes da Silva, primeiro bispo nomeado de Aracaju, a atuação dos frades franciscanos em São Cristóvão passou a integrar uma nova etapa do processo de reforma devocional católica. Eles seguiriam as diretrizes propostas pelo bispado, ao mesmo tempo que buscavam imprimir um maior controle acerca da romaria dos Passos. A Igreja da Ordem Terceira do Carmo, abrigo da devotada imagem do Senhor dos Passos se tornaria campo de batalhas entre os irmãos leigos e os vigários de São Cristóvão. Era o anúncio de uma nova fase do processo de reforma devocional católica em Sergipe.

Nos primeiros anos do prelado de Dom José Thomaz Gomes da Silva, na Diocese de Aracaju, foram evidentes as ações voltadas para a reestruturação eclesial, com reformas na Catedral diocesana, fundação do Seminário Sagrado Coração de Jesus e criação de um impresso católico.⁸ Tais ações estavam inseridas no leque de propostas defendidas pelos prelados brasileiros no início do século XX e revelam a existência de confluências do pensamento católico entre os membros da cúpula. Com isso, buscava-se formar um clero com discurso uniforme, moralizado e respaldado com as questões a serem enfrentadas no âmbito local. O Seminário Sagrado Coração de Jesus inaugurou o ensino superior em Sergipe e tornou-se um centro de formação de padres imbuídos de uma cultura política voltada para a destituição do passado tido como pagão e compromissado com a construção de um futuro no qual a Igreja Católica preconizaria a direção dos assuntos da fé. Como elucidou Maria Neide Sobral, “os padres de Dom José’ constituíram a elite eclesial de Sergipe, formada em meio ao processo de renovação da Igreja na primeira metade dos século XX. Eles estavam em volta do primeiro bispo de Sergipe, D. José Thomás”.⁹

⁸ BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de D. José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POS-GRAP, UFS, 2004.

⁹ SOBRAL, Maria Neide. Formação para o púlpito: Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). In: PAIVA, Marlúcia Menezes de (org). *A Igreja Católica e suas práticas culturais*. Brasília: Liber Livro, 2006, p. 173.

No caso da imprensa católica, Dom José Thomaz criou o jornal “A Cruzada”, periódico que se tornaria um dos principais instrumentos de difusão das novas doutrinas devocionais em Sergipe, com críticas aos elementos tidos como os algozes do cristianismo: espiritismo, racionalidade, protestantismo e religiões afrobrasileiras. Como o próprio nome do periódico já inspirava, a imprensa diocesana tornou-se um campo de confronto no qual o bispado sergipano elucidava as normas de conduta dos fiéis e condenava a desordem e as superstições inseridas nas festas religiosas e nos bastidores da sociedade local. Era uma cruzada contra os males do século XX. Era um veículo pensado nos moldes das dioceses vizinhas,¹⁰ difusor das ações do clero sergipano no processo de reforma devocional e na implantação de uma nova ordem dirigida pela autoridade eclesiástica.

Além dessas ações voltadas para a formação do clero diocesano e na difusão de propostas reformadoras por meio da imprensa católica, Dom José Thomaz também preocupou-se com o controle dos centros de romaria em Sergipe. No caso da romaria do Senhor dos Passos, a paróquia responsável pela realização já era administrada pelos frades franciscanos da Província da Saxônia. Contudo, ainda existia um centro de romaria nos arredores da catedral diocesana que preocupava o bispo. Era a controvertida festa de Bom Jesus dos Navegantes,¹¹ celebrada na Igreja de Santo Antônio e organizada por segmentos populares da colina, especialmente pescadores. Os festejos do Bom Jesus dos Navegantes nas praias do Aracaju eram vistos como um incômodo na edificação do progresso da cidade e um contraponto ao catolicismo tido como renovado. Para o historiador João Pires Wynne,

Das festas religiosas, vale referência as que se realizavam poucos dias antes da entrada de Ano Novo, descida de Bom Jesus dos Navegantes, do alto do Santo Antônio para a cidade, procis-

¹⁰ SILVA, Severino Vicente da. *Primeira Guerra Mundial NA Tribuna Religiosa (1917-1919): a formação da neo-cristandade*. Recife, 99f. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, 1985.

¹¹ SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. As duas faces de Janus: a cidade de Aracaju nas festas de Ano Novo (1900-1950). *Outros Tempos*. São Luís. Vol. 9, n° 13, 2012, p. 188-212.

são que arrebanhava toda a população, e logo cedo, pela tarde, começavam os fieis a subir a ladeira escorregadia, íngreme, e depois desciam todos, uns conduzindo o andor, posição muito disputada, e cortando a longa estrada – chamada Estrada Nova, e então caminho arenoso, tendo de um lado e do outro cercas de arame e sítios de mangueiras e cajueiros, com casinhas baixas, muito separadas uma da outra. Acompanhava o andor, logo após, a banda de música, e vinham todos, promessas, todos mãos ao alto, abanando, num os fites, alguns carregando feixes de lenha na cabeça, muita gente descalça, pagando movimento de defesa, precavidos contra o interminável foguetório.¹²

Pelas memórias do inquiridor das coisas passadas de Sergipe, a festa de Bom Jesus dos Navegantes de Aracaju apresentava um enredo similar ao descrito acerca das procissões na romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão. As festividades eram vistas pelos religiosos como um imbróglgio do catolicismo, um interregno no processo de renovação e racionalização das devoções das camadas populares. Desse modo, a recém-criada Diocese de Aracaju encontrava-se cercada pelas duas maiores manifestações de fé das camadas populares em Sergipe no início do século, com as romarias do Senhor dos Passos de São Cristóvão e a do Bom Jesus dos Navegantes do povoado Santo Antônio do Aracaju. Justamente duas celebrações em torno da devoção ao Bom Jesus, ao Cristo sofredor. Duas celebrações propícias para as práticas penitenciais dos devotos oriundos das camadas populares da capital e do interior do estado.

No caso da festa do Senhor dos Navegantes, a ação do bispo Dom José Thomaz foi enérgica e fulminante. Logo nos primeiros anos de seu prelado, ele buscou ampliar o controle do clero sobre o centro de devoção dos populares, por meio da criação da Paróquia Santo Antônio, nos idos de 1915. Essa foi a primeira paróquia criada pelo bispo de Sergipe.¹³

¹² WYNNE, João Pires. *História de Sergipe*. 1930-1972. Rio de Janeiro: Pongette, 1973, p. 431.

¹³ Foi criada em 21 de dezembro de 1915.

Além disso, a festa tornou-se diocesana e passou a contar com a presença do bispo e da cúpula religiosa do estado, talvez no intuito de provocar ações voltadas para o redirecionamento dos devotos. Por fim, o centro de romaria passou a ser regido pelos frades franciscanos alemães, os mesmos do Convento São Francisco de São Cristóvão. Esses religiosos, além de comandarem a Freguesia Nossa Senhora da Vitória, receberam da Diocese de Aracaju, a Paróquia Santo Antônio, em 1934.¹⁴

Essas preocupações do bispado sergipano com os centros de romaria revelam como existia um discurso uníssono, em relação a expansão da presença clerical, entre a Cúria Diocesana local e a cúpulas das outras dioceses brasileiras do início do século XX. Contudo, apesar de existir uma sintonia de projetos nessa fase do processo de reforma devocional, não é possível pensar na homogeneidade dos resultados. No caso sergipano, percebe-se as discrepâncias entre as romarias dos Navegantes e a dos Passos, nos quais a primeira praticamente desapareceu no decorrer da segunda metade do século XX, enquanto a segunda consolidou-se como espaço da resistência dos leigos na acatãção das determinações diocesanas.

Em relação à romaria do Senhor dos Passos, a atuação de Dom José Thomaz apresentou uma perspectiva continuísta em relação ao que vinha ocorrendo desde 1903 com os frades franciscanos, mas respaldado pelo olhar vigilante. São Cristóvão foi a cidade mais visitada pelo bispo de Aracaju ao longo da primeira metade do século XX, fato que não pode deixar de ser considerado. No entender de Raul Borges,

Dom José Tomaz tinha uma grande estima pelos franciscanos. São Cristóvão foi a paróquia mais visitada por ele. A ela Dom José ia sempre, não só para o cumprimento de seus deveres de pastor, mas também para repousar no convívio franciscano daquele convento, com os seus frades.¹⁵

¹⁴ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008.

¹⁵ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 43.

Como já foi dito anteriormente, apesar de haver na historiografia sergipana acerca da Igreja uma predileção pelo período da pós-criação da diocese,¹⁶ com ênfase para a relação entre padres e o bispado, ainda é escassa a discussão sobre o diálogo e os impasses entre os bispos e o clero regular, especialmente os frades franciscanos. A discussão sobre o processo de reforma devocional em Sergipe recaiu sobre os chamados “padres de Dom José”,¹⁷ agentes da reforma atuantes nas mais variadas paróquias do estado. Todavia, apesar das relevantes e inestimáveis contribuições de tais estudos, ressentem-se ainda análises voltadas para o papel do clero regular no controle dos centros de romaria e na difusão das normativas devocionais. Nesse sentido, discutir a romaria dos Passos torna-se uma oportunidade também de compreender os impasses do processo de reforma devocional a partir do principal e, possivelmente, mais complexo, centro de romaria existente no estado de Sergipe na primeira metade do século XX.

Ainda são mais escassos os estudos sobre a participação dos leigos nos embates religiosos. Geralmente, eles aparecem de forma marginal, secundária, como atores que reagem diante das ações gestadas pela elite eclesiástica. Respaldados muitas das vezes pela linha investigativa da nova história cultural, os estudos apresentam os leigos das camadas populares por meio de suas práticas, mas quase sempre silenciam acerca de suas experiências sociais ou religiosas. Desse modo, emergem em tais estudos a cultura produzida pelos segmentos populares, mas os seus produtores permanecem ocultos nas penumbras da história, vistos como grupo sem face. É como se a criatura superasse e apagasse os criadores.

¹⁶ Cf. SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O eclipse de um farol: aspectos da romanização do catolicismo brasileiro (1914-1917)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010. SANTOS, Cláudiofranklin Monteiro. *A festa de São Benedito em Lagarto-Se (1771-1928): limites e contradições da romanização*. Recife, 356 f. Tese (Doutorado em História), UFPE, 2013. BARRETO, Raylane Andreza, Dias Navarro. *Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão, Núcleo e Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2004

¹⁷ BARRETO, Raylane Andreza, Dias Navarro. *Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. Maceió: EDUFAL, 2012.

No caso da romaria do Senhor dos Passos, leigos e franciscanos foram atores relevantes no processo de redefinição das tradições católicas da cidade de São Cristóvão nos dois primeiros terços do século XX. Eles protagonizaram os conflitos em torno do controle das celebrações, dos romeiros e da própria imagem devocional. A partir do segundo decênio do século XX, a Ordem Terceira do Carmo foi fortalecida com o ingresso de novos irmãos e passaram a questionar o poderio religioso dos frades responsáveis pela Paróquia Nossa Senhora da Vitória, como atesta o livro de entrada de irmãos da Ordem Terceira do Carmo.¹⁸

É importante ressaltar como os franciscanos contribuíram para a reestruturação da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão. Em 1912, a associação de leigos contava apenas com dois irmãos, em idade relativamente avançada. Eram os capitães José Joaquim Pereira Lobo e Elias de Oliveira. Segundo o livro de entrada de irmãos da Venerável Ordem Terceira do Carmo eram “professos de longa data”.¹⁹ Após a chamada “Questão de São Cristóvão” e o apoio irrestrito de parte dos leigos das antigas irmandades extintas, assim como do próprio tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, a cidade de São Cristóvão recebeu a visitação de um comissário carmelita, frei Manoel Baranera Serra. Esse episódio tinha ocorrido pela última vez nos idos de 1895 e o resultado da presença do frade carmelitano não agradou os cristovenses, pois o mesmo tinha se mostrado mais interessado nas alfaias do que na proteção e no fortalecimento da ordem em Sergipe. O frei Manoel Baranera Serra era o provincial do Convento do Carmo da Bahia e além disso destacou-se como Conselheiro Geral da Ordem, pela restauração do Carmelo em Portugal (1930) e pelo artigo sobre a história da província carmelitana no Brasil, publicado na “Revista Mensageiro do Carmelo”.²⁰

¹⁸ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2.

¹⁹ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2.

²⁰ SERRA, Manoel Baranera. A Província do Carmo no Brasil. *Revista Mensageiro do Carmelo*. Ano 6, n° 8. Rio de Janeiro, 1918, p. 187-189

Essa nova visitação, no momento de extrema fragilidade dos terceiros carmelitanos soa estranho no cenário permeado de conflitos da reforma devocional. Mais estranho ainda pelo fato do religioso ter realizado o ritual de imposição do “santo hábito”, ou seja, o provincial do Convento do Carmo da Bahia, frei Manoel Baranera Serra evitara a extinção da ordem, pois de acordo com os Estatutos, as ordens terceiras só podem incluir novos membros com a autorização e realização da intronização de um religioso de sua respectiva ordem.²¹

Com isso, os anos de 1912 e 1913 foram profícuos para a Ordem Terceira do Carmo, com a entrada de homens e mulheres de Sergipe para se tornarem membros da mais prestigiada associação de leigos do estado. Eles receberam o hábito e no ano seguinte fizeram a profissão.²² Enquanto as demais irmandades eram silenciadas por meio da extinção, os terceiros carmelitas se multiplicavam na velha cidade. A ascensão dos terceiros do Carmo pode ser entendida como um dos resquícios da “Questão de São Cristóvão”. Essa constatação torna-se mais plausível ao se observar o fato de muitos dos irmãos investidos no “santo hábito” terem explicitamente apoiado os frades franciscanos no momento da extinção das irmandades e apropriação das alaias por parte do clero. Seria então essa investidura uma recompensa, um ato de retribuir o apoio e de consolidar as alianças construídas no decênio anterior? Provavelmente sim. Isso na prática comprova a assertiva de Eduardo Hoornaert, na qual afirma: “as pessoas comuns não são nem fanáticas, nem ignorantes, nem ingênuas,

²¹ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1924.

²² O processo de ingresso dos irmãos da Ordem Terceira do Carmo era definido em duas fases. No primeiro momento ocorria o ritual de entrega do hábito. Os irmãos que recebiam o hábito se tornavam noviços. No momento posterior, em novo ritual, eles se tornavam professos. De acordo com o livro de entrada de irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, os interessados em ingressar na referida associação de leigos, os candidatos aprovados deveriam primeiramente participar do ritual de recebimento do hábito e, posteriormente, deveriam comparecer e fazer “a sua professã” com as formalidades do Ritual, nas mãos do Revmo. Padre Comissário”. Na profissão, eles devem ser “propostos e admitidos na Missa para professarem”. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2.

nem ‘simples’. Elas são ‘astuciosas’, sabem se aproveitar das brechas existentes”.²³

A renovação da Ordem Terceira do Carmo teve início na romaria do Senhor dos Passos de 1912. Naquela ocasião, os franciscanos receberam o comissionário carmelita para acompanhar as celebrações e também realizar o pomposo ritual da investidura dos hábitos dos terceiros.²⁴ De acordo com as informações do “Livro de Atas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da cidade de São Cristóvão”, no dia 2 de março de 1912, foi realizada no Consistório da referida ordem uma sessão para reorganizar a Ordem Terceira do Carmo de Sergipe. Na ata consta:

Aproveitando a oportunidade de achar-se presente nesta cidade, consertando o seu Convento, o Reverendíssimo Prior Frei Manoel Baranera Serra, Superior Provincial da Ordem Carmelita nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, legítimo e verdadeiro Prelado desta mencionada Ordem Terceira, se reuniram no seu Consistório sob a Presidência do referido Prior Provincial, o qual assinado dos melhores (ilegível), mostrou-se pronto a tratar pessoalmente este negócio de reorganização servindo ele mesmo de Comissário.²⁵

Os bastidores da romaria do Senhor dos Passos de 1912 foram agitados. A ata registrada na semana da romaria de 1912 (02 de março), apresenta duas informações relevantes. A primeira é a justificativa da presença do frade carmelita na cidade, com o intuito de “fazer a reforma do convento”. A segunda, refere-se a forma como o prior da ordem

²³ HOORNAERT, Eduardo. Prefácio: Novas Perspectivas. In: In: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (Orgs). *A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa*. Belo Horizonte: O Lutador, 2013 p. 14.

²⁴ O livro de entrada de irmão foi aberto na quinta-feira, dia 2 de março de 1912. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912.

²⁵ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912.

foi apresentado, com a informação dele ser “o legítimo e verdadeiro Prelado desta mencionada Ordem Terceira”. Essa assertiva no texto da ata, além de reafirmar a hierarquia estabelecida na própria estrutura dos carmelitanos, pode ser vista também como um indício da contestação ou de uma inquietação com a autoridade religiosa paroquial. Para os terceiros carmelitanos, o Prior do Carmo da Bahia era legítimo e verdadeiro em sua autoridade, subtendendo-se acerca da existência de autoridades ilegítimas e falsas. Seria uma provocação aos frades franciscanos e o marco do reinício dos conflitos acerca do controle da romaria? Esse fragmento é pouco expressivo para sustentar esse argumento. Contudo, ao considerar os conflitos ocorridos poucos anos antes, assim como a eclosão de conflitos nos anos subsequentes, é possível vislumbrar essa assertiva como a fresta das tenções subterrâneas do universo religioso da cidade.

A reunião foi presidida pelo Prior do Convento da Bahia, em sinal do “profundo respeito e alta consideração que lhes merecem os Prelados da Ordem”.²⁶ Frei Manoel Baranera Serra agradeceu “a honrosa fineza com que se distinguiu e proferiu algumas palavras (...) de ânimo e coragem para enfrentar a lamentável decadência a que tinha chegado a Venerável Ordem Terceira do Carmo”. Assim, instituiu-se a propositura de novos membros na Ordem Terceira do Carmo, com a reorganização da associação de leigos. Os últimos dois irmãos terceiros propuseram a inclusão de novos membros, ao listar os nomes de homens e mulheres. Estes foram unanimemente admitidos e receberam o santo hábito.

Entre os novos integrantes destacavam-se funcionários públicos, negociantes, artistas, viúvas, professoras e um lavrador. Contudo, estranhamente, muitos dos nomes listados no livro de atas não aparecem no livro de entrada de irmãos professos, incluindo o lavrador e algumas das viúvas aprovadas para integrar a ordem.²⁷ Essa incom-

²⁶ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912.

²⁷ Trata-se de Ernesto Carvalho de Oliveira, viúvo e lavrador. Também não apareceram os nomes de Antônio Miguel do Prado, casado e proprietário; João Arthur de Carvalho, casado e

patibilidade de informações soa estranha, pois elas foram escritas no mesmo período e sob a supervisão do frade comissário. É possível que o elevado número de pessoas cogitadas e aprovadas tenha levado ao “esquecimento” de alguns nomes, assim como, também é possível que alguns dos irmãos aprovados não tenham chegado a receber o hábito. Por fim, foi aprovado um voto de louvor para a zeladora das igrejas do Carmo, dona Anna Catharina de Amorim, conhecida como Nanã do Carmo, pelos longos anos de dedicação aos templos da Ordem e pela doação de um harmonium para o culto divino tanto na Ordem Terceira como na igreja conventual.²⁸

Após a reunião, iniciaram os preparativos para a entrega dos hábitos aos novos terceiros, em consonância com os primeiros eventos da romaria do Senhor dos Passos de 1912. O ritual foi realizado em quatro dias, na Igreja da Ordem Terceira do Carmo. No primeiro dia, a missa foi realizada às quatro horas da tarde da sexta-feira, poucas horas antes do ofício do Senhor dos Passos e cinco homens receberam o hábito. Antes do ritual, ocorreu outra reunião, na qual foram admitidos novos membros para a Ordem Terceira do Carmo sem a obrigatoriedade do pagamento da joia de entrada.²⁹ A liberação do pagamento da joia ocorreu justamente com o grupo de maior poderio aquisitivo e político, ao qual estavam incluídos coronéis e as viúvas dos senhores de engenho da região do rio Vaza Barris.

artista; Odilon Mello, casado e telegrafista; Francisco Salles, solteiro e artista. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2.

²⁸ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2.

²⁹ Nessa reunião do dia 4 de março de 1912 foram admitidos os seguintes irmãos: José Leandro de Vasconcellos, casado e empregado público; coronel Domingos Dias Dantas de Mello, casado e proprietário; José Vitor de Mattos, casado e negociante; Antônio Paiva, casado e proprietário; Júlio José dos Santos, casado e empregado público; José Erundino de Jesus, casado e artista; Domingos Martins Fontes, casado e negociante; Satyro Daniel, solteiro e empregado público; Aristóteles Prado, solteiro e negociante; d. Francisca Dias Freire, viúva do Barão da Estância e moradora de Itaporanga; d. Rosa Dias Barreto, viúva; d. Januária Carmelo de Jesus, viúva; d. Anna Dantas Romero, casada e moradora de Lagarto; d. Deolinda Telles da Silva, casada; d. Maria Thereza Dantas Mello, casada; d. Joanna da Silveira Fontes, casada; d. Anna de Sá Jacob, viúva. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2

No segundo, Sábado de Passos, dia da penitencial e noturna procissão do Depósito, o ritual também ocorreu às quatro horas da tarde e mais quatro homens foram investidos. No domingo, dia da Solene Procissão do Encontro, o ritual ocorreu mais cedo, às onze horas da manhã, cinco mulheres e seis homens receberam o hábito. Por fim, na sexta-feira subsequente, dia do quinto ofício do Senhor dos Passos, às três da tarde, duas novas mulheres, mãe e filha, participaram do ritual. Assim, somente em 1912, ao longo de uma semana, a Ordem Terceira do Carmo promoveu a investidura do hábito a vinte e dois novos membros. A entrada desses irmãos revela um possível momento de apaziguamento na relação entre leigos e religiosos e elucida as estratégias do clero e da sociedade local nas negociações e nas construções de alianças conjunturais. O perfil dos novos terceiros expressa o tom de pluralidade social da associação ao longo do século XX. Observe os dados do Quadro VII:³⁰

QUADRO VII. Novos irmãos da ordem Terceira do Carmo em 1912

Nome	Ritual do hábito	Ritual da Profissão	Estado civil	Atividade econômica	Idade
João Arthur de Carvalho	03 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Artista	30 anos
José Vilarino da Silva	03 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Proprietário rural	-
Arthur Pais Barretto	03 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Empregado público	-
José Galdino de Andrade	03 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Empregado público	-
Francisco Salles de Amorim	03 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Solteiro	Artista	-
Horácio Pio Monteiro	04 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Negociante	-
Manoel Motta	04 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Solteiro	Artista	-
José Guilherme Fontes	04 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Empregado público	-
João Mendonça	04 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Solteiro	Empregado público	-

³⁰ Quadro elaborado pelo autor. Fontes: ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 2.

Nome	Ritual do hábito	Ritual da Profissão	Estado civil	Atividade econômica	Idade
D. Júlia Dulce Fontes	05 de março de 1912	-	Solteira	-	-
D. Maria Victoria de Araújo Pinto Barretto	05 de março de 1912	-	Viúva	Professora pública	-
D. Rosa Dias Barretto	05 de março de 1912	-	Viúva	-	-
D. Januária Carmello de Jesus	05 de março de 1912	-	Viúva	-	-
D. Anna Dantas Romero	05 de março de 1912	-	Casada	-	-
Dr. Fiel Martins Fontes	05 de março de 1912	-	Casado	Advogado	-
Júlio José dos Santos	05 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Empregado público	-
Antônio Paiva	05 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Proprietário	-
Domingos Martins Fontes	05 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Casado	Negociante	-
José Erundino de Jesus	05 de março de 1912	-	Casado	Artista	-
Aristóteles Prado	05 de março de 1912	20 de agosto de 1913	Solteiro	Negociante	-
D. Anna de Sá Jacób	10 de março de 2012	-	Viúva	-	-
D. Zulmira de Sá Jacób	10 de março de 1912	-	Solteira	Professora	-

A reorganização da Venerável Ordem Terceira do Carmo ocorreu nos idos de 1912 e com a supervisão do frade carmelita espanhol frei Manoel Barrera Serra apresentou uma novidade. Foi a inclusão de mulheres na associação de leigos. Ao longo do século XX, as reuniões de março de 1912 foram as únicas nas quais mulheres foram admitidas como irmãs terceiras do Carmo. Ao todo foram 11 mulheres listadas e aprovadas para ingressar a Ordem Terceira, com oito nomes referenciados no livro de atas e sete no livro de entrada de irmãos professores. O perfil dessas terceiras era marcado pela presença de cinco viúvas, quatro casadas e duas solteiras. Apenas duas aparecem com a profissão registrada e eram professoras.³¹ Além disso, duas dessas mulheres eram as únicas entre o corpo de terceiros constituído na reunião

³¹ Maria Victoria de Araújo Pinto Barretto e Zulmira de Sá Jacob.

de março de 1912 que não viviam na cidade de São Cristóvão. Dona Francisca Dias Freire, viúva do Barão da Estância, ex-membro da referida ordem, morava na vizinha Itaporanga; enquanto Anna Dantas Romero, membro da família do afamado intelectual sergipano Sílvio Romero, morava na cidade de Lagarto, importante reduto de romeiros do Senhor dos Passos de São Cristóvão.

Nesse caso, é possível afirmar que algumas dessas mulheres ingressaram na Ordem Terceira do Carmo por serem viúvas de homens integrantes da associação. Essa hipótese é confirmada por meio de cruzamento de fontes como os livros de entradas de irmãos professores e de atas com textos de memorialistas como Serafim Santiago. Maria Pinto Barretto, por exemplo, até o início do século XX, recebia em sua casa situada na Praça da Matriz um dos Passos da penitencial Procissão do Depósito, no qual era entoado o último moteto em latim da referida procissão noturna.³² Isso mostra como o ingresso dessas mulheres, representou até certo ponto, a ideia de continuidade do prestígio dos terceiros carmelitanos em São Cristóvão.

Além disso, é necessário registrar outra questão importante, também elucidada por Santiago ao longo da primeira metade do século XX. A presença dos frades franciscanos em São Cristóvão, a partir de 1903, representou a gradativa substituição das irmandades constituídas por homens, por novas agremiações religiosas constituídas por leigas. O fato do novo grupo de professores da Ordem Terceira do Carmo ser composto por um número elevado de mulheres pode refletir também essa preocupação do clero local no enfraquecimento das lideranças leigas no seio da Igreja e na consolidação de sua tutela na esfera religiosa. Aliás, seriam algumas dessas terceiras do Carmo as mulheres descritas pelo pensador da história Serafim Santiago como as “fracas e idiotas” seguidoras dos franciscanos? O fato dessas leigas serem tidas como católicas de forte presença na vida religiosa da cidade atesta essa possibilidade.

³² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 183 [1920].

O ingresso de novos membros na Ordem Terceira do Carmo ocorreu nos primeiros anos do bispado de D. José Thomaz Gomes da Silva. Paulatinamente, novas ordens religiosas passavam a atuar em Sergipe e a principal associação de leigos era renovada, por meio da inserção de aliados dos frades franciscanos, como foi o caso de Horácio Pio Monteiro. O início do segundo decênio do século XX foi promissor no diálogo entre os frades franciscanos e carmelitas. Ambas as ordens encontravam-se constituídas por religiosos europeus. No caso dos franciscanos, por alemães da Saxônia, no caso do carmelitas, espanhóis. O diálogo entre os membros das referidas ordens religiosas pode ser visto como um indício da interlocução do clero na constituição do catolicismo renovado. Isso mostra como a presença dos frades alemães em São Cristóvão não foi um ato isolado, pois as ações dos frades ocorreram em sintonia com a de outras ordens presentes na Arquidiocese da Bahia e, posteriormente, a partir de 1911, na Diocese de Aracaju.

O frade comissionário carmelita vindo da Bahia também era de origem espanhola e era dos pioneiros na reabertura dos conventos da ordem no Nordeste do Brasil. Nos primeiros anos após a queda da monarquia, o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva, entregou a Província Carmelita da Bahia aos religiosos carmelitanos da Espanha, no intuito de promover a reabertura dos antigos conventos e de propulsionar a admissão de religiosos entre os brasileiros, com a defesa da vocação sacerdotal. Para Carlos Ott:

Com a chegada da República e a abolição da união entre o Estado e a Igreja, não havia obstáculo para admitir noviços, faltando candidatos. Os direitos da propriedade dos bens imóveis da Província carmelitana foram transferidos aos Religiosos espanhóis que, no fim do século XIX vieram da Europa mas em número insuficiente para ocupar todos os Conventos.³³

³³ OTT, Carlos. *Igrejas e conventos da Província Carmelitana da Bahia, desde o Rio Real, na Bahia, até Nazaré da Mata, em Pernambuco*. Salvador, 1986. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Cx n° 46 A-S1441.

Percebe-se como, o início do século XX, foi profícuo na rearticulação das ordens religiosas no Brasil, respaldada pelo fim do Padroado Régio, implementação da reforma devocional católica e ingresso de religiosos estrangeiros no intuito de acelerar o processo de reabertura dos conventos e incremento às vocações sacerdotais entre os brasileiros. Entretanto, a presença de tais religiosos também repercutiu na vida das associações de leigos, por meio da extinção das irmandades de homens negros e pardos e o gradativo fortalecimento das antigas ordens terceiras, até então espaços de sociabilidade quase que exclusivos das elites.

O carmelita espanhol tentou reestruturar a Ordem Terceira de São Cristóvão com o respaldo da hierarquia católica, na qual prevalecia a obediência dos leigos em relação ao clero. No dia 7 de março de 1912, segunda-feira, após a romaria dos Passos, sob a presidência do Prior Serra, foi realizada uma nova reunião dos irmãos terceiros do Carmo no intuito de promover a primeira eleição para a composição de uma mesa diretiva. De acordo com o livro de atas,

Às 3 horas da tarde do dia 7 de março de 1912, o capitão Joaquim José Pereira, servindo de Prior e o capitão Elias de Oliveira, servindo de secretário, únicos irmãos professores desta Venerável Ordem Terceira, actualmente conhecidos, reuniram-se em Mesa e Junta, no Consitório da referida Ordem, sob a Presidência do Rev. Prior Frei Manoel Baranera Serra, Superior Provincial da Ordem Carmelitana nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, e aberta a sessão pelo Revem. Presidente, tendo presente a lista dos Irmãos e das Irmãs devidamente admitidos e que já tinham recebido o santo hábito com as formalidades do Ritual, procedeu-se a eleição para os cargos do Compromisso em vigor, a qual deu o seguinte resultado:

Comissário, o Revm. Prior Frei Manoel Baranera Serra
 Prior, o capitão Joaquim José Pereira
 Sub-Prior, José Villarino da Silva
 Secretário, Arthur Paes Barretto

Primeiro Definidor, Dr. Fiel Martins Fontes
 Segundo Definidor, José Guilherme Fontes
 Terceiro Definidor, Antônio Paiva
 Tesoureiro, Horácio Pio Monteiro
 Procurador, João Mendonça
 Vigário do Culto Divino, Capitão Elias de Oliveira
 Consultores para a Junta
 João Arthur de Carvalho
 José Galdino de Andrade
 Domingos Martins Fontes
 Pioreza, Dona Rosa Dias Barretto
 Sub-Pioreza, Dona Júlia Dulce Fontes.³⁴

É bem provável que essa tenha sido a primeira eleição da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão no século XX. Os dois irmãos mais antigos passaram a ocupar cargos de considerável relevância dentro da hierarquia da mesa diretora, com o prior e o vigário de culto divino, ou seja, eram respectivamente responsáveis pela administração e realização das festividades religiosas da associação, inclusive a romaria do Senhor Bom Jesus dos Passos. Já Horácio Pio Monteiro, ex-integrante da extinta Irmandade Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, passou a ocupar o também relevante cargo de tesoureiro, ou seja, a sua experiência como homem de irmandade foi considerada para ser promovido a administrador dos bens materiais da nova associação.

No dia 12 de março, terça-feira, foi realizada uma nova reunião, na qual foram discutidos inúmeros assuntos. Um dos pontos de pauta foi a apresentação dos registros documentais da associação e o seu estatuto. Além disso, foi sugerida a criação de “um coro composto de moças sérias, tendo por fim dar maior realce às festas celebradas em nossa Igreja”.³⁵ Já o então tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo,

³⁴ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 3.

³⁵ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 5v.

Horácio Pio Monteiro, entregou ao secretário Arthur Paes Barretto os seguintes livros existentes no arquivo da Ordem, assim como as chaves do próprio arquivo:

1º Livro de Compromisso em vigor aprovado civil e eclesiasticamente em 1857. 2º Livro de Atas ou termos da Mesa de 23 de setembro de 1860 à 17 de julho de 1879, que fica em branco da folha 25 em diante. 3º Livro de Atas de 2 de Março de 1912 à 10 do mesmo mês e ano. 4º Livro de Registro dos Irmãos, começando em 3 de Março de 1912. 5º Livro de Receitas e Despesas, já findo de Março de 1867 à agosto de 1888. 6º Livro de Receitas e Despesas de agosto de 1888 em diante; ficando porém em poder do mencionado tesoureiro o livro de Recibos de 14 de Março de 1854 em diante, assim como também um Livro que deve servir de borrador da Receita e Despesa para fazer nele os respectivos lançamentos, que depois deverão ser transcritos no competente livro oficial, pelo irmão secretário.³⁶

O processo de reorganização da Ordem Terceira do Carmo passou pela revitalização dos arquivos da associação, que apesar de naquela época mais de duzentos e cinquenta anos, era possuidora de uma documentação referente ao último meio século. É possível que os demais documentos já tivessem sido transferidos para o Convento do Carmo de Salvador, juntamente com os últimos frades carmelitas dos anos setenta do século XIX. Nessa mesma reunião do dia 12 de março, Horácio Pio Monteiro recebeu as alfaias pertencentes à irmandade e tornou-se até os últimos dias de sua vida o guardião dos tesouros da mais importante associação de leigos da cidade.³⁷

³⁶ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 4.

³⁷ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 5. Horácio Pio Monteiro faleceu em 1924. Foi uma morte repentina e como sua esposa era analfabeta e não sabia contar, a sua filha, Maria Paiva Monteiro, com onze anos, fez as contas e entregou as alfaias e os livros para os membros da Ordem Terceira do Carmo.

A Ordem Terceira do Carmo nos anos posteriores continuou a receber oficialmente novos membros, com rituais de profissão realizados nos anos de 1916, 1917, 1924, 1940 e, finalmente, em 1948. Certamente, esse é um fato representativo para elucidar o poderio político da associação de leigos ao longo da primeira metade do século e, conseqüentemente, revela o porquê das dificuldades enfrentadas pelo clero local no processo de tomada do controle da romaria do Senhor dos Passos. Pelo visto, a estratégia encontrada pelos religiosos para impulsinar a reforma devocional na referida romaria foi o soerguimento da Ordem Terceira atrelada à dirigência de um frade carmelitano e reformador, ou seja, a constituição de uma hierarquia dentro da própria concepção da ordem carmelitana. Essa postura dos frades franciscanos diferenciou-se da atitude tomada pelos membros da mesma ordem na cidade de Penedo, em 1914, na qual os frades proibiram o uso da imagem do crucificado na procissão da romaria de Bom Jesus dos Navegantes. Para solucionar os impasses, os leigos encomendaram uma nova imagem e passaram a usar outra igreja para dar continuidade a maior romaria de Alagoas.³⁸ Esses dois casos elucidam como os religiosos de uma mesma ordem e no mesmo período puderam utilizar-se de estratégias diferenciadas para promover a reforma devocional.

Nesse processo de negociação e construção de alianças, os terceiros carmelitanos buscaram aproximar-se do primeiro bispo da recém-criada Diocese de Aracaju, Dom José Thomaz. Na reunião extraordinária do dia 6 de junho de 1912, os terceiros definiram que todos os membros da associação deveriam comparecer à Igreja da Ordem Terceira no dia da visita pastoral do bispo diocesano para fazer “uma recepção condigna”.³⁹ Isso mostra a preocupação dos leigos em buscar a legitimação do primeiro prelado da diocese sergipana, assim como

³⁸ GUIMARÃES, Esmeraldo Victor Cavalcante. *Entre janelas e camarotes: o Sagrado e o Profano na Festa de Bom Jesus dos Navegantes de Penedo/AL*. São Cristóvão, 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS, 2014.

³⁹ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 6v.

a atuação do bispo em reconhecer o clero e as associações de leigos existentes em sua diocese.

A partir de 1913, a presença do Prior do Convento do Carmo da Bahia em São Cristóvão tornou-se cada vez mais excassa. Diante disso, a solução encontrada pelo religioso foi a de se fazer representar pelos frades franciscanos da cidade sergipana. Nas eleições do dia 10 de outubro de 1913, ele enviou uma correspondência para informar aos terceiros que:

Não me sendo possível chegar pessoalmente até aí para o fim especial de dirigir as eleições e dar posse aos que forem eleitos para os cargos de mesários e membros da junta, mando como meu representante o M. Rev. Pároco Frei Cyrillo Font com plenos poderes para exercer a função de comissário dessa Venerável Ordem Terceira, por cujo ressurgimento e prosperidade muito me interesso e faço votos desejando que tudo ande em boa paz e harmonia.⁴⁰

As representações dos frades carmelitas pelos franciscanos foram recorrentes ao longo dos dois primeiros terços do século XX, motivadas quase sempre pelas dificuldades dos religiosos carmelitas em se deslocarem entre Salvador e São Cristóvão. Além disso, essas representações tornaram propícias para os párocos da cidade conhecerem melhor os bastidores da principal associação de leigos, especialmente em questões cruciais como finanças da romaria do Senhor dos Passos, recepção de bens e objetos de promesseiros,⁴¹ administração das propriedades da Ordem e preparativos das procissões. No caso da recepção das promessas, o catolicismo dos leigos sergipanos, no início do

⁴⁰ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 9v-10.

⁴¹ Na reunião do dia 11 de março de 1913, os irmãos terceiros do Carmo declararam a recepção de uma “fita larga de 3 medindo metros, enviada para Nosso Senhor dos Passos pelos senhores Costa Soares e Campos da Bahia. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 12.

século XX, dinamizava práticas com fortes “marcas de uma concepção mítica da religião, através do milagre, do sacrifício e a penitência”.⁴²

Apesar dessa presença do clero nas reuniões, algumas das principais ações dos bastidores da romaria permaneciam sob a incubência dos leigos, entre as quais, a sigilosa vestição da devotada imagem do Senhor dos Passos,⁴³ assim como as decisões acerca da saída da referida imagem em procissão nas datas excepcionais, ou seja, outras procissões além das tradicionais romarias quaresmais e as festas de setembro, celebrações previstas no compromisso da irmandade.⁴⁴ Diante disso, a segunda década do século XX foi marcada pela reestruturação da Ordem Terceira do Carmo e pela forte presença observadora dos frades carmelitas e franciscanos nas ações dos irmãos. Foi uma década de tregua nos conflitos, ou pelo menos de conflitos apaziguados pela negociação por cargos entre os leigos. Contudo, essa tregua nos conflitos não foi duradora. No decênio subsequente eclodiram novas disputas entre leigos e religiosos e mais uma vez envolveram as ações reformadoras do clero sergipano.

As ações promovidas pela Diocese de Aracaju na Paróquia Nossa Senhora da Vitória estavam integradas ao gradativo processo de extinção das irmandades. O fechamento das associações e tomada do controle de suas respectivas igrejas pelo vigário, nos idos de 1906, foram complementadas nos anos subsequentes pela ocupação dos velhos templos por novas ordens religiosas, especialmente as femininas. Uma das principais ações de Dom José Thomaz Gomes da Silva foi a de impulsionar a educação feminina e a ação social por meio da atua-

⁴² PASSOS, Mauro. O catolicismo popular. In: PASSOS, Mauro (org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002, p. 173.

⁴³ De acordo com o Livro de Atas da Ordem Terceira do Carmo, a partir de 1914, o irmão terceiro Manoel Motta ficou incumbido de vestir a imagem do Senhor dos Passos. Esse ato era realizado com as portas da igreja fechada e ninguém tinha permissão de acompanhar. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 11.

⁴⁴ Em reunião realizada no dia 6 de julho de 1916, ficou decidido entre os irmãos terceiros que a imagem do Senhor dos Passos sairia na procissão de penitência a ser realizada no dia seguinte por conta do desaparecimento do Santíssimo Sacramento do Convento São Francisco. Cf. ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912, p. 13.

ção de congregações femininas, principalmente as constituídas por religiosas européias. As irmãs europeias, tidas como a “misericórdia de olhos azuis” assumiram o controle de escolas confessionais e dos centros de assistência social pertencentes à Diocese de Sergipe.

As escolas confessionais criadas no Brasil ao longo da Primeira República estavam, na maioria das vezes, subordinadas a ordens religiosas femininas estrangeiras. No caso sergipano, as instituições educacionais estavam sob a tutela de irmãs professoras na Alemanha. Esse fato expressa uma articulação entre a difusão de escolas confessionais e a presença dos frades menores alemães no estado. É claro que com a criação da Diocese de Sergipe, em 1910, as ações reformadoras passaram a ter como mentor central o bispo diocesano Dom José Thomaz. Todavia, os frades franciscanos de São Cristóvão continuaram a atuar na articulação com as ordens religiosas femininas da Europa no intuito de promover a implantação das mesmas no Brasil. Um exemplo disso foi o pedido realizado, em 1922, pelo então pároco de São Cristóvão, Frei Cornelius Neises ao confrade alemão Frei Armando Bahlmann, fundador da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus para enviar algumas professoras para assumirem o Orfanato de São Cristóvão. Por meio desse pedido, foram enviadas à cidade as seguintes irmãs neoprofessoras: Maria Batista da Silva (de Pavuna, Ceará, Brasil), Úrsula Luttig (Wewelburg, Alemanha), Johanna Bodefled (Muenster, Alemanha) e Scholastica Hilmer (Gimble, Alemanha).⁴⁵

O Orfanato de São Cristóvão foi fundado pelos frades franciscanos nos idos de 1911 e foi implantado na sede da antiga Santa Casa de Misericórdia, ou seja, no espaço outrora destinado aos cuidados da população pobre de Sergipe e que sempre esteve sob a gestão de leigos da Irmandade da Misericórdia. Todavia, a novel instituição foi gestada e administrada pelos frades alemães, integrantes dos principais cargos

⁴⁵ Cf. SANTANA, Josineide Siqueira. *Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)*. São Cristóvão, 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, NPGED, 2011, p. 56-67.

administrativos. A primeira mesa diretora da instituição refletia a integração entre os frades estrangeiros e os leigos em ascensão da cidade. Ela era constituída pelos seguintes membros: Frei Joaquim Benke (OFM), presidente; Frei Elias Essafeld (OFM), secretário; Horácio Pio Monteiro, tesoureiro; Boaventura Esteves Fontes, vogal; José Leandro de Vasconcellos, vogal; capitão Antônio Miguel do Prado, vogal e Fausto Francisco dos Santos, vogal.⁴⁶ Percebe-se a proximidade entre os membros selecionados para dirigir o orfanato e os integrantes da Ordem Terceira do Carmo. Atores sociais como Horácio Pio Monteiro se tornaram praticamente onipresentes nas principais associações da cidade de São Cristóvão a partir do início do século XX. No caso de Horácio Monteiro, também impressiona a sua participação em cargos relevantes nas mesas diretoras, principalmente como tesoureiro.

As meninas órfãs e desvalidas abrigadas no Orfanato de São Cristóvão estavam submetidas a um processo de formação voltado para o lar e para o novo perfil de catolicismo, por meio da difusão de devoções até então pouco conhecidas no Brasil. Paulatinamente os frades franciscanos promoviam a reforma devocional católica por meio de ações nos mais diversos setores da sociedade. Essa ação passava da gestão paroquial ao controle dos santuários populares, da ação social voltada para a infância pobre à propagação de instituições educacionais para a elite.⁴⁷

Com a presença das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus em São Cristóvão a partir de 1922, foram criadas duas instituições confessionais na cidade. Esse fato é elucidativo por revelar como a localidade ainda possuía uma elite que necessitava de assistência educacional voltada para formação de “boas moças” católicas. Além disso, por está localizada em uma região central do estado, a escola também poderia atender a meninas de famílias ricas do interior, sem correr

⁴⁶ SANTANA, Josineide Siqueira. *Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)*. São Cristóvão, 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, NPGED, 2011, p. 54.

⁴⁷ DANTAS, Ibarê. *Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros*. Aracaju: Criação, 2013.

os riscos de enviar a donzela para um grande centro urbano.⁴⁸ Com isso, a fundação da Escola Imaculada Conceição e do Colégio Nossa Senhora do Carmo constituíam um ponto estratégico no processo de difusão do modelo civilizatório cristão. Nessas escolas seriam impregnadas novas formas de conduta desejadas para a mulher, assim como o estímulo as devoções condizentes com os tempos de modernidade. A plausibilidade dessa constatação se torna mais forte quando analisamos as práticas de sociabilidades no cotidiano da Escola Imaculada Conceição. Ao longo do ano havia inúmeras celebrações religiosas na escola, sendo que muitas dessas solenidades estavam articuladas com o calendário paroquial. Na pesquisa desenvolvida por Josineide Santana foram constatadas a realização de nove festas religiosas na Escola Imaculada Conceição,⁴⁹ sendo todas elas voltadas para o novo conjunto devocional propagado pelos frades reformadores.

O calendário festivo da Escola Imaculada Conceição enfatizava a predileção pelo Cristo Rei e pela Mãe Rainha. Não há nenhuma menção a grande romaria do Senhor dos Passos, a maior celebração religiosa da cidade e do estado de Sergipe. O silêncio poderia ser visto como uma ação de cautela, pois a romaria era um evento de grande alcance e atraíaromeiros de diferentes pontos de Sergipe, Bahia e Alagoas. Nesse caso não seria adequado permitir a circulação das internas pela cidade nos dias de festa. Contudo, essa justificativa perde o

⁴⁸ Apesar do crescente processo migratório interno, a cidade de São Cristóvão na, primeira metade do século XX, ainda apresentava uma população reduzida e características tidas como provincianas, especialmente na cidade alta.

⁴⁹ A pesquisadora registrou as seguintes festas no calendário escolar da instituição: Ascensão de Cristo, Corpus Christie, Morte e Ressurreição de Cristo, Coroação de Nossa Senhora, São João Batista, Assunção de Nossa Senhora, Todos os Santos, Nossa Senhora da Conceição e Natal. Entre essas solenidades percebe-se uma predileção pelos eventos que celebravam o Cristo Rei, ressuscitado, vitorioso e triunfante, com três festas. Há também uma atenção para a devoção mariana, especialmente as que reforçavam os dogmas católicos, com a Imaculada Concepção, o Natal, a coração de Maria como rainha do céu e da terra e a assunção da Virgem. Por fim, a festa de São João Batista, santo popular no Nordeste brasileiro e que foi filho de Santa Isabel, patrona da capela da antiga Santa Casa. Nesse sentido, as festividades religiosas escolares estavam em sintonia com o perfil da reforma devocional católica, excluindo devoções tradicionais que eram celebradas no Brasil. Isso ocorreu com a substituição da devoção ao Cristo sofredor pelo Cristo Rei e da Virgem dolorosa (Dores, Soledade, Lágrimas, Pranto, Solidão, Piedade, Dor Maior, Carmem Doloroso, etc), pela Rainha dos céus.

sentido quando se constata que o ápice das celebrações, o encontro das imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora da Soledade, ocorria na Praça São Francisco, onde estava localizada a Escola Imaculada Conceição.⁵⁰ Nesse sentido, a ausência da romaria dos Passos no calendário escolar reflete um silêncio intencional, uma preocupação em difundir a devoção ao Cristo Rei em substituição ao Senhor dos Passos.⁵¹ Observe a Figura VIII.⁵²

FIGURA VIII. Orfanato de São Cristóvão



⁵⁰ A Praça São Francisco é o principal centro de sociabilidades da cidade de São Cristóvão. Nela estão localizados alguns dos principais monumentos e centros do poder, como o antigo Palácio Provincial, a Santa Casa de Misericórdia, a antiga Assembleia Provincial e o Convento, Igreja e Ordem Terceira de São Francisco.

⁵¹ Em 1926 foi inaugurada a imagem do Cristo Redentor na antiga Colina São Gonçalo. A construção foi financiada por meio de doações, apoio do presidente do Estado de Sergipe, Graccho Cardoso e da Diocese de Sergipe. Nos primeiros anos após a inauguração ocorreram peregrinações da cidade de São Cristóvão ao Cristo, aos domingos do mês de outubro. A propagação da devoção ao Cristo Redentor foi uma das principais ações no âmbito da reforma devocional católica no Brasil na primeira metade do século XX. Uma das poucas celebrações que as meninas participavam em torno do Cristo sofredor era a Procissão do Enterro, na qual ocorria o Sermão do Descimento pelo Frei André e na sequência a procissão silenciosa. Cf. SANTANA, Josineide Siqueira. *Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)*. São Cristóvão, 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, NPGED, 2011, p. 125.

⁵² Destaque da Antiga Santa Casa de Misericórdia com a Igreja Santa Isabel à esquerda. Observe que as janelas do prédio estão voltadas para a Praça São Francisco, onde ocorria o Sermão do Encontro entre as imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora da Soledade. Praça São Francisco no final da década de 50 do século XX. Acervo: IPHAN-SE.

Mesmo havendo um silêncio intencional e a preocupação em não permitir a circulação das internas pela cidade nos dias de romaria, a Procissão do Encontro era assistida pelas alunas e pelas professoras das janelas da antiga Santa Casa de Misericórdia. Certamente aquela era a ocasião de maior agitação na velha cidade e de maior impacto visual para as jovens meninas que viviam no internato, pois visualizavam a Praça São Francisco repleta de romeiros com feixes de lenha na cabeça e vestidos de mortalhas. Apesar do silêncio das fontes oficiais, a filha de Horácio Pio Monteiro, tesoureiro do Orfanato e da Ordem Terceira do Carmo e que se tornou professora do orfanato, em suas memórias no início do século XXI apresenta indícios acerca da romaria vista pelas internas. Segundo Maria Paiva Monteiro:

Eu assistia a Procissão do Encontro aqui no Orfanato. Naquele tempo a gente via a multidão na praça, com os feixinhos de lenha na cabeça ou tirando a mortalha para jogar no Senhor dos Passos. Depois o padre convidado para fazer o sermão, com aquele jeito especial, chamava Nossa Senhora da Soledade para Encontrar seu Filho. Depois disso tinha o canto da Verônica, com uma moça pura da cidade.⁵³

A Procissão do Encontro era vista pelas janelas do velho casarão. Era o reflexo da nova postura da elite da sociedade sergipana e do clero em relação às práticas devocionais das camadas populares. A romaria do Senhor dos Passos tornava-se um espetáculo que poderia ser contemplado com a segurança do distanciamento, garantido pelas grossas paredes da Santa Casa ou pela altura das sacadas dos velhos casarões. Na busca pela modernidade, o catolicismo das camadas populares se tornava alvo de reforma, de racionalização e de combate a práticas tidas como inadequadas ou ultrapassadas. Vistas por esse ângulo, as premissas defendidas na primeira metade do século XX pe-

⁵³ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

los frades franciscanos que assumiram o comando da Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão, das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e da elite política local estavam em plena harmonia, pois evidenciavam a romaria mais popular de Sergipe como um símbolo do passado, um espetáculo da tradição que poderia ser visto, mas sem envolver a participação dos segmentos sociais envoltos pelos tempos modernos. Assim, as sacadas dos casarões que se localizavam no itinerário das procissões passaram a ser disputadas, principalmente o antigo Palácio Provincial. Observe a Figura IX:⁵⁴

FIGURA IX. Sobrado do antigo Palácio Provincial



⁵⁴ Sobrado do Palácio Provincial de São Cristóvão na primeira metade do século XX. Autor não identificado. Acervo Particular de Sócrates Prado. Destacam-se as sacadas de onde a elite política sergipana passou a assistir o encontro das imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade. A imagem da Virgem da Soledade adentrava a Praça São Francisco pela estreita rua da lateral do palácio, que Serafim Santiago, nos idos de 1920, denominava de Rua da Amargura.

A atuação das irmãs da Imaculada Conceição nas obras educacionais e de assistência social revelam frestas acerca do processo de reforma devocional católica, assim como os impasses que esse processo acarretou. As querelas entre as irmãs estrangeiras e a população podem ser visto como uma resistência ao crivo na atuação das irmandades e confrarias na vida religiosa da velha cidade, ou seja, as noviças passaram a ser vistas como elementos intrusos que ocuparam os antigos espaços destinados a atuação das associações de leigos. Outra questão inquietante foi a associação de proximidade que havia entre os frades reformadores franciscanos e as irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Não foi por acaso que as religiosas passavam a viver nos dois principais espaços de leigos na cidade: a Santa Casa de Misericórdia e o antigo Convento do Carmo.

Tratavam-se das sedes das principais irmandades da cidade que tinham sido extintas pela atuação dos frades franciscanos no alvorecer do século XX. Isso fortalece a hipótese de que o convite que o pároco de São Cristóvão fez a Armando Bahlmann para a implantação da Congregação das Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus na cidade constituiu uma estratégia de substituição do perfil religioso em Sergipe, no qual os leigos passavam a perder espaço para as inúmeras ordens e congregações. As irmãs missionárias se tornaram o braço direito dos frades no processo de reforma devocional, tanto pela atuação na esfera educacional, como pela ocupação dos antigos espaços religiosos dos leigos.

A situação era mais complexa no Convento do Carmo. Com a saída dos membros da ordem religiosa de Sergipe, a igreja conventual ficou em estado de abandono, com visitas esporádicas dos frades comissionários até a chegada das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Em 1922, o Convento do Carmo de São Cristóvão foi transformado na sede da Congregação das Irmãs Missionárias em São Cristóvão. As celas do antigo convento tornaram-se espaços de formação de noviças brasileiras, entre as quais se destacou a beata Irmã Dulce. Todavia, a presença das irmãs europeias e noviças brasileiras não inibiu o processo de arruinamento da edificação. Pelo

contrário, com a presença da nova congregação acelerou-se a infestação de cupins que destruíram por completo o imponente altar-mor e comprometeu a estrutura dos altares laterais. O resultado dessa praga de cupins foi à demolição dos altares laterais central. Além disso, ocorreu a redução espacial do altar-mor, com a construção de uma parede para reduzir drasticamente a área do altar.

Os membros da Ordem Terceira do Carmo estiveram envolvidos em querelas com as irmãs da Imaculada Conceição. Com a saída dos carmelitanos, os terceiros acabaram ficando responsáveis pela manutenção da sua igreja, do convento e da igreja conventual. Contudo, a partir do momento no qual o convento e a Igreja do Carmo Maior foram entregues as irmãs da Imaculada Conceição, a atuação dos terceiros passou a restringir-se a igreja do Carmo Pequeno e seu claustro. Todavia, o patrimônio carmelitano em São Cristóvão era muito maior do que as edificações religiosas.⁵⁵ Havia também os terrenos que pertenciam a Ordem e estavam sob a custódia das novas irmãs, assim como as alfaias do antigo Convento do Carmo, que se tornaram ponto de pauta em várias reuniões dos terceiros. Na reunião dos terceiros carmelitanos de 1925, a questão foi debatida:

Depois chegando a tratar do assunto das alfaias do Convento do Carmo, as quais na sessão de 18 de dezembro próximo se combinou fossem entregues às Irmãs Concepcionistas, depois de várias ponderações, o Pe. Comissário disse que ele não tencionava mais tratar do assunto, e sim só esperava que outra autoridade levasse a efeito o que fosse justo, o que não era preciso que acerca disso consultassem mais a ele pois já externara diversas

⁵⁵ O patrimônio da Ordem do Carmo em Sergipe oitocentista foi um dos mais importantes na província. Apesar do discurso evidenciar a redução do número de professos e o fechamento de conventos por todo o Império, a ordem possuía importantes propriedades na Província de Sergipe em meados do século XIX. Na cidade de São Cristóvão a ordem possuía casas alugadas, terrenos, a Igreja e o convento. Nos arredores, possuía a Fazenda Camaçari e a aldeia de Água Azeda. Além dessas propriedades na capital, também possuíam os hospícios de Santo Amaro das Brotas, de Palmares em Riachão e de Cristina. Além da aldeia de Japarutuba, evidenciando que se tratava da ordem religiosa mais poderosa de Sergipe no século XIX.

vezes o seu propósito e modo de pensar, achando que aquilo só pertencia às Irmãs Concepcionistas.⁵⁶

A ata evidencia um teor de conflito na reunião. Termos como “várias ponderações” e “não tencionava mais tratar do assunto” revelam que o tema acerca da entrega das alfaias do Convento do Carmo para as irmãs da Imaculada Conceição era recorrente. Possivelmente, a vizinhança entre os terceiros e as irmãs da nova congregação em Sergipe desde os primeiros momentos foi marcada pelas querelas, impasses em torno do controle das alfaias e do comando dos espaços sagrados. Ainda deve ser ressaltada a voz do Comissário da Ordem do Carmo da Bahia, o frei Franco Maria Bueno, ao mostrar-se insatisfeito com a postura intermitente dos terceiros carmelitanos em não entregar as alfaias para a Congregação Concepcionista. Isso se torna visível quando o frade ameaça deixar a decisão final para as autoridades superiores, provavelmente o bispo da Diocese de Aracaju, Dom José Thomaz, que também estava imbricado do projeto de reforma devocional. Talvez por isso frei Bueno tenha afirmado com tamanha confiança que “esperava que outra autoridade levasse a efeito o que fosse justo”. Nesse caso, a justiça significava a entrega das alfaias para as Irmãs Concepcionistas e perda de espaço dos irmãos terceiros do Carmo.

Nesse impasse é preciso perceber o que estava em disputa. Não se tratava exclusivamente das alfaias do Convento do Carmo, mas também a memória da presença carmelita em terras sergipanas e, principalmente, a resistência dos terceiros do Carmo no processo de reforma devocional católica no qual paulatinamente o clero passava a ocupar espaços que antes eram destinados aos leigos. Na ótica dos leigos carmelitas, a entrega das alfaias para as irmãs concepcionistas representava a derrota simbólica, perda da legitimidade em continuar como os herdeiros dos religiosos que ocuparam por mais de três séculos o Convento de Nossa Senhora do Carmo.

⁵⁶ ORDEM TERCEIRA DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. Consistório da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Acta da reunião realizada no dia 25 de Março de 1925. Livro I, p. 26-27.

Um sinal desses impasses foi a mudança que ocorreu na realização da Procissão do Depósito na romaria do Senhor dos Passos. Antes da chegada das irmãs Missionária da Imaculada Conceição da Mãe de Deus no Convento do Carmo, a imagem do Senhor dos Passos no sábado da romaria ficava exposta na Igreja do Carmo Grande, de onde era transportada a noite para a Igreja Matriz. Com a presença da nova congregação, a procissão passou a sair da Igreja do Carmo Menor, templo no qual a imagem fica abrigada ao longo do ano. De qualquer forma, mesmo perdendo o controle da maior igreja de Sergipe e das alfaias outrora pertencentes aos frades carmelitas e a diferentes irmandades leigas, os terceiros do Carmo continuavam com o comando na organização da romaria de maior expressão no catolicismo do estado. Esse fato provocou a continuidade das querelas com o clero da cidade por longos decênios.

A partir de 1925, para os frades franciscanos, os irmãos terceiros do Carmo representavam um grande entrave no processo de reforma devocional católica, posto que os mesmos resistiam à redefinição das hierarquias do âmbito religioso e controlavam a imagem de maior devoção dos sergipanos, o Senhor dos Passos. Além disso, as recomendações do clero e as decisões tomadas em sessões com os irmãos leigos não eram acatadas, mostra de uma postura imaleável. Isso fortalece a tese de que os terceiros carmelitas se tornaram os principais entraves a reforma devocional na cidade de São Cristóvão. Essa postura de certa forma repercutia em todo o estado, levando-se em consideração que a romaria do Senhor dos Passos atraía devotos de praticamente todos os municípios sergipanos. Assim, a intervenção dos frades carmelitanos da Bahia nos assuntos da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão também pode ser vista como uma tentativa de se estabelecer um processo de negociação, de apaziguamento dos ânimos na animosidade entre franciscanos e terceiros carmelitas, como também simboliza uma tentativa de convencer os terceiros da necessidade de se realizar reformas no espaço sagrado do Carmo, ou seja, os frades carmelitas da Bahia estavam mais próximos dos ideais dos franciscanos do que dos terceiros. A obediência ao frade comissário carmelitano, jurada

publicamente no decênio anterior, foi esquecida. Encerravam-se os tempos de harmonia e emergiam os tempos de tensões.

Homens e mulheres leigos lutavam pela continuidade de suas práticas religiosas e do seu prestígio social. Isso se torna visível quando o comissário carmelita expressava a necessidade dos terceiros em atenderem as ordens dos franciscanos paroquiais:

Expus mais o citado comissário, a apreciação da Mesa, que o Rev. Pe. Frei Cornélio, M. D. vigário desta Freguesia, pedira à Ordem quisesse cumprir o que outrora pouco prometera, isto é: que o pátio da casa onde está estabelecida a Venerável Ordem Terceira fosse dividido pelo meio, ficando uma parte do mesmo pertencendo às ditas Irmãs Concepcionistas. Sendo requerido, pois o parecer de cada um dos Irmãos, todos negaram o seu consentimento para a realização de um tal projeto. Pelo que, o supradito Comissário disse que se as Autoridades Eclesiásticas competentes os abrigassem a isto, que ele não havia de poder livrar a Ordem de algumas exigências neste sentido.⁵⁷

Uma situação difícil na qual o Comissário carmelita da Bahia, Franco Bueno, esquivava-se das possíveis sanções que os irmãos do Carmo poderiam sofrer. Mais do que isso, o comissário deixa claro como a Ordem Terceira do Carmo estava em situação delicada e as punições em decorrência da resistência em ceder o claustro da sua igreja seriam inevitáveis. Contudo, o que desperta a atenção na ata dos terceiros carmelitas é a negativa sumária de todos os membros da associação. Apesar da recomendação e explanação do comissário da Bahia e da ameaça de sofrer medidas repressivas, unanimemente os terceiros optaram por lutarem pela permanência do seu espaço integral, sem dividir o claustro. O claustro da Ordem Terceira do Carmo era o espaço no qual os romeiros deixavam os ex-votos, a memória visual dos

⁵⁷ ORDEM TERCEIRA DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. Consistório da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Acta da reunião realizada no dia 25 de Março de 1925. Livro I, p. 27-28.

milagres atribuídos ao Senhor dos Passos. Trata-se, portanto, do que Bonifácio Fortes Neto, em 1942, denominou “Pátio dos Milagres”.⁵⁸

Nesse caso, a luta dos irmãos da Ordem Terceira do Carmo pela manutenção de um dos principais espaços simbólicos da romaria do Senhor dos Passos é um ato de resistência. Tratava-se de um espaço de sociabilidades, de confluência de romeiros de diferentes municípios sergipanos, baianos e alagoanos, testemunho da devoção das camadas populares. Provavelmente o claustro era o local de encontro das expressões culturais das camadas populares com a das elites sergipanas. Assim, a cessão de parte do claustro para as irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus pode ter sido uma das estratégias de se implementar o processo de reforma devocional católica, com a consequente destituição do chamado pátio dos milagres.

Cinco anos depois, em 1930, ocorreu outra polêmica envolvendo as edificações religiosas da cidade, as irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e o bispado da Diocese de Aracaju. As discussões envolveram o boato no qual o bispo D. José Thomaz desejava demolir a Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Essa igreja, até o início do século XX, pertencera a irmandade dos homens pardos. O historiador memorialista Serafim Santiago, já em estado de saúde bem debilitado, escreveu em defesa da preservação do patrimônio religioso da sua terra natal, ao afirmar não acreditar “em um crime premeditado por Ministro de Cristo”.⁵⁹ Em fúria, o pensador da história cristovense esbravejou:

Correu em dias do mês de Setembro de 1930, uma notícia desagradável para os Cristovanos. Onde está a verdade do boato que se espalhou na velha Cidade de São Cristóvão? Espalhavam como verdade, que o Reverendíssimo Dom José Thomaz, Bispo de Aracaju, pretende mandar demolir a Igreja do Amparo na-

⁵⁸ FORTES NETO, Bonifácio. Cidade Berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, 22 de outubro de 1941, p. 2.

⁵⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 356 [1920].

quela Cidade, vender o material para mandar fazer o caiamento geral das paredes do antigo Convento do Carmo, hoje, Colégio Nossa Senhora da Conceição que se acha atualmente interdito em consequência do aparecimento da febre - tifo - que obrigou a saída das Irmãs e as colégias atacadas do terrível mal, sendo elas mesmas as culpadas em conservar o grande numero de latunas, lugar reservado para as dejeções sem as vistas da higiene. Finalmente que culpa tem a Igreja do Amparo com a falta de higiene no Colégio Nossa Senhora da Conceição, instalado a poucos anos no Convento do Carmo em São Cristóvão?⁶⁰

A denúncia de Serafim Santiago explicita um ângulo interessante das querelas entre os moradores de São Cristóvão, defensores de suas devoções, e os agentes da reforma devocional católica. Mais uma vez as irmãs da Imaculada Conceição passam a ser alvo de críticas, como ocupantes do antigo Convento do Carmo com o colégio “instalado a poucos anos”, mas que já enfrentava sérios problemas em decorrência da falta de higiene. Nesse sentido, é interessante a forma como a população também passou a utilizar do discurso republicano pautado no higienismo para atacar a ação das irmãs missionárias. Elas também passavam a ser tratadas como sinônimo de atraso, descuido com sua própria higiene e com o futuro do país, pois as alunas também tinham sido afetadas com a epidemia gestada nas “latunas” preservadas pelas irmãs. No discurso do pensador da história, um importante edifício religioso seria sacrificado por culpa da insalubridade das irmãs, “da falta de higiene do Colégio”.⁶¹

⁶⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 355 [1920].

⁶¹ Essas memórias de Serafim Santiago se aproximam dos registros acerca da família Dantas, da cidade de Riachão. Como se tratava de uma das mais importantes famílias do centro-sul sergipano, evidencia-se a relevância simbólica que essa instituição passou a desempenhar na formação das mulheres da elite estadual na primeira metade do século XX. Segundo Ibarê Dantas, “Odete, esteve numa escola de freiras, Nossa Senhora do Carmo, em São Cristóvão (SE) e, mais tarde (1928), foi para a Bahia. Cf. DANTAS, Ibarê. *Memórias de Família*: o percurso de quatro fazendeiros. Aracaju: criação, 2013, p. 95.

Na grande disputa simbólica e empírica entre cristovenses e agentes da reforma devocional católica, as mesmas armas foram usadas de ambos os lados. O discurso civilizatório da higiene passava a ser um instigante e eficiente instrumento no combate ao atraso e ao elemento a ser destituído. Na denúncia de Santiago, as irmãs aparecem como culpadas pela falta de higiene, pelo descaso, pela proliferação da epidemia. Todavia, também é apontado um aliado das irmãs, de alto cargo eclesiástico. O católico praticante denuncia e critica os atos tidos como indecorosos do primeiro bispo de Aracaju,⁶² Dom José Thomaz, supostamente o idealizador da demolição de um templo para solucionar os problemas gerados pelas irmãs. Na batalha desigual, Santiago, em tom ameaçador, revelou a força do povo de sua cidade natal:

Não acreditamos que um Ministro de Cristo tenha em mente tamanho disparate. Reverendíssimo prelado!!! vá pensar bem, vá raciocinar, olhe que é duro mandar demolir um Templo que possui a mais majestosa torre que existe em qualquer das Igrejas no Estado de Sergipe. Não convém esquecer que, na velha cidade ainda temos um meia dúzia de gatinhos para impedir no atentado. Muito cuidado Reverendíssimo; “de onde não se espera, daí é que sai”.⁶³

Apesar da forte religiosidade do autor, no qual em vários momentos afirma ser um rigoroso seguidor do catolicismo romano, as críticas ao bispo diocesano são extremamente severas, com uma manifesta ameaça. O texto explicita a contestação da postura de Dom José Thomaz Gomes da Silva pois não era esperado “um Ministro de Cristo” cometer um “tamanho disparate”. Demolir a igreja que possuía a torre mais majestosa de Sergipe foi vista como um crime imperdoável e para impedir, Serafim Santiago mostrou ser capaz de convocar

⁶² É interessante perceber que o memorialista evidencia que o bispo representava Aracaju e não Sergipe, como era comum em alguns textos da época.

⁶³ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 355 [1920].

um pequeno exército de defensores da cidade, ou seja, desrespeitaria a hierarquia da Igreja para impedir um ato tido como sem propósito. O defensor das tradições da cidade clama para que Dom José pensasse antes de agir e assim, a razão poderia ser a salvação dos edifícios das antigas irmandades destituídas. Observe a Figura X.⁶⁴

FIGURA X: Igreja Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos



As ações do clero reformador estavam em sintonia com o processo modernizador do Brasil republicano. Em Sergipe, no tocante à romaria do Senhor dos Passos, isso ocorreu em duas frentes de ações. A primeira com as camadas populares, vistas como praticantes de um catolicismo rústico, ultrapassado e prisioneiro do passado colonial, a ação foi voltada para a tentativa de imprimir um novo modo de se cultivar as imagens, com a difusão devocional do Cristo Rei e da Eu-

⁶⁴ FIGURA X. Igreja Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos. Fonte: Cartaz do I Festival de Arte de São Cristóvão. São Cristóvão, 1972.

caristia. No dia 12 de outubro de 1926, dia dedicado a padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, foi inaugurada na Colina São Gonçalo, nos subúrbios de São Cristóvão, a imponente imagem do Cristo Redentor, obra do artista italiano Ballando Belandi. A escultura foi financiada pelo governo do Estado de Sergipe, através do presidente Maurício Graccho Cardoso. De acordo com o livro de tomo da paróquia, nos anos subsequentes a inauguração, os frades franciscanos realizavam peregrinações mensais à imagem, no intuito de instituir a nova devoção.

Em 1928, ocorreu uma nova iniciativa da Diocese de Aracaju no intuito de reconhecer a relevância da Paróquia Nossa Senhora da Vitória no cenário católico sergipano. No dia 17 de novembro de 1928, por meio de um decreto, o bispo diocesano de Aracaju, elevou a paróquia de São Cristóvão a condição de “freguesia apostólica”. A mesma deveria ser administrada pelos frades franciscanos “enquanto mantiverem residência canonicamente ereta”.⁶⁵

Todavia, essa busca pela renovação devocional sofreu resistências, pois como elucida Mauro Passos, “o catolicismo popular brasileiro conserva seus códigos próprios, suas metáforas e sua linguagem”.⁶⁶ O discurso das camadas populares expressava em suas práticas um catolicismo deixado por Cristo e marcado pelo sacrifício, pelos milagres públicos e pela proximidade entre devoto e santo. A segunda ação do clero reformador foi em relação à elite integrante das irmandades. Os frades reformadores buscaram restringir seu campo de atuação, com a extinção das irmandades e redefinição das hierarquias. Grande parte do século XX foi marcado em São Cristóvão pelos impasses entre terceiros e franciscanos reformadores. Desse modo, as denúncias acerca do descaso com “patrimônio” e a defesa pela preservação do templos católicos com seu traçado “original” significou a apropriação que os diferentes segmentos sociais fizeram no intuito de usar o dis-

⁶⁵ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 42.

⁶⁶ PASSOS, Mauro. O catolicismo popular. In: PASSOS, Mauro (org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002, p. 165.

curso da cultura política oficial como arma de resistência na luta contra a reforma devocional católica.

Apesar das campanhas e da difusão devocional em torno do Cristo Rei, a imagem do ensanguentado Senhor dos Passos continuou como a principal devoção dos católicos sergipanos ao longo do século XX. Em meio às querelas acerca das possíveis demolições de igrejas, a romaria dos Passos atraía a população de Aracaju e do interior do estado e moldava o cenário urbano cristovense. Essa transformação urbana, maculada pelo encontro da tradição com a modernidade delineou as memórias do cronista sergipano Junot Silveira. Ele era filho de Maria Catarina Mendes da Silveira, professora primária do Grupo Escolar Vigário Barroso e viveu na cidade de São Cristóvão, entre 1930 e 1935, em uma casa nas imediações do fundo da Igreja do Amparo. Ao publicar crônicas, em 1988, sobre a sua infância na velha cidade o intelectual elucida:

O campo do União Têxtil, em São Cristóvão, era aberto; o da Associação Atlética, do Lagarto, colocava uma empanada nos dias de grandes eventos, o de Laranjeiras tinha uma cerca de bambus. No gramado dos três conheci bons atletas, mas nenhum deles se igualava ao Zeca Tenisson. Mas dele tenho também a lembrança de bom amigo que me levava, quando criança e ele adulto, a passear na São Cristóvão, inclusive nos dias de festas religiosas. Nos dias em que a cidade se enchia de visitantes. Nos dias em que chegavam os romeiros de várias partes, em caminhões, que então ainda não eram chamados de paus-de-arara. Ou em trens especiais. E as pessoas de maiores posses, altos comerciantes e senhores de engenho, que se transportavam de automóvel. Esses automóveis eram, para mim, um deslumbramento. Nunca tive, sequer, um velocípede. O carro em que brincava era de madeira, das quatro rodas ao volante, feito por mim e os amigos. Daí o encantamento pelos veículos que chegavam de fora, especialmente de Aracaju. Pela manhã quase sempre ficavam postados na Praça de São Francisco e à tarde, lado a lado, na Praça da Matriz. Alguns motoristas, mais compreensivos e tolerantes,

permitiam que eu sentasse no coxim, pegasse no volante, tocas-se na alavanca do câmbio.⁶⁷

A romaria do Senhor dos Passos, nos anos 30 do século XX, continuava a receber um elevado contingente de romeiros. Mais uma vez os meios de transportes se tornaram instrumentos mnemônicos na distinção social, especialmente com a novidade emergida em Sergipe entre as décadas de 20 e 30: o automóvel. Os carros, símbolos da modernidade e do poderio das famílias abastadas de Aracaju, tornaram-se um atrativo na romaria dos Passos de São Cristóvão, assim como já ocorria na festa de Bom Jesus dos Navegantes de Aracaju.⁶⁸ A descrição de Junot Silveira aproxima-se do registro fotográfico do início da década de 30 do século XX, no qual revela a Praça da Matriz no momento da missa festiva na manhã de domingo da romaria do Senhor dos Passos, no dia 25 de fevereiro de 1934. Observe a Figura XI:⁶⁹

FIGURA XI. Praça da Matriz no Domingo de Passos. Autor não identificado. 25 de fevereiro de 1934.



⁶⁷ SILVEIRA, Junot. Ontem e Hoje. *A Tarde*. Salvador, 11 /9/1988. Agradeço ao amigo Thiago Fragatta pela localização e indicação do texto, assim como as informações acerca da família do autor.

⁶⁸ SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. As duas faces de Janus: a cidade de Aracaju nas festas de Ano Novo (1900-1950). *Outros Tempos*. São Luís. Vol. 9, n° 13, 2012, p. 188-212.

⁶⁹ FIGURA XI. Praça da Matriz de São Cristóvão em dia de romaria do Senhor dos Passos. 25 de fevereiro de 1934 (?). Fonte: Acervo particular Erundino Prado Júnior.

A imponente Praça da Matriz, posteriormente renomeada de Praça Dr. Getúlio Vargas, era transformada em dias de romaria no estacionamento dos primeiros veículos que transportavam os romeiros. Destacavam-se as marinetes de Aracaju, os caminhões pau de arara e os carros particulares, um elemento de luxo certamente destinado a poucos homens da elite. Os mais pobres permaneciam utilizando os apertadíssimos trens, com seus carros puxados por bois e cavalos ou na tradição de seguir a pé até a Jerusalém de Sergipe.

Enquanto a praça era elevada a situação de palco da modernidade, o púlpito nos horários das missas revelavam as preocupações dos frades reformadores. A romaria tornava-se para os vigários de São Cristóvão dos anos 30 do século XX um momento propício para apresentar ao povo os deveres com a Igreja. Ao descrever a romaria de 1932, no Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, frei Norberto Hole tentou reafirmar a hierarquia da Igreja. Assim,

No segundo domingo da Quaresma. 21 de fevereiro de 1932, celebrando a parveleia (sic) com a pompa tradicional e com grande concorrência de fieis de todos os recantos do Estado a festa do Senhor Bom Jesus dos Passos, por ocasião da Missa Paroquial assistida por compacta massa do povo, tomei posse da paróquia de São Cristóvão com plena confiança na preservação daquela que é segura Daurélia das Vitórias. Li o documento da provisão e aproveitando a N. Evangelho do dia expliquei os graus de responsabilidades que pesam sobre os ombros e sobre a alma do cura d'almas, mostrando fecundo quais os deveres dos paroquianos para com o seu pastor, exprimindo a firme confiança que pároco e paroquianos sempre estariam unidos pelas submissões de minha confiança e estima.⁷⁰

⁷⁰ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1932, p. 94v.

A homilia do pároco, na missa festiva da romaria de 1934, foi voltada para a afirmação da hierarquia entre paroquianos e pároco. Era a preocupação em mostrar ao grande público os deveres dos devotos na busca pela confiança e estima do vigário. Nos anos 30 do século XX, a romaria era tida pelo clero franciscano como uma celebração de “grande assistência e confluxo de forasteiros e romeiros.”⁷¹ Certamente esse grupo designado pelos frades como forasteiros preocupam os religiosos da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, pois eram vistos como verdadeiros entraves à disseminação da verdadeira expressão devocional e da penitência requeridas na solenidade dos Passos.

A devoção ao Senhor dos Passos também continuava a ser utilizada com finalidades penitenciais, especialmente nas ocasiões de calamidades públicas. Ao longo da primeira metade do século XX, foram realizadas duas procissões penitenciais com a imagem do Senhor dos Passos, por ocasião da festa do Bom Jesus do dia 14 de setembro. A primeira ocorreu em setembro de 1932, “afim de implorar da infinita misericórdia de Deus a cessação [sic] da guerra civil que desde o dia 9 de julho está ceifando irmãos da mesma família brasileira no conflito do estado de São Paulo com o governo provisório”.⁷² A segunda ocorreu em setembro de 1945, pois “devido Nosso Senhor conceder-nos a grande graça do término da guerra, o senhor Erundino Prado Filho quis celebrar a festa com o maior esplendor possível”.⁷³ Pelo visto, a festa do Bom Jesus realizada nos meses de setembro era mais suscetível às mudanças do contexto social e político, fato que repercutia diretamente no número de devotos presentes, ao contrário da romaria, descrita como uma solenidade marcada por uma maior estabilidade no número de fiéis. Provavelmente, 1945, tenha sido o ano da última festa do Senhor Bom Jesus dos Passos na cidade de São Cristóvão rea-

⁷¹ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1932, p. 106.

⁷² ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1932, p. 95.

⁷³ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1945, p. 313.

lizada no mês de setembro. Na segunda metade do século XX, apenas a romaria da quaresma permaneceu no calendário festivo da Ordem Terceira do Carmo.

Enquanto a Praça da Matriz transformava-se em centro de exposição veicular de Sergipe, com a apresentação das novidades automobilísticas para a maior parte dos romeiros, a Praça São Francisco era o espaço propício para o encontro dos diferentes segmentos da sociedade sergipana. Era o lócus da confluência de romeiros, homens e mulheres das elites, políticos, jornalistas, intelectuais e religiosos. Diante do convento dos franciscanos, a elite assistia os empurrões das camadas populares em torno da imagem dos Passos. A Figura XII registra algumas conversas desses devotos na Procissão do Encontro de 1934.⁷⁴

FIGURA XII. Praça São Francisco na Procissão do Encontro do dia 25 de fevereiro de 1934.



⁷⁴ FIGURA XII. Praça São Francisco na Procissão do Encontro do dia 25 de fevereiro de 1934. Autor não identificado. Fonte: Acervo particular Erundino Prado Júnior.

Enquanto a romaria aparentava transcorrer como um espetáculo devocional das camadas populares, nos bastidores as tensões entre leigos e franciscanos eram renovadas. Os pobres devotos oriundos do interior sergipano passavam a ser vistos como alvos das reformas, da renovação de sua conduta moral e religiosa. Na romaria de 1939, o frade Eusébio Walter mostrou-se incomodado com a postura dos romeiros. Primeiramente ele destacou o elevado contingente de romeiros na Procissão do Depósito, momento culminante do pagamento de promessas. Segundo o religioso “a noite do dia 4, às 7 horas, realizaram-se a solene procissão de pronefícia (sic) em que conduz, velada, a imagem do Senhor dos Passos da Igreja do Carmo para a Igreja Matriz; como sempre foi grande o comparecimento”.⁷⁵ Contudo, ao se referir à procissão do domingo, ele afirmou:

Às 9 horas no dia 5 houve missa festiva na matriz. No santo evangelho ocupou o púlpito o Reverendo Frei Serafim que disse belo sermão. À tarde, estando chuvoso não foi possível realizar-se a procissão do encontro. O reverendo deu a bênção do Santíssimo Sacramento e de acordo com os irmãos terceiros do Carmo adiou a procissão para o domingo seguinte. As pessoas mais velhas dizem não ter havido ainda uma ocasião como esta em que não se pôde, de forma alguma, realizar a procissão. Atribuíram a um castigo que Nosso Senhor tenha enviado porque nos últimos anos, muito romeiros tem vindo a festa não com o espírito de piedade, mas para fazer farra, distrair-se.⁷⁶

A falta de piedade dos romeiros foi apontada pelo frade como a causa das fortes chuvas e o conseqüente cancelamento da procissão. Supostamente respaldado no comentário “das pessoas mais velhas”, Frei Eusébio Walter buscou mostrar a insatisfação do próprio Senhor

⁷⁵ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1939, p. 229.

⁷⁶ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1939, p. 229.

dos Passos com a conduta moral de seus romeiros. O próprio Senhor dos Passos teria castigado os romeiros com as chuvas. A experiência das camadas populares no seio da romaria dos Passos era alvo de críticas, do olhar reformista dos frades alemães. A preocupação em normatizar a festa evidencia uma relação conflituosa, tensa, maculada pelas arestas entre os frades e as camadas populares. Esse conflito abre brecha para entendermos a pluralidade da cultura festiva no estado de Sergipe em meados do século XX, pois “as culturas, concebidas não como ‘formas de vida’, mas como ‘formas de luta’ constantemente se entrecruzam”.⁷⁷

Essa zona conflituosa tecida ao longo da primeira metade do século XX, tornou-se mais explícita nos anos subsequentes, ocasião na qual os próprios frades franciscanos passaram a ser vistos como suspeitos de traição ao Brasil. A eclosão da Segunda Guerra Mundial inverteu momentaneamente a inquirição. As denúncias inverteram-se no cenário sergipano, pois a maior parte dos religiosos franciscanos abrigados nos conventos de São Cristóvão e Aracaju eram de origem alemã, fato provocador de suspeitas.

A situação tornou-se mais complexa em 1942, após os ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros no litoral sergipano.⁷⁸ À medida que os corpos das vítimas eram localizados nas praias entre Aracaju e Estância, a população sergipana passava a buscar os algozes responsáveis pelo terror. Italianos e alemães foram denunciados, perseguidos e ameaçados, inclusive os frades alemães do Convento São Francisco. No inquérito de 1942, Enock Santiago revelou seus procedimentos,

A princípio tínhamos procedido ao inquérito englobando alemães, italianos, brasileiros, integralistas, e brasileiros que não sendo integralistas, se devotam pela Alemanha, explicando a sua

⁷⁷ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: SOVIK, Liv. (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003, p. 247-266, p. 260.

⁷⁸ CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *A Guerra já chegou entre nós: o cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942-1945)*. Salvador, 235f. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2012.

devoção como uma chamada simpatia... comercial. Depois, por determinação que recebemos, separamos as indagações, autuando os estrangeiros em um volume em separado, e seguindo com o inquérito dos nacionais, até seu devido termo. Ouvimos, então, cinquenta e sete pessoas, na sua maioria gente qualificada.⁷⁹

A maior parte dos alemães denunciados atuava nas principais cidade sergipanas, especialmente em Aracaju e São Cristóvão. Muitos trabalhavam nas fábricas de tecidos, em ofícios voltados para os cuidados do maquinário e conseqüentemente passavam a ser vistos com desconfiança por dominarem os recursos tecnológicos. Entre os alemães detidos na cidade de São Cristóvão estava um frade franciscano, suspeito de ter implantado na torre do convento de São Cristóvão equipamentos de rádio para realizar a comunicação com os nazistas da Alemanha. Os frades tinham reconstruído a torre poucos anos antes do ataque. Observe a Figura XIII:⁸⁰

FIGURA XIII. Convento Santa Cruz dos frades franciscanos na década de 40 do século XX.



⁷⁹ Relatório do Inquérito Policial instaurado no Departamento de Segurança Pública de Sergipe contra brasileiros acusados de exercerem o integralismo no estado ou de serem simpatizantes das ideias nazifascistas. Aracaju, 18 de setembro de 1942, p. 1.

⁸⁰ FIGURA XIII. Igreja do Convento Santa Cruz com a torre reconstruída pelos frades franciscanos. Década de 40 do século XX. Fonte: Acervo particular Erundino Prado Júnior.

Aproveitando-se do estilo pouco ortodoxo da torre do Convento Santa Cruz dos frades franciscanos e possivelmente das querelas anteriores, o frei Euzébio Valter foi denunciado como um dos responsáveis pela comunicação com os submarinos. Essa relação entre a torre dos frades e o uso do rádio foi enaltecida pelo historiador Ariosvaldo Figueiredo, ao apresentar as credenciais de outro suspeito, o técnico em rádio Walde- mar Rodrigues, “que sempre serviu à Polícia de Sergipe, quando de exames de aparelhos de rádios, no Convento de São Cristóvão, na residência dos Franciscanos em Aracaju”.⁸¹ Nesse caso, os frades eram suspeitos tanto pela atuação no convento de São Cristóvão, como pelo estratégico templo da Colina de Santo Antônio em Aracaju, abrigo da devotada imagem do Bom Jesus dos Navegantes. Contudo, de acordo com Luiz Antônio Pinto Cruz, principal estudioso dos ataques submarinos em Sergipe, em relação ao frei alemão Euzébio Valter, “nas investigações policiais no Convento de São Francisco e em Aracaju, não foi encontrado nenhum indício de culpabilidade do referido religioso”.⁸² Em ofício publicado no dia 12 de outubro de 1942, Enoch Santiago cumpriu as ordens do interventor Augusto Maynard Gomes e libertou o frade alemão e outros prisioneiros.

De acordo com o despacho proferido pelo Exmo Senhor Coronel Interventor Federal em o inquérito aqui instaurado sobre a participação de auxílio por estrangeiros no torpedeamento dos nossos navios, autoriza-vos a esta chefia sejam postos em liberdade os de nome Frederico Gentil, Vicente Mandarino, Otto Apenburg, Rodolfo von Doehn, Paulo Hagenbeck, Otto Carl Weide, Kurt Michel, Carlos Sttler, Gunther Schmekel, Frei Euzébio Valter, Oscar Benthner, Oscar Backaus e Vicente Fischina, contra os quais nada ficou apurado.⁸³

⁸¹ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Vol. 2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p. 83.

⁸² CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *A Guerra já chegou entre nós: o cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942-1945)*. Salvador, 235f. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2012, p. 138.

⁸³ Ofício N° 1.539 redigido por Enoch Santiago. *Documento oficial do Departamento de Segurança Pública*. Aracaju, 12 de outubro de 1942. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Nos momentos de tensões e incertezas, os frades franciscanos contaram com o apoio político da principal liderança do Estado Novo em Sergipe,⁸⁴ o interventor Augusto Maynard Gomes, líder da revolta tenentista de 1924 e um dos principais representantes sergipanos da política varguista entre as décadas de 30 e 40 do século XX.⁸⁵ Esse apoio do dirigente demonstra o poder de articulação dos religiosos com os chefes da política estadual. Apesar de ter existido a necessidade de construir um alzo para a tragédia marítima em Sergipe, a maior parte dos acusados foi liberada em curto período de tempo, graças a intervenção dos líderes políticos. É evidente que isso ocorreu em decorrência da própria condição financeira dos acusados, pois como bem elucidou o delegado Enock Santiago, entre os acusados se tratava “na sua maioria de gente qualificada”.⁸⁶

Após a situação-limite vivenciada pelos frades franciscanos de São Cristóvão, a relação com leigos tornou-se paulatinamente mais conflituosa. A Ordem Terceira do Carmo passou a receber novos membros dos mais variados segmentos sociais, inclusive operários que trabalhavam nas fábricas de tecidos. A cada reunião os terceiros mais antigos indicavam nomes e geralmente estes eram aprovados sem maiores discussões. As normativas dos estatutos nas quais preconizavam pela investidura do hábito por um frade carmelita foi ignorado completamente a partir de meados da década de 40 do século XX.⁸⁷ A popularização da Ordem Terceira do Carmo foi acompanhada pelo aumento das severas críticas aos seus membros e a própria romaria do Senhor dos Passos.

⁸⁴ DANTAS, Ibarê. *O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1914 à Revolução de 1930*. 2ª ed. Aracaju: J. Andrade, 1999 [1974].

⁸⁵ Augusto Myanard Gomes foi interventor do Estado de Sergipe em duas ocasiões. Primeiro, entre 1930 e 1935 e posteriormente entre 1942 e 1945. Cf. DANTAS, José Ibarê da Costa. *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coroneis*. 2ª Ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1983].

⁸⁶ Relatório do Inquérito Policial instaurado no Departamento de Segurança Pública de Sergipe contra brasileiros acusados de exercerem o integralismo no estado ou de serem simpatizantes das ideias nazifascistas. Aracaju, 18 de setembro de 1942, p. 1.

⁸⁷ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1924.

Apesar das tensões dos bastidores, a romaria continuava atrativa para os romeiros. Em 1946, o vigário João Batista Vilar registrou no Livro de Tombo que “a festa de Nosso Senhor dos Passos teve lugar no dia 17 de março. Neste ano, talvez devido ao final da guerra, ainda foi maior o número de romeiros”.⁸⁸ Essa descrição do pároco pode ser confrontada com o registro fotográfico do Sermão do Encontro de 1946. Observe os romeiros na Praça São Francisco na romaria de 1946, Figura XIV:⁸⁹

FIGURA XIV. Sermão do Encontro na Praça São Francisco em 1946.



Dez anos depois da grande romaria pós-guerra, em 1956, Frei Cirilo Haas, informou sobre as práticas penitenciais, pois a romaria do “Senhor dos Passos clama os sergipanos de perto e de longe para render as homenagens a Cristo Nosso Senhor e cumprir as promessas”.⁹⁰

⁸⁸ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1946, p. 320.

⁸⁹ FIGURA XIV. Sermão do Encontro na Praça São Francisco na romaria do Senhor dos Passos de 1946. Autor não identificado. Fonte: Acervo particular Erundino Prado Júnior.

⁹⁰ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1956, p. 398.

A população pobre de Sergipe, quase sempre oriunda da zona rural do agreste e sul do estado, constituía o principal público da romaria do Senhor dos Passos e passava a ser vista pelos frades franciscanos como meros pagadores de promessas, seguidores de um catolicismo obsoleto e ingênuo.

Essa leitura era próxima das informações descritas na imprensa sergipana da época. No dia 28 de fevereiro de 1961, o periódico “Gazeta de Sergipe” publicou uma matéria sobre a grandiosidade das solenidades do Senhor dos Passos e da permanência dos pagamentos de promessas na Procissão de Penitência. Em tom quase etnográfico, o artigo apresenta as inovações com a inserção das velas na procissão noturna, em decorrência da proibição das fogueiras; a presença de autoridades políticas estaduais e os sacrifícios públicos. De acordo com a notícia:

FESTA DE PASSOS EM SÃO CRISTÓVÃO

Milhares de pessoas desta Capital e de vários municípios acorreram nos últimos sábado e domingo à velha cidade de São Cristóvão, a fim de participarem da tradicional Festa de Senhor dos Passos. No sábado realizou-se a procissão de penitência e no domingo a de encontro.

GRANDE ESPETÁCULO DE FÉ

A “Procissão de Penitência”, realizada na noite de sábado, além de contar com uma grande acorrência de fieis de Sergipe inteiro, teve este ano uma grandiosidade fora do comum. Milhares de pessoas de velas nas mãos, acompanhavam o Senhor dos Passos pelas ruas de São Cristóvão, fazendo suas penitências.

AS PENITÊNCIAS

Além dos que acompanhavam a procissão de pés descalços, com feixes de lenha na cabeça, crianças carregando cruzeiros, tinham os mais extravagantes na promessa, como um cidadão de sessenta e três anos de idade, que rolava pelo chão. Outro cidadão acompanhava a procissão rolando como pinhão. Quadro fora do comum, místico, medieval.

Conta-se em São Cristóvão, que o senhor Júlio Santos, o senhor que acompanha a procissão rolando pelo chão como barriga, teria caído de andaimes muito altos, sem contudo, sofrer ferimentos muito graves, o que considera um milagre do Senhor dos Passos.

GOVERNADOR E AUXILIARES

O Governador Luiz Garcia acompanhado de vários dos seus auxiliares, esteve presente às festas.⁹¹

Os romeiros, tidos como promesseiros e “rebanho de fiéis” eram tidos ora como farristas, ora como inocentes manipulados pelos terceiros do Carmo. A preocupação central dos religiosos continuava a ser a manutenção da ordem pública e a edificação de um cunho mais religioso e penitencial para as solenidades. Ao tratar sobre a romaria de 1964, Frei Fernando Schnitiker afirmou que a festa foi “bem concorrida, e, neste ano, graças a Polícia estadual, ordem boa”.⁹²

Os romeiros, assim como os terceiros carmelitanos a partir dos anos 60 do século XX, voltaram a ser vistos como alvo de reformas, de controle, de ordenação por parte dos policiais. Possivelmente essa aproximação entre os dois grupos na ótica dos frades franciscanos foi decorrente da inserção de novos membros na associação de leigos, especialmente os das classes subalternas. Em 1967, novamente Frei Fernando Schnitiker combate a ausência de espiritualidade na romaria. Em suas palavras, “a festa do Senhor dos Passos, celebrada no dia 6 de março foi bem concorrida. O policiamento foi muito bom, não houve nenhum incidente. O rendimento espiritual, magro, como sempre. O pregador foi R. P. José de Carvalho, Reitor do Seminário Diocesano”.⁹³

⁹¹ GAZETA DE SERGIPE. Festa de Senhor dos Passos em São Cristóvão. *Gazeta de Sergipe*. Ano 5, nº 909. Aracaju, 28 de fevereiro de 1961, p. 1.

⁹² ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1964, p. 94v.

⁹³ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1967, p. 491.

Ordem e espiritualidade eram algumas das preocupações centrais dos frades franciscanos na romaria do Senhor dos Passos dos anos 60 do século XX. Havia uma articulação dos religiosos com o governo estadual no intuito de aumentar o policiamento com o propósito de reduzir os desvios comportamentais. Além disso, os religiosos apoiavam ações de leigos, como Erundino Prado Filho, na proibição de apresentações artísticas na noite do sábado de Passos. O caráter penitencial era apresentado como o modo ideal dos romeiros agirem na solenidade. O poder público municipal atuava no sentido de regulamentar a romaria, criando feriados. Entretanto, essa regulamentação expressa uma fresta para a compreensão da inserção das camadas populares da cidade, especialmente as operárias que recebiam os romeiros em suas casas e tinham dificuldade em preparar a recepção por conta do trabalho nas fábricas de tecidos. Isso pode ser visto na lei que tornava feriado o Sábado de Passos:

LEI Nº 266 DE 8 DE FEVEREIRO DE 1958

O prefeito Municipal de São Cristóvão:

Faço saber que a Câmara de vereadores deste Município decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo Único: - É considerado feriado municipal a data festiva de Sábado de Passos; revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 8 de Fevereiro de 1958. – Deoclécio Vieira da Silva, Prefeito. – Ernando Prado, Secretário. Está conforme original.

Lançada às folhas 110 do Livro de Registros de Leis, Atos, Decretos e Portarias da Prefeitura Municipal.

São Cristóvão, 11 de fevereiro de 1959.

Ernando Prado

Secretário

A lei Municipal nº 266 acima referida tem apoio no que preceitua a Lei Federal nº 605 de 5 de Janeiro de 1949, em seu artigo 11º, 1ºe diz:

“São feriado civis os declarados em Lei Federal. São feriados religiosos os dias de Guarda, declarados em lei Municipal, de acordo com a tradição local e um número não superior a seis”.

Esta Lei Municipal veio satisfazer aos apelos insistentes e necessários de muitas mães, donas de casa, operárias, que nesse dia, “Sábado de Passos”, tem suas casas cheias de hóspedes e visitantes que vem assistir à tradicional festa religiosa.⁹⁴

Já nos últimos anos de existência da Ordem Terceira do Carmo, as críticas dos frades em relação aos irmãos terceiros passaram a ter um foco mais específico: a gestão das esmolas doadas pelos romeiros. Na descrição da romaria de 1968, Frei Fernando enfatizou:

No mês de março só teve digno de nota na vida paroquial, a tradicional festa do Senhor dos Passos que neste ano, por causa do asfalto da rodagem até São Cristóvão atraiu um número maior de fiéis devotos e também curiosos turistas. Pelos 10% que a Irmandade ou Ordem Terceira do Carmo dá para as vocações, do rendimento das esmolas colhidas nos dias de festa, rendeu apenas a ridícula quantia de 250,00 cruzeiros novos.⁹⁵

O frade apresenta uma novidade no perfil dos visitantes da cidade de São Cristóvão nos dias de romaria. Para ele, existiam os “fiéis devotos” do Senhor dos Passos e os “curiosos turistas”, atraídos pela fama da romaria com os pagamentos de promessas e elevado contingente de romeiros. No período marcado pelo incentivo ao turismo cultural nas cidades brasileiras tidas como históricas, a romaria dos Passos tornava-se alvo da atenção de um público não necessariamente atrelado à devoção ao Cristo com a cruz sobre os ombros. Entretanto,

⁹⁴ GAZETA DE SERGIPE. Prefeitura Municipal de São Cristóvão. *Gazeta de Sergipe*. Ano 4, n° 375. Aracaju, 21 de fevereiro de 1959, p. 4.

⁹⁵ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1968, p. 466.

o pároco enfatiza o baixo valor dos rendimentos arrecadados pelos irmãos terceiros do Carmo. O valor foi apresentado pelo frade ironicamente como a “ridícula quantia” e já anunciava os conflitos vindouros. Na ótica dos religiosos, a romaria precisava passar por um processo de renovação, de fundamentação do seu aspecto espiritual, dentro dos cânones estabelecidos no Concílio do Vaticano II. De acordo com Frei Fernando Schnitiker, em 1969: “parece que o número do povo aumenta de ano em ano. Mas infelizmente não se encontrou ainda um caminho para dar a festa um cunho pastoral”.⁹⁶ Dois anos depois, em julho de 1971, um episódio acirrou as disputas entre franciscanos e terceiros carmelitas pelo controle das propriedades do Carmo. Foi a saída das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus do Convento do Carmo e a transferência de seu noviciado para a cidade de Salvador.⁹⁷ Com isso, o antigo convento passou a ser foco das discórdias entre os terceiros e os vigários.

A questão das esmolas dos romeiros tornou-se alvo central das querelas entre os franciscanos e os terceiros do Carmo no paróquiato de Frei Martinho Ferreira Marques. Em 1974, ano de sua chegada ao comando da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, ele ironizou a atuação dos terceiros:

Em março tomava parte nas pregações do Carmo Pequeno. Era a festa do Senhor dos Passos. No dia teve muita gente, procissão de noite e no dia seguinte, um domingo, o vigário acompanhou a procissão olhando tudo. Assistiu como os irmãos do Carmo trabalhavam com o Sr. dos Passos para tirar as esmolas, ajuntar as velas e objetos que o povo dar. O povo tem devoção ao Sr. dos Passos e quem lucra são os irmãos. Vida espiritual não tem e nem tão pouco convidam o vigário para assistir a uma reunião deles. O povo dar as suas esmolas e parecem que dividem o bolo

⁹⁶ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1969, p. 480.

⁹⁷ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 45.

entre si. É esquisito a maneira dos irmãos do Carmo procederem. Dá a impressão de que são intocáveis.⁹⁸

Na apreciação de Frei Matinho Marques, o povo passou a ser visto como o “devoto”, generoso nas doações ao Senhor dos Passos. Já os terceiros do Carmo, apareceram como “proveitadores”, “usurpadores dos bens doados” pelos romeiros. Seriam membros de uma congregação religiosa e apesar disso, “desprovidos de vida espiritual”. Enquanto “o povo, diga-se de passagem, comporta-se maravilhosamente bem”,⁹⁹ os terceiros carmelitanos “dividem o bolo entre si” e “nem convidam o vigário”. No ano seguinte, em 1975, o frade foi ainda mais taxativo na crítica aos terceiros:

Depois da festa de N. Sra. D’Ajuda de Itaporanga o vigário viajou de férias. Uma vez que estávamos de férias não houve nada de importante para anotar a não ser a festa do Sr. dos Passos. Os romeiros, como sempre vem pagar as suas promessas e deixar as esmolas para a quadrilha de “irmãos” do Carmo. Neste ano Pe João, Frei Albano e D. Adriano Hipólito estiveram aqui. Os dois primeiros por ocasião da festa. Dizem que a cidade ficou repleta de romeiros durante aqueles dias. E assim passou o segundo mês do ano.¹⁰⁰

No antepenúltimo ano de existência da Ordem Terceira do Carmo, o pároco da cidade nem chegou a participar da maior romaria sergipana. No clímax dos conflitos, o sacerdote decidiu aproveitar as férias justamente no período das solenidades dos Passos, ainda gerida pela “quadrilha de irmãos do Carmo”. É instigante perceber como, ao longo dos pri-

⁹⁸ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1974, p. 520.

⁹⁹ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1975, p. 531.

¹⁰⁰ ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1975, p. 531.

meiros anos da segunda metade do século XX, os terceiros carmelitanos foram perdendo o apoio do clero local e, conseqüentemente, passaram a ser descritos como desordeiros, corruptos e distantes dos valores cristãos. Essas acusações coincidem com o momento no qual a Ordem Terceira do Carmo passou a receber um público mais amplo, constituído por homens negros, pobres e operários.¹⁰¹ A democratização da ordem foi entendida pelos frades franciscanos como um processo de corrosão dos valores. As acusações dos alemães em relação aos terceiros se tornaram mais recorrentes e agressivas à medida que a própria Ordem Terceira ia perdendo seus irmãos de maior poder aquisitivo e político. Já os romeiros, passaram a ser vistos como pobres explorados pelos terceiros, pois iam a São Cristóvão “pagar suas promessas e deixar suas esmolas para o Senhor dos Passos”. Ainda em 1975, ao retornar para a Paróquia Nossa Senhora da Vitória, por ocasião das celebrações da Semana Santa, o frade novamente questionou os valores morais dos terceiros:

Os curiosos vão para o Carmo Pequeno para assistir o sermão da descida que neste ano dizem não ter agradado. De fato, não pode agradar porque faltam os sentimentos de piedade e recolhimento para os curiosos e boa semente nunca pode encontrar terreno bom em corações de pecadores públicos e de administradores inescrupulosos dos bens do Senhor dos Passos. A multidão desorganizada acompanhou o esquife do Senhor Morto pelas ruas da cidade. Já passava das 18 horas quando a procissão retornava. É uma das procissões que não me agrada pela maneira como se procede. Há muita pressa em andar. Piedade e recolhimento quase não existe.¹⁰²

Mesmo se referindo às solenidades da Semana Santa, o frade buscou criticar os membros e seguidores da Ordem Terceira do Carmo,

¹⁰¹ ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1948.

¹⁰² ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1975, p. 532.

sem deixar de atrelar à condição dos terceiros de “administradores inescrupulosos dos bens do Senhor dos Passos”. Nesse caso, percebe-se como a menção a Procissão do Senhor Morto extrapola o evento da Sexta-feira Santa e permeia a própria romaria do Senhor dos Passos. Os seguidores das celebrações do Carmo são taxados pelo Frei Martinho Marques de “curiosos”, desprovidos “de sentimentos de piedade e recolhimento”. Não se tratavam de devotos, mas apenas um público curioso próximo da conduta de um turista afastado dos sentimentos religiosos. Já os terceiros, foram descritos como “terreno árido”, “corações de pecadores públicos” e “inescrupulosos”. Certamente, o frade não economizou nas palavras para denegrir a imagem dos terceiros do Carmo e de suas celebrações religiosas. Até mesmo o cortejo do esquife do Senhor Morto foi descrito como uma “procissão que não me agrada” por ter “muita pressa em andar”.

Os últimos momentos dos terceiros do Carmo em São Cristóvão foram tensos. Desprovidos de apoio político e das autoridades religiosas, os homens pobres integrantes da associação lutavam contra a extinção da sua irmandade, com a inclusão de novos membros e a manutenção do controle da romaria dos Passos. Contudo, nos anos 70 do século XX no grupo existia apenas um membro que tinha ingressado na Ordem Terceira estatutariamente, ou seja, por meio da investidura do hábito presidida por um frade carmelita. Era Domingos Rosário Sobral, um homem negro, nascido em 1894, ingressou na referida ordem aos 30 anos, nos idos de 1924. Ele era o comandante da suposta “quadrilha de irmãos” e controlava as ações principais da associação, inclusive a vestição da imagem para a procissão. Era o guardião do legado dos terceiros, responsável pelo zelo das alfaias, pelas chaves da igreja, pela recepção das promessas e pela troca das roupas do Senhor dos Passos. Como ingressou na Ordem Terceira nos idos de 1924, tornou-se uma testemunha dos inúmeros conflitos de sua associação em relação aos frades franciscanos, aos carmelitas da Bahia e das irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Mesmo sem poder contar com o apoio de homens e mulheres de maiores influências no campo político sergipano, como tivera na primeira metade do século XX, per-

maneceu combativo em defesa do direito da exclusividade dos terceiros no controle administrativo da romaria do Senhor dos Passos. Certamente essa intransigência do “último terceiro legítimo” provocou inquietações nos frades comandantes da paróquia. Nas décadas de 60 e 70 do século XX, a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão era um barril de pólvora prestes a explodir. Faltava apenas o estopim.

Isso ocorreu em 1977. A morte de Domingos Rosário Sobral, no dia 12 de junho de 1977, delineou o colapso da instituição. Desprovidos da legalidade, os herdeiros do Carmo lutaram com todas as forças contra o pároco, o prior provincial da Bahia e até mesmo o arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte. Quando frei Martinho Marques tentou assumir o controle da Igreja do Carmo Pequeno, os herdeiros do Carmo fecharam a porta do templo com um novo cadeado, impossibilitando o ingresso de qualquer pessoa. Diante da intensidade dos conflitos e da ameaça de não ocorrer a romaria do Senhor dos Passos em 1978, o diretor do Museu Histórico de Sergipe, Manuel Ferreira, entrou em contato com os representantes do IPHAN e solicitou uma solução.

M.E.C. Protocolo – I.P.H.A.N. – 2º distrito. Nº 341/7725.77/ Serviço Público Federal. MEC

Iphan 2º Distrito São Cristóvão/SE nº 20.

Do funcionário destacado em Sergipe. Em 12 de julho de 1977.

Ao chefe do 2º distrito do Iphan.

Assunto: Igreja da Ordem 3ª do Carmo (impedimento de ingresso na)

Sr. Fernando da Rocha Peres,

Rogaria de V.S.a um momento para a apreciação do que a seguir consta:

- 1 No dia 7 do mês de junho recém-findo faleceu o senhor Domingos de França, único membro devidamente legalizado da Ordem 3ª do Carmo, residente em São Cristóvão.

- 2 O aludido morto, com uma plêiade de senhores (que se dizem irmãos da mencionada Ordem) vinham “tomando conta” do templo aludido.

- 2.1. Esses citados senhores não fizeram postulante, nem noviçado e muito menos ainda votos, razão pela qual não são canonicamente reconhecidos como irmãos da Ordem em apreço.
- 3 Um filho do extinto Domingos de França ao cientificar o Prior dos carmelitas, em Salvador, quanto ao passamento de seu genitor, pediu instruções com vista ao destino das chaves da igreja em foco.
- 4 O prior determinou que as chaves fossem entregues ao senhor Arcebispo Metropolitano de Aracaju, D. Luciano Cabral.
- 5 O Arcebispo D. Luciano encaminhou um expediente ao senhor Frei Martinho Ferreira Marques Ofm, Vigário da Paróquia, autorizando-o a tomar conta da igreja citada.
- 6 Elemento pertencente ao grupo dos senhores acima focalizados colocou um outro cadeado, sobre o já existente, na porta do templo em lide que, dado a essa anormal duplicidade de chaves acha-se impedida de ser aberta.
- 7 O incidente referido, de cuja extensão não pode aquilatar, creio merecer a atenção de V. Sa. Pela preciosidade do inestimável acervo constante do monumento objeto de tão estranha divergência.

Atenciosas Saudações

Manoel Ferreira Santos.¹⁰³

Os conflitos pelo controle da Igreja do Senhor dos Passos envolveu diferentes instâncias do poder eclesiástico e algumas das principais instituições culturais da época, como o Instituto do Patrimônio Histórico e o Museu Histórico de Sergipe, inaugurado na cidade de São Cristóvão em 1960. Manuel Ferreira dos Santos, assim como Horácio Pio Monteiro e o próprio Domingos Rosário Sobral, é um dos atores enigmáticos para a compreensão da vida religiosa e social na cidade de São Cristóvão. Ele foi o primeiro diretor do Museu de Sergi-

¹⁰³ INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Acervo documental. Caixa 1. *Correspondência*. Pacotilha 8. Correspondência recebida da década de 1970. Documento n° 8.104.

pe, além de ter atuado como representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Cristóvão. Percebe-se como seus argumentos foram pontuados a partir da relevância histórica do templo, articulados com a ilegitimidade dos herdeiros de Domingos Sobral em relação às questões eclesiásticas para o comando da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. A ilegitimidade dos herdeiros do Carmo, segundo o denunciante, havia sido atestada pelas principais autoridades religiosas da Bahia e de Sergipe, como o Prior do Convento do Carmo de Salvador, o vigário da Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão e o arcebispo Metropolitano de Aracaju.

Outro problema causado pelo fechamento da referida igreja era em decorrência da realização do Festival de Arte de São Cristóvão, o afamado FASC. O FASC tinha sido criado pela Universidade Federal de Sergipe em 1972, em consonância com a política cultural dos militares e promovia inúmeras apresentações artísticas, muitas das quais nas igrejas da cidade.¹⁰⁴ De qualquer forma, o fechamento da Igreja da Ordem Terceira do Carmo era tida pelas autoridades culturais e religiosas como um escândalo inadmissível, pois pusera em risco a realização das atividades culturais do FASC, das emergentes políticas públicas de incremento do turismo e na própria realização da romaria do Senhor dos Passos. Diante da denúncia de Manoel Ferreira dos Santos ao IPHAN, o arcebispo metropolitano de Aracaju tomou medidas enérgicas para solucionar os impasses entre leigos e religiosos pelo comando da romaria e da Igreja do Senhor dos Passos. No dia 26 de setembro de 1977, em ofício destinado a Fernando da Rocha Peres,¹⁰⁵ o

¹⁰⁴ Cf. SANTOS, Mislene Vieira dos. *Da Ditadura à Democracia: o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995)*. São Cristóvão, 183 f. Dissertação (Mestrado em História) UFS, 2014, p. 31. AZEVEDO, Sônia Cristina Santos. *Regime Militar e Festival de Arte de São Cristóvão (1972-1995): muito além dos palcos e holofotes*. São Cristóvão: EDUFS, 2012. SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *O 1º FASC e a política cultural do Estado autoritário. Cadernos UFS - História*. Vol. 1, n.º 1. São Cristóvão, 1995, p. 11-16.

¹⁰⁵ Fernando da Rocha Peres nasceu em Salvador no dia 27 de novembro de 1936. Em 1972, tornou-se professor de História da Universidade Federal da Bahia. Teve uma atuação ativa na vida cultural baiana e integrou importantes atividades na Academia de Letras da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Exerceu os cargos públicos de Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a Bahia e Sergipe; Diretor-Presidente da Fundação Cultural do Estado da Bahia; Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Diretor do Centro de Estudos Baianos da UFBA.

prelado sergipano respondeu às inquirições de Manoel Ferreira Santos e apresentou as decisões tomadas na solução dos impasses.

1) – Sua Carta de 26.06.77, referente à igreja da Ordem Terceira de Carmo em São Cristóvão, veio acompanhada de uma cópia de um informe do Sr. Manoel Ferreira Santos, funcionário do Iphan destacado em Sergipe. Tenho a declarar que as informações do Sr. Manoel Ferreira Santos são todas procedentes. Realmente, tendo falecido o último irmão da Ordem Terceira do Carmo, que cuidava da igreja do chamado Carmo Pequeno, em São Cristóvão a Ordem dos Frades carmelitas, de Salvador, declarou não ter mais, há muitos anos, nenhuma vinculação com a Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão, e que a chave da igreja do Carmo Pequeno fosse entregue ao Arcebispo de Aracaju, a quem cabia solucionar o caso. Eu mandei entregar a chave da mencionada igreja (que tanto deve de sua conservação ao Iphan) ao Vigário de São Cristóvão, mas um elemento ligado ao grupo que se interessa em manter o controle da referida igreja colocou um segundo cadeado na porta do citado templo. O fato criou um mal-estar na cidade. Esperei que os ânimos se acalmassem, e agora tenho a satisfação de informá-lo de que está tudo regularizado. Na quarta-feira da semana passada, empossei, com uma missa solene, a diretoria de uma nova associação que sucede à extinta Ordem Terceira do Carmo, de São Cristóvão, cujo presidente nato é o Vigário do São Cristóvão em exercício, e que conta com trinta associados. Antes, eu fizera uma reunião com os elementos interessados no assunto, e tudo foi esclarecido em paz. Assim, já está tudo regularizado, a igreja funcionando normalmente, e agora com o horário certo para a visita dos turistas, pois realmente a citada igreja contém preciosos objetos de arte sacra Graças a Deus, chegamos em paz e sem atritos, ‘a porto e salvamento’, para o contentamento de todos.¹⁰⁶

¹⁰⁶ INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Acervo documental. Caixa 1. *Correspondência*. Pacotilha 7. Correspondência expedida da década de 1970. Documento n° 7.15.

Nessa correspondência, Dom Luciano Cabral Duarte informa sobre a destituição oficial da Ordem Terceira do Carmo e sua substituição por uma associação constituída por trinta leigos da cidade de São Cristóvão: 15 homens e 15 mulheres. Era a Associação Nossa Senhora do Carmo. A Associação foi fundada oficialmente por meio de uma missa celebrada pelo arcebispo de Aracaju na Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, no dia 22 de setembro de 1977. Antes da missa, ocorreu na mesma igreja uma reunião entre o arcebispo, os frades franciscanos e os envolvidos na disputa pela posse da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Dom Luciano Duarte, ao presidir a reunião, buscou explicar as motivações da extinção da Ordem, em decorrência da ausência de jurisdição dos religiosos sergipanos acerca dos assuntos do Carmo. Ele apresentou como solução a criação da associação, presidida pelo pároco da cidade e respaldada na hierarquia religiosa. Com isso, a partir do dia 22 de setembro de 1977, os leigos continuavam com a responsabilidade de organizar a romaria do Senhor dos Passos, mas sob a coordenação do vigário paroquial.

Com a extinção da Ordem Terceira do Carmo e a criação de uma nova associação leiga, a documentação produzida pelos terceiros ao longo do século XX ficou sob os cuidados dos frades franciscanos e com o tempo desapareceu. A Ordem Terceira passou a ser vista como a irmandade de elite sem registros documentais, desprovidas de pistas sobre o seu passado. Estudiosos da referida ordem, como Roberta Barcellar Orazem lamentaram “a falta de documentação sobre a Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão”.¹⁰⁷ Essa documentação somente foi localizada em março de 2012, após uma reforma realizada pelos frades carmelitas e trouxe a lume os registros documentais ocultados pelos franciscanos.

A situação complicou-se ainda mais a partir do dia 21 de novembro de 1982, quando a Arquidiocese de Aracaju doou o prédio do Con-

¹⁰⁷ ORAZEM, Roberta Barcellar. *A representação de Santa Tereza D'Ávila nas igrejas da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira/Bahia e São Cristóvão/Sergipe*. Salvador, 308 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). UFBA, 2009.

vento do Carmo para as monjas beneditinas. Com isso, foi criado o Mosteiro Nossa Senhora da Vitória e a memória carmelitana da primeira capital de Sergipe praticamente desapareceu. As monjas permaneceram no convento até o dia 13 de maio de 2003. Nesse mesmo dia, os frades carmelitas voltavam a São Cristóvão, para a re-fundação do Convento do Carmo na cidade.¹⁰⁸

Com a presença carmelitana em São Cristóvão, novos conflitos emergiram, com alianças recriadas e impasses acerca do controle da imagem do Senhor dos Passos. No dia 20 de maio de 2010, o arcebispo de Aracaju, Dom Palmeira Lessa, publicou um decreto com orientações acerca da imagem e da romaria do Senhor dos Passos.¹⁰⁹ Esse decreto determinou que a romaria do Senhor dos Passos seria controlada pelo vigário, enquanto a imagem passaria a ser de responsabilidade de quem ocupasse o Convento do Carmo. Além disso, o documento eclesiástico proibiu a saída da imagem em peregrinação por outras cidade, com a sugestão de uso de réplicas. Era o prenúncio de novas inquietudes.



¹⁰⁸ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 47.

¹⁰⁹ ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. Decreto sobre a Festa do Senhor dos Passos. Aracaju, 20 de maio de 2010.



MEMÓRIAS DA TRAGÉDIA: A PATRIMONIALIZAÇÃO DA ROMARIA



FIGURA XV: Charola do Senhor dos Passos na Igreja Matriz com devota na lateral. Segundo domingo da Quaresma de 1935. Acervo Janaína Couvo.

Era o mês de outubro de 1941. Ao raiar do dia, crianças de Aracaju se deslocavam pelas ruas da cidade, com mochilas nas costas, empolgadas com o momento que vivenciavam. Era dia de aula. Aula de História. O entusiasmo visível era em decorrência da novidade, pois os estudantes da quarta série do Colégio Tobias Barreto teriam uma aula de História do Brasil na cidade de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe.

Naquele dia, guiados pelo jovem professor José Calasans Brandão da Silva,¹ os alunos da escola particular e militarizada² iriam conhecer a História de Sergipe nas ruas da velha capital, ao visitar templos, casarões e ladeiras que simbolizavam o passado sergipano, capítulos de uma história que insistia em estar presente, sobrevivente, talvez agonizante por meio das ruínas, das paredes escuras, da decadência. De qualquer forma, a atividade pedagógica despertou a atenção dos alunos e de parte da imprensa local, que passou a descrever algumas atividades e chegou a publicar o relatório produzido por um dos discentes.

A viagem entre Aracaju e São Cristóvão teve início às sete horas e cinco minutos e durou mais de uma hora, até que do ônibus os alunos vislumbraram as torres e sobrados da velha cidade. A primeira capital

¹ José Calasans Brandão da Silva nasceu em Aracaju no dia 14 de julho de 1915. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia e entre 1938 e 1947 foi professor de inúmeras instituições educacionais de Sergipe, como o Colégio Atheneu Sergipense, Escola Normal Rui Barbosa, Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Colégio Tobias Barreto. Sobre a trajetória docente de Calasans em Sergipe pode ser consultado: COSTA, Silvânia Santana. *Espaços construídos, posições ocupadas: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe*. São Cristóvão, 2011. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, NPGED, 2011. Além disso, o professor Calasans atuou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe como sócio (a partir de 1938), secretário, orador e presidente (1945-1947). Os dados biográficos podem ser averiguados em: NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *José Calasans e Camudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008. DANTAS, Ibarê. *História da casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012, p. 172-187. BARRETO, Luís Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

² O Colégio Tobias Barreto pertencia a José de Alencar Cardoso e refletia a ação dos militares sergipanos que tentavam criar uma escolar militar.

dos sergipanos emergia diante do olhar atento dos jovens estudantes. Do mesmo modo, a cidade emergia como espaço pedagógico do ensino de História e como patrimônio histórico, digna de ser preservada como lócus significativo do processo de conquista lusitana em terras brasílicas.

Assim, no dia 22 de outubro de 1941, o jornal da cidade de Aracaju, “O Nordeste”, publicou a reportagem “Cidade berço de Sergipe”,³ produzido pelo aluno José Bonifácio Fortes Neto⁴ que participou das atividades educativas. É interessante discutir a preocupação do então jovem professor em expor suas atividades profissionais por meio da visão dos seus discentes. O texto evoca a duas constatações que a todo instante parecem convergir: o valor histórico da cidade e a erudição do professor. Certamente se trata de uma descrição que passou pelo crivo revisor de Calasans e explicita o intento de constatar a inovação didática do mestre. O professor é apresentado por meio de termos elogiosos como “talento moço e sadio, notável pesquisador das coisas úteis e interessantes da História do Brasil”.⁵ Tais termos expressam que não se tratava de apenas um professor, mas de um intelectual estudioso investigador da história local.

Para o jovem articulista, tratava-se de uma viagem educativa e possuía um único objetivo: aprender, ou seja, os alunos foram “co-

³ O referido jornal noticiou da seguinte forma: “Os quartanistas do colégio Tobias Barreto excursionaram à S. Cristóvão para ouvirem uma aula de história de Sergipe do professor José Calazans Brandão”. FORTES NETO, José Bonifácio. Cidade berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, Ano IV, n° 584, 22 de outubro de 1941, p. 3.

⁴ José Bonifácio Fortes Neto (1926-2004) foi um importante intelectual sergipano do século XX. Filho de Arísio Fortes, fez seus estudos iniciais no Colégio Tobias Barreto e graduou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Atuou como promotor, juiz de Direito e professor de Direito Administrativo. Além disso, produziu inúmeros artigos na imprensa sergipana, além do opúsculo “Evolução da paisagem Humana da Cidade de Aracaju”, publicada pela Livraria Regina em 1956. Foi membro da Academia Sergipana de Letras e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Sobre a sua trajetória intelectual confira: BARRETO, Luís Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. BARRETO, Luís Antônio. Bonifácio Fortes. *Infonet*. Aracaju, 2004. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=29077&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Consultado em: 27 de outubro de 2013. DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

⁵ FORTES NETO, José Bonifácio. Cidade berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, Ano IV, n° 584, 22 de outubro de 1941, p. 3.

nhecer de perto a relíquia dadivosa, a jóia mais preciosa”.⁶ A primeira capital dos sergipanos aparecia como um símbolo do passado, um monumento,⁷ a ser utilizado como recurso didático nas aulas de História. Pode-se inferir que a cidade é representada sob a perspectiva de constatar a historicidade, a persistência de um passado que permanecia no presente. São Cristóvão foi apresentada como uma evocação aos tempos idos, ícone da memória colonial brasileira. O jovem autor do relatório afirma que:

É uma cidade antiga, de estilo é colonial e lembra Salvador. É uma cidade de monumento, onde tudo é História, recordações de Sergipe outrora. Tudo nela lembra uma odisséia grandiosa; seu ar tem o suave aroma colonial do século XVII; suas velhas, inúmeras e silenciosas Igrejas são através dos séculos uma culta e inepagável marca da religião de um povo.⁸

Percebe-se uma clara conotação em apresentar a cidade como elo entre o presente e o passado. Não se tratava de qualquer passado, mas sim do período colonial, da fase de edificação da sociedade brasileira. Palavras como velha e antiga remetiam a idéia de longevidade, de permanência ou, talvez, o termo mais apropriado, remetia a sobrevivências de outras épocas nos tempos de modernidade. Até mesmo o aroma do lugar seria capaz de transportar para os idos do século XVII.

Outra característica que não pode ser negligenciada na assertiva é a questão mnemônica. São Cristóvão emergiu no discurso com um espaço de confluências de memórias. Primeiro na comparação com outros centros urbanos do período colonial, já reconhecidos como pa-

⁶ FORTES NETO, José Bonifácio. Cidade berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, Ano IV, nº 584, 22 de outubro de 1941, p. 3.

⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977].

⁸ FORTES NETO, Bonifácio. Cidade Berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, 22 de outubro de 1941, p. 2.

trimônio histórico nacional, como foi o caso de Salvador.⁹ Nesse sentido, aparentemente houve a preocupação em inserir a primeira capital sergipana no rol dos grandes centros históricos do país.¹⁰

O segundo ponto mnemônico tange à História de Sergipe. Bonifácio Fortes Neto foi categórico ao afirmar que na cidade “tudo é História”. Mas o que seria esse tudo? Que História seria essa? O próprio autor apresentou alguns indícios relevantes para a elucidação de tais questões. Ao que tudo indica, a visita guiada ao centro de São Cristóvão teria despertado o olhar para as edificações de sobrados e igrejas, ou seja, dentro dos parâmetros institucionalizados pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O articulista trata das “recordações de Sergipe outrora”, ou seja, apesar da localidade possuir um patrimônio edificado no mesmo patamar dos mais relevantes centros históricos do Brasil, ali havia um elemento diferenciador, que era justamente o fato de remeter ao passado local, da busca por um sergipanismo,¹¹ termo muito utilizado pelo professor Calasans em textos publicados nos anos subsequentes. Além de se tratar de uma história estadual, havia outra característica implícita nessa historicida-

⁹ As primeiras cidades que tiveram seus sítios históricos tombados como patrimônio nacional foram Diamantina, Congonhas do Campo, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Serro e Tiradentes. Cf. BRASIL. *Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tomo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acessado em: 14 de outubro de 2013.

¹⁰ A cidade de São Cristóvão foi elevada a categoria de cidade histórica a nível estadual pelo Decreto-lei Nº 94 de 22 de junho de 1938, no governo do interventor estadual Eronides Carvalho. O reconhecimento nacional ocorreu em 1967. Todavia, em 1941, o Convento Santa Cruz dos franciscanos foi tombado nacionalmente e, em 1943, foram incluídos na lista de monumentos salvaguardados pela União a Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o complexo do Carmo (convento, igreja e Ordem Terceira). Em agosto de 1939, o presidente do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco realizou uma visita oficial ao estado de Sergipe, no intuito de “investigar os monumentos históricos de Sergipe.” Nessa visita, os intelectuais José Calasans, o arquiteto José de Souza Reis (assistente técnico do SPHAN) e o auxiliar técnico Eurico Hess acompanharam o presidente. Cf. FOLHA DA MANHÃ. Em Sergipe. *Folha da Manhã*. Ano 2, Nº 449, 13 de agosto de 1939, p. 1.

¹¹ Intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe desde os primeiros decênios do século XX discutiam questões atinentes ao sergipanismo, ou seja, aos elementos culturais que faziam do habitante do estado diferente dos vizinhos baianos e alagoanos. Entre tais pensadores, destacou-se o próprio José Calasans Brandão da Silva. SILVA, José Calasans Brandão da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26ª. Aracaju, 1965, p. 46-57.

de de São Cristóvão, pois nela “tudo lembra uma odisséia grandiosa”. Era a ação dos grandes homens, dos feitos políticos, das guerras de conquista da terra e resistência ao invasor. Nas aulas de História do Brasil ministradas pelo professor Calasans, Sergipe roubava alguns capítulos, tingindo com cores locais a experiência histórica nacional.

A aula do jovem professor discorreu sobre elementos defendidos pela política cultural do Estado Novo, como bem expressa Ângela de Castro Gomes, constituíam “um certo conjunto de medidas voltado para o que se chamou, na época, ‘a recuperação do passado nacional brasileiro’”.¹² Nesse enredo de reconstrução de uma identidade e de tombamento do patrimônio histórico nacional, o professor Calasans atuou como delegado¹³ estadual do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos primeiros anos após a criação da instituição.¹⁴ Desse modo, ao tentar inovar em sua prática docente, estava também atuando de acordo com as premissas de seu cargo administrativo.

É evidente que não existia um projeto uníssono a respeito da questão patrimonial no Brasil. Estudos como o de Martha Abreu e Ângela de Castro Gomes explicitam a pluralidade de projetos que visavam delinear ou redefinir a identidade nacional,¹⁵ incluindo propostas

¹² GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Luso-Brazilian Review*. Vol. 36, n° 2, 1999, p. 1.

¹³ O professor José Calasans foi um dos integrantes da comitiva que recebeu o primeiro diretor do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco, em viagem realizada a Sergipe em agosto de 1939. Segundo Ibarê Dantas, em 1941 o interventor do Estado de Sergipe, Eronides de Carvalho “nomeou o professor sergipano delegado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Sergipe. DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012, p. 172.

¹⁴ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937, em plena vigência do Estado Novo e como desdobramento do Decreto-Lei N° 25 de 30 de novembro de 1937, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; assim como do artigo 134 da Constituição Federal de 1937, que preconizava o seguinte: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.” BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1937. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf?sequence=4. Acessado em: 27 de outubro de 2013.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha Campos. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*. Vol. 13, n° 26. 2009, p. 1-14.

como a de Mário de Andrade que apresentava uma perspectiva ampla da concepção patrimonial, inserindo questões atinentes ao universo imaterial. Pelo relato de Bonifácio Fortes, a aula na cidade de São Cristóvão, assim como os seus registros de ações acerca da atuação do SPHAN em Sergipe,¹⁶ é possível asseverar que o foco do intelectual no que tange ao patrimônio no Brasil priorizou a questão do patrimônio edificado, especialmente os templos católicos.

Essa atuação do professor Calasans no SPHAN foi relativamente tímida e efêmera, pois ficou na instituição ao longo de cinco anos, nos quais foi o responsável pela indicação e elaboração das justificativas dos primeiros tombamentos dos monumentos históricos em Sergipe.¹⁷ A parca documentação acerca das ações de tombamento e preservação dos monumentos históricos em Sergipe comprovam uma série de dificuldades, como a ineficiência no acompanhamento das obras de restauração e na vigilância dos bens. Por outro lado, ao que tudo indica o intelectual priorizou os seus estudos acerca das práticas culturais das camadas populares, por meio do registro da oralidade como fonte de investigação.¹⁸ Buscou atender as diretrizes de cada instituição em que atuou, por entender as práticas culturais como fonte de pesquisa acerca do passado, mas não como patrimônio digno de políticas de preservação.

¹⁶ No Fundo José Calasans do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe constam destinadas ao intelectual ao longo de sua trajetória, especialmente no período em que atuou em terras sergipanas. É considerável destacar as epístolas que denunciavam as ações de moradores e membros das ordens religiosas que reformavam sobrados, conventos e igrejas sem respeitar as práticas de preservação do estilo arquitetônico. Ao que tudo indica, a atuação de Calasans como delegado do SPHAN em Sergipe foi voltada para a questão da preservação do patrimônio edificado.

¹⁷ Ao longo da década de 40 Calasans atuou em importantes instituições sergipanas, como o IHGSE e a Delegacia Estadual do SPHAN. Além disso, publicou nas revistas do IHGSE e de Aracaju. Nas correspondências que recebeu do superiores do SPHAN é possível perceber um tom de reclamação por suas deficiências na vigilância dos bens tombados, pois muitas vezes Calasans soube das reformas inapropriadas nos sobrados de São Cristóvão por meio de cartas recebidas de Salvador e do Rio de Janeiro.

¹⁸ José Calasans destacou-se com seus estudos antológicos a respeito do cangaço e de Canudos, como na obra pioneira sobre o folclore da cachaça. Cf. CALASANS, José. Aspectos folclóricos da cachaça. *Revista de Aracaju*. Número 1. Aracaju, 1943.

Todavia, o relatório produzido pelo seu discente elucida outras possibilidades de interpretação. Bonifácio Fortes Neto documenta a passagem do professor e seus discípulos pelo claustro e igreja da Ordem Terceira do Carmo. Certamente foi o momento em que dois elementos até então ausentes de suas preleções se fizeram presente: o patrimônio imaterial e as camadas populares.

Vimos depois o claustro, que é pequeno e comum, de notável observamos o “Pateo dos Milagres”, onde se encontram as ofertas do povo católico ao Nosso Senhor dos Passos como prêmio às suas milagrosas graças. Entramos depois na nave central da Ordem Terceira onde vimos várias Imagens tradicionais das quais destacou-se a de Nosso Senhor dos Passos, alvo das Romarias de toda a população católica de Sergipe.¹⁹


Esse registro evidencia que a romaria do Senhor dos Passos da velha cidade era alvo do ensino de História, símbolo do passado e prova incontestada no tempo presente das práticas devocionais do povo simples de Sergipe. Por alguns instantes, as duas instâncias do patrimônio se encontravam, pois a romaria se tornava indício cabal de uma centralidade da velha urbe no cenário religioso estadual. Possivelmente, a solenidade religiosa aparecia como um vestígio da história da população pobre sergipana. A simplicidade do espaço sagrado se contrastava com a notabilidade dos ex-votos, dos milagres, das promessas que registravam o testemunho da população marginalizada, assim como a força pungente da religiosidade das camadas populares. Todavia, a cena teve como protagonista a imagem devocional do Senhor dos Passos, alvo das devoção “de toda população católica de Sergipe” e tida por milagrosa. A romaria dos Passos era digna de ser registrada. Naquele parágrafo, era explicitada a importância da referida solenidade religiosa para o entendimento do povo pobre de Sergipe.

¹⁹ FORTES NETO, Bonifácio. Cidade Berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, 22 de outubro de 1941, p. 2.

Essa terceira parte do livro tem como foco a questão patrimonial em torno da devoção ao Senhor dos Passos. Assim, a discussão está dividida em três capítulos. O primeiro, destaca o patrimônio material imóvel, discorre sobre os monumentos que se tornam cenário da romaria dos Passos e as políticas públicas de preservação. No segundo, o foco passa a ser os bens móveis integrados no enredo da romaria, ou seja, as imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade, com ênfase para as narrativas que a população faz sobre a trajetória das obras de arte. Por fim, no terceiro momento, discutiremos o patrimônio imaterial, ou seja, a apropriação da romaria como bem sergipano, com destaque para as aproximações e os distanciamentos entre as ações das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e o olhar da população sobre seus bens.



AS RUAS DAS AMARGURAS: O PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL



Aula ministrada por José Calasans nas ruas de São Cristóvão nos idos de 1941, revelou uma ação política, voltada para a preservação da memória nacional e de construção de uma identidade que tinha como pilar o passado colonial. Essa política cultural do Estado Novo fez com emergissem ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico, especialmente os monumentos de grande “valor artístico”. Desse modo, o SPHAN passou a gerir a política nacional de preservação da memória nacional, acompanhado de ações similares nos estados implementadas pelos interventores.¹

¹ Do mesmo modo que ocorreu o tombamento pelo SPHAN de importantes monumentos, o governo de Sergipe também fomentou a preservação do patrimônio histórico estadual e decretou o tombamento de igrejas e sobrados considerados relevantes para a história local.

Em Sergipe, a política cultural de Estado voltada para a preservação do patrimônio histórico consolidou-se no final da década de 30 do século XX, ou seja, no mesmo contexto de criação do SPHAN.² Como já foi discutido anteriormente, José Calasans passou a atuar como representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Sergipe e elaborou um inventário dos bens culturais que deveriam ser tombados pela instituição maior na preservação dos monumentos no Brasil. Todavia, em 1938, antes mesmo da conclusão do inventário e da chancela nacional, o governo estadual decretou o primeiro tombamento de um bem cultural sergipano, ao considerar a cidade de São Cristóvão como “conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico, elevado à categoria de monumento estadual e nacional.”³ Por meio desse ato, todo o centro histórico da primeira capital sergipana era elevada à categoria de monumento histórico, testemunho de um passado de interesse não somente estadual, mas também nacional.

Contudo, esse primeiro decreto-lei voltado para a preservação do patrimônio histórico sergipano não deve ser visto exclusivamente como fruto de uma ação isolada de José Calasans, nem tampouco como resultante das ações da política nacional. Apesar de reconhecermos as respectivas relevâncias das duas instâncias, é preciso enfatizar que nessa época atuavam no estado importantes intelectuais em prol do reconhecimento de obras arquitetônicas de valor histórico e cultural. Ao atuar em sociedades científicas como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Academia Sergipa-

² Segundo Ana Conceição Sobral de Carvalho as primeiras ações de preservação do patrimônio sergipano foram implementadas na segunda metade do século, com a criação da Biblioteca Pública Provincial em 1848. A autora ainda destaca outros atos isolados, como a fundação do IHGSE, em 1912, e do Arquivo Público Estadual de Sergipe em 1923. CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. *Sergipe e sua memória: atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual*. CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006, p. 18.

³ CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006, p. 37. Confirmam também. SERGIPE. *Livro de Tombo*. n° 01, fl. 2, 1938 e o Decreto-Lei n° 94, de 22 de junho de 1938.

na de Letras e o Colégio Atheneu Sergipense, a *inteligentzia* local defendia a constituição de uma política voltada para o patrimônio cultural sergipano. Eram estudiosos oriundos de áreas diversificadas, mas que propiciaram a formação de um campo de embates acerca dos elementos norteadores da formação de uma identidade, dos pilares do sergipanismo. Esses intelectuais passaram a discutir a necessidade de se implantar novas instituições culturais que possibilitassem o culto ao passado harmonioso, idealizado. Assim, os principais nomes da intelectualidade local estavam em consonância na defesa das tradições. Essa perspectiva está explícita no discurso de Carvalho Neto⁴ no ato de inauguração da Casa de Laranjeiras,⁵ um dos primeiros espaços de preservação da memória criados no interior sergipano, na cidade de Laranjeiras, outro lócus do passado sergipano idealizado e reinventado nos tempos republicanos. Esse espaço de memória seria destinado a “ilustrar a mocidade e dar-lhes exemplos para a vida, repousa em alicerces que profundamente em tradições, raízes embebidas na história desta cidade relicário”.⁶

Laranjeiras cidade é, então senhoras e senhores, todo o brilho da sua inteligência, todo o fervor de seu culto, todo o acendrado do seu patrimônio, toda a riqueza da sua lavoira, todo o desenvolvimento do seu comércio, empório dos negócios e centro das letras, naquela fase próspera nacional, que deu em Casa Grande

⁴ Antônio Manoel de Carvalho Neto nasceu na cidade de Simão Dias, Sergipe, em 1889. Casou-se, em 1912, com Vertúria Prata de carvalho e teve cinco filhos, entre os quais o renomado folclorista Paulo de Carvalho Neto. Atuou como jurista e foi eleito deputado estadual ao longo da Primeira República. Faleceu em Aracaju no ano de 1954. LIMA, Maria do Socorro. *República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (198-1921)*. São Cristóvão 301 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, 2008, p. 25.

⁵ A Casa de Laranjeiras foi um dos principais centros culturais de Sergipe na década de 40 do século XX. Nela funcionaram escolas, diretório municipal de geografia e estatística, além do Museu Histórico Horácio Hora. O referido museu foi criado por decreto municipal nº 31 de 16 de março de 1942. Nesse período a cidade tinha como prefeito Francisco Alberto Bragança de Azevedo. SANTOS, Cláudio de Jesus. Da Bibliotheca Provincial ao Museu Sergipano de Arte e Tradição: algumas notas sobre a formação do pensamento museológico em Sergipe. *Museitec: Museologia, tecnologia e patrimônio cultural*. Vol. 1, nº 1. 2013, p. 8.

⁶ CARVALHO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. nº 1. Aracaju, 1943, p. 47-48.

e Senzala um símbolo do nosso feudalismo pacífico e tolerante, entremeio de escravatura e liberdade, não fazendo dos senhores inimigos dos escravos, antes reconhecendo e estreitando entre êles os laços de fraternidade humana.⁷

O discurso proferido pelo então Secretário Geral do Estado ratifica uma preocupação com o processo de formação das novas gerações. Essa deveria está pautada nos exemplos dos grandes homens, nos alicerces da tradição. Apesar de viverem tempos de guerra, o foco da política cultural naquela ocasião era o caráter civilizatório que uma casa de história poderia fomentar, ao buscar raízes de um passado idealizado, harmonioso, sem conflitos sociais. Na ótica do representante do governo estadual, o passado local era o exemplo para as novas gerações de trabalhadores. O passado ordeiro de integração entre o senhor e o escravo era o alicerce para fomentação das relações cordiais entre o patrão e o trabalhador livre, apresentado como herdeiro do cativo.

A influência da obra de Gilberto Freyre é notória ao longo de todo o discurso, que busca legitimar a ideia de fraternidade entre senhores e escravos, entendido como exemplo para as relações trabalhistas de meados do século XX. A criação de uma casa de memória foi justificada pela necessidade de se forjar uma sociedade civilizada, com a formação das novas gerações substanciada pela história do país. O conhecimento do passado local e nacional eram um dos fundamentos na construção da civilização nacional, pois a sociedade deveria “tirar das tradições de Laranjeiras os motivos de seu renascimento, certos que só os povos que tem história se renovam e se perpetuam”.⁸ Trata-se de um espaço no qual se criaria a possibilidade de construir o ufanismo, fortalecer o patriotismo, difundir a cultura política do Estado

⁷ CARVALHO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. n° 1. Aracaju, 1943, p. 51.

⁸ CARVALHO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. n° 1. Aracaju, 1943, p. 56.

Novo, reabrindo os “olhos curiosos dos contemporâneos, orgulhosa de ter um passado, de ter uma história e de ter o que contar.”⁹

Na tribuna da nova instituição fundada na cidade que reunia o segundo maior acervo tombado pelo SPHAN em Sergipe, Carvalho Neto¹⁰ ressaltava a importância da história na construção de um projeto de futuro. Mais do que isso. A fundação da Casa de Laranjeiras significou a possibilidade de empreender a saga de redimir o povo por meio da vitória da civilização. O político sergipano destacou que “assim pode - a Casa de Laranjeiras - contar, para os seus novos filhos, a sua própria história, tecida do fio delicado desses costumes, desses modismos, do envolver de sua civilização”.¹¹ Contar a história, ao que tudo indica, era uma das premissas da cultura política do Estado Novo em Sergipe. Além do tombamento dos principais monumentos, da escrita de textos de teor histórico e da fundação de centros culturais, foi notória a presença de intelectuais nos embates acerca da memória sergipana, com destaque para José Calasans e José Augusto Garcez.¹² Segundo Ana Conceição Sobral de Carvalho:

A primeira metade do século XX foi marcada pela presença de estudiosos que lutavam pela consolidação de uma política de preservação da memória sergipana. Alguns nomes destacaram-se, como José Augusto Garcez, Jordão de Oliveira, Lauro Fontes, José Calazans, Jenner Augusto, Junnot Silveira, os irmãos Florival e Álvaro Santos, Epiphânio Dórea, Núbia Marques, Urbano

⁹ CARVALHO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. nº 1. Aracaju, 1943, p. 48.

¹⁰ Antônio Manoel de Carvalho Neto foi um jurista sergipano com forte atuação no campo da gestão escolar, na qual exerceu o cargo de diretor da instrução pública de Sergipe entre 1918 e 1921. Cf. LIMA, Maria do Socorro. *República, Política e Direito*: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

¹¹ CARVALHO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. nº 1. Aracaju, 1943, p. 48.

¹² José Augusto Garcez foi o responsável pela criação do terceiro museu de Sergipe, denominado Museu de Arte e Tradição, fundado em 1948. Sobre o tema pode ser consultado: GARCEZ, José Augusto. *Realidade e Destino dos Museus*. Aracaju. Livraria Regina, 1958. SANTOS, Pedrinho. *Instituições culturais de Sergipe*. Aracaju. Vol. I. 1984. DORIA, Epifânio. *Museus. Sergipe Jornal*. Aracaju, n. 13.970, 13/01/1959, p. 1 e 2. NUNES, Verônica Maria Menezes.

Neto, entre outros. Nesse período foi registrado o primeiro tombamento da cidade de São Cristóvão, através do Decreto N° 94 de 22 de junho de 1938, pelo Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho.¹³

A interventoria de Eronides de Carvalho passou a implementar ações em defesa da preservação dos monumentos considerados dignos e grandiosos para a construção da história e entendimento do passado da nação. O tombamento do sítio histórico da primeira capital sergipana não foi fruto do acaso. Pelo contrário, legitimou a preocupação em se constituir em território estadual uma espaço que fosse representativo das “coisas do passado”. Em suma, simbolizava a consagração oficial do espaço da tradição.¹⁴

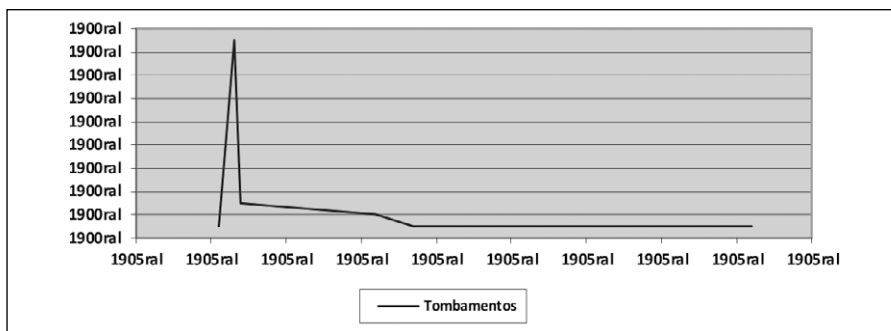
A partir do levantamento realizado por José Calasans, o SPHAN passou a reconhecer e identificar os monumentos sergipanos dignos de preservação - tombamento. O reconhecimento dos edifícios sergipanos como monumentos nacionais alcançou maior ênfase nos primeiros anos da década de 40 do século XX, ocasião na qual 21 bens foram reconhecidos pelos SPHAN. Trata-se justamente do período em que José Calasans foi o representante da instituição em Sergipe. Observe o Gráfico I¹⁵ dos tombamentos do SPHAN em Sergipe:

¹³ CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. Sergipe e sua memória: atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual. CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006, p. 19.

¹⁴ Refiro-me a consagração oficial por entender que, desde o século XIX, a cidade de São Cristóvão era tratada como sinônimo de passado, da decadência e da tradição. Essa perspectiva é constante na imprensa local, principalmente quando se refere às festas e procissões da cidade.

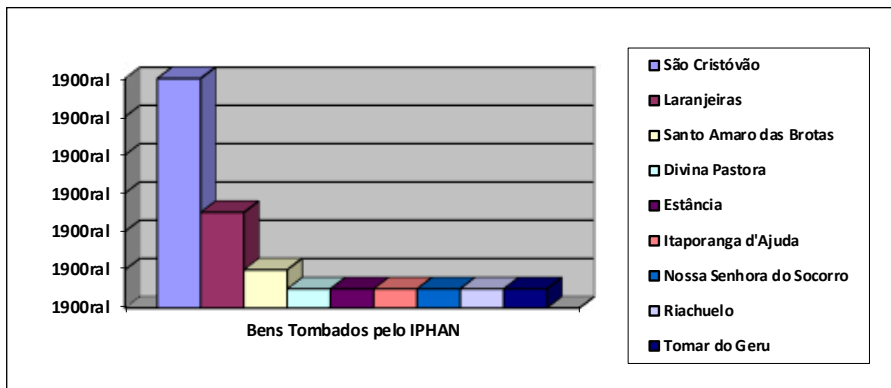
¹⁵ Os dados desse gráfico foram levantados na lista de bens culturais inscritos nos livros de tombo do IPHAN. BRASIL. *Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acessado em: 14 de outubro de 2013.

GRÁFICO I. Tombamentos em Sergipe (1941-2012)



Os dados do gráfico revelam uma grande concentração do reconhecimento dos bens culturais de Sergipe nos primeiros anos da década de 40, ou seja, nos primeiros momentos de atuação do SPHAN e de construção da memória nacional. Nesse sentido, 80,7% dos monumentos tombados a nível federal em Sergipe foram reconhecidos entre 1941 e 1944, fato que reforça a hipótese de que os tombamentos estavam atrelados à política cultural do Estado Novo no intuito de consolidar um estilo de arte nacional e uma história comum. Ao todo, nove municípios sergipanos foram contemplados com o tombamento de monumentos, sendo as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras as que apresentaram o maior número de bens reconhecidos. No tocante a distribuição dos bens culturais pelos municípios sergipanos se estabelece a seguinte composição:

GRÁFICO II. Bens Culturais de Sergipe Por Município



São Cristóvão tornou-se oficialmente a cidade guardiã dos monumentos nacionais. A concentração de edifícios reconhecidos pelo SPHAN simboliza a notoriedade a qual a primeira capital sergipana possuía na representação simbólica da tradição. Provavelmente, em 1942, o professor José Calasans já estivesse concluído a lista dos monumentos sergipanos, assim como redigido a justificativa para o tombamento. Por meio dessa perspectiva, a aula ministrada nas ruas da cidade teve como anseio central a defesa de sua argumentação, uma prévia acerca da cidade-monumento, a enaltecer as características arquitetônicas e as narrativas sobre episódios que marcaram a trajetória de sobrados e igrejas.

Nesse sentido, a história era narrada pelas ruas, pelos mesmos cenários em que os episódios marcantes da experiência história do estado tinham ocorrido. Desse modo, percebe-se que a aula de Calasans em São Cristóvão e a fundação da Casa de Laranjeiras, realizadas no mesmo ano, expressavam uma faceta da política cultural atrelada à cultura política do Estado Novo. Era a consagração de espaços da história, com uma narrativa comum e pacificadora acerca do passado e um projeto comum de se formar uma sociedade pautada no ufanismo, no poder de organização centralizador do Estado e de civilização. Um sinal da articulação da política cultural com o Estado Novo é que a Casa de Laranjeiras foi fundada durante o governo do interventor Augusto Maynard Gomes, enquanto a cidade de São Cristóvão foi elevada a monumento estadual e nacional por decreto do interventor Eronides de Carvalho, ou seja, os dois principais aliados de Getúlio Vargas no estado, que ao longo de todo o Estado Novo disputaram a hegemonia política em Sergipe.¹⁶

Contudo, o cenário da romaria ainda sofria ameaças. Apesar da proteção nacional assegurada pelo SPHAN, muitos dos casarões e especialmente das igrejas sofriam com as reformas, pois não se respeitava a política de preservação patrimonial. Muitos proprietários dos imóveis tombados ou de edifícios na área do centro histórico insistiam em realizar reformas que alteravam o estilo das construções e

¹⁶ Ao longo do período do Estado Novo ocorreu uma intensa disputa entre Eronides de Carvalho e Augusto Maynard pelo domínio político de Sergipe.

em muitos casos provocaram danos irreversíveis. Assim, a atuação de José Calasans no âmbito do SPHAN em Sergipe não se limitou ao registro e indicação das edificações a serem reconhecidas nacionalmente, mas também engendrou pelo campo da defesa pela preservação na própria comunidade, ao tentar convencer os moradores da relevância para Sergipe em salvaguardar a memória acerca do passado local.

Essa atuação do SPHAN sofreu importantes resistências, especialmente das novas ordens religiosas que ocupavam os espaços, até o início do século XX, pertencentes às irmandades. Na igreja conventual do Carmo, as irmãs Missionárias da Imaculada Conceição passaram a fazer mudanças substanciais, com a exclusão dos inúmeros altares laterais que formavam um dos mais belos monumentos artísticos de Sergipe. Esses altares pertenciam às antigas irmandades que tinham seus oragos na igreja, entre as quais a do Glorioso Santo Antônio do Carmo e de Nossa Senhora da Boa Morte. Ao todo, a igreja possuía seis altares nas laterais do templo, três em cada lado. Com a saída das religiosas, restavam apenas dois. Com isso, as reformas promovidas pelas irmãs não somente iam de encontro com as diretrizes do SPHAN, como também promoviam um processo de eliminação dos vestígios da memória devocional das antigas irmandades em Sergipe.

No Brasil republicano, marcado pelo discurso modernizador e amparado pela busca das reformas das cidades, os lugares de memória devocional se tornaram um dos principais alvos, com a demolição de templos para abertura de ruas e modernas avenidas.¹⁷ Assim, além da destituição das irmandades e confrarias, também passaram a desaparecer os sinais físicos das antigas devoções, com o processo de demolição dos templos na formação da modernidade republicana. Nesse sentido, o ideal das reformas empreendidas no Brasil, a partir

¹⁷ A demolição de templos no centros das cidades foi comum ao longo da primeira metade do século XX. Temos como alguns exemplos a demolição da Igreja dos Jesuítas em João Pessoa, da antiga Sé Primacial do Brasil em Salvador e o caso mais emblemático, a demolição do Morro do Castelo e conseqüentemente o desaparecimento da Igreja dos Jesuítas e da Catedral São Sebastião do Rio de Janeiro. Cf. SANTOS, Núbia Melhem (Org.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

dos primeiros momentos do século XX, estavam em sintonia com o discurso da reforma devocional católica. Elas promoviam a higienização das cidades, com aberturas de avenidas amplas, arejadas e arborizadas, assim como a demolição de templos e altares das antigas confrarias para promover a melhoria da estética, redefinição da hierarquia religiosa e renovação devocional.

No caso da cidade de São Cristóvão, desde o início do século XX, muitas de suas igrejas se encontravam em estado de conservação precário. A igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios e o Hospício dos Capuchinhos estavam em ruínas. As igrejas de São Miguel Arcanjo e do Sagrado Coração de Jesus não mais existiam. As capelas da Santa Cruz encontravam-se arruinadas ou em estado precário de preservação. Já as igrejas sedes das antigas irmandades de pardos e negros estavam em situação degradante, com riscos de desabamento. Em 1942, quando ocorreu a aula-passeio da turma do Colégio Tobias Barreto com o professor Calasans, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos estavam arruinadas, um sinal da negligência com os templos no período pós-fechamento das irmandades, ocorrido entre 1906 e 1907. Possivelmente, a extinção das irmandades e confrarias fez com que se constituísse um cenário repleto de dificuldades para o clero manter em atividade o elevado quantitativo de igrejas do centro histórico da cidade. Ao todo existiam oito igrejas e a maior parte dessas estava com sérios problemas de conservação. A romaria dos Passos, por sua vez seguia.

É interessante destacar que as defesas da preservação do patrimônio religioso de São Cristóvão teve como argumento central os traços arquitetônicos, a antiguidade e a relevância histórica, como os elementos da conquista hispânica ou da destruição holandesa.¹⁸ As ir-

¹⁸ Sergipe foi conquistado por Cristóvão de Barros em 1590. A igreja matriz, até o final do século XIX, possuía o brasão das armas do governo de Felipe II. No início do século XVII, a cidade foi invadida e incendiada pelos holandeses. São Cristóvão permaneceu sob o domínio dos batavos entre 1637 e 1645. Após a expulsão, diferentes igrejas serviram como sede da freguesia (Rosário e Santa Casa), em decorrência do arruinamento da matriz. Cf. FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891].

mandades e procissões não foram vistas como argumento relevante, exceto no caso da igreja da Ordem Terceira do Carmo, na qual o processo menciona o claustro com os ex-votos oriundos das promessas deixadas pelos romeiros no segundo final de semana da Quaresma.¹⁹

Os monumentos tombados na cidade de São Cristóvão estavam localizados na cidade alta, no percurso das procissões que integravam a solenidade do Senhor dos Passos. Desse modo, a romaria mais importante do estado, considerada por muitos como o ápice da consagração festiva, possibilitava a integração da tradição devocional com a monumentalidade oficializada pelo Estado como símbolo do passado nacional. Os tempos míticos da Paixão se desenrolavam em um cenário perfeito: as estreitas ruas da Jerusalém sergipana. Os velhos sobrados que abrigavam a elite política estadual passavam a ser protegidos pela União e refletiam a notabilidade arquitetônica de um passado idealizado e legitimador dos herdeiros do poder.

Assim, quando ocorria a Procissão do Encontro no segundo final de semana da Quaresma, os romeiros se deparavam com igrejas imponentes em estado de abandono. É importante ressaltar o percurso da referida procissão. Ela passava por seis igrejas.²⁰ Tratava-se de um cortejo no qual se apresentava aos sergipanos os monumentos tombados pelo SPHAN, os edifícios símbolos do passado almejado por intelectuais e interventores defensores de uma cultura política do Estado Novo, ou seja, imponentes, representativos da ordem social e em estilo barroco. Eram sinais, testemunhas do passado a não ser esquecido.

¹⁹ No texto de tombamento do centro histórico consta a seguinte informação: “São Cristóvão foi fundada em fins do século XVI, por Cristóvão de Barros, sendo também nessa época transferida para o local a sede da capitania do Sergipe d’El Rey. Em 1636, a cidade: a cidade foi invadida, assaltada e incendiada pelos holandeses, só retornando ao controle do governo português em 1645. Em 1855, capital da província de Sergipe foi transferida para Aracaju. A cidade de São Cristóvão guarda um importante conjunto de edificações do período colonial”. IPHAN. *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Inscrição 040. 23 de janeiro de 1967. Processo 0785T.

²⁰ A Procissão do Encontro passava pelos seguintes templos católicos: Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, Igreja São Francisco, Capela Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia, Igreja Nossa Senhora do Amparo e finalmente as Igrejas do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo. O itinerário só não incluía a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a do Senhor dos Martírios dos Capuchinhos, que ficavam no trecho final da cidade alta, ou seja, nas imediações da Rua do Rosário que ligava a cidade a estrada que ia para Aracaju.

Assim, com o Estado Novo, a cultura política defendida pela gestão cultural de Calasans propunha não temer os tempos idos, pois tomava “o passado como inspiração”.²¹ Esse foi o caso do sobrado de balcão corrido localizado na Praça da Matriz,²² tombado pelo SPHAN em 1943.²³ Observe a Figura XVI.

FIGURA XVI: Sobrado de balcão corrido na Praça Dr. Getúlio Vargas²⁴



²¹ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Civilização Brasileira, 2007, p. 54.

²² No período do Estado Novo, a antiga Praça da Matriz passou a ser denominada Praça Dr. Getúlio Vargas, evidenciando a preocupação de se constituir uma memória do novo regime político com a nomenclatura de logradouros públicos. Essa praça tem uma grande importância na romaria do Senhor dos Passos, pois, no sábado, à noite, é a praça da chegada da Procissão do Depósito e no domingo é o local de saída da Procissão do Encontro.

²³ O livro de tomo do IPHAN registra o seguinte: “Presume-se que a construção seja datada do século XVIII. A construção foi realizada em taipa em quase toda a sua totalidade, porém, na confecção do frontispício e de alguns pilares utilizou-se alvenaria de pedra ou tijolo. O sobrado apresenta na fachada principal (piso superior) uma varanda em madeiramento possuindo entalhamento em volutas e motivos florais. O acesso à varanda é feito através de cinco portas em arco abatido, com vedação em folhas lisas. No piso inferior existem seis portas não alinhadas no mesmo estilo. A fachada lateral direita possui no piso superior quatro janelas em arco abatido e vedação em folhas lisas. A parte inferior possui cinco portas em arco abatido e folhas lisas. A fachada posterior possui duas janelas retangulares de folhas lisas. Na parte interna, o acesso ao piso superior apresenta azulejos ao longo da escada. Um dos quartos do piso superior possui dossel fixo para cama. O telhado apresenta beiral sustentado por cachorros”. IPHAN. *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Inscrição 227. 21 de setembro de 1943. Processo 307T-42.

²⁴ Sobrado de Balcão Corrido na Praça Dr. Getúlio Vargas nos anos quarenta do século XX. Autor desconhecido. Década de 40 do século XX. Acervo Particular Erundino Prado Júnior. Tanto a Procissão do Depósito como a do Encontro passavam pelo velho sobrado.

O itinerário das procissões repletas de romeiros passara a ser um passeio em torno dos monumentos reconhecidos como patrimônio nacional e reafirmava a seleção dos bens materiais a serem preservados e rememorados como símbolos de um novo país, de uma nação que não se envergonhava de seu passado. A história do Brasil poderia ser contada pelos resquícios do passado no tempo presente, nos sobrados, igrejas e solenidades que promoviam o encontro entre os tempos idos e o porvir, enfim, o prefácio dos tempos. Prova disso era o sermão do Encontro realizado na Praça São Francisco, ladeada pela Santa Casa de Misericórdia e do Convento da Santa Cruz, tombados pelo SPHAN. Observe a Figura XVII:

FIGURA XVII: Sermão do Encontro na Praça São Francisco na década de 40 do século XX²⁵



Apesar da evidente situação de precariedade dos sobrados e igrejas da cidade, não foram constatadas grandes ações de intervenção do SPHAN no tocante à preservação do patrimônio histórico do muni-

²⁵ Sermão do Encontro na Praça São Francisco. Autor desconhecido. Década de 40 do século XX. Acervo Particular Erundino Prado Júnior. Era o ponto alto da romaria dos Passos. Na fotografia destacam-se a Santa Casa de Misericórdia e os palácios do Governo e da Assembleia, com políticos nas sacadas.

cípio. O tombamento dos templos religiosos não fez inibir a ação das reformas modernizadoras da arquitetura de igrejas e conventos, o que provocou inquietações. A situação complicou-se ainda mais a partir de 1947, com a saída de José Calasans de Sergipe, fato que reduziu o entusiasmo com a pesquisa sobre o patrimônio sergipano.²⁶ Em sua gestão como representante do SPHAN em Sergipe, Calasans manteve um importante diálogo com o chefe do Segundo Distrito da instituição, Godofredo Figueiredo Filho.²⁷ O Segundo Distrito do SPHAN tinha sua sede em Salvador e era responsável pela preservação do patrimônio na Bahia e em Sergipe. No último ano de atuação como representação do SPHAN em Sergipe, José Calasans manteve um contato intenso com o superintendente regional do órgão. Godofredo Leite Filho estava preocupado com o acelerado processo de modernização da primeira capital de Sergipe. Em uma das cartas, o chefe do Distrito do Patrimônio alertou o representante sergipano do SPHAN sobre as reformas indevidas nos prédios de São Cristóvão:

Prezado Calasans: Visitando, ultimamente, a nossa velha São Cristóvão, notei que pintaram de vermelho vivo uma porta e uma janela externas do pavimento térreo do Palácio dos Governadores. Soube que o fizeram por ordem do Senhor Diretor do Tesouro, pois, naquele cômodo foi instalada a Exatoria Estadual de Rendas. Espero que Você intervenha, com a finura de sempre, vendo se consegue, pelo menos, que reparem o mal causado, igualando a pintura nova à antiga. Convirá que raspem o ver-

²⁶ Segundo Ibarê Dantas, em 1947, José Calasans migrou para Salvador no intuito de dar continuidade aos estudos e trabalhar no SESC. Na Bahia tornou-se professor da UFBA e importante estudioso do folclore e da Guerra de Canudos. DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe 1912-2012*. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 184.

²⁷ Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho nasceu em Feira de Santana, Bahia, no ano de 1904. Foi professor de Arte Brasileira na Escola Normal de Feira de Santana e de Belas Artes na Universidade Federal da Bahia. Atuou como diretor do SPHAN, como responsável pelos tombamentos de igrejas e sobrados da Bahia e de Sergipe. Faleceu em Salvador, em 1992. Cf. BRASIL, Marta Maria da Silva. *O vocabulário de Godofredo Filho*. Salvador, 208 f. Tese (Doutorado em Letras) UFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8412/1/Marta%20Maria%20da%20Silva%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

melho, aplicando, no local, o mesmo cinza-azulado que reveste as outras esquadrias.²⁸

O diálogo entre os intelectuais ocupantes de cargos no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional revela algumas frestas acerca dos embates sobre a preservação do patrimônio histórico na primeira metade do século XX. As denúncias expressam uma situação na qual os agentes públicos atuavam como sentinelas da questão patrimonial no Brasil e evitavam que novas cores tingissem a memória edificada do passado nacional. Percebe-se também a recomendação para que Calasans interviesse com “finura” para tentar reverter o quadro. Essa recomendação expressa uma relação dialógica do poder, pois o prédio em questão era o sobrado do antigo palácio provincial, tinha abrigado a família real na visita a Sergipe nos idos de 1860. Como os danos históricos tinham sido fruto de uma ordem oriunda do poder público estadual, o traquejo do representante do SPHAN deveria ser maior, para evitar querelas com as instâncias do poder. Essa situação reflete que as ações em torno da preservação do patrimônio nacional não foram uníssonas entre os representantes do governo e também não mantiveram um poder coercitivo equiparado entre as diferentes instâncias do poder civil, público e religioso. Prova disso é a carta enviada a Calasans no mesmo dia da anterior, na qual o chefe do Distrito apresenta uma postura muito mais ofensiva diante das ações das irmãs da Imaculada Conceição:

Prezado Calasans: Rogo-lhe muita especial atenção para a Misericórdia, de São Cristóvão. A Irmã Superiora tende a modernizar tudo. Desta vez, foi o saguão, que teve sacrificado seu primitivo aspecto. Mas a religiosa acalenta outros intuitos reformistas e à vezeira em burlar a nossa vigilância. Precisamos talvez de 10 em 10 dias, mandar inspecionar o prédio, ameaçado, agora, de per-

²⁸ LEITE FILHO, Godofredo. *Carta n° 20 enviada a José Calasans no dia 18 de fevereiro de 1946*. IHGSE, Fundo José Calasans, Cx. 20, doc. 59-1.

der um patamar e uma porta externa para o pátio. Se facilitarmos ou confiarmos, como de outras vezes encontraremos fatos consumados. Apesar das advertências do Dr. Rodrigo, e minhas, à Irmã Joana, ela deverá ser constantemente vigiada, e, no caso, por você, ou seu prepôsto, que estão mais perto.²⁹

Percebe-se um maior rigor no tratamento das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, especialmente com a madre superiora. A ação modernizadora implementada pela irmã Joana era visto como um atentado ao patrimônio da cidade, pondo em risco a memória nacional preservada por meio de monumentos centenários como a Santa Casa de Misericórdia. Nesse caso, o poder coercitivo da vigilância apresenta-se com maior vigor, com a recomendação de se realizar vistorias a cada 10 dias. Mesmo assim, ainda é perceptível a ineficácia dos intelectuais do patrimônio, pois apesar dos alertas do presidente nacional do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco, do chefe do Segundo Distrito do SPHAN na Bahia e do representante sergipano da instituição, a madre continuava com suas ações modernizantes.

Visto por esse ângulo, a questão do patrimônio edificado passou a entrar na pauta dos embates acerca da cidade de São Cristóvão com maior veemência a partir do final da década de 30 do século XX, expressa elementos que subsidiam a compreensão de importantes aspectos da história de Sergipe. Um desses aspectos certamente é o poder de difusão da cultura política vigente no Estado Novo, com o discurso do patrimônio nacional como pilar na edificação de um país civilizado, sem vergonha de seu passado.³⁰ Também constata a cultura histórica da população da cidade. Os cristovenses passaram a usar os elementos do passado para resistir às propostas difundidas pelas novas ordens religiosas que adentram no cenário sergipano, como

²⁹ LEITE FILHO, Godofredo. *Carta nº 19 enviada a José Calasans no dia 18 de fevereiro de 1946*. IHGSE, Fundo José Calasans, Cx. 20, doc. 59-2.

³⁰ GOMES, Ângela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Civilização Brasileira, 2007, p. 54.

foi o caso da denúncia realizada por Serafim Santiago em setembro de 1930, sobre o boato de que o bispo diocesano de Sergipe, Dom José Thomaz pretendia demolir a Igreja Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, vender o material da demolição para custear:

Caiamento geral nas parêdes do antigo Convento do Carmo, hõje, Collegio Nossa Senhora da Conceição que se acha actualmente iterdicto em consequencia do apparecimento da febre typho que obrigou a sahida das irmãs e as collegias atacadas pelo terrível mal, sendo ellas mesmas às culpadas em conservar o grande número de latunas, logar reservado para as dejecções sem as vistas da hygiene. Finalmente que culpa tem a Egreja do Amparo com a falta de hygiene no Collegio Nossa Senhora da Conceição installado a poucos annos no Convento do Carmo de São Christóvão?³¹

Denúncias como essa apontam para os diferentes usos do discurso do patrimônio implementado pela população de São Cristóvão. Seria plausível pensar que a preservação dos monumentos religiosos tenha passado a ser reivindicada pela população no intento de manter a memória das antigas irmandades extintas no alvorecer do século XX. Nesse caso, os conflitos entre o catolicismo leigo e o catolicismo reformador adentra às questões patrimoniais na luta pelo controle da memória. No caso do intelectual Serafim Santiago, é irônico perceber que as irmãs reformadoras foram criticadas por meio de termos usados justamente para acusar as camadas populares pelo atraso e decadência. As irmãs foram tidas pelo pensador da história cristovense como relapsas em relação à higiene.


A partir dos anos 30 do século XX, as discussões acerca do patrimônio passaram a se destacar no cenário sergipano e nacional. No âmbito local, a cidade de São Cristóvão se tornou o grande ponto de

³¹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 355.

reflexão, alvo das políticas culturais dos interventores sergipanos, na busca pela preservação da memória colonial por meio de ações de tombamento. Foi o momento em que os intelectuais ligados ao governo passaram a reivindicar a edificação da memória nacional e da preservação dos monumentos históricos da cidade, por meio de denúncias sobre os atos de negligências dos bens materiais, especialmente os que estavam sob os cuidados das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus.

Assim, as ruas da cidade monumento histórico estadual revelavam o cenário de uma das mais impressionantes tramas do catolicismo em Sergipe. Devotos de diferentes recônditos sergipanos se deslocavam para contemplar e agradecer os milagres do santo mais popular do estado, revivendo os dramas do encontro da Mater Dolorosa com o Bom Jesus dos Passos. Assim, o patrimônio da cidade histórica de São Cristóvão tinha nos bens móveis integrados da Igreja da Ordem Terceira do Carmo o escopo central: eram as devotadas imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade.

“A FORMOSA FILHA DE SÃO E SEU UNIGÊNITO FILHO”: AS IMAGENS DA VIRGEM DA SOLEDADE E DO SENHOR DOS PASSOS



Aromaria quaresmeira da cidade de São Cristóvão celebra a dor. Trata-se de um enredo em que se rememora o caminho de Cristo para o Calvário, com sete passos que representam momentos de sofrimento e agonia. Todavia, o ápice das celebrações ocorre na tarde do segundo domingo da Quaresma: o encontro das imagens do Senhor dos Passos com Nossa Senhora da Soledade¹

¹ Nos estudos sobre a romaria do Senhor dos Passos existe muita confusão no tocante a iconografia mariana que participa da procissão do Encontro. A maior parte dos estudos sobre o tema, influenciados pelo clero atual afirma que se trata da imagem de Nossa Senhora das Dores. Pautado na leitura iconográfica da imagem, assim como nas descrições dos memorialistas da cidade, eu contesto tal assertiva, entendendo que se trata da invocação de Nossa Senhora da Soledade. Serafim Santiago, que conhecia bem a iconografia católica em nenhum momento afirmou que se tratava da Virgem das Dores, chamando-a sempre de Soledade, que geralmente está relacionada ao enterro do Senhor. É a iconografia que simboliza a Virgem após a morte de Cristo. Seu principal atributo

na Praça São Francisco. Em certa medida, as duas imagens sacras de vestir² e em tamanho natural são protagonistas do enredo no qual, ao longo do século XX, envolveu parte considerável da população católica de Sergipe.

Todavia, as dores celebradas em São Cristóvão na romaria do Senhor dos Passos apresentam elementos que extrapolam a representação dos tempos bíblicos. Ao longo do século XIX, a imagem do Senhor dos Passos passou a atrair a atenção de devotos sergipanos de diferentes plagas e sua trajetória corrobora um processo de construção simbólica de proximidade entre o Cristo sofredor e as camadas populares. Assim, a discussão acerca da imagem não pode se restringir aos elementos artísticos, mas também deve incluir como moradores da cidade, os detentores do patrimônio passaram a descrevê-las, ou seja, o olhar da população pobre acerca das obras sacras.

A iconografia mariana apresenta uma construção simbólica que aproxima as descrições dos evangelhos com o texto do Apocalipse, no qual João afirma ter visto “no céu um grande sinal: uma Mulher vestida com o sol, tendo a lua debaixo de seus pés e sobre a cabeça uma coroa de doze estrelas”.³ Assim, a Virgem da Soledade de São Cristóvão, co-

é o lenço em suas mãos, simbolizando as lágrimas pela perda do Filho. Nossa Senhora da Soledade também pode receber a denominação de Saudade, Pranto, Lágrimas e Angústias. A presença da imagem de Nossa Senhora da Soledade ao invés da Virgem Dolorosa em São Cristóvão pode ser explicada pelo fato da imagem mariana ser anterior a do Senhor dos Passos, pois provavelmente ela foi uma aquisição para compor a Procissão do Enterro, como ainda hoje se realiza. Além disso, o termo Soledade designa “solidão ou melancolia que acompanha a tristeza de quem está abandonado ou sozinho”.

² Segundo Maria Regina Emery Quides, as imagens de vestir podem ser definidas como “São esculturas que possuem a parte da talha, que fica escondida sob as vestes, resolvida de forma simplificada, como um “manequim”, ou seja, o corpo está definido com todas as suas formas, porém esculpido de forma simplificada ou tosca, deixando, portanto, muito explícita a intenção do artista, de cobri-la posteriormente, com uma veste de tecido natural. A policromia se resume às áreas de carnação, havendo geralmente partes do corpo monocromadas representando vestes de baixo ou, então, totalmente sem policromia, deixando aparente a madeira. As partes visíveis, como rosto, mãos e pés recebem tratamento esmerado na talha e na policromia. Possuem articulações, cabelos e vestes naturais e os olhos podem ser esculpidos na madeira e policromados, ou de vidro” QUIDES, Maria Regina Emery. *Imaginária Processional: classificação e tipos de articulações. Imagem Brasileira*. n.º 1 Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, 2007, p. 91.

³ JOÃO. Livro do Apocalipse. In: BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Trad. Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990, p. 1528.

roada com 12 estrelas, cabisbaixa e amarguradamente segurando um lenço para enxugar suas lágrimas simboliza a redenção, um espelho para os romeiros que podem enxergar no sofrimento o caminho para expiar os pecados. Como dizem os cristovenses, é a “Formosa Filha de Sião”. Observe a Figura XVIII.⁴

FIGURA XVIII: Nossa Senhora da Soledade, 2013.



É interessante perceber como a população de São Cristóvão tenta atrelar a narrativa sobre o Senhor dos Passos com a de santuários conhecidos nacionalmente. Isso pode ser visto como uma preocupação em inserir a romaria dos Passos no grupo das grandes celebrações católicas do país, assim como tenta criar um recurso pedagógico para explicar os fundamentos originários da imagem. Filha do tesoureiro da antiga Ordem Terceira do Carmo, a professora aposentada de 90 anos e que vivia no Lar Imaculada, em 2003, explicou a origem da de-

⁴ Nossa Senhora da Soledade. Foto Magno Santos, 2012. Acervo particular do autor.

voção ao Senhor dos Passos em São Cristóvão. No entender de Maria Paiva Monteiro:⁵

Eu já contei daquela vez como se achou a imagem do Senhor dos Passos? Não? Seria interessante, para se saber como começou a devoção, né. O encontro da imagem do Senhor dos Passos é mais ou menos parecido com de Nossa Senhora Aparecida. Só que Ele é grande e Nossa Senhora é pequena. Os pescadores pescaram Ela e Ele não podia ser pescado. Então o encontraram aí no Porto dos Ferros, que é um dos portos daqui de São Cristóvão. Aliás, dizem que era melhor até do que o de Aracaju, porque o de Aracaju tinha diversas bagagens e ele nunca teve, mas ancorava navios aí.⁶

Na visão de Maria Paiva Monteiro, os elementos comparativos passam a ser um referencial para a compreensão da romaria do Senhor dos Passos. Compara-se o episódio da encontro da imagem com o ocorrido em Aparecida e constata que o Senhor dos Passos era maior e logicamente não poderia ser pescado. Compara-se também o local do achado, o Porto dos Ferros, com o porto de Aracaju, nova capital que possuía recursos, mas não tinha a mesma qualidade do porto da velha cidade. Com isso, apesar de comparar o achado e o local em que se deu o mesmo com outros casos, Maria Paiva Monteiro não equipara as situações, mas reforça a tese de superioridade de São Cristóvão, tanto na devoção como na questão comercial e política.

É preciso lembrar que na historiografia local um dos motivos alegados para a mudança da capital era a precariedade do porto de São Cristóvão e a dificuldade de se escoar a produção açucareira. Nesse

⁵ Nasceu em 1913 e faleceu em 2004, um mês e meio após a entrevista. Morou muitos anos no Orfanato Imaculada Conceição, instalado pelas irmãs missionárias da Imaculada Conceição na antiga Santa Casa de Misericórdia. Em São Cristóvão, era mais conhecida como Dona Marinete ou Dinha Marinete.

⁶ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonora.

ponto as narrativas acerca da imagem do Senhor dos Passos foram usadas como estratégia da população cristovense para produzir uma leitura alternativa sobre o seu passado, para forjar uma história extraoficial e cristalizar uma cultura histórica em que a derrota para a “progressista” e “moderna” Aracaju não teria sido fruto de uma necessidade inevitável, mas dos caprichos políticos. Esse fato fica explícito quando a mesma entrevistada descreve o encontro das imagens do Senhor dos Passos com a de Nossa Senhora da Soledade na Praça São Francisco.

Eu não acompanho mais a procissão. Mas todos os anos acompanho o encontro e o sermão daqui das janelas da Santa Casa, com as irmãs e as alunas. Todo ano, quando o Senhor dos Passos para na frente do Palácio Provincial ocorre algo curioso. Tem um besouro, um vira-bostas, que voa sobre a cabeça Dele e dar três voltas. Isso se repete todos os anos. A gente diz que é a alma do Barão de Maruim pedindo desculpas ao Senhor dos Passos por ter retirado a capital daqui e levado para Aracaju (risos).⁷

O Barão de Maruim, João Gomes de Mello, importante político sergipano do século XIX, é tido na historiografia sergipana como um dos principais aliados do presidente Inácio Barbosa no projeto de transferência da sede administrativa de Sergipe para a cidade de Aracaju. Ironicamente, nas memórias da população cristovense do alvorecer do século XXI, esse personagem ainda figura como algoz, punido, humilhado, na forma de um inseto que vive no interior das fezes do gado e que na maior romaria de Sergipe pede perdão ao Senhor dos Passos.⁸ Na comovente Procissão do Encontro, “quando a imagem do Senhor dos Passos alcança a Praça de São Francisco, um besouro popularmente conhecido como vira-bosta dá voltas em torno

⁷ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonora.

⁸ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonora.

da cabeça coroada de espinhos”.⁹ A vitalidade da romaria é usada pela população como estratégia de se constituir uma leitura alternativa do passado.

Essa história extraoficial, vista de baixo, foi contada por Maria Paiva Monteiro em vários momentos. Em meio a risos, ela afirma que a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju teria sido motivada por ciúmes entre os barões sergipanos na organização da romaria do Senhor dos Passos. A mulher que era vista como a memória-viva da cidade explica as motivações da mudança da capital como repercussão dos bastidores da romaria:

Sim, Manoel Ferreira, que era diretor do Museu Histórico, apareceu com a história de que o Barão de Maruim, principal animador de carregar a capital daqui... então foi o Barão de Maruim que fez essa mudança, porque ele não foi... o Barão da Estância que era devoto do Senhor dos Passos se esqueceu de convidá-lo e ele ficou com raiva e por isso mudou a capital. Mas isso não tem comprovação¹⁰

O Barão de Maruim aparece como “o animador em carregar a capital daqui”. Nas expressões coloquiais do povo sergipano carregar significa roubar, ou seja, a população de São Cristóvão interpreta o processo de perda da sede administrativa como uma usurpação. Todavia, essa narrativa que segundo a entrevistada não teria fundamento não deixou de ser pronunciada. As narrativas acerca da procissão estão permeadas pelo desenrolar de episódios da história política de Sergipe e da rivalidade entre as duas capitais. Essa ausência de convite se refere provavelmente à Festa do Senhor dos Passos de 1855, tendo como principal nome da comissão organizadora o Barão da Estância, Antônio Dias Coelho e Mello. Na programação publicada, na impren-

⁹ ALBUQUERQUE, Samuel. A túnica. *Jornal da Cidade*. Nº 12524. Aracaju, 06 de abril de 2014, p. A-7.

¹⁰ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonora.

sa sergipana, constam como patrocinadores dos setenários os principais nomes da elite açucareira local, exceto o Barão de Maruim, ligado ao grupo opositor.¹¹ Contudo, mais importante que a narrativa possuir um respaldo histórico ou não, é o uso dessa memória no início do século XXI, especialmente por uma figura pública como a professora Maria Paiva Monteiro.

Assim, no primeiro momento da entrevista, a professora aposentada de São Cristóvão, tida como a porta-voz da cultura e conhecedora de tudo sobre a história da localidade, fazia intervenção no roteiro e explanava sobre a necessidade de elucidar fatos importantes para saber como tudo começou. É importante destacar que enquanto “dona Marinete” era viva não consegui entrevistar outras pessoas da cidade sobre a romaria. A resposta era sempre a mesma: “já entrevistou Dona Marinete? Ela sabe tudo sobre Senhor dos Passos e São Cristóvão”. Até mesmo após sua morte ainda era difícil convencer alguém a ser entrevistado, pois os moradores da cidade relutavam afirmando que “Dinha é que sabia de tudo, ela era historiadora de verdade”. Dinha nesse caso é uma abreviação de madrinha.¹² E praticamente todos na cidade a chamavam assim. De certa forma, Maria Paiva Monteiro se tornou a madrinha do povo esquecido, a voz da cidade e articuladora da memória oral contestadora. Ela passou a reproduzir em suas narrativas a cultura histórica compartilhada com seus concidadãos. Ao narrar, expressava o desejo de torná-la pública. Explicitar a trajetória da pesquisa, seguindo as indicações de Marc Bloch,¹³ nesse caso evidencia um aspecto relevante relativo à romaria do Senhor dos Passos, como a memória foi usada pelos moradores da cidade na construção

¹¹ CORREIO SERGIPENSE. Juizes e mordomos que irão festejar o Senhor Bom Jesus dos Passos. *Correio Sergipense*. Ed. 84, 1855, p. 2

¹² Dona Maria Paiva Monteiro faleceu em fevereiro de 2004. Morreu com fama de santidade. A Paróquia Nossa Senhora da Vitória criou um espaço denominado Salão Dinha Marinete.

¹³ Para Marc Bloch, “todo livro de História digno desse nome deveria comportar um capítulo ou [caso se prefira], inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo como: ‘Como posso saber o que vou lhes dizer?’ Estou convencido de que, ao tomar conhecimento dessas confissões, inclusive os leitores que não são do ofício experimentaríamos um verdadeiro prazer intelectual”. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 83.

de uma cultura política postulante de uma interpretação alternativa para a história política estadual. Os derrotados contestam a escrita vencedora. Para Maria Monteiro:

Naquele tempo em que os navios não tinham segurança, muitas vezes se perdiam né e então um navio naufragou por aí e veio dar nesse porto, Porto dos Ferros, aqui no Rio Paramopama, que fica lá pro lado do Loteamento Lauro Rocha, onde foi a fábrica nova. Foi lá então que os pescadores encontraram aquele caixão. Uns dizem que tinha São Cristóvão, Sergipe; outros dizem que nada continha, que foi acaso. Então eles abriram, viram que era a imagem. Eles subiram a ladeira acostumados a subir, aquela que dá ali no convento do Carmo.¹⁴

A assertiva de Maria Paiva Monteiro revela os sinais de uma construção mnemônica coletiva e também a evidência da apropriação de determinadas leituras do passado para evocar os tempos tidos como áureos. Na narrativa da madrinha de São Cristóvão está incluída um elemento que permeia as inúmeras narrativas sobre o mito fundador da romaria do Senhor dos Passos: a inscrição no grande caixão “para a cidade de Sergipe d’El Rey”.¹⁵ Nesse caso, havia também a constatação da exigência do Senhor dos Passos em permanecer na cidade de São Cristóvão. Assim, ao repetir a narrativa sobre o momento em que a imagem de maior devoção dos sergipanos foi encontrada, reproduz a assertiva em que o sagrado escolhe ficar na cidade.¹⁶

¹⁴ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonora.

¹⁵ ALVES, João Oliva. Manifestações religiosas, folclóricas e efemérides. In: FERREIRA, Jurdandy Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

¹⁶ Uma interpretação similar envolve a devoção do Senhor dos Passos da cidade de Florianópolis, em que a imagem esculpida na Bahia para ser exposta em Porto Alegre teria convencido a sua escolha em permanecer em Florianópolis, comprovada pelas dificuldades na viagem e das barreiras naturais. Segundo Moacir Pereira: “Foi no ano de 1764 que uma embarcação, zarpando da poética Bahia de São Salvador, partiu em demanda ao Rio Grande do Sul, conduzindo este artístico primor. Ao chegar à temerosa barra impossível foi ao frágil lenho transpô-la, tendo por isso de arribar ao seguro porto desta cidade. Nova investida foi feita com o mesmo resultado, vindo ainda uma vez ter às nossas águas. Pela

A história sobre a forma em que a imagem do Senhor dos Passos foi achada é uma das mais populares em São Cristóvão. Uma narrativa semelhante a de dona Marinete foi repetida por outros moradores. O carnavalesco, artista e brincante Jorge dos Santos,¹⁷ nascido em São Cristóvão e que viveu quase trinta anos no Rio de Janeiro, em 2012, explica:

A procissão no sábado a noite com as velas, é porque a Igreja do Carmo não comportava a multidão. Como era de noite, e na cidade não tinha energia elétrica, todos acompanhavam com velas, porque nas casas só existiam lamparinas. Então a procissão do sábado é para lembrar como o Senhor dos Passos apareceu em São Cristóvão, dentro de uma caixa, escondido. E ficou essa procissão e seu culto no segundo final de semana da Quaresma, que foi justamente a semana que foi transportado para a Matriz. E voltando para o Carmo, os carmelitas mandaram tirar o crucifixo e mandaram fazer o nicho para colocá-lo. Há duzentos e setenta anos, que tem essa história, que foi passando de mão em mão. Os mais velhos, como minha avó, que já foi dos avós dela que contavam. Quando os pescadores acharam o caixão, eles não sabiam ler o que tinha escrito, então trouxeram para a intendência e disseram esse nome aí é São Cristóvão! Mas veio de onde? Quem mandou? Ninguém sabe. Quando abriram o

terceira vez para lá singra e mais outra decepção lhe estava reservada! Vendo o capitão nessas sucessivas arribadas manifesta a vontade Divina para que a Imagem aqui ficasse, a ela submeteu-se” PEREIRA, Moacir. *Senhor dos Passos*: protetor de Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2004, p. 30.

¹⁷ Nasceu na cidade de São Cristóvão no dia 27 de fevereiro de 1935. Ainda na infância viveu o folclore sergipano, pois seu pai, tio e avô brincavam reis, chegança e batalhão. Nos anos 50 do século XX passou a coordenar o bloco carnavalesco Tira-Teima, da fábrica de tecidos Sam Christovam S. A. Viveu na cidade do Rio de Janeiro entre 1960 e 1989, período em que trabalhou na escolas de samba Acadêmicos do Salgueiro e Bafo da Onça. Aposentado, retornou a sua terra natal onde passou a gerenciar atividades voltadas para a cultura local, por meio da confecção de estandartes e na coordenação dos grupos folclóricos reisado, samba de coco e Batalhão de São João. Cf. FRAGATTA, Thiago. Mestre do Folk. Jorge do Estandarte. 2007. Disponível em: <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/08/mestres-do-folk-jorge-do-estandarte.html>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

caixão tinha a imagem e quando montaram viram que era essa perfeição que temos aí.¹⁸

A narrativa de Jorge dos Santos reproduz inúmeros elementos presentes na entrevista de Maria Paiva Monteiro. As histórias se repetem, com os mesmos personagens, o mesmo cenário e um enredo similar, ao revelar a produção de uma memória coletiva. Entretanto, não se pode negar as intencionalidades do tempo presente na elaboração e reprodução desse discurso aparentemente homogêneo, pois “a construção de memórias coletivas se faz, necessariamente, como função de questões políticas e identitárias vividas no tempo presente”.¹⁹ As narrativas orais têm em comum o apego da imagem à cidade de São Cristóvão e reforçam a máxima que se trata de uma capital religiosa, receptiva de romeiros e escolhida pelo próprio sagrado. Talvez constitua uma versão alternativa da história, pois enquanto Ignácio Barbosa²⁰ resolveu mudar a sede da província para Aracaju, o Senhor dos Passos teria escolhido São Cristóvão para ser sua cidade, seu abrigo.²¹ A ideia de Jerusalém sergipana transparece ao descrever a condição da Igreja do Carmo repleta de romeiros e por isso necessitava mudar-se para a Matriz. As procissões são explicadas como um recurso que torna didático o mito da fundação e a própria magnitude da celebração. O Depósito,²² com a charola velada, seria a forma dos cris-

¹⁸ SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2012*. São Cristóvão, 2011. 1 hora de gravação digital

¹⁹ MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. *História Oral*. vol. 8, nº 1, 2005, p. 46.

²⁰ Presidente da província de Sergipe em 1855 e que decretou a mudança da capital.

²¹ No Anuário Cristovense de Serafim Santiago há um texto que descreve um diálogo às margens do Rio Paramopama entre um romeiro do Senhor dos Passos e “o espírito da cidade de São Cristóvão”, que lastimava a mudança da capital ao mesmo tempo que descrevia as aventuras da história da cidade. Além disso, existe uma narrativa reproduzida pelos moradores de São Cristóvão acerca do tesoureiro da irmandade do Amparo e vereador da cidade nos idos de 1855, João Bebe Água, que teria comprado e guardado uma dúzia de fogos para serem soltos no dia em que a capital retornasse a cidade. A mudança da capital ocorreu 15 dias depois da romaria de 1855. SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920]

²² Procissão do sábado à noite com a imagem velada.

tovenses contarem como o Senhor dos Passos teria selecionado São Cristóvão para ser a capital religiosa dos sergipanos e seu encontro com o povo simples da cidade teria se dado às escondidas, no interior de uma grande caixa.

Jorge dos Santos tenta explicar a data da realização da romaria. Ela estaria associada ao dia do feliz achado, ou seja, em que “milagrosamente” o caixão com a devota imagem teria sido encontrada pelo pescador. Além disso, ele provoca uma interpretação em que a imagem teria perambulado pela cidade, ora em decorrência do analfabetismo do pescador, reforçando a ideia de ser um popular; ora devido à questão de onde a imagem deveria ser exposta.

Outro ponto desperta a atenção. Jorge dos Santos, ao buscar constatar a antiguidade da romaria identifica a circulação dos saberes orais entre os membros de sua família. Ao afirmar ter ouvido essa história de sua avó, que por sua vez tinha ouvido dos avós dela, seu Jorge do Estandarte mostra que a romaria tem mais de duzentos anos e também auxilia a compreender a circulação de saberes do povo de São Cristóvão por meio da oralidade, pela apropriação e ressignificação mnemônica. Assim, as memórias acerca da romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão constituem “um patrimônio coletivo comum, que, no entanto, não existe sem a ação permanente daqueles que o repetem e, portanto, o transformam”.²³

A memória social é tratada como legado, como herança compartilhada com as novas gerações e também como conhecimento ignorado pela historiografia. Da mesma forma pela qual o entrevistado afirma que a história passa de mão em mão, lembra também que “ninguém sabe responder as questões da origem do Senhor dos Passos”. Diante do silêncio da história, a memória passa a ser a arma na construção identitária dos cristovenses. Desse modo, em um contexto diferenciado, “nossos narradores dialogaram com a tradição familiar herdada

²³ ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. *História Oral*. vol. 8, nº 1, 2005, p. 18.

de seus pais e avós para entender o tempo em que viveram”.²⁴ Assim, ao ser perguntado sobre o que a romaria do Senhor dos Passos representa em sua vida, Jorge dos Santos afirma categoricamente: “significa mais um ano! Mais um ano em que está vivo e que mesmo no período em que vivia no Rio de Janeiro no dia e horário da procissão ele lembrava que o Senhor dos Passos estava saindo da igreja e ascendia uma vela”.²⁵

A imagem do Senhor dos Passos é considerada por muitos como a mais bela escultura de Sergipe ou até mesmo a própria face do Cristo. Muito comum, no dias de romaria, ouvir os romeiros afirmando que a caminhada só está concluída quando olham “para os olhos vivos do Senhor dos Passos”.²⁶ A imagem do Cristo sofredor é vista como o retrato perfeito de Jesus, como expressou o morador da cidade Jorge dos Santos, ao afirmar que as suas primeiras referências acerca da romaria do Senhor dos Passos são de sua infância, quando convivia “com dona Marinete e ela contava como tinha achado tamanha perfeição que veio para nós”.²⁷ Desse modo, tanto para os moradores da cidade, como para os romeiros, a leitura acerca da devoção é representada pela busca da escultura que vai além da obra de arte. Ela retrata a agonia do Cristo, a troca de olhar direta com o sagrado que foi destinado ao povo de São Cristóvão. Observe a Figura XIX.²⁸

²⁴ MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. *História Oral*. vol. 8, nº 1, 2005, p. 58.

²⁵ SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2012. São Cristóvão, 2011. 1 hora de gravação digital.

²⁶ SANTOS, Josefa de Jesus. *Josefa de Jesus Santos*. entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 10 de janeiro de 2005. São Cristóvão, 2005. 1 hora de gravação digital.

²⁷ SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2012. São Cristóvão, 2012. 1 hora de gravação digital.

²⁸ Detalhe dos olhos de vidro da imagem do Senhor dos Passos de São Cristóvão. Foto: Magno Francisco de Jesus Santos, 2013. Acervo pessoal do autor.

FIGURA XIX: detalhe do olhar da imagem do Senhor dos Passos. Magno Santos, 2013



A face ensanguentada é o alvo devocional de grande parte dos sergipanos católicos. Os olhos de vidro, a peruca doada por promesseiros, a túnica doada por barões do açúcar, a coroa de espinhos, a boca entreaberta e o sangue escorrendo entre os olhos e nos cantos da boca demonstraram para muitos estudiosos da romaria a maior expressão artística da agonia em Sergipe.²⁹ O próprio Serafim Santiago no início do século XX a designava como “perfeitíssima Imagem de roca em tamanho natural”.³⁰

Todavia, qual seria o desígnio que fez com que a imagem fosse atribuída como a perfeição? Seria um retrato fiel do Cristo? Seriam os elementos que enalteciam a qualidade artística? Nas descrições de cronistas e romeiros todos esses elementos são destacados de alguma forma,

²⁹ É o caso de Gumersindo Bessa e Clodomir Silva no início do século XX e Verônica Nunes e Eduardo Pina no tempo presente.

³⁰ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 180 [1920].

mas existe uma qualificação da imagem que perpassa por praticamente todas as narrativas acerca da imagem devocional, o fato dela ser humana, viva. Na ótica devocional dos romeiros não se trata de mais uma representação do caminho do Calvário, mas o próprio Cristo encarnado na forma humana. Maria Paiva Monteiro tenta explicar a evidência que fez os romeiros passassem a dizer que o Senhor dos Passos era vivo.

Então nesse tempo, se não eram os carmelitas, era o povo da Ordem Terceira do Carmo que ficou tomando conta das duas igrejas. Então eles entraram lá na Igreja do Carmo Grande, como nós chamamos o Convento do Carmo, todos os altares já eram cheios de santos, que não tinha mais lugar. Agora no Carmo Pequeno, que é a Ordem Terceira do Carmo, tinha um altar do lado direito de quem entra, o segundo. Agora tem lá uma Nossa Senhora do Bom Sucesso, é ela vestida de noiva. Aí colocaram a imagem de Nosso Senhor dos Passos. Naturalmente vestiram, né, ele veio somente assim, a imagem e colocaram lá. O povo tem a história de acender as velas no pé do santo. Aí dizem assim: acenda no pé do Senhor dos Passos, mas ninguém vai colocar no pé! Até que um dia colocaram mesmo no pé e o santo vestido com roupa comum incendiou. A... como é? A tinta, aquela tinta tinha qualquer substância não, é e fez com que fizesse bolhas na queimadura. Logo o povo disse que o Senhor dos Passos era vivo porque fez bolhas como se fosse uma criatura viva. Daí a devoção aumentou mais.³¹

Na entrevista, Maria Paiva Monteiro tenta explicitar diferentes momentos da trajetória devocional ao Senhor dos Passos de São Cristóvão. Os marcos delimitadores dessa trajetória são os acontecimentos interpretados como sobrenaturais, nos quais a natureza rompe a sua lógica na eminência do sagrado. Assim, o primeiro grande acontecimento ocorrido após o misterioso achado teria sido o incêndio na Igreja da Ordem

³¹ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

Terceira do Carmo. Nesse incêndio a principal vítima teria sido a imagem que atraía romeiros de diferentes localidades, especialmente do interior sergipano. Segundo Maria Paiva Monteiro, conhecida como dona Marinete, com as bolhas de queimadura a imagem passou a ter mais romeiros e aumentou a devoção ao Cristo que tinha chagas, marcas do sofrimento como um humano comum.³² A imagem além de evocar ao apego a antiga capital sergipana, também passava a ser vista como a representação viva da cidade. Em alguns momentos, o sofrimento dos cristovenses foi associado as dores do Senhor dos Passos. Em outros, a própria trajetória da imagem passou a acumular as marcas do sofrer e do viver em São Cristóvão, com as feridas provocadas pelo incêndio.

Ao observar por essa perspectiva, percebe-se que a questão da perfeição da imagem nem sempre está atrelada ao campo artístico, pois a trajetória da mesma apresenta percalços próximos aos da realidade vivenciada pela maior parte de seus devotos, oriundos das camadas populares. Em síntese, pode-se dizer que a imagem do Senhor dos Passos é perfeita pelo fato de ser o retrato fiel dos seus devotos. Permeado de feridas, no caminho do calvário, ultrajado, ajoelhado, com olhar em agonia, unhas enegrecidas, pés descalços. Os romeiros buscavam se aproximar do sagrado que possuía uma trajetória marcada por dificuldades similares a suas e o Senhor dos Passos simboliza esses elementos. No entender da antropóloga Beatriz Góis Dantas, na romaria do Senhor dos Passos,

Mormente quando sua motivação explícita é lembrar o Martírio de Jesus, e, por continuidade, a condição do homem, ser sofredor cujas aflições encontram na promessa e na penitência um canal de encaminhamento. A festa de Passos configura-se, desse modo, como um desentranha-

³² A dificuldade de se localizar fontes acerca da romaria dos primeiros anos do século XIX, pode ser interpretado como um sinal da pouca repercussão que a solenidade apresentava. Somente em meados do século XIX, começam aparecer mais documentos sobre a romaria e as imagens devocionais, especialmente quando o presidente da província autorizava a honraria da guarda nacional, ou quando críticos denunciavam a falta de respeito nas procissões.

mento da vida cotidiana para a experiência mística marcada pelos rigores da penitência e do pagamento dos votos pelas graças alcançadas.³³

Segundo Beatriz Dantas, o próprio fato da romaria ter como fundamento explícito rememorar os martírios de Cristo leva a ter como consequência a afirmação da condição humana de sofrimento. As dores celebradas na cidade de São Cristóvão são as dores do povo sergipano, os dramas vivenciados no cotidiano suplicados diante da imagem devocional.³⁴ As narrativas sobre a trajetória do Senhor dos Passos em São Cristóvão sempre aproximam a devoção das camadas populares. Primeiro, pelo fato da imagem ter sido localizada às margens do Rio Paramopama por um pescador “de educação religiosa e muito honesto”.³⁵ Segundo pelo incêndio que lhe deixou marcas na pintura semelhantes a bolhas de uma queimadura. Desse modo, além do próprio Cristo supostamente ter sido crucificado e ultrajado nas ruas de Jerusalém, nos templos bíblicos, a imagem continuava sofrendo dificuldades em sua permanência na primeira capital de Sergipe.

A popularidade do Senhor dos Passos entre as camadas populares poderia ser entendida como uma construção simbólica da reciprocidade. As narrativas orais reforçam a proximidade entre a trajetória da imagem e a história de vida de seus seguidores anônimos. Somente um santo que passou por dificuldades poderia entender as necessidades do povo pobre e esquecido pelo poder público.

³³ DANTAS, Beatriz Góis. Entre o sagrado e o profano. In: VIEIRA, Márcio José Garcez. *Senhor dos Passos em todos os passos*. Aracaju: J. Andrade, 2006, p. 56.

³⁴ Esse aspecto da romaria já foi discutido em outras obras. Podem ser consultados os seguintes trabalhos: BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A Procissão dos Penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular, no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). UFRJ, 2003. SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Vol. 2, 2005, p. 97-110. Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n2-2005/artigo_7.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2010.

³⁵ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 187 [1920].

Verônica Maria Meneses Nunes,³⁶ ao analisar os ex-votos, afirma que os mesmos são testemunhos da população “que só resta a esperança de recorrer ao Senhor dos Passos porque, para muitos promesseeiros, os recursos da medicina escapam de seus bolsos vazios ou principalmente, movidos pelo sentimento de esperança da cura através da fé no Senhor dos Passos”.³⁷ Com isso, os romeiros da principal solenidade católica de Sergipe e uma das maiores do Nordeste brasileiro podem ser vistos como a materialização contígua da imagem do Senhor dos Passos. As dores encenadas nas procissões de penitência passam a ter uma conotação dramática quando atrelamos a romaria aos sonhos e expectativas dos devotos. Ocorre um processo de encontro do sagrado com as camadas populares. De um lado, o divino se aproxima do humano por meio da dor, do sofrimento. Do outro, as camadas populares utilizam o mesmo recurso para se aproximar do sagrado, amortalhando-se, usando coroas de espinhos, andando descalços, ajoelhados, rastejando pelas ruas ou carregando feixes de lenha. Observe a Figura XX.³⁸

FIGURA XX: Procissão do Encontro na década 40 do século XX.



³⁶ Historiadora e museóloga, professora da Universidade Federal de Sergipe.

³⁷ NUNES, Verônica Maria Meneses. Ex-votos: sinais tangíveis da devoção popular. In: VIEIRA, Márcio José Garcez. *Senhor dos Passos em todos os passos*. Aracaju: J. Andrade, 2006, p. 9.

³⁸ Saída das imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade da Praça São Francisco após o Sermão do Encontro na primeira década de 40 do século XX. Autor desconhecido. Acervo particular da professora Janaína Couvo Teixeira Maia Aguiar.

A Figura XX apresenta alguns aspectos relevantes para a compreensão da romaria do Senhor dos Passos. Além das duas imagens sacras e da Verônica a frente do andor de Nossa Senhora da Soledade, destacam-se os inúmeros romeiros oriundos de várias localidades sergipanas. Percebe-se a existência de um número inexpressivo de pessoas vestidos em túnicas similares a do Senhor dos Passos, mas um quantitativo considerável de feixes de lenhas, expressando que se trata de um período anterior a proibição por conta da instalação da rede elétrica. Contudo, o que mais desperta a atenção é o encontro entre duas classes sociais. Enquanto as autoridades políticas saem do antigo Palácio Provincial ajustando os seus ternos de tons claros, a multidão de homens de cor das camadas populares se comprime para transportar os andores das imagens. A romaria nos tempos republicanos já tinha consolidado a democratização da posse das charolas e reafirmava a diferenciação social.³⁹

A presença da população negra e parda provoca algumas inquietações. Afinal, a romaria do Senhor dos Passos seria uma celebração étnica de Sergipe? É difícil afirmar com precisão ou assumir partido em defesa dessa possibilidade ou contrária a mesma. A presença da população negra evidencia que ao menos no período republicano a romaria se tornou cenário no qual diferentes segmentos sociais atuavam e chegou a exercer um papel de destaque na busca pela posse das charolas nas procissões. Outro ponto favorável a essa hipótese é o fato da pobreza ser margeada pela cor. Se a romaria dos Passos envolvia a maior parte da população pobre sergipana, conseqüentemente a forte presença da população de cor seria inevitável. Todavia, a afirmativa de se tratar de uma celebração afro-sergipana revela uma distorção. A romaria do Senhor dos Passos ao longo de todo o período imperial foi uma procissão oficial da Província de Sergipe,⁴⁰ na qual praticamente

³⁹ Lembrando que no período imperial as charolas eram transportadas exclusivamente pela elite política sergipana e senhores abastados. No período republicano a elite permanece na romaria, mas como expectadores, que assistiam as procissões da sacada do antigo Palácio provincial.

⁴⁰ Isso pode ser comprovado por meio dos textos de Serafim Santiago e de Gumersindo Bessa, assim como pelo jornal oficial do governo provincial, o *Correio Sergipense*.

toda elite política de Sergipe participava. Além disso, a população pobre branca também constitui uma presença marcante na celebração. Com isso, a romaria do Senhor dos Passos é uma celebração que extrapola a questão de uma exclusividade étnica, pois representa o palco onde os diferentes segmentos sociais e etnias se encontram, compartilham a devoção e reforçam a distinção pelas práticas devocionais.

Outra questão relevante é a presença de mulheres disputando espaço entre os homens de cor para se aproximar da charola da Virgem da Soledade. São romeiras, promesseiras com pedidos para a santa que conseguia compreender o que era dor de ver um filho sofrer. A procissão da Soledade se tornou um espaço privilegiado da ação de mulheres das camadas populares que rezavam por seus filhos. Além disso, percebe-se, do lado direito do andor de Nossa Senhora da Soledade um senhor abaixado, virando-se para debaixo da charola. O que teria provocado tal ato? É provável que estivesse conversando com algum promesseiro o qual estava acompanhando a procissão embaixo do andor para penitenciar-se, como era comum na época.⁴¹

A Mater Dolorosa, chora a morte do Filho, também simboliza no campo litúrgico a redenção da humanidade, a superação do pecado original, a vitória de homens e mulheres. Na romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão Nossa Senhora da Soledade é o foco da atenção das mães que choram por seus filhos. Em 2012, o carnavalesco Jorge dos Santos, ao descrever os grandes milagres atribuídos ao Senhor dos Passos rememora a conversa que teve com uma romeira vinda da vizinha Bahia:

Então tem a imagem de Nossa Senhora da Soledade, que também não é brasileira. Assim como as outras imagens daquela época, não foram feitas no Brasil. Vieram de Roma ou de outros países. Tem histórias que a gente fica pensando. Vai para casa e

⁴¹ Ainda hoje é comum encontrar promesseiros que acompanham as procissões da romaria embaixo dos andores, como forma de agradecer pelas bênçãos. Homens, mulheres e crianças seguem os cortejos embaixo dos andores durante todo o trajeto, sem ver o transcorrer da solenidade e sem serem vistos.

lembra do que ouviu que tudo é possível. Tem a criança que tava tirando coco e caiu do coqueiro e quebrou a clavícula e ficou aleijado, porque não tinha condições, pois morava no interior, no estado da Bahia e teve uma senhora vizinha que disse: faça uma promessa para o Senhor dos Passos de São Cristóvão, que seu menino vai ficar bom. - Mas eu não sei onde fica São Cristóvão! - Eu levo você lá. Aí de repente, com muita dificuldade, consegui um médico e disse que ia operar. Aí a senhora disse: Peça ao Senhor dos Passos, que Ele vai dar um jeito. Quando o menino tava melhorzinho resolveu subir em outro coqueiro. Já tava bonzinho e podia subir. Mas aí caiu de novo do coqueiro. Ficou deitado, bateu a clavícula no chão e ficou estatalado. A mãe correu para ver e levou o menino para o médico. Lá ele disse tinha sido um milagre, porque a pancada foi tão forte que a clavícula voltou para o lugar. Essas mães vem pagar promessas, agradecer, trazer ex-votos, fotografias, documentos. Então a história do Senhor dos Passos é muito curta porque a gente não viu. Foi passando de mão em mão e a gente vai ouvindo e só vai completando. Eu sei um pedacinho de cada história. Se perguntar a dona Miralda, que está com cem anos e já foi da irmandade, ela vai dizer que quando nasci já tava tudo, já tinha essa história.⁴²

A narrativa do senhor Jorge dos Santos enaltece a figura da mãe. A mãe que chora pela doença do filho, a mãe que corre ao vê-lo estendido no chão. Na rede de sociabilidades constituída por ocasião da romaria do Senhor dos Passos a charola da Virgem da Soledade assume uma representação importante, pois no segundo domingo da quaresma é acompanhada no primeiro trecho da Procissão do Encontro por um elevado número de mulheres, quase sempre mães desamparadas, suplicando bênçãos para os seus filhos. Ao que tudo indica, desde o

⁴² SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2011. São Cristóvão, 2011. 1 hora de gravação digital

século XIX, esse cortejo processional foi realizado com a elevada participação feminina. Ao descrever a procissão da segunda metade do século XIX, Serafim Santiago afirma que “Desde o momento em que sahia a procissão [do Senhor dos Passos], ouvia-se dobrar o sino da Ordem Terceira do Carmo, de onde sahia ao mesmo tempo a charola da Virgem da Solidade, acompanhada de uma grande multidão de mulheres”.⁴³

Jorge dos Santos também apresenta uma postura instigante em relação ao patrimônio coletivo comum da oralidade. Em suas palavras se torna explícito o processo de formação das memórias orais acerca da romaria, por meio das ações de ouvir e completar. Ele mostra possuir uma consciência de que a memória oral coletiva é construída, tecida, ao longo do tempo, repassada e recriada de geração a geração e se distancia da perspectiva da “possibilidade de trabalhar as lembranças como se essas fossem apenas marcas adormecidas da realidade, depositadas em nosso cérebro”.⁴⁴ Jorge do Estandarte é contundente ao afirmar sobre o caráter fragmentário dessas memórias, alegando que conhece um pedacinho da curta história do Senhor dos Passos. O patrimônio cultural da romaria não se restringe apenas as duas imagens devocionais, mas extrapola para as relações sociais dos moradores da cidade na organização da mesma, assim como nas histórias de vida dos romeiros. Eles muitas vezes fazem seus pedidos sem nunca terem visto o Senhor dos Passos ou a cidade de São Cristóvão. Nesses casos, a ida a cidade poderia ser compensada pela contemplação das imagens e compra dos cartões-lembrança da romaria.⁴⁵ Observe a Figura XXI.⁴⁶

⁴³ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 187 [1920].

⁴⁴ MONTENEGRO, Antônio Torres. Na transversal da História. *História Oral*. n.º 1, 1998, p. 12

⁴⁵ Até os anos 80 do século XX, os comerciantes produziam cartões com as imagens da romaria para serem vendidos ou doados aos romeiros como forma de desobriga.


⁴⁶ Cartão-lembrança da romaria do Senhor dos Passos de 1951. Imagem de Nossa Senhora da Soledade na Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Acervo particular Maxuel Oliveira dos Santos.

FIGURA XXI: cartão-lembrança da romaria do Senhor dos Passos de 1948



São os anseios das camadas populares que fazem a grande romaria dos sergipanos. As imagens só se tornam “perfeitíssimas” quando estão inseridas na solenidade. Os bens móveis integrados da romaria só podem ser compreendidos quando discutimos a imaterialidade do patrimônio. Para isso, se torna necessário ouvir os vizinhos do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade e refletir sobre as suas estratégias de contar o passado no tempo presente.

“A REMEMORAÇÃO DA TRAGÉDIA”: A IMATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO



Dois de junho de 2010. Sala de reuniões do Conselho Estadual de Cultura do estado de Sergipe. A pauta de discussão tinha como objeto a avaliação da proposta apresentada pela vice-presidente do conselho, a museóloga Ana Maria Nascimento Fonseca Medina¹ no intuito de reconhecer a Procissão

¹ Ana Maria Fonseca Medina, filha de Raimundo Fernandes da Fonseca e Maria Isabel Silveira Fonseca, nasceu na cidade de Boquim na década de 40 do século XX. Graduada em Letras pela Faculdade Católica de Filosofia na cidade de Aracaju, a museóloga casou, em 1966, com o engenheiro Alair Jorge Decker Medina e teve quatro filhos. Estudou Museologia na Inglaterra e fez o projeto e montagem do Museu Raimundo Fernandes da Fonseca, em Boquim. A partir de 1981, passou a ser Diretora do Museu Histórico de Sergipe, promovendo exposições e Oficinas Literárias, com o uso da obra de Horácio Hora, além da Oficina de Educação “Para o Ver e o Olhar a Obra de Arte”. Em suas produções escreveu uma cartilha intitulada “Um Dedinho de Prosa”, sobre a vida de Horácio Hora. Desenvolveu vários roteiros para documentos em vídeo, como exemplos “Os Sete Passos da Paixão” e “Boquim em Imagens”. Entre suas realizações es-

de Nosso Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão como patrimônio imaterial. O presidente do Conselho Estadual de Cultura, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo² designou a conselheira Ana Conceição Sobral de Carvalho³ para produzir o relatório sobre o registro da Procissão do Senhor dos Passos de São Cristóvão.⁴ O relatório apresentado pela conselheira ratificou os elementos que tornavam a celebração religiosa digna de ser registrada como patrimônio cultural dos sergipanos e considerou que a Procissão do Senhor dos Passos era:

O ato religioso da Igreja Católica acontece no segundo final de semana da Quaresma, na Cidade de São Cristóvão, atraindo católicos de várias regiões do Estado, como também do País.

É uma tradição secular entre os sergipanos, emergindo também no seu entorno manifestações de cunho profano.

O evento religioso é matéria de estudo permanente para nossos pesquisadores, que sentem no fato cultural um rico repertório

tão o desenvolvimento do projeto e a montagem do Museu de Boquim, estabelecendo uma interação com a comunidade estudantil. Tem como principais publicações: “Ponte do Imperador” (1ª edição em 1995 e 2ª em 2005), “Memória da Ordem do Mérito Serigy” (2005), “Cartas de Hermes Fontes: angústia e ternura” (2007), a organização do livro “Efemérides Sergipanas” de Epifânio Dória (2009), “Mário Cabral: vida e obra” (2010), além dos perfis biográficos dos desembargadores sergipanos. É membro da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Associação Cultural do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Dom Luciano Cabral Duarte e do Conselho Estadual de Cultural de Sergipe. Cf. MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Mário Cabral: vida e obra*. Aracaju: J. Andrade, 2010.

² Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Academia Estaciana de Letras. Tem como principais publicações: “Aracaju, a História da mudança da capital” (1999) e o texto “Convento de Santa Cruz e a Igreja Conventual: a presença franciscana” que integra o dossiê “Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão na Lista de Patrimônio Mundial” (2007).

³ Pesquisadora do patrimônio cultural sergipano. Museóloga provisionada com registro no COREM 1R. 0152-IV. Integrou a equipe que organizou o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, instalado na antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e foi diretora do Museu Histórico de Sergipe. Atua como coordenadora de Preservação do Patrimônio na Subsecretaria do Patrimônio Cultural do governo do Estado de Sergipe. Tem como principais publicações: “Jordão de Oliveira” (2006) e “Monumentos Sergipanos” (2006). É sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e integra o Conselho Estadual de Cultura.

⁴ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo nº 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

de valores que agregam elementos históricos, antropológicos, sociológicos, artísticos e culturais.⁵

A análise realizada por Ana Conceição Sobral de Carvalho, defende a patrimonialização da procissão em decorrência do poder de atração de católicos dos diferentes pontos do Brasil, da tradição secular dessa procissão em Sergipe e por ser foco de estudos. Tais elementos elencados pela pesquisadora enaltecem a procissão como um símbolo da sergipanidade,⁶ o elo identitário constituído supostamente pela tradição. O relatório está pautado nos elementos de perenidade da procissão, que perdura por mais de duas centúrias⁷ e que as mudanças teriam emergido no entorno, com as expressões culturais profanas. A procissão foi pensada pelos membros do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe a partir de problema dicotômico entre o sagrado e o profano e sua disposição espacial na cidade de São Cristóvão. Nesse sentido, a proposta de Ana Carvalho constata dois pontos essenciais na referida procissão: a tradição e a vitalidade. O primeiro seria caracterizado pela repetição, pela presença dos católicos, especialmente os sergipanos, na procissão ao longo dos séculos. Essa leitura dos conselheiros acerca da procissão constitui uma interpretação idealizada

⁵ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo nº 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

⁶ O termo sergipanidade teria sido utilizado primeiramente por Prado Sampaio, ao discutir os artistas sergipanos nos primeiros decênios do século XX. Todavia, passou a ser utilizado como um conceito para designar a identidade da população que vive em Sergipe apenas na última década do mesmo século, tendo como um dos principais entusiastas o folclorista Luiz Antônio Barreto, que o definiu como “o conjunto de traços típicos, a manifestação que distingue a identidade dos sergipanos, tornando-o diferente dos demais brasileiros, embora preservando as raízes da história comum. A SERGIPANIDADE inspira condutas e renova compromissos, na representação simbólica da relação dos sergipanos com a terra, e especialmente com a cultura, e tudo o que ela representa como mostruário da experiência e da sensibilidade”. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. *Sergipanidade, um conceito em construção*. *Infonet*. 2011. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=114296&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

⁷ No início do século XX Gumersindo Bessa afirma que a procissão já ocorria a mais de trezentos anos. Serafim Santiago no mesmo período diz que se tratava de uma procissão antigüíssima. Esses dados, por vezes exagerados, como no caso de Bessa, evidenciam que a procissão é realizada desde o século XVIII.

do passado local que permaneceria “preservado” no tempo presente. O documento declara que “A magnitude e abrangência do fato cultural preservado até os dias de hoje pela comunidade devocional, torna relevante o seu reconhecimento oficial através do registro como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano”.⁸ O segundo ponto é caracterizado pela pujança de estudos acerca da procissão, evidência do surgimento de uma nova intelectualidade preocupada em descortinar o passado local e na construção de uma interpretação acerca do povo sergipano. A procissão é vista como o “repertório de valores”⁹ que poderiam ser analisados por pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais, humanas e pelas artes. Em suma, a procissão do Senhor dos Passos é vista como o elo que une passado e futuro. Uma essência da propalada sergipanidade.

Para entender essa discussão sobre o reconhecimento da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do patrimônio cultural sergipano é preciso problematizar a conjuntura na qual se deu esse passo inicial do processo. Os embates sobre a definição do reconhecimento dos “novos” patrimônios em Sergipe assumiram um papel preponderante nos últimos anos e expõem a constituição de uma cultura política em que o popular se torna foco das atenções. Inspirados pelo Decreto sobre a instituição do patrimônio imaterial no Brasil,¹⁰ intelectuais e políticos passaram a buscar as expressões culturais de Sergipe que poderiam ser reconhecidas como bem de natureza imaterial. Essa busca pelo passado e pelas expressões “típicas de Sergipe” gerou a proliferação de registros implementados pelo Poder Legislativo,¹¹

⁸ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo n° 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

⁹ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo n° 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

¹⁰ BRASIL, *Decreto n° 3551 de 04 de agosto de 2000*. Institui o Registro dos bens de natureza imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

¹¹ Em 2011, várias expressões da gastronomia sergipana foram decretadas patrimônio cultural sergipano. Com isso, o amendoim verde cozido, bem como a queijada, o manauê, bolachinha

sem passar pela avaliação do Conselho Estadual de Cultura, nem mesmo pela Secretaria de Estado da Cultura. Parte considerável da gastronomia estadual foi alvo do registro via decreto, que elucida mais uma preocupação de legitimação de determinados grupos políticos do que a chancela e proteção dos bens reconhecidos.

Apesar do reconhecimento dos bens de natureza imaterial como patrimônio cultural sergipano, não foi elaborado nenhum dossiê, nem ação, no intuito de proporcionar o estudo sobre os bens protegidos. Nem mesmo as pessoas envolvidas souberam do reconhecimento oficial. Certamente, isso pode ser visto como resultante da ausência de diálogo entre a esfera legislativa e o Conselho Estadual de Cultura, setor responsável pelo levantamento e salvaguarda dos bens sergipanos. Contudo, nos últimos anos, ocorreram importantes ações voltadas para a redefinição do organograma do Governo do Estado de Sergipe, como a criação da Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural¹² e a criação de instituições museológicas.¹³ Desse modo, as questões atinentes ao patrimônio cultural sergipano passariam a ser gestadas pela SubPac,¹⁴ que teve como principal ação a campanha em defesa do reconhecimento da Praça São Francisco como Patrimônio da Humanidade.¹⁵

de goma, o doce de pimenta do reino, o pé-de-moleque de massa puba, o beiju de tapioca, macasado e sarioio foram decretados como patrimônio imaterial de Sergipe por meio do Decreto 27.720 de 14 de maio de 2011. Cf. SERGIPE. *Decreto nº 27.720 de 24 de março de 2011*. Reconhece a queijada, o manauê, a bolachinha de goma, o doce de pimenta do reino, o pé-de-moleque de massa puba, o beiju de tapioca, o amendoim verde cozido, o beiju macasado e o beiju sarioio como Patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Sergipe. nº 26.257. Aracaju, 14-06-2011. Além disso, a Lei 7682/2013 reconheceu o amendoim cozido como patrimônio imaterial sergipano e a Lei 7690/2013 reconheceu o barco de fogo também como patrimônio cultural imaterial do Estado. Essas duas leis foram propostas pela deputada Ana Lúcia (PT).

¹² A SubPac está subordinada à Secretaria da Casa Civil. Além dela existe a Secretaria de Estado da Cultura. A SubPac substituiu o antigo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.

¹³ No período entre 2010 e 2012 foram criados dois novos museus em Sergipe. O primeiro, Palácio-Museu Olímpio Campos foi criado por meio da Lei 6874 de 11 de janeiro de 2010. Já o Museu da gente Sergipana foi inaugurado no dia 11 de novembro de 2011.

¹⁴ Extinta oficialmente em janeiro de 2015.

¹⁵ A Praça São Francisco da cidade de São Cristóvão recebeu a chancela da UNESCO como Patrimônio da Humanidade no dia 1º de agosto de 2010. É a praça em que ocorre o encontro das imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade.

Percebe-se que o contexto em que se deu o processo de avaliação da Procissão do Senhor dos Passos de São Cristóvão como patrimônio cultural imaterial de Sergipe foi marcado por ações oriundas de diferentes campos. Aparentemente as discussões sobre patrimônio passaram a ser assunto da moda entre intelectuais e políticos, mas de ambas as partes as discussões se tornaram pouco efetivas no tocante ao diálogo com as comunidades envolvidas. Isso pode ser visto como reflexo de uma política cultural na qual se busca as “origens e raízes” da cultura sergipana, mas negligenciam os detentores do bem, os agentes culturais envolvidos com a trama debatida. “O rico repertório de valores” designado pelos membros do Conselho Estadual de Cultura é visto por sua ligação ao passado, ou seja, as expressões culturais continuam sendo vistas como sobrevivências dos tempos de outrora no presente e este se apresenta de modo amorfo, cristalizado e desprovido de sentido, pois o seu valor está no passado. Martha Abreu ao discutir o processo de constituição da política cultural acerca do patrimônio imaterial no Brasil problematiza a concepção acerca da cultura das camadas populares propagada pelos folcloristas brasileiros:

Os folcloristas e o folclore nunca tinham conseguido obter esse tipo de reconhecimento para a cultura popular, apesar de terem participado das redes do Estado desde pelo menos 1947, quando foi criada a Comissão Nacional do Folclore e, posteriormente, em 1958, a Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro, vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura. Essas iniciativas ligadas ao folclore acompanharam de perto o movimento da Unesco, logo após a Segunda Guerra Mundial, que procurava implantar mecanismos para documentar e preservar as tradições, avaliadas como em vias de desaparecimento, diante da modernização acelerada. Manifestações culturais imateriais, vistas por intelectuais e políticos como próximas ao desaparecimento ou condenadas pelo seu caráter distante de um pretensa civilização e modernidade, não pareciam combinar com a idéia

de um patrimônio cultural que representasse alegoricamente a unicidade da nação, sua história e identidade.¹⁶

Com isso, o impacto dos decretos que reconhecem os novos bens de natureza imaterial em Sergipe não chegam a atingir nem mesmo toda a esfera do poder público, se levarmos em consideração a ausência da chancela do Conselho Estadual de Cultura e de ações de educação patrimonial. As experiências das camadas populares no tempo presente são vistas como sobrevivências do passado. A cultura sergipana é considerada como um bem preservado e imóvel. O relatório apresentado por Ana Conceição Sobral de Carvalho dialoga com a proposta do IPHAN em promover estudos acerca do patrimônio imaterial. A museóloga do Conselho Estadual de Cultura afirma que:

Aliado ao registro como bem imaterial é importante que seja elaborado o projeto de mapeamento detalhado de todo o conjunto que envolve o ato religioso e a festa em seus vários aspectos, como: rituais de penitência, objetos devocionais, música, culinária, entre outros fatos que emanam desse universo místico, para efeito de estudo, publicação e difusão.¹⁷

A autora do parecer expõe que o reconhecimento oficial da procissão deve ocorrer devido a “magnitude e abrangência do fato cultural preservado até os dias de hoje”,¹⁸ ou seja, reforça uma perspectiva preservacionista da cultura, como já foi debatido anteriormente. Entretanto, ela enaltece a necessidade de se realizar um levantamento sobre o bem

¹⁶ ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Civilização Brasileira, 2007, p. 354.

¹⁷ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo nº 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

¹⁸ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo nº 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

cultural com o propósito de divulgar o patrimônio sergipano.¹⁹ Essa recomendação final é de grande relevância, pois pode ser uma estratégia de promover o diálogo entre os intelectuais (estudiosos defensores do patrimônio cultural) e a comunidade (realizadores do patrimônio).

Outra questão importante em relação à proposta de registro da solenidade como patrimônio imaterial é a abrangência do que deve ser reconhecido. Ana Carvalho ressalta de forma preliminar alguns aspectos que poderiam ser estudados no mapeamento, com destaque para “os rituais de penitência, objetos devocionais, música e culinária”.²⁰ Essa proposição provoca um olhar sobre a solenidade numa perspectiva relativamente ampla e inclui o cotidiano, a entrega dos ex-votos e a alimentação. Todavia, o termo utilizado na proposta de registro reflete uma restrição do bem registrado. Utiliza-se apenas Procissão do Senhor dos Passos e delimita-se aos seus aspectos oficiais.²¹

Essa limitação imposta pelo uso do termo procissão certamente é fruto da produção intelectual acerca do tema, que tem discutido a procissão pelo viés do rito, das práticas penitenciais e até mesmo da continuidade do passado no presente. Na historiografia sergipana sobre os Passos os termos mais usuais são festa, procissão, procissão dos penitentes, solenidade e peregrinação. Em raríssimas ocasiões os termos escolhidos são problematizados. Então pode-se constatar que

¹⁹ Até o momento não foi realizada nenhuma ação voltada para a elaboração do projeto de mapeamento das expressões culturais inseridas na romaria do Senhor dos Passos. Uma ação isolada, implementada pelo IPHAN-SE foi realizada, em maio de 2012, na Casa do Patrimônio em São Cristóvão, em que intelectuais foram convidados para a Jornada do Patrimônio, no intuito de discutir com alunos, professores e a comunidade envolvida na organização da romaria a possibilidade de registro a nível nacional.

²⁰ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo nº 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

²¹ ARAGÃO, Ivan Rêgo. “*Vinde, todas as pessoas, e vede a minha dor*”: a Festa/Procissão ao Nosso Senhor dos Passos como atrativo potencial turístico em São Cristóvão -Sergipe-Brasil. Ilheus-Bahia, 198 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual Santa Cruz, 2012. PEREIRA, Lúcia Maria. Ícones de cura e fé: as promessas da Igreja Senhor dos Passos em São Cristóvão, um discurso sobre a doença. São Cristóvão, 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFS, 2012. BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A Procissão dos Penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular, no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). UFRJ, 2003.

muitas vezes o pesquisador entende os conceitos como algo predeterminado e estanque.²² A romaria do Senhor dos Passos é interpretada como uma continuidade das devoções do Brasil Colonial, uma festa imóvel e cristalizada no tempo, sem história. Essa perspectiva atribuída ao evento impossibilitaria a sua compreensão sob o viés defendido por Hebe Mattos e Martha Abreu em relação ao jongo do sudeste, no qual “novos tempos e novas leituras podem ajudar a explicar como aqueles que detêm hoje os saberes, o canto, a dança e a percussão dos tambores do jongo conseguiram receber o título de detentores de um patrimônio cultural do Brasil”.²³

À revelia dos embates acerca do patrimônio cultural sergipano, os moradores de São Cristóvão, vizinhos do Senhor dos Passos, detentores do patrimônio, organizam a celebração que é a mais importante do calendário religioso da cidade. Para a historiadora Juliana Barreto Farias:

Quando a Quarta-feira de Cinzas chegar, no final deste mês, os moradores de São Cristóvão, em Sergipe, já estarão contando os dias para outra comemoração. No segundo fim de semana da Quaresma (que se encerra na Páscoa), milhares de sergipanos tomam as ruas, calçadas e praças da cidade para acompanhar a procissão do Senhor dos Passos.²⁴

²² No levantamento realizado sobre a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão, os únicos trabalhos que problematizam os conceitos romaria e peregrinação são “Na trilha dos Passos do Senhor” e “Caminhos da Penitência”. Os trabalhos produzidos anteriormente utilizam classificações sem problematizá-las, enquanto outros subsequentes acabaram por serem realizados com repetições *ipsis litteris*, sem incluir novos autores, sem questionar ou provocar uma leitura original. Sobre a discussão da romaria do Senhor dos Passos podem ser consultados: SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção do Senhor dos Passos de São Cristóvão. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Vol. 2, 2005, p. 97-110. Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n2-2005/artigo_7.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2010. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da Penitência: a solenidade do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão (1886-1920)*. Aracaju: Casa de Sergipe, 2014.

²³ MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. O mapa do jongo no século XXI e a presença do passado: patrimônio imaterial e a memória da África no Antigo Sudeste cafeeiro. In: REIS, Daniel Aarão, et. al. (orgs). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 99-100.

²⁴ FARIAS, Juliana Barreto. A fé não costuma falhar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 4. n° 41 Rio de Janeiro, 2009, p. 24.

Para os moradores de São Cristóvão, a romaria já é um patrimônio. É um evento delimitador de suas memórias familiares. Contar os dias em espera da romaria do Senhor dos Passos é prática comum entre os cristovenses. Essa espera e a rememoração das romarias anteriores se tornaram parte do ritual da população da cidade. O passado é revisto, reinventado e recontado no tempo presente. A romaria do Senhor dos Passos passa a ser vista como o momento de regurgito, de efervescência cultural, de rememoração dos tempos idos de capital. A semana sagrada de Passos se torna o momento de maior expressão na vida cultural dos moradores da cidade ao longo de todo o século XX. A velha São Cristóvão se transformava no período quaresmal. Ali se constitui um santuário para a população católica de Sergipe, que vai participar da romaria do Senhor dos Passos, tida como uma herança familiar. Entre os romeiros são herdadas as devoções.

Isso perpassa pela contagem do tempo a espera da romaria. Apesar da perda da centralidade política e do discurso da decadência econômica, a população local celebrava o fato de continuar como o centro que atrai a população católica de todo o estado para a celebração da dor,²⁵ para rememoração dos dramas da Paixão de Cristo. As semanas da Quaresma, que até o início do século XX possuíam nomenclaturas específicas e eram solenizadas pelas ruas, por meio de procissões que reviviam os últimos momentos de Cristo e mostravam o poderio das diferentes camadas sociais, passaram a perder parte de seu sentido, pois as irmandades sufragavam diante da força do processo de reforma devocional católica. Nos primeiros anos do século XX, as imagens do Cristo sofredor como Senhor dos Martírios não saía mais de seus nichos. Do mesmo modo, seus devotos não mais se expunham nas procissões majestosas. Diante dos conflitos que minavam as antigas irmandades, “Anna, Bagana, Rabeca, Suzana, Lázaro,”²⁶ perdiam

²⁵ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O Doloroso Encontro da Filha de Sião com seu Unigênito Filho”: a solenidade de Passos em São Cristóvão, Sergipe. *Revista Anais dos Simpósios da ABHR*. Vol. 3. 2012.

²⁶ Nomes atribuídos às semanas da Quaresma na cidade de São Cristóvão até o início do século XX. SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, [1920].

seu significado e consequentemente sua importância. A contagem do tempo modificou-se ao longo da Primeira República e inventou-se outras formas de expressar a resistência. Falava-se em Semana de Passos, Sábado de Passos e Domingo de Reminiscere.²⁷

A partir da terceira década do século XX, a organização dos andores era realizada exclusivamente por alguns membros da diretoria da Ordem Terceira do Carmo, como Horácio Pio Monteiro e Domingos Sobral do Rosário.²⁸ Maria Paiva Monteiro, uma das responsáveis pela arrumação dos andores, na entrevista concedida em 2003 descreveu como a morte do último terceiro Carmelita foi sentida pelos organizadores da romaria:

O último terceiro do Carmo foi Domingos Sobral do Rosário. (...) Ele é quem tomava conta da igreja. Vinha às vezes outro, mas tudo era com ele. ele é quem sabia onde estavam as peças. Ele é quem sabia como se veste o Senhor dos Passos. Olha, quando ele morreu... porque não se esperava que ele morresse assim depressa... e nós tomamos conta. Houve um até que abandonou (risos). Também tinha alguns que eram sabidos. Graças a Deus! Ficou um senhor lá que era muito avexadinho, assim... não era muito esperto, não era bem da bola não, mas para essas orientações ele foi ótimo. Ele chamava Senhor dos Passos de meu Chefe. “Eu fico aqui é por ordem do meu Chefe. E então era ótimo. Então, no primeiro ano para a gente armar esse andor do Senhor dos Passos, tirar aquela cruz pequena e colocar a cruz grande...tem uma parte assim, que é coberta de prata e você pensa que é um espeto, porque tem um ganchinho assim em cima e ajusta direitinho na cruz. Quer dizer, é fácil

²⁷ É o segundo domingo da Quaresma, em que se celebra o Salmo 25, versículo 6: “Reminiscere miserationum tuarum, Domine, et misericordiarum tuarum, quoniam a saeculo sunt” (Lembra-te Senhor das tuas Misericórdias e da tua bondade. Porque são desde a eternidade. Nesse domingo em São Cristóvão celebra-se a Procissão do Encontro).

²⁸ O senhor Domingos Sobral do Rosário foi o último terceiro do Carmo e faleceu em 1976. Era negro e, ao longo de praticamente todo o século XX, esteve a frente da mesa diretora da Ordem.

para quem sabe, mas vendo assim despencado... Ah meu Deus, que sacrifício!²⁹

Percebe-se que a crise gerada com a morte do último terceiro do Carmo não foi exclusivamente no campo da organização institucional, mas se deu também na própria organização da romaria, pois ele acabou encerrando um ciclo da transmissão de saberes pautado na oralidade, no ver e ouvir fazer. A morte de Domingos Sobral do Rosário significou em parte a morte da própria circulação de saberes da romaria do Senhor dos Passos, pois os detentores do bem cultural, os herdeiros do ritual tiveram que reinventar o modo de fazer a montagem das charolas. A descida da imagem do seu nicho no altar-mor é um dos momentos de maior ritualização da romaria entre os moradores de São Cristóvão. Cada momento era interpretado como um mistério, um contato imediato com o sagrado e, conseqüentemente, a constituição de uma relíquia. Após a descida da imagem, “do nichozinho segurada por dois homens com muito jeito”,³⁰ ocorria a lavagem da mesma. Dona Marinete, responsável pela vestimenta da imagem da Soledade constata as mudanças de concepções sobre o rito:

A senhora que tomava conta de lá, do Senhor dos Passos... quando Ele descia, ela lavava os pés Dele com uma esponjinha. E ela engarrafava a água e distribuía com as pessoas que antes pediam a ela. Então era a água dos pés do Senhor dos Passos. Era uma relíquia! Agora depois, esse negócio deixou de se fazer. Primeiro, porque podia estragar a pintura. Depois, porque ela fazia com muito cuidado. Eu mesmo não quero fazer isso, porque dá trabalho e eu não acredito muito assim. Porque a gente não pode tirar, quem quiser acreditar, mas eu não acredito. Agora

²⁹ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

³⁰ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

também não dá para a gente fazer sem acreditar. Isso se a gente não faz com fé não vale!³¹

A assertiva da entrevistada revela as mudanças de concepções entre duas gerações distintas. A primeira, herdeira do catolicismo oitocentista, tornava todo momento de arrumação das imagens em ocasião especial e mística. Na primeira metade do século XX, as práticas religiosas dos bastidores da romaria do Senhor dos Passos expressavam elementos de um ritual que era combatido pelo clero reformador. No discurso civilizador dos frades franciscanos, tais práticas eram vistas como meras superstições, fragmentos de rituais pagãos no seio do catolicismo e que deveriam ser extirpadas. Maria Paiva Monteiro, considerada por muitos entrevistados a madrinha dos cristovenses, representava a outra face das práticas religiosas da cidade. Filha de um terceiro Carmelita, educada na importante Escola Normal de Aracaju e professora na Escola Imaculada Conceição das irmãs missionárias, dona Marinete refletia a posição de um agente que circulava livremente entre as duas perspectivas conflitantes do catolicismo sergipano do século XX. A sua relutância em dar prosseguimento ao ritual de lavagem dos pés da imagem do Senhor dos Passos são justificadas pela preocupação com a preservação patrimonial e com a descrença. Possivelmente a ordem de importância apresentada pela entrevista fosse inversa, pois a sua argumentação sobre a descrença nesse ritual é muito mais evidente e extensa.

Como já foi visto nos capítulos anteriores, dona Marinete foi uma agente de negociação entre as diferentes práticas do catolicismo e, principalmente, entre o clero reformador e os as camadas populares. Seu discurso expõe uma posição de diálogo ao afirmar “a gente não pode tirar” e reforçar: “eu mesmo não quero fazer isso!”. De qualquer modo, a fala da entrevistada apresenta uma posição na qual o catolicismo das camadas populares necessita de mudanças, de refor-

³¹ MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

ma, mesmo reconhecendo que não haveria como impor uma nova conduta religiosa. Trata-se de uma memória dividida, na qual “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”.³²

Após a lavagem dos pés do Senhor dos Passos, ocorre a troca de roupas. As túnicas das imagens geralmente são resultantes de doações piedosas dos promesseiros. Com isso, em praticamente todos os anos a imagem do Senhor dos Passos sai em procissão com uma vestimenta nova, doada por devotos promesseiros e costurada por moradoras da cidade, como Madalena e Rivanda. Segundo o carnavalesco e brincante Jorge dos Santos, a força da cidade é a romaria do Senhor dos Passos. Na entrevista de 2012, ele expõe:

A cidade foi chegando, foi crescendo com a aparição do Senhor dos Passos em São Cristóvão (...). Nós tínhamos trabalho para receber os fieis e para guardar os ex-votos e a cidade tornou-se esse movimento religioso, porque uma das festas maiores no Estado de Sergipe é a do Senhor dos Passos. E todo ano Ele tem uma túnica nova. Tem gente que faz promessas e dá as roupas do Senhor dos Passos. Compra o pano e dá para dona Madalena costurar. Uma das primeiras túnicas do Senhor dos Passos foi doada pelo barão de Laranjeiras. Até hoje está guardada na Matriz.³³

Na descrição de seu Jorge dos Santos, o crescimento da cidade se deu a partir da chegada da imagem do Senhor dos Passos e do crescimento da romaria. Ao falar do cuidado dos moradores com a recepção

³² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130)

³³ SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2012*. São Cristóvão, 2012. 1 hora de gravação digital.

dos romeiros e guarda dos ex-votos, demonstra que todos os anos a imagem recebe uma nova túnica para a procissão. Nas memórias do carnavalesco de São Cristóvão, percebe-se uma separação entre os ex-votos e a doação de túnicas. Enquanto os primeiros eram deixados por romeiros, pagadores de promessas, as túnicas eram doações de pessoas da elite sergipana, em outros tempos, os barões e senhores de engenho.³⁴ Na concepção do entrevistado há uma distinção nas práticas devocionais de ricos e pobres.

Essa constatação em parte é evidente, pois apesar de existir um compartilhamento devocional entre a elite e as camadas populares da sociedade sergipana, existe um distanciamento no modo como essa devoção é exposta. Outra questão é o fato desse distanciamento aumentar consideravelmente ao longo dos primeiros decênios do século XX, momento em que a elite política local passou a desempenhar um papel de expectador da romaria e as camadas populares assumiram o papel de protagonistas do enredo de dor. Pode-se assim dizer que, desde a Primeira República, os políticos sergipanos e a elite econômica passaram a buscar na cultura das camadas populares os pilares da identidade sergipana, os ícones da tradição. Tratava-se de uma estratégia de busca pelo passado por meio das práticas culturais. Contudo, a doação de túnicas a imagem do Senhor dos Passos pela elite política sergipana constata a continuidade da prática ex-votiva nesse segmento social. Apesar do discurso modernizador e da tentativa de “civilizar os costumes”, a persistência de entrega dos ex-votos revela não somente as devoções, mas também o modo pelo qual algumas práticas devocionais eram compartilhadas entre pobres e ricos. Nesse

³⁴ A túnica que segundo Jorge dos Santos teria sido doada pelo Barão de Laranjeiras, foi uma doação do Barão da Estância, membro da Ordem Terceira do Carmo e antigo devoto do Senhor dos Passos. Dona Marinete descreveu esse episódio e mostrou a túnica guardada na sacristia da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Segundo a entrevistada, é “uma túnica bordada com fios de ouro e comprada na França”. É provável que a peça tenha sido encomendada a alguma costureira francesa do Rio de Janeiro, em alguma de suas viagens como deputado Geral do Império. Cf. MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.*

caso, a distinção social se dava mais pelo poder aquisitivo, revelador do distanciamento entre as camadas sociais.

Na semana de Passos, os organizadores da cidade se movimentavam, costurando e lavando as túnicas. Eunice Batista,³⁵ membro da Ordem Terceira de São Francisco, educada no Orfanato da Imaculada Conceição e sobrinha do último terceiro do Carmo, explica a arrumação e a lavagem das roupas do Senhor dos Passos e Nossa Senhora da Soledade:

A arrumação a gente fazia. Na semana toda a gente vestia aqueles altarezinhos. Na quinta-feira a gente veste o Senhor dos Passos. Coloca a roupinha Dele e a de Nossa Senhora da Soledade. O povo diz que é Nossa Senhora das Dores, mas é da Soledade, porque ela ficou só e saiu procurando filho. Quem arrumava era eu, Dinha Marinete, dona Miralda Dantas, que lavava as roupas, dona Lourdes Tavares. As meninas da associação da gente, Nossa Senhora do Carmo. Tinha Everaldo e Henrique. Eram poucos. Eram pessoas escolhidas, porque tinha que ter muito respeito. A roupa do Senhor dos Passos quem lavava era eu. Eu cuidava de tudo do Senhor dos Passos. Lavava aquela roupa com todo o carinho, os santinhos, com muito respeito. A gente colocava a água, deixa de molho. No outro dia, tira aquela água e coloca no jardim, para não ficar à toa o sangue de Cristo. Era sempre gente direita, gente decente mesmo. Perfumava. Um perfume cheiroso. Dona Lourdes Tavares trazia sempre. Dona Miralda também botava aquele perfume. Ficava lindo! Quando descia e ficava pronto, batia o sino.³⁶

³⁵ Eunice Batista é sobrinha do último irmão terceiro do Carmo, Domingos Sobral do Rosário. Foi criada no Orfanato Imaculada Conceição e alega que teve pouco contato com a rua, até mesmo na romaria do Senhor dos Passos viu muito pouco. Integra a Ordem Terceira de São Francisco e fez parte da Associação Nossa Senhora do Carmo, criada pelo Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte. Atualmente, ela é uma das responsáveis pelos Ofícios do Senhor dos Passos, executados durante sete semanas, sempre nas sextas-feiras que antecedem e sucedem a romaria. Mora na Travessa do Amparo, a pouco metros da Igreja da Ordem Terceira do Carmo.

³⁶ BATISTA, Eunice. *Eunice Batista*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de março de 2012. São Cristóvão, 2012. 1 hora de gravação digital.

A entrevista de dona Eunice Batista é elucidativa a respeito da construção simbólica do patrimônio imaterial na romaria do Senhor dos Passos. Os saberes e fazeres dos bastidores são vistos como um legado, um bem repassado de geração a geração. As memórias de Eunice Batista são marcadas pelos elementos sensoriais, pelos cheiros, pelos ruídos, pelo olhar. Nesse sentido, a memória coletiva dos cristoventenses é tecida por uma perspectiva similar ao que foi observado por Michel Pollak, em que as “recordações pessoais são de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores”.³⁷ Os bastidores da solenidade no plano mnemônico são solenizados, tecendo hierarquias que levam em consideração a questão moral, “de gente decente”. Trata-se portanto, de uma memória coletiva que enaltece a formação de uma nova hierarquia. Essa hierarquia, a qual não é econômica e nem política, mas da “gente de bem” da cidade, da gente que precisa ter respeito ao Senhor dos Passos e das coisas do sagrado. Na tessitura dessas novas hierarquias, o patrimônio em sua perspectiva imaterial é revelado como um grande legado. A cidade escolhida pelo Senhor dos Passos é também a lócus da rememoração das dores do Cristo, da solidão da Virgem e do acolhimento aos romeiros.

Os vizinhos do Senhor dos Passos, detentores do patrimônio, se mostram em sua pluralidade e ratificam que mesmo dentro de um segmento social são tecidas novas hierarquias, são redefinidos os lugares sociais da cada indivíduo. Dona Eunice Batista é uma personagem que carrega o legado da tradição e também expressa o ator social ao circular entre as diferentes instâncias do catolicismo. Se por um lado ela se mostra como sobrinha do último terceiro do Carmo legítimo, Domingos Sobral do Rosário, por outro ela enfatiza a sua ligação com o Orfanato da Imaculada Conceição e suas concepções compartilhadas com os frades franciscanos. Eunice, assim como inúmeros cristoventenses, reforça o papel exercido por esses atores sociais que circulam livremente entre a tradição das camadas populares e a renovação pro-

³⁷ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, p. 11.

movida pela reforma devocional católica. Assim, a continuidade e as reinvenções das práticas na romaria do Senhor dos Passos consolida a idéia de herança da população católica de Sergipe, um bem passado de geração a geração e a própria romaria perpetua-se em constante processo de renovação e ressignificação.³⁸



³⁸ CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



FIGURA: Igreja Matriz Senhor dos Passos



A PROCISSÃO LILÁS

Segundo sábado da quaresma
O ritual é eterno e secular
As raízes da história se renovam
São Cristovão é do Senhor dos Passos
A praça, as ruas, as casas, o altar nas janelas...
E tudo que o olhar alcança é templo de orações
Nesse dia de Sagrados Mistérios
Passos descalços sobre o chão áspero anunciam o ritmo das devoções
Faces contritas testemunham o clarão lilás incensando a fé
Promesseiros e devotos ajoelhados com seus ex-votos rezam baixinho
Prometem. Agradecem. Rendem graças
Falam com os anjos compadecidos
Falam dos seus fardos, das suas histórias, sonhos e esperanças
E vão... Vão com as suas vestes roxas, suas coroas de espinhos
Vão... Infatigáveis e altivos na romaria dos sete passos
Purificam-se e transformam o espaço ordenado da paisagem
Onde tudo se acende: velas e gentes
Tudo adquire esse tom iluminado de lilás
Incensando os lumes da mais pura fé - etérea substância universal
Velando a inconfundível intimidade
Que se estende entre os homens e Deus
Nesse dia lilás que abre as portas do futuro:
Crédito Divino, Bênçãos e Redenção
Chancelas inconfundíveis da Procissão Lilás.*



* VIANA, Sônia Maria Azevedo. A Procissão Lilás. Contato: Boletim Informativo do Curso de Pedagogia. Nº 15. Aracaju, 2014.



Aromaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão é até hoje a principal manifestação devocional católica de Sergipe. A celebração, ao longo da primeira metade do século XX, tornou-se uma evocação ao passado, um símbolo das devoções das classes populares de Sergipe. Foi notabilizada por um viés católico, saudosista e de cunho popular. Os intelectuais sergipanos da época se preocuparam em elucidar as expressões culturais das camadas populares e a romaria de Passos acabou por se consolidar como uma das principais manifestações, arquitetada sob a égide da tradição.¹

A solenidade religiosa apresentava praticamente todos os elementos necessários a elaboração de uma nova cultura política, pois se tratava da maior e mais popular festividade católica de Sergipe e provavelmente a de maior longevidade entre os eventos religiosos celebrados no estado. Além disso, a festividade tinha como palco as ruas da cidade que passavam a ser sinônimo de passado, um elo perdido da tradição silenciada pela mudança da capital nos idos de 1855.² A romaria passou a ser vis-

¹ ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

² Por meio da Resolução 413, de 17 de março de 1855, o presidente da Província de Sergipe, Inácio Barbosa determina a mudança da capital sergipana de São Cristóvão para Aracaju. Cf. FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891].

ta ao longo da primeira metade do século XX, na historiografia e nas crônicas de memorialistas como um momento de suspiro cultural, de soerguimento da velha cidade tida como decadente que por alguns dias voltava a ser vista como centro estadual, foco irradiador da maior devoção dos sergipanos. Assim, a cidade esvaziada político e economicamente tornava-se o coração histórico de Sergipe, por meio de apropriações por novos atores sociais, entre os quais os políticos republicanos, os intelectuais, o clero reformador, os leigos das antigas irmandades e os romeiros.

A romaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão notabilizou-se como a principal celebração católica de Sergipe pelo menos desde meados do século XIX. Nos tempos imperiais, marcados pelo atrelamento da Igreja ao Estado por meio do padroado régio, a Procição dos Passos na primeira capital sergipana era marcada pela presença de alguns dos principais nomes da política provincial e envolvia inúmeras atividades de honrarias militares, atributos previstos na legislação imperial e registrada por intelectuais do final do oitocentos. Nos dias de celebrações, a primeira capital sergipana tornava-se o epicentro da política provincial, com a reunião de lideranças e a articulação nos bastidores na construção de alianças entre os membros dos grupos políticos regionais.

Mesmo após a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, a romaria permaneceu com todo o aparato imperial e com a forte presença da elite política provincial. Esvaziada política e economicamente, na segunda semana da quaresma São Cristóvão era apresentada pelos intelectuais vinculados à imprensa local como capital católica de Sergipe, a Jerusalém sergipana.

No período republicano, contudo, a romaria dos Passos foi reinventada por políticos, intelectuais e religiosos. Os elementos de pompa oficial atrelados à política local paulatinamente desapareceram. As narrativas acerca dos Passos também transmutaram. Foram reconstituídas por meio de discursos que enfatizavam as práticas devocionais das camadas populares. Os sacrifícios públicos, as longas caminhadas e a entrega de ex-votos passaram a integrar as narrativas

veiculadas na imprensa local acerca da romaria na primeira metade do século XX.

No processo de construção das tradições sergipanas sob a ótica dos intelectuais republicanos, a romaria do Senhor dos Passos passou a ocupar um maior espaço na imprensa local. A celebração por vezes foi apresentada como sobrevivência dos tempos imperiais, a manifestação das devoções do povo simples, um sopro do passado em tempos de modernidade. Como bem elucidou o intelectual João Esteves no “Correio da Manhã” do dia primeiro de março de 1915, escrever sobre a romaria do Senhor dos Passos era fazer “um tributo a uma nobre memória”,³ ou “escavar o estudo psicológico de uma época”,⁴ na qual emergiam como sombras as figuras da elite política oitocentista “com feitio social do momento histórico, a boemia típica do burguês que reza e engorda, e o abrocho do fidalgo que é superior mesmo ajoelhado”.⁵ A romaria, nos primeiros decênios republicanos, era vista como uma lembrança do passado, dos tempos nos quais os políticos ajoelhavam-se diante do Senhor dos Passos. O presente, por conseguinte, era apresentado como “o momento de áspero industrialismo, quando o ideal precisava desalterar-se em mais límpidas fontes”.⁶ Essas fontes límpidas para compreender o passado e por sua vez o espírito humano era a romaria do Senhor dos Passos.

Por outro lado, a cidade de São Cristóvão da primeira metade do século XX era descrita por alguns cronistas e pensadores da história como a cidade do passado, representada como o espaço da decadência, dos edifícios carcomidos, das igrejas enegrecidas. Nessas leituras acerca do passado sergipano elaboradas ao longo da primeira metade do século, especialmente entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a velha capital era descrita como uma antessala, um preâmbulo da história de Aracaju, com um visível silenciamento

³ ESTEVES, João. Via Sacra. *Diário da Manhã*. n.º 1153. Aracaju, 2 de março de 1915, p. 1.

⁴ ESTEVES, João. Via Sacra. *Diário da Manhã*. n.º 1153. Aracaju, 2 de março de 1915, p. 1.

⁵ ESTEVES, João. Via Sacra. *Diário da Manhã*. n.º 1153. Aracaju, 2 de março de 1915, p. 1.

⁶ ESTEVES, João. Via Sacra. *Diário da Manhã*. n.º 1153. Aracaju, 2 de março de 1915, p. 1.

sobre a trajetória cristovense acerca do período posterior a 1855.

A trajetória da cidade no período posterior à mudança da capital é tido inúmeras vezes como uma sobrevivência do passado em tempos presentes. O jurista Gumersindo Bessa ao escrever sobre o Domingo da Via Sacra informou: “hoje, na velha cidade de São Cristóvão, há de percorrer a sua estrada dolorosa esse merencório e equimosado Senhor dos Passos. (...) Ele passará hoje como passou há duzentos anos”.⁷ A romaria era tida por intelectuais como Bessa, como uma festa imóvel, uma tradição que se perpetuava pelo tempo e cristalizava o espaço do passado. Em tempos republicanos, a romaria dos Passos tornou-se uma instrumento na construção de narrativas acerca das manifestações devocionais das camadas populares.

Contudo, essas camadas populares, evocadas nas assertivas sobre os Passos, não passou incólume de críticas. Nos embates travados por intelectuais, policiais, clérigos e autoridades políticas sobre a modernização e sobre o higienismo, houve em diferentes momentos oscilações na leitura acerca das práticas devocionais e da presença dos romeiros nas celebrações do Senhor dos Passos. Um exemplo elucidativo sobre essas querelas são as polêmicas sobre a superlotação dos trens da *Chemins de fer* que poderiam proliferar a “promiscuidade feira”, “o mal cheiro”, “o encontro de corpos”, “a ausência de conforto” e a “respiração em ambiente nada agradável”,⁸ como elucidou o cristovense, membro da Ordem Terceira de São Francisco e sócio do IHGSE, Armindo Guaraná.

Nos embates de conotação higienistas sobre as camadas populares, os romeiros por vezes são descritos como ingênuos, usados pelos usurpadores das igrejas (especialmente os membros da Ordem Terceira do Carmo, na ótica dos frades franciscanos da segunda metade do século XX) ou como desordeiros, incapazes de seguir “o verdadei-

⁷ BESSA, Gumersindo. Domingo de Reminiscere. *Diário da Manhã*. Ano XI, Nº 1152, Aracaju, 25 de fevereiro de 1915, p. 1.

⁸ GUARANÁ, Armindo. *Chemins de Fer*. *Diário da Manhã*. Aracaju, 07/03/1915. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Fundo Armindo Guaraná. FAG 54, Cx. 205, Pac. 11, DOC. 106, p. 92

ro” sentimento penitencial inerente à solenidade. Essa oscilação nas descrições aferidas aos romeiros revelam frestas sobre o processo de reforma devocional católica, assim como as negociações e os conflitos na organização da romaria.

Nos primeiros momentos dessa pesquisa, busquei compreender a romaria por meio dos impasses entre os frades franciscanos de origem alemã e os leigos da Ordem Terceira do Carmo na disputa pelo controle das festividades. Respalado na leitura de obras clássicas sobre as práticas romanizadoras no Brasil,⁹ esperava encontrar um longo e árduo processo de conflito, perseguição dos frades frente aos terceiros carmelitas. Ao analisar a documentação produzida pela própria Ordem Terceira do Carmo deparei-me com uma realidade muito mais complexa e escorregadia. Os atores sociais por vezes apareciam em franca oposição aos frades franciscanos, por outras, sagazes opositores. As certezas anteriores foram diluídas com o emergir de novas fontes, com a abertura de espaço para novas possibilidades acerca dos bastidores da romaria dos Passos.¹⁰

Assim, ao longo da pesquisa alguns dos atores sociais envolvidos na trama dos Passos foram assumindo protagonismo. De um lado, Serafim Santiago, pensador da história engajado na preservação das tradições e do patrimônio religioso de sua terra natal. Do outro, Horácio Pio Monteiro, comerciante do início do século XX, com forte atuação nas irmandades de São Cristóvão, mas que não se furtou em apoiar os franciscanos na destituição dessas associações. Por meio desses complexos atores sociais tornou-se palatável a assertiva do Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao afirmar: “a história tem este papel de enterrar os mortos à medida que deles fala, à medida que oferece novas

⁹ FERNANDES, Rubem César. *Os Cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução as religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982. HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994. JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto: História da Romaria de Trindade*. Trindade - GO: IPEHBC/UCG, 2003. STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa, Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. Prova e possibilidades. In: DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

versões, que os coloca novamente em circulação, que os traz para novamente fazer efeito no presente”.¹¹

A trajetória desses dois homens conterrâneos e contemporâneos elucidam sobre o poder de negociação das camadas populares e reforçam a tese de como esses grupos excluídos das grandes interpretações da história podem apresentar uma possibilidade de leitura alternativa acerca do passado. Serafim Santiago, assim como os folcloristas do seu tempo,¹² foi um pensador da história preocupado em registrar as informações acerca das tradições de sua cidade natal, São Cristóvão. Registrou as narrativas sobre a história da cidade, com respaldo na historiografia local e nacional. Registrou as tradições da oralidade da população local, segundo o próprio autor a partir do que “ouve dos velhos anciãos”. Ele foi um ator social que transitou entre as diferentes camadas da sociedade sergipana, com veneração às elites e atento aos saberes dos populares, como as “negras africanas” e os “armadores”. Do mesmo modo que os antigos armadores preparavam o cenário das grandes festividades, Serafim Santiago ornou seu texto com pinceladas nas quais tentou recriar as cores da tradição. Nesse quadro de Santiago, a romaria do Senhor dos Passos ocupou espaço privilegiado.

Já Horácio Pio Monteiro, revela outra fresta do universo dos homens de irmandades do final do século XIX e início do XX. Homem hábil na articulação e construção de alianças, conseguiu construir um importante diálogo com os agentes centrais da reforma devocional católica em Sergipe, os frades franciscanos da Saxônia. Nos idos de 1907, ele apresentou apoio incondicional aos referidos frades no processo de extinção das irmandades cristovenses, inclusive a do Amparo dos Homens Pardos, da qual ocupava o cargo de secretário. No decênio subsequente, Horácio Pio Monteiro passou a ocupar espaço em importantes congregações fortalecidas ou criadas sob a tutela dos religiosos estrangeiros, como a Ordem Terceira do Carmo e o Orfanato de

¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 37.

¹² ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

São Cristóvão. Contraditoriamente, o homem que apoiou a extinção das irmandades, também contribuiu para o fortalecimento da Ordem Terceira do Carmo, associação leiga que protagonizaria a resistência dos homens de irmandades ao processo de reforma devocional católica em Sergipe até o final da década de 70 do século XX, ocasião na qual ocorreu uma redefinição dos espaços de devoção na cidade.

Com isso, a romaria do Senhor dos Passos, entendida a partir dos seus bastidores e da atuação conflitante e em negociação dos seus diferentes atores sociais, elucidam acerca do processo de reforma devocional católica no Brasil, com a revelação das peculiaridades de projetos a partir da localidade e da ordem religiosa atuante no centro de romaria. Como em São Cristóvão a trajetória da romaria, ao longo de praticamente todo o século XX, foi marca pela presença institucionalizada dos frades reformadores e dos leigos de irmandades, torna-se um instrumento valioso para a compreensão dos impasses reformistas.

Apesar de todos os conflitos acerca da celebração e da presença das camadas populares, a romaria permaneceu. A continuidade da devoção ao Senhor dos Passos entre os sergipanos talvez possa ser compreendida como um legado, uma herança familiar presente no cotidiano da população pobre e que resiste apesar das ações do clero, políticos e intelectuais. Diferentes atores das camadas populares permanecem vendo na imagem do “Cristo ajoelhado com a cruz sobre os ombros” um símbolo de esperança por dias melhores, “o santo que faz milagres”. Com a implementação da política cultural de reconhecimento dos bens de natureza imaterial, a romaria do senhor dos Passos voltou a ser alvo da atenção do governo estadual e de intelectuais, com o processo de reconhecimento e registro. No século XXI, como elucidada Nestor Canclini, “os fenômenos culturais *folk* ou tradicionais são hoje o produto multideterminado de agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais”.¹³ No caso de São Cristóvão, esse processo apresenta importantes fendas, pois apesar da

¹³ CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Lessa; Heloísa Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 220.

chancela do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe e do interesse do governo estadual, a romaria do Senhor dos Passos não foi decretada patrimônio de natureza imaterial por recomendação da Arquidiocese de Aracaju.

A romaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão é um campo fértil para novas inquirições. O passado colonial da procissão continua na penumbra da história, a espera de uma leitura que busque compreender a sua criação na esfera do catolicismo do mundo lusitano. Outra temática ainda não estudada em Sergipe é sobre a atuação de homens e mulheres denominados por Serafim Santiago “de pretos velhos ex-escravos dos carmelitas”. São atores sociais que possivelmente assumiram o controle de algumas propriedades dos carmelitas em Sergipe após o fechamento do convento na década de 60 do século XIX. As pistas sinalizadas por Santiago e na própria documentação do Carmo apontam para as relações sociais tecidas por essa população negra em Sergipe, inclusive no pós-abolição.

No tocante ao processo de reforma devocional, em Sergipe, algumas lacunas podem ser vislumbradas com o uso dessa mesma documentação. Primeiro, acerca do momento inicial dessa reforma, na segunda metade do século XIX, com a intervenção dos frades capuchinhos italianos, inclusive com a instalação do Hospício Nossa Senhora da Conceição em São Cristóvão na década de 60 do oitocentos. Outro ponto é em relação às instituições educacionais fundadas pelas ordens religiosas em Sergipe, nos quais desempenharam um papel de renovação devocional e de construção das práticas tidas como civilizadoras. Além disso, também há espaço para pesquisa sobre a atuação dos frades franciscanos na romaria do Bom Jesus dos Navegantes de Aracaju a partir de 1935, evento no qual, a priori, a irmandade perdeu espaço frente a atuação dos frades.

Em relação à romaria do Senhor dos Passos ainda existem muitas frestas a serem vislumbradas. Em 2003, os frades carmelitas voltaram para o seu convento e outras possibilidades de estudos emergem, assim como novos conflitos e negociações. Com esses frades, teve início a busca pelo reconhecimento do centro de romaria como santuário

arquidiocesano e como patrimônio imaterial, as missões com a imagem peregrina do Senhor dos Passos e os investimentos em marketing religioso. Certamente, esses são componentes para novos capítulos da romaria do Senhor dos Passos.





REFERÊNCIAS

CORPUS DOCUMENTAL

10.1 – Fontes Manuscritas

Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão

ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória*. Vol. 1. São Cristóvão, 1870-1960.

Arquivo do Convento do Carmo de São Cristóvão

ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Entrada de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912.

ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro de Atas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912.

ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Livro das Alfaias pertencentes à Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1912.

ARQUIVO DO CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. São Cristóvão, 1924.

Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Aracaju

LESSA, Dom José Palmeira. *Declaração da Cúria Metropolitana de Aracaju*. ARQUIVO DA CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE ARACAJU. Aracaju, 23 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.arquidiocesadearacaju.org/arquivos/20130524154231.pdf>. Consultado em: 15.08.2014.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. Decreto sobre a Festa do Senhor dos Passos. Aracaju, 20 de maio de 2010.

Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

ARQUIVO GERAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE. *Livro de Prestação de contas da Irmandade do Glorioso Santo Antônio do Carmo*. Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14.

ARQUIVO GERAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE. *Testamento do Barão da Estância, Antônio Dias Coelho e Mello*. São Cristóvão. 1904. AGJ, Cart. 1º Of. Testamento, cx. 11 n. geral 77.

ARQUIVO GERAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE. *Livro de Receita e de Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto*. Livro 1 (1854-1876). AGJS, Cartório do 2º Ofício de Lagarto, Caixa 1289.

ARQUIVO GERAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE. *Livro de Receita e de Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto*. Livro 2 (1877-1894). AGJS, Cartório do 2º Ofício de Lagarto, Caixa 1289.

CARMELO, Elyseu. Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. Aracaju. Sabbado de Passos, de Elyseu Carmelo, de 19/2/1940. Livros manuscritos de Elyseu Carmelo.

Arquivo Público do Estado de Sergipe

Ofício No 1.539 redigido por Enoch Santiago. *Documento oficial do Departamento de Segurança Pública*. Aracaju, 12 de outubro de 1942. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Relatório do Inquérito Policial instaurado no Departamento de Segurança Pública de Sergipe contra brasileiros acusados de exercerem o integralismo no estado ou de serem simpatizantes das ideias nazifascistas. Aracaju, 18 de setembro de 1942, p. 1.

Biblioteca Nacional

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. *Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe* [Cartográfico] : Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde de. J. de Villiers de L'ile Adam. Rio de Janeiro, 1848. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_6.jpg. Consultado em : 20 de abril de 2014.

Instituto Dom Luciano Duarte

INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Acervo documental. Caixa 1. *Correspondência*. Pacotilha 8. Correspondência recebida da década de 1970. Documento nº 8.104.

INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Acervo documental. Caixa 1. *Correspondência*. Pacotilha 7. Correspondência expedida da década de 1970. Documento nº 7.15.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

CARDOSO, Severiano. *Corografia de Sergipe*. Arquivo do IHGSE, Fundo IHGS, caixa n. 15, documento n° 036.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Fundo Armindo Guarani. FAG 54, Cx. 205, Pac. 11, DOC. 106.

LEITE FILHO, Godofredo. *Carta n° 19 enviada a José Calasans no dia 18 de fevereiro de 1946*. IHGSE, Fundo José Calasans, Cx. 20, doc. 59-2.

LEITE FILHO, Godofredo. *Carta n° 20 enviada a José Calasans no dia 18 de fevereiro de 1946*. IHGSE, Fundo José Calasans, Cx. 20, doc. 59.

OTT, Carlos. *Igrejas e conventos da Província Carmelitana da Bahia, desde o Rio Real, na Bahia, até Nazaré da Mata, em Pernambuco*. Salvador, 1986. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Cx n° 46 A-S1441.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN-SE

BRASIL. *Livro de Tombo*. n° 01, fl. 2, 1938 e o Decreto-Lei n° 94, de 22 de junho de 1938.

IPHAN. *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Inscrição 040. 23 de janeiro de 1967. Processo 0785T.

IPHAN. *Livro Arqueológico, Etnográfico e paisagístico*. Inscrição 227. 21 de setembro de 1943. Processo 307T-42.

10.2 - Fontes Iconográficas

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. *Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe* [Cartográfico]: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde de J. de Villiers de L'île Adam. Rio de Janeiro, 1848. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_6.jpg. Consultado em : 20 de abril de 2014.

10.3 – Fontes Impressas

A CRUZADA. Festa dos Passos em São Cristóvão. *A Cruzada*. N° 38. Aracaju, 23 de março de 1926, p. 2, col. 3 e 4.

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Arquidiocese da Bahia. *Almanack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Ed. B 66. Rio de Janeiro, 1907.

A NOTÍCIA. Senhor dos Passos. *A Notícia: Diário da Tarde*. Aracaju, Anno II, n° 298, 13/03/1897, p. 3, col. 4.

A RAZÃO. Augusto Gomes. *A Razão*. Estância. Anno XVII, n° 2, 19/03/1910, p. 1, col. 1.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881, (Dirigido por Santos valente e precedido de *Plano* da autoria de Caldas Aulete).

BARROS, Antônio José Fernandes de Barros. Cópia da nota referida. In: SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808].

BESSA, Gumersindo. Parecer. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 3, col. 3.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1937. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf?sequence=4. Acessado em: 27 de outubro de 2013.

BRASIL, *Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000*. Institui o Registro dos bens de natureza imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

BRASIL. *Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890*. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Consultado em: 31 de outubro de 2014.

BRASIL. *Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tomo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acessado em: 14 de outubro de 2013.

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger, 1890. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872bras>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

BRASIL. *Synopse do Recenseamento de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1890. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299?show=full>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

BRASIL. *Synopse do Recenseamento de 1900*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1905. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

BRASIL. *Recenseamento do Brazil em 1920*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

BRASIL. *Censo Demográfico de 1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil em 1936*. Rio de Janeiro: Typ. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/90000/90000005r.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

BRASIL. *Estado de Sergipe: censos demográficos e econômicos de 1950*. Vol. 19. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Parecer do Conselho Estadual de Cultura*. Processo nº 22/10 de 02/06/2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

CORREIO DE ARACAJU. Agradecimento. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 10 de julho de 1910, p. 3, col. 4.

CORREIO DE ARACAJU. *Correio de Aracaju*. Anno V, nº 364, 20/02/1910, p. 2.

CORREIO DE ARACAJU. Em S. Christovam. *Correio de Aracaju*. Anno II, nº 52. Aracaju, 2 de maio de 1907, p. 2, col. 3.

CORREIO DE ARACAJU. Excursão Presidencial. *Correio de Aracaju*. Anno V, nº 365, 23/02/1910, p. 2.

CORREIO DE ARACAJU. Festa de Passos. *Correio de Aracaju*. Anno XI, nº 2264, 26/02/1918, p. 1.

CORREIO DE ARACAJU. Festa dos Passos. *Correio de Aracaju*. Nº 2553, 19/03/1919, p. 1.

CORREIO DE ARACAJU. Grande desastre na Estrada de Ferro. *Correio de Aracaju*. Anno VI, nº 816, 16/02/1913, p. 2.

CORREIO DE ARACAJU. Notícias. *Correio de Aracaju*. nº 526, 12/03/1911, p. 2.

CORREIO DE ARACAJU. O presidente do Estado vae a S. Christovam. *Correio de Aracaju*. Aracaju, Anno XIV, 10/03/1922, p. 1.

CORREIO DE ARACAJU. Os Passos. *Correio de Aracaju*. Anno II, nº 33, 24/02/1907, p. 3.

CORREIO DE ARACAJU. Para S. Christovam. *Correio de Aracaju*. Aracaju, Anno XI, nº 2552, 16/03/1919, p. 1.

CORREIO DE ARACAJU. Passos. *Correio de Aracaju*. Aracaju. Anno VI, nº 814, 14/02/1913, p. 1.

CORREIO SERGIPENSE. Complemento ao Correio Sergipense. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, nº 174, 18 de março de 1840, p. 6, col. 1 e 2.

CORREIO SERGIPENSE. Complemento ao Correio Sergipense. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, nº 172, 07 de março de 1840, p. 4, col.1 e 2.

CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XX, nº 42, 17 de setembro de 1857, p. 3, col. 1.

CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XV, n° 78, 09 de outubro de 1852, p. 21, col. 2.

CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, n° 471, 07 de junho de 1843, p. 2, col. 2.

CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XVII, n° 471, 07 de junho de 1843, p. 3, col. 1.

CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno I, n° 20, 15 de março de 1854, p. 1, col. 1.

CORREIO SERGIPENSE. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XIX n° 18, 09 de abril de 1856, p. 2, col..

CORREIO SERGIPENSE. Correspondências. *Correio Sergipense*. N° 164. São Cristóvão, 18 de março de 1840, p. 6.

CORREIO SERGIPENSE. Discurso de Sr. Vigário Barroso. *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno XIV, n° 24, 03 de março de 1861, p. 1, col. 4.

CORREIO SERGIPENSE. Juizes e mordomos que irão festejar o Senhor Bom Jesus dos Passos. *Correio Sergipense*. Ed. 84, 1855, p. 2

CORREIO SERGIPENSE. Noticiário. Procissão de Penitência. *Correio Sergipense*. Aracaju, n° 41, 15 de maio de 1860, p. 4, col. 1.

CORREIO SERGIPENSE. Religião In: *O Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e literária. Ano X, n° 25, 31 de março de 1847. (texto escrito em 17 de fevereiro de 1847), p. 4, col. 1.

CORREIO SERGIPENSE. Suplemento ao Correio Sergipense. In: *Correio Sergipense*: Folha Oficial, política e litteraria. Anno X, n° 49, 03 de julho de 1847, p. 9, col. 4.

DIÁRIO DA MANHÃ. Em S. Christovam. *Diário da Manhã*. N°876, 10/02/1914, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. Aracaju, n° 1992, 26/02/1918, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. Anno IX, n° 2280, 16/03/1919, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. Aracaju, Anno IX, n° 2281, 17/03/1919, p. 2.

DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. N° 32, 12/03/1911, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Festa de Passos. *Diário da Manhã*. N°1719, 1/03/1917, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. N°1955, 19/03/1916, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passos em S. Christovam. *Diário da Manhã*. N°576, 16/02/1913, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Presidente Lobo. *Diário da Manhã*. Anno IX, nº 2279, 15/03/1919, p. 1.

DIÁRIO DA TARDE. Alferes Wanderley. *Diário da Tarde*. Anno II, nº 298, 13/03/1897, p. 2, col. 1.

DIÁRIO DA TARDE. Senhor dos Passos. *Diário da Tarde*. Nº 298. Aracaju, 13 de março de 1897, p. 3, col. 4.

ESTADO DE SERGIPE. Passos em S. Christovam. *Estado de Sergipe*. Aracaju, Anno XX, 15/03/1919, p. 2

ESTADO DE SERGIPE. Viagem Presidencial. *Estado de Sergipe*. Aracaju, Anno XX, 15/03/1919, p. 2.

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1913. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf> . Acesso em: 03 de janeiro de 2014

FOLHA DA MANHÃ. Em Sergipe. *Folha da Manhã*. Ano 2, Nº 449, 13 de agosto de 1939, p. 1.

FOLHA DE SERGIPE. Ao Público. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 3, col. 3.

FOLHA DE SERGIPE. Freguezia de S. Christovão. *Folha de Sergipe*. Anno XVII, nº 5. Aracaju, 19 de maio de 1907, p. 2, col. 3.

FOLHA DA MANHÃ. Em Sergipe. *Folha da Manhã*. Ano 2, Nº 449, 13 de agosto de 1939, p. 1.

FORTES NETO, Bonifácio. Cidade Berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, 22 de outubro de 1941, p. 2.

JOÃO. Livro do Apocalipse. In: BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Trad. Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

O ESTADO DE SERGIPE. Agradecimento. *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 10 de julho de 1910, p. 2, col. 4.

OLIVEIRA, Jordão de. *Caminhos Perdidos*. Rio de Janeiro: Gráfica do Ouvidor, 1975.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

RIO DE JANEIRO. *Álbum da cidade do Rio de Janeiro* [Iconográfico] : comemorativo do 1º centenário da Independência do Brasil, 1822-1922. Rio de Janeiro: Governo do Districto Federal, 1922. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325335/icon325335.pdf Consultado em 05-07-2014.

SERGIPE. *Decreto nº 27.720 de 24 de março de 2011*. Reconhece a queijada, o manauê, a bolachinha de goma, o doce de pimenta do reino, o pé-de-moleque de massa puba, o beiju de tapioca, o amendoim verde cozido, o beiju maca-

sado e o beiju sarioio como Patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Sergipe. nº 26.257. Aracaju, 14-06-2011.

SERGIPE. Festa em Larangeiras. *Sergipe*. Anno 2, nº 3, 07 de outubro de 1881, p. 3, col. 3.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, 2007 [1707; 1853].

Fontes Orais

BATISTA, Eunice. *Eunice Batista*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de março de 2012. São Cristóvão, 2012. 1 hora de gravação digital.

MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 06 de dezembro de 2003. São Cristóvão, 2003. 2 fitas cassetes sonoras.

SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos*: entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 20 de abril de 2011. São Cristóvão, 2011. 1 hora de gravação digital.

SANTOS, Josefa de Jesus. *Josefa de Jesus Santos*. entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos no dia 10 de janeiro de 2005. São Cristóvão, 2005. 1 hora de gravação digital

10.4 – Referências Bibliográficas

Anais

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Piedade barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais”. In: *Anais do VI colóquio luso-brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro: CBHA/ PUC-Rio/ UERJ/ UFRJ, 2004.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa de Sergipe e a invenção da Historiografia sergipana. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013, p. 1-13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363616003_ARQUIVO_ACASADESERGIPEEAINVENCAODAHISTORIOGRAFIASERGIPANA.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

Memorialistas, folcloristas, viajantes e pensadores da história

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Arquidiocese da Bahia. *Almanack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Ed. B 66. Rio de Janeiro, 1907.

ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. 2. Aracaju: Sercore, 2002 [1957].

ALVES, João Oliva. Manifestações religiosas, folclóricas e efemérides. In: FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

AMADO, Gilberto. *História de minha infância*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980

BARRETO, Luís Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Luís Antônio. Bonifácio Fortes. *Infonet*. Aracaju, 2004. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=29077&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Consultado em: 27 de outubro de 2013.

BARRETO, Luiz Antônio. Apresentação. SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 12; 100.

BARRETO, Luiz Antônio. Sergipanidade, um conceito em construção. *Infonet*. 2011. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=114296&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

BARROS, Antônio José Fernandes de Barros. Cópia da nota referida. In: SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808].

BESSA, Gumersindo. Domingo de Reminiscere. *Diário da Manhã*. Ano XI, Nº 1152, Aracaju, 25 de fevereiro de 1915, p. 1.

BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil - sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Gomes Pereira, 1913.

BRASIL. *Sergipe e seus municípios*. Aracaju: IBGE, Livraria Regina, 1944.

CALASANS, José. Como nasceu Aracajú. *Folha da Manhã*. Ano II, Nº 333. Aracaju, 17 de março de 1939, p. 1.

_____. As memórias do Dr. Albertazzi. *Jornal da Bahia*. Salvador, 12-03-1963, p. 1.

_____. Aspectos folclóricos da cachaça. *Revista de Aracaju*. Número 1. Aracaju, 1943.

_____. O folclore na formação de Aracaju. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 23 de março de 1942, p. 3.

CARDOSO, Severiano. Notícias Religiosas: a Missão na Estância. *Correio Sergipense*. Aracaju, nº 24, 23 de março de 1864, p. 3 e 4.

CARDOSO, Severiano. Os Passos. *O Republicano*. Laranjeiras, nº 41, 24 de fevereiro de 1891, p. 3.

CARVALHO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. nº 1. Aracaju, 1943.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage Pittoresque au Brésil*. Vol. 3. Paris: L'Institut de France, 1839, p. 19. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530#page/1/mode/1up>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014.

DORIA, Epifânio. Museus. *Sergipe Jornal*. Aracaju, n. 13.970, 13/01/1959, p. 1 e 2.

DÓRIA, Epifânio. Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol XIII, nº 18. Aracaju, 1945, p. 68-76.

ESTEVES, João. Via Sacra. *Diário da Manhã*. nº 1153. Aracaju, 2 de março de 1915, p. 1.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 86, vol. 140. Rio de Janeiro, 1919.

FORTES NETO, Bonifácio. Cidade Berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, 22 de outubro de 1941, p. 2.

FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 24ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001 [1933].

FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1891].

GARCEZ, José Augusto. *Realidade e Destino dos Museus*. Aracaju. Livraria Regina, 1958.

GUARANÁ, Armindo. Chemins de Fer. *Diário da Manhã*. Aracaju, 07/03/1915. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Fundo Armindo Guarana. FAG 54, Cx. 205, Pac. 11, DOC. 106, p. 92.

GUARANÁ, Armindo. *Diccionário Bio-bibliografico sergipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

GUIMARÃES, Moreira. Que é a História? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 10, vol. 6. Aracaju, 1925

JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto*: História da Romaria de Trindade. Trindade - GO: IPEHBC/UCG, 2003.

JAIME, José Sisenando. *Pirenópolis*: humor e folclore. Goiânia, 1983.

LIMA, Jackson da Silva. *O folclore em Sergipe*: romanceiro. Rio de Janeiro : Cátedra; Brasília : INL, 1977. v. 1.

- LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*. Aracaju : Governo do Estado de Sergipe, 1984.
- LISBOA, Luís Carlos da Silva. *Chorographia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. In: STRZODA, Michelle. *O Rio de Janeiro de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 205-536.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. A Paixão de Jesus. *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994.
- JAIME, José Sisenando. *Pirenópolis: humor e folclore*. Goiânia, 1983.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Paraty: religião e folclore*. Rio de Janeiro: Arte e Cultura 1976.
- MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*. Vol. 1, n° 1. Aracaju, 1913, p. 9-12.
- MENEZES, Tobias Barreto de. “Penitentes. Encomendação das almas”, *Jornal de Sergipe*, 30/01/1884.
- MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*. Vol. 1, n° 1. Aracaju, 1913, p. 11.
- PEDRO II, Dom. Diário do Imperador Dom Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n° 26, vol. 21, 1961, p. 64-78. [1860]
- POMBO, Rocha. *Notas de Viagem: Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguilã, 1918.
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1930.
- QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Salvador: Progresso, 1955 [1916].
- RIO DE JANEIRO. **Álbum** da cidade do Rio de Janeiro [Iconográfico] : comemorativo do 1° centenário da Independência do Brasil, 1822-1922. Rio de Janeiro: Governo do Districto Federal, 1922.
- ROLLEMBERG, Aurélia Dias. Diário. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial/ Scortecci, 2005.
- ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985, p. 31 [1897].
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. Dicionário Descritivo do Império do Brasil. In: ALVES, Francisco José; FREITAS, Itamar (orgs). *Dicionário da Província de Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001 [1845].

SANTOS, Manoel Ferreira. Solenidade de Passos. São Cristóvão, 20 de março de 2011.

SANTOS, Pedrinho. *Instituições culturais de Sergipe*. Aracaju. Vol. I. 1984.

SANTIAGO, Enock. O Dr. Ignácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 6. Aracaju, 1916, 55-59.

SANTIAGO, Serafim. A lenda da Cidade de S. Christovão. *Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Ano XXV. Nº 8806. Aracaju, 06 de abril de 1943.

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 181.

SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, [1920] p. 256.

SERRA, Manoel Baranera. A Província do Carmo no Brasil. *Revista Mensageiro do Carmelo*. Ano 6, nº 8. Rio de Janeiro, 1918, p. 187-189.

SILVA, Clodomir de Souza e. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.

SILVA, Clodomir. De soslaio. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de março de 1913.

SILVA, José Calasans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. São Cristóvão: EDUFS, Aracaju: IHGSE, 2013 [1942], p. 111.

SILVA, José Calasans Brandão da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26ª. Aracaju, 1965, p. 46-57.

SILVEIRA, Junot. Ontem e Hoje. *A Tarde*. Salvador, 11 /9/1988.

SCHULER, Arnaldo. Canoas-RS: ULBRA, 2002, p. 399. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=9MIZEhXWJngC&pg=PA399&lpg=PA399&dq=domingo+de+reminiscere+salmo&source=bl&ots=jVwt1JU1gQ&sig=Mf-4t82yYTMcqijF7dE9oNQFOntM&hl=pt-BR&sa=X&ei=oXLtUpmLB6XgsATYw4DgDA&ved=0CD4Q6AEwAw#v=onepage&q=domingo%20de%20reminiscere%20salmo&f=false>. Consultado em: 01 de janeiro de 2013.

SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808].

SOUZA, Marco Antônio de. Memória sobre a capitania de Serzipe: sua fundação, população productos e melhoramentos de que é capaz. In: *Folha de Sergipe*. Aracaju, Anno XVIII, nº 143, 1 de outubro de 1908 [1808], p. 2, col. 3.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Aracaju: suas origens, seu provável futuro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 1, nº 2. Aracaju, 1913, p. 47-48.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Salve Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 6. Aracaju, 1916, p. 45-53.

TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. “Ao Romper do Século XX: o município de S. Christovam”. In: *O Estado de Sergipe*. Mar/Abr, 1917.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. *Sergipenses: escriptos diversos*. 2ª ed. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1903].

URBANO NETO, J. Casa de Laranjeiras. *Revista de Aracaju*. nº 1. Aracaju, 1943, p. 47-56.

VALLE, Eurípedes Queiroz do. Datas e dados da vida judiciária Espírito Santense. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial. 1963.

VIANA, Sônia Maria Azevedo. A Procissão Lilás. *Contato: Boletim Informativo do Curso de Pedagogia*. Nº 15. Aracaju, 2014.

WYNNE, João Pires. Depoimento Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 21, vol. 16. Aracaju, 1954.

WYNNE, João Pires. Depoimento Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 21, vol. 16. Aracaju, 1954.

WYNNE, João Pires. *História de Sergipe*. 1930-1972. Rio de Janeiro: Pongette, 1973.

Livros

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE, Pérciles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos. *Regime Militar e Festival de Arte de São Cristóvão (1972-1995): muito além dos palcos e holofotes*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*. Vol. 2. Período Imperial e Republicano. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

BARRETO, Luís Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Raylane Dias Navarro. *Os padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. Maceió: EDUFAL, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Prece e Folia: festa e romaria*. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2010.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Lessa; Heloísa Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006, p. 120 [1965].

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1990].

COUTO, Edilece; REIS, Fernanda; MOURA, Milton. *Festa do Bonfim: a maior manifestação religiosa popular da Bahia*. Brasília: IPHAN, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. *Mensageiros do lúdico: mestres de brincadeiras em Laranjeiras*. Aracaju: Criação, 2013.

DANTAS, Beatriz Góis. *A Taieira de Sergipe: Pesquisa Exaustiva Sobre uma Dança Tradicional do Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1972.

DANTAS, José Ibarê da Costa. *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coroneis*. 2ª Ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2013 [1983].

_____. *História da Casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

_____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação: 2009.

_____. *Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros*. Aracaju: criação, 2013.

_____. *O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1914 à Revolução de 1930*. 2ª ed. Aracaju: J. Andrade, 1999 [1974].

- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*: a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Vol 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, [1978].
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*: seguido de “envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001[1982].
- FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros do Bom Jesus*: uma introdução às religiões populares. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Romarias da Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Vol. 2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989
- FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. Aracaju: EDUFS, 2007.
- FREITAS, Itamar. *A escrita da história na Casa de Sergipe (1913-1999)*. São Cristóvão-SE: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.
- FROTA, Lélia Coelho. *Promessa e Milagre no santuário Bom Jesus de Matosinhos-Congonhas do Campo-MG*. Brasília: Pró-Memória, 1981.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976].
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994.
- JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto*: História da Romaria de Trindade. Trindade - GO: IPEHBC/UCG, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977]
- LIMA, Jackson da Silva. *O folclore em Sergipe*: romanceiro. Rio de Janeiro : Cátedra; Brasília : INL, 1977. v. 1.
- LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*. Aracaju : Governo do Estado de Sergipe, 1984.

LIMA, Maria do Socorro. *República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Mário Cabral: vida e obra*. Aracaju: J. Andrade, 2010.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOTT, Luiz. *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão, e sociedade (1591-1882)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *José Calasans e Canudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Cultura Ocultada: ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina-PR: UEL, 1999

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de termos sobre religiosidade*. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.

OLIVA, Terezinha Alves de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. 2ª ed. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão-SE: UFS, 2014, [1985].

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. São Cristóvão: EDUFS, 1987.

PEREIRA, Moacir. *Senhor dos Passos: protetor de Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2004.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RÉMOND, René. *Por uma História Política: 2ª ed.* Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

SÁ, Antônio Fernando do Araújo. *Capítulos da história da historiografia sergipana*. Aracaju: UFS, 2013.

SANTANA, José Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O Autor, 2001.

- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da Penitência: a solenidade do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão (1886-1920)*. Aracaju: Criação, 2016.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *A peregrinação à Divina Pastora*. Aracaju: EDISE, 2015.
- SANTOS, Núbia Melhem (Org.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O eclipse de um farol: aspectos da romanização do catolicismo brasileiro (1914-1917)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.
- STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da lapa, Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TALENTO, Biaggio; HOLLANDA, Helenice. *Basílicas e capelinhas: um estudo sobre a história, arquitetura e arte de 42 igrejas de Salvador*. Salvador: Bureau, 2008.
- THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas-SP: Unicamp, 2007.
- WYNNE, João Pires. *História de Sergipe. 1930-1972*. Rio de Janeiro: Pongette, 1973.

Artigos de Periódicos e Capítulos de Livros

- ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Civilização Brasileira, 2007, p. 351-370.
- ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel, *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- ABREU, Martha. Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular (1880-1950). *Afro-Ásia*. Nº 31, 2004, p. 235-276. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_11_outras.PDF. Acesso em: 24 de outubro de 2011.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Festas, patrimônio cultural e identidade negra: Rio de Janeiro, 1888-2011. *Artelogie*. nº 4, 2013.
- ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. *História Oral*. vol. 8, nº 1, p. 11-28.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. De São Cristóvão ao Rio Comprido X. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 18 e 19 de agosto de 2013. Caderno B, p. 6.
- ALBUQUERQUE, Samuel. A túnica. *Jornal da Cidade*. Nº 12524. Aracaju, 06 de abril de 2014, p. A-7.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Aspectos do baronato sergipano (1848-1889). *Revista do IHGSE*. n° 33. Aracaju, 2002, p. 105-127.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. *Revista do IHGSE*. N° 34, Aracaju, 2005, p. 103-108.

ALVES, Flávia Lima e. O Tratado de Petrópolis: Interiorização do conflito de fronteiras. *Revista de Informação Legislativa*. Ano 42, n° 166. Brasília, 2005, p. 131-150. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22127-22128-1-PB.pdf>. Consultado em 02-11-2014.

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. A certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500. *Textos de História*. Vol. 5, 1997, p. 133-142.

AQUINO, Maurício de. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 8, n. 2, maio-agosto 2011. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo_5_Mauricio_de_Aquino.pdf>. Consultado em: 10-10-2014.

AZEVEDO, Ferdinand. Espiritualidade Ultramontanista no Nordeste (1866-1874): um ensaio. In: AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 74-84.

AZEVEDO, Sônia. A Procissão Lilás. *Contato: Boletim Informativo Docente*. Ano 2, n° 16, Aracaju, 2014, p. 10.

AZZI, Riolando. Elementos para a História do catolicismo popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 26, fasc. 141, 1976, p. 96-109.

AZZI, Riolando. Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador: um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade Católica no Brasil. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, ano 18, n.45, 1986, p.215-233

BARRETO, Luiz Antônio. Apresentação. SOUZA, Marco Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005 [1808], p. 9-14.

BARRETO, Luiz Antônio. Sergipanidade, um conceito em construção. *Infonet*. 2011. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=114296&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis: Vozes, vol. 37, p. 745, dez 1977.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 85-129.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CALASANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 7-37.

CALASANS, José. “Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe”. *Revista de Aracaju*, Ano IV, no 4. Direção de Mário Cabral. Aracaju. 1970.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Epifânio Dória e o IHGSE: 64 anos de contribuição para a preservação do patrimônio documental e da memória sergipana e nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 42, 2012, p. 53-84.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Quaresma e tríduo sacro nas Minas setecentistas: cultura material e Liturgia. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, 17. 1993, p. 209-219

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. Sergipe e sua memória: atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual. CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006.

CHARTIER, Roger. ‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Apresentação. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. Os Índios em Sergipe. In: *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, 1991, p.19-25.

DANTAS, Beatriz Góis. Entre o sagrado e o profano. In: VIEIRA, Márcio José Garcez. *Senhor dos Passos em todos os passos*. Aracaju: J. Andrade, 2006.

DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 17-28.

FARIAS, Juliana Barreto. A fé não costuma falhar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 4. nº 41 Rio de Janeiro, 2009, p. 24-28.

FLEXOR, Maria HelenaOchi. Procissões na Bahia: teatro barroco a céu aberto. In: *II Congresso Internacional Barroco*. Porto: Universidade do Porto, 2001, p. 521-534. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7559.pdf>. Acesso em: 08 de março de 2011.

FONTES, José Silvério Leite. A Heurística e a história de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 27, 1978, p. 7-13.

FRAGATTA, Thiago. Mestre do Folck. Jorge do Estandarte. 2007. Disponível em: <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/08/mestres-do-folk-jorge-do-estandarte.html>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

FRAGATTA, Thiago. *Ex-governadores sancristovenses*. São Cristóvão, 14/04/2011. Disponível em: <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2011/04/ex-governadores-sancristovenses.html>. Acesso em 28/09/2014.

FREITAS, Itamar. As história de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 9-16.

GINZBURG, Carlo. Prova e possibilidades. In: DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Culturas políticas e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Luso-Brazilian Review*. Vol. 36, nº 2, 1999.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha Campos. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*. Vol. 13, nº 26. 2009, p. 1-14.

GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309-327.

GUIMARÃES, Moreira. Que é a História? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 10, vol. 6. Aracaju, 1925, p. 9-12.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: SOVIK, Liv. (org.). *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003, p. 247-266.

HANSEN, Patrícia Santos. João Ribeiro, historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 173. Vol. 454. Rio de Janeiro, 2012, p. 183-208.

HOORNAERT, Eduardo. Prefácio: Novas Perspectivas. In: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (Orgs). *A invenção das devoções*: crenças e formas de expressão religiosa. Belo Horizonte: O Lutador, 2013 p. 13-18.

HOORNAERT, Eduardo. *Uma breve história da Cehila-Brasil*. Disponível em: <http://www.cehila-brasil.org.br/docs/historia.pdf>. Consultado em: 12-12-2014.

MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. *História Oral*. vol. 8, nº 1, 2005, p. 43-60.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. O mapa do jongo no século XXI e a presença do passado: patrimônio imaterial e a memória da África no Antigo Sudeste cafeeiro. In: REIS, Daniel Aarão, et. al. (orgs). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 95-113.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Entre os microfones e os bastidores: Estado novo, radiodifusão e intervenção cultural em Sergipe. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n.º 35. ano 19, 2006, p. 81-86.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade Republicana. *Tempo*. n.º 26, 2008, p. 15-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Na transversal da História. *História Oral*. n.º 1, 1998, p. 11-18.

MORAIS, Cristina de Cássia Pereira. Os Passos dos Irmãos: uma análise das irmandades do Senhor dos Passos na Capitania de Goiás no setecentos. In: ROSA, Rafael Lino; BRITTO, Clóvis Carvalho. *Nos Passos da Paixão: a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos em Goiás*. Goiânia: Kelps/PUC-GO, 2011, p. 23-53.

NUNES, Verônica Maria Meneses. Ex-votos: sinais tangíveis da devoção popular. In: VIEIRA, Márcio José Garcez. *Senhor dos Passos em todos os passos*. Aracaju: J. Andrade, 2006.

PASSOS, Mauro. O catolicismo popular. In: PASSOS, Mauro (org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002, p. 165-190.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. N.º 14. São Paulo, 1997, p. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130).

PRADO, Paulo Brito do; BRITTO, Clóvis Carvalho. A economia simbólica da Paixão Vilaboense. ROSA, Rafael Lino; BRITTO, Clóvis Carvalho. *Nos Passos da Paixão: a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos em Goiás*. Goiânia: Kelps/PUC-GO, 2011, p. 102-128.

REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil — Império: a corte e a modernidade*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

RIBEIRO, Joaquim. A orientação doutrinária de João Ribeiro. In: RIBEIRO, João. *O Folclore*. Rio de Janeiro: Simões, 1969, p. 11 [1913].

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. O 1º FASC e a política cultural do Estado autoritário. *Cadernos UFS - História*. Vol. 1, nº 1. São Cristóvão, 1995, p. 11-16.

SANTANA, Josineide Siqueira de; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Práticas festivas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição: a formação feminina a partir dos depoimentos das ex-internas. In: SOUZA, Josefa Eliana; DANTAS SILVEIRA JÚNIOR, Hamilcar. *Instituições e práticas educativas no Brasil: teoria e História*. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2012, p. 17-40.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O beijo e a festa: o Jubileu do Bom Jesus em Congonhas. In: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (Orgs). *A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa*. Belo Horizonte: O Lutador, 2013 p. 167-201.

SANTIROCCHI, Ítalo. Uma questão de revisão de conceitos – romanização, ultramontanismo, reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, UFMG, v.2, n. 2, p. 24-33, ago.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/04p24.pdf>. Consultado em 20-08-2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção do Senhor dos Passos de São Cristóvão. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Vol. 2, 2005, p. 97-110. Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n2-2005/artigo_7.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2010.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas (Org.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: Casa de Sergipe, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa das Alagoas e as cousas do passado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 43. Aracaju, 2013, p. 95-116.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Antes do por do sol: mística das rezadeiras de Itabaiana. *Caminhos*. Vol. 2, nº 2. Goiânia, 2010, p. 79-91. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/viewFile/1300/884>. Consultado em: 12-12-2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. As duas faces de Janus: a cidade de Aracaju nas festas de Ano Novo (1900-1950). *Outros Tempos*. São Luís. Vol. 9, nº 13, 2012, p. 188-212.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Bastidores da fé: a festa do Glorioso Santo Antônio do Carmo em São Cristóvão no século XIX. *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG*. Vol. 7, nº 1, 2010, p. 31-48. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/view/12597/8242>. Consultado em 02-05-2011.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “As peripécias do pavoroso drama do Golgotha”: a Procissão do Encontro em Aracaju. *Mnemosine: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG*. Vol. 2, nº 1, 2011, p. 87-100. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume2/dossie_republica/MNEMOSINE-REVISTA-REPUBLICA-VOL2-N1-JAN-JUN-2011.pdf. Consultado em 05-12-2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Entre navalhas, velas e matracas: os flagelantes na Vila de Campos oitocentista. *Revista de História*. Nº 4. Salvador, 2012, p. 44-67. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a03.pdf. Consultado em 07-10-2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O Doloroso Encontro da Filha de Sião com seu Unigênito Filho”: a solenidade de Passos em São Cristóvão, Sergipe. *Revista Anais dos Simpósios da ABHR*. Vol. 3. 2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os ofícios do Senhor dos Passos em São Cristóvão. *Jornal da Cidade*. Nº 12524, Aracaju, 6 de abril de 2014, p. B-5.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. Os últimos passos de uma devoção: indícios da religiosidade de um nobre sergipano oitocentista. *Revista Historien*. Ano 1. Nº 2. Petrolina, 2010. Disponível em: http://revistahistorien.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html. Consultado em 07-10-2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Irmandades de Sergipe Oitocentista. In: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Claudfranklin Monteiro (orgs). *Temas de História e Educação Católica em Sergipe*. Recife: Ed. UFPE, 2013, p. 103-136.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Os cravos e as rosas do Santíssimo Rosário: irmandades negras de Sergipe. In: PINTO, Luciano Rocha (Org.). *Histórias Revistas: sobre instituições, corpos e almas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 52-70.

SANTOS, Maria Fernanda dos. A escrita da história de Severiano Cardoso no entardecer do século XIX. *Revista do IHGSE*. Aracaju, nº 42, 2012, p. 329-352.

SANTOS, Vera Maria dos. A Chorographia e a Geografia profetizando o futuro de Sergipe. *Geonordeste*. Ano XXI, nº 1, 2010, p. 111-132.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Introdução ao repertório dos tempos. *Revista USP*. São Paulo, n.81, março/maio 2009, p. 18-39.

SILVA, José Calasans Brandão da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26ª. Aracaju, 1965, p. 46-57.

SILVA FILHO, José Tiago da. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão-Se. *Revista do Memorial*. Nº 1, 2011, p. 141-164. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/galeria-de-arquivos/finish/5/9/0>. Acesso em: 04 de dezembro de 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÈMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 231-270.

SOBRAL, Maria Neide. Formação para o púlpito: Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). In: PAIVA, Marlúcia Menezes de (org). *A Igreja Católica e suas práticas culturais*. Brasília: Liber Livro, 2006, p. 171-188.

SOIHET, Rachel. Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920). in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp/SECULT, 2002

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *A presença franciscana*. In: Governo do Estado de Sergipe. *Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial*. Aracaju: Secretaria do Estado da Infraestrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *A identidade posta no altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e a questão nacional (1904-1931)*. Niterói-RJ, 266. Dissertação (Mestrado em História). UFF, 1996.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. *Tempo*. Vol. 6, n° 11, Rio de Janeiro, 2001, p. 77-92.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Mãe negra de um povo mestiço: devoção a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional. *Estudos Afro-Asiáticos* (29), março de 1996.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Salve Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. N° 6. Aracaju, 1916, p. 45-53.

VALLE, Eurípedes Queiroz do. *Datas e dados da vida judiciária Espírito Santense*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial. 1963.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WERNET, Augustin. Crise e definimento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n° 42, 1997, p. 115-131.

Teses e Dissertações

AGUIAR, Fernando José Ferreira. *“Em tempos de solidão forçada”*: epidemia de varíola, sistema de saúde, costumes e fé em Sergipe novecentista. Salvador, 147 f. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, 2002.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil oitocentista*. Salvador, 196 f. Tese (Doutorado em História). UFBA, 2013.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. “*Vinde, todas as pessoas, e vede a minha dor*”: a Festa/Procissão ao Nosso Senhor dos Passos como atrativo potencial turístico em São Cristóvão-Sergipe-Brasil. Ilhéus-Bahia, 198 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual Santa Cruz, 2012.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de D. José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS, 2004.

BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A Procissão dos Penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular, no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). UFRJ, 2003.

BONFIM, Luís Américo. *O signo votivo católico no Nordeste oriental do Brasil: mapeamento e atualidade*. Vol. 1. Salvador, 156f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UFBA, 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/43830638/Tese-de-Doutorado-em-Ciencias-Sociais-de-Luis-Americo-Silva-Bonfim-Volume-1>. Consultado em: 21-11-2014.

BONIFÁCIO, Nádja Santos. “*Acolher, Evangelizar e Educar*”: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju(1914-1952). São Cristóvão, 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, UFS, 2011.

BRASIL, Marta Maria da Silva. *O vocabulário de Godofredo Filho*. Salvador, 208 f. Tese (Doutorado em Letras) UFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8412/1/Marta%20Maria%20%20da%20Silva%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. São Paulo, 338f. Tese (Doutorado em História) USP, 2006.

CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. *A romaria do Divino Pai Eterno em Trindade-GO: permanências da tradição na modernidade (1970-2000)*. Goiânia, 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UCG, 2007.

CORREA, Ivone Maria Xavier de Amorim. *Círio de Nazaré: a festa da fé e suas (re) significações (1970-2008)*. São Paulo, 244 f. Tese (Doutorado em História). PUC-SP, 2010.

COSTA, Adalgisa Botelho da. *O Repertório dos tempos de André do Avelar e a Astrologia em Portugal no século XVI*. São Paulo, 179 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). PUC-SP, 2001.

COSTA, Rosimeire Marcedo. *Fé, Civilidade e Ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. São Cristóvão, 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, NPGED, 2003.

COSTA, Silvânia Santana. *Espaços construídos, posições ocupadas: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe*. São Cristóvão, 2011. 190f.

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, NPGED, 2011.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *A Guerra já chegou entre nós: o cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942-1945)*. Salvador, 235f. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2012.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Práticas e prédicas em nome de Cristo...: capuchinhos na "Cruzada civilizatória" em Sergipe (1874-1901)*. Salvador, 142f. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2011.

GIOVANNINI JÚNIOR, Oswaldo. *Cidade Presépio em tempos de Paixão: uma análise antropológica das relações entre religião, patrimônio cultural e turismo em Tiradentes*. Juiz de Fora, 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). UFJF, 2002.

GUIMARÃES, Esmeraldo Victor Cavalcante. *Entre janelas e camarotes: o Sagrado e o Profano na Festa de Bom Jesus dos Navegantes de Penedo/AL*. São Cristóvão, 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS, 2014.

LEITE, Rodrigo Reis. *Arte e Religião: um estudo dos aspectos estéticos e religiosos dos ex-votos*. São Cristóvão, 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFS, 2012.

LIMA, Ariane dos Santos. *Por entre rezas e procissões: as celebrações em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Passos de Oeiras – PI (1859/2012)*. Teresina, 160f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2013.

LIMA, Maria do Socorro. *República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (198-1921)*. São Cristóvão 301 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, 2008.

MARTINS, João Otávio. *Os peregrinos do Divino Pai Eterno, os carreiros e a reprodução social da tradição*. Goiânia, 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) UCG, 2001.

MELO, Valéria Alves. *As Filhas da Imaculada Conceição: um estudo sobre a educação católica (1915-1970)*. São Cristóvão, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, NPGED, 2007.

MORENO, Júlio César. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento ao turismo religioso*. São Paulo, 136f. Tese (Ciências da Comunicação). USP, 2009.

ORAZEM, Roberta Barcellar. *A representação de Santa Tereza D'Ávila nas igrejas da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira/Bahia e São Cristóvão/Sergipe*. Salvador, 308 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). UFBA, 2009.

PEREIRA, Lúcia Maria. *Ícones de cura e fé: as promessas da Igreja Senhor dos Passos em São Cristóvão, um discurso sobre a doença*. São Cristóvão, 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFS, 2012.

PEREIRA, Luciana de Lima. *Igreja Católica em “Tempos Mundanos”*: a luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960). Teresina, 244f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008.

ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília*: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920. São Paulo, 260f. Tese (Doutorado em História) USP, 2007.

ROSA, Rafael Lino. *A Irmandade dos Passos e a formação da identidade cultural na Cidade de Goiás*. Goiânia, 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). PUC-GO, 2012

SALLES, Alexandre Nascimento. *Pirapora do Bom Jesus*: dicotomia de símbolos: o sagrado e o profano como elementos representativos da cidade. São Paulo, 188f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). USP, 2009.

SANTANA, Josineide Siqueira. *Entre bordados, cadernos e orações*: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969). São Cristóvão, 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, NPGED, 2011

SANTOS, Claudofranklin Monteiro. *A festa de São Benedito em Lagarto-Se (1771-1928)*: limites e contradições da romanização. Recife, 356 f. Tese (Doutorado em História), UFPE, 2013.

SANTOS, Mislene Vieira dos. *Da Ditadura à Democracia*: o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995). São Cristóvão, 183 f. Dissertação (Mestrado em História) UFS, 2014.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. *Sob o signo da peste*: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856). Campinas-SP, 240f. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP, 2001.

SILVA, Severino Vicente da. *Primeira Guerra Mundial N'A Tribuna Religiosa (1917-1919)*: a formação da neo-cristandade. Recife, 99f. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, 1985.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *A identidade posta no altar*: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e a questão nacional (1904-1931). Niterói-RJ, 266. Dissertação (Mestrado em História). UFF, 1996.



Magno Francisco de Jesus Santos é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2015), mestre em Educação (2009), especialista em Ciências da Religião (2008) e graduado em História (2005) pela Universidade Federal de Sergipe. É professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É integrante do Grupo de Pesquisa Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços. Tem contribuído com publicações acerca da História da Historiografia, História dos intelectuais e História das Religiões no Brasil, *com destaque para os livros Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos* (2013), e *A peregrinação à Divina Pastora* (2015). É bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.



UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

